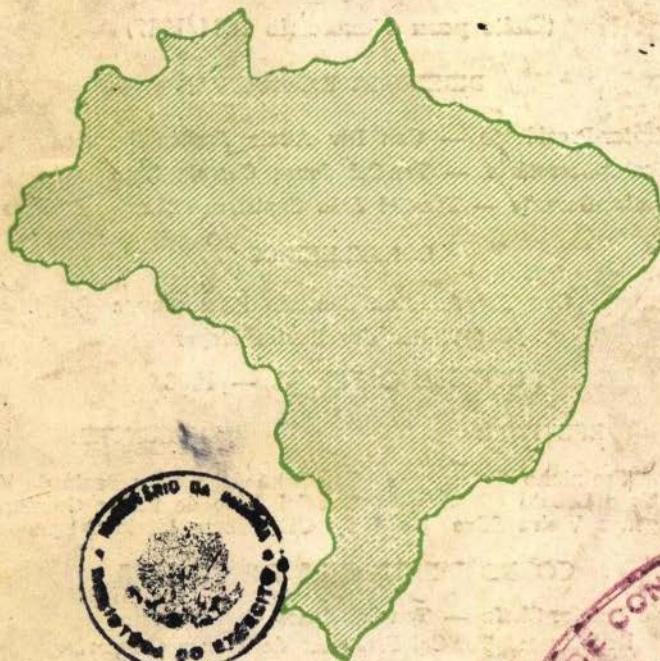


A Defesa Nacional

ORGÃO OFICIAL DO MINISTÉRIO DA GUERRA



REVISTA
DE
ASSUNTOS MILITARES
E
ESTUDOS BRASILEIROS

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício 1964/1967)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — Gen Div Altair Franco Ferreira

Diretor-Secretário — Ten-Cel Jonas Correia Neto

Diretor-Gerente — Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

Gen Div Adailton Sampaio Pirassununga

Cel Walter dos Santos Meyer

CONSELHO FISCAL — 1966

EFETIVOS:

Cel Nilton Freixinho

Ten-Cel Togo Lobato

Maj Diógenes Vieira Silva

SUPLENTES:

Ten-Cel João Batista Baeta de Faria

Ten-Cel Julio de Padua Guimarães

Ten-Cel Rubens Mario Caggiano Jobim

CORPO REDATORIAL DA REVISTA

Redator-Chefe — Ten-Cel Jonas Correia Neto

Redatores: Ten-Cel Francisco de França Guimarães

Ten-Cel Dávio Ribeiro de Faria

Maj Darino Castro Rebelo

COLABORAÇÕES

- 1 — Datilografadas em um só lado do papel, espaço duplo, não devendo, em princípio, ultrapassar 20 fôlhas. Gráficos, croquis e outros desenhos, em tinta nanquim.
- 2 — Traduções devem indicar fonte e autorização.
- 3 — Originais de colaborações não são restituídos, mesmo que não aproveitados.
- 4 — Colaborações originais publicadas são remuneradas (mínimo de Cr\$ 1.000) de acordo com julgamento da Redação.

Cat

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

ACEITA-SE intercâmbio

PREÇOS

Natura anual:

Brasil Cr\$ 1.000.
(Desconto em fôlha autorizado, mensal: Cr\$ 200).

(As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do assinante).

Exterior Cr\$ 4.000.

(Registro e via aérea comportam acréscimos).

Número avulso:

Mês Cr\$ 200
Atrasado Cr\$ 250.

ENDERECO

Ministério da Guerra
(Ala R. Visc. da Gávea,
3º and.)

Caixa Postal: 17 (do MG)
ZC — 55

Tel. 43-0563

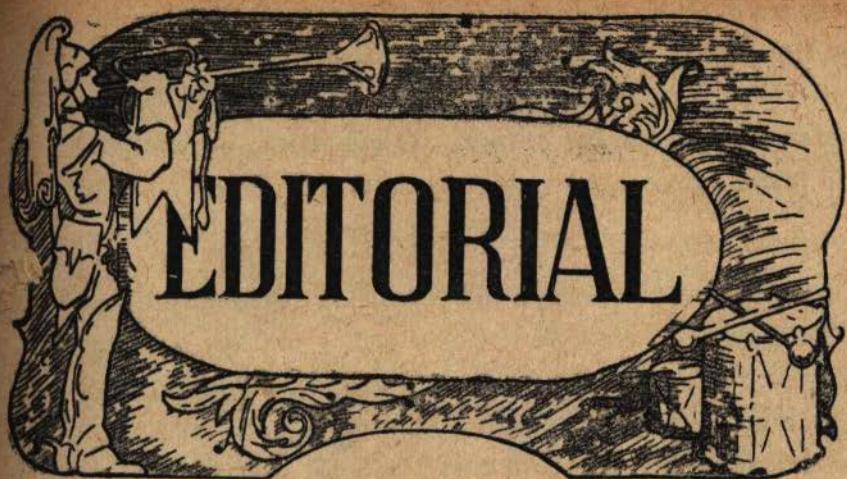
Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

| | Págs. |
|---|-------|
| Editorial | 3 |
| <i>O Patrono do Exército e o Dia do Soldado</i> — Ten-Cel Jonas | 7 |
| <i>O Dia do Soldado</i> — F. Contreiras Rodrigues | 11 |
| <i>Vilagran Cabrita</i> — Gen Ex Lyra Tavares | 15 |
| <i>EsEFE</i> — Gen R/1 Jayr Jordão Ramos | 31 |
| <i>Efemérides da Artilharia (I)</i> — General R/1 H. Borges Fortes | 61 |
| <i>Recursos Minerais</i> — Dr. Sylvio de Queiroz Mattoso | 75 |
| <i>Juventude em Crise</i> — Cel Obino Alvares | 89 |
| <i>O problema da falta de subalternos</i> — Ten-Cel Everaldo O. Reis | 99 |
| <i>Área de Retaguarda de Divisão</i> — Maj Simch Brochado | 103 |
| <i>Areias Monazíticas do Brasil</i> — Prof. Victor Z. Capucci | 119 |
| <i>Tiriós — sentinelas avançadas</i> — Maj Carmo Ramos | 123 |
| <i>Ode à Infantaria</i> — Cap Ney Salles | 123 |
| <i>Emprégo do poder psico-social em uma Unidade</i> — Cel Joffre Sampaio | 123 |
| <i>Com quem estaria a razão?</i> — Cap Ney Salles | 137 |
| <i>A Artilharia nas operações contra guerrilheiros</i> — Cap Machado de Paiva | 143 |
| <i>Um Programa de Relações Públicas: a Planificação</i> — A. I. Bolaños (Trad. Ten-Cel Gaúcho) | 151 |
| <i>Evolução do Corpo de Oficiais do Exército Francês (I)</i> — Cap Saint-Julien (Trad. Ten-Cel Jobim) | 159 |
| <i>Direção de um Hospital Militar</i> — Maj Dr. João Veloso | 171 |
| <i>Santo Antônio</i> — Sgt A. Avoglio Hecht | 174 |
| <i>O Fundo Portuário Nacional</i> | 175 |







Nenhuma escolha foi mais justa e acertada do que aquela feita, do dia do nascimento do DUQUE DE CAXIAS, para ser o DIA DO SOLDADO BRASILEIRO.

Oficializou-se dêsse modo, por completo e em definitivo, uma associação moral e profissional entre o Exército e a figura formidável do Homem que, antes mesmo de ser o seu PATRONO por reconhecimento formal, havia muito que já o era por aclamação.

Outro, realmente, não deveria ter sido o eleito. Honra-nos o saber que alguns vultos foram considerados também merecedores do título: isto ainda mais valoriza o destaque afinal dado ao nome de Luiz Alves de Lima e Silva. A soma das virtudes pessoais, das qualidades militares, dos atributos morais, das variadas aptidões, dos serviços ininterruptamente prestados ao Brasil durante tanto tempo, da cumpresença nos momentos difíceis para o País — tudo isto, apresenta um total de argumentos favoráveis não igualado por ninguém mais.

Tanto é assim, que o nome de CAXIAS foi elevado à máxima dignidade, sem que houvesse discordâncias quanto ao seu merecimento, embora pudesse ter havido (como houve) preferências isoladas por outrem. O que, aliás, — repetimos — dá maior realce à sua expressiva vitória.

* * *

Há hoje uma completa integração da personalidade de CAXIAS, da sua forma de atuação civil e militar, dos seus princípios de Soldado, com o sentido espiritual e profissional do moderno Exército Brasileiro. Exército do qual se poderia dizer que amadureceu junto com CAXIAS, com êle atingiu as maiores glórias e depois, sob a auréola da sua memória, consolidou-se como instituição basilar da nacionalidade.

Por isso, não procedem nem acham eco certas campanhas venenosas, cujas origens facilmente se percebe estarem nos inconformados setores comunistas. Agora mesmo, à falta de ritérios defensáveis, tentam elementos solapadores difundir idéia de que o nosso patrono deveria ser Osório, porque era liberal" (CAXIAS, conservador, teria sustentado a "autocracia" imperial...), ou então Deodoro, porque proclamou a pública. Claro que aqueles que pretendem opor Osório, Deodoro, a CAXIAS, não são verdadeiramente pró-Osório ouro-Deodoro: são é contra CAXIAS, para atingir o Exército.

Se êles chegassem a destruir CAXIAS no consenso do nem pensariam em substituir o mito derrubado por : simplesmente, aproveitariam o êxito para prosseguir a ação sistemática, pela anulação do poder militar.

Decisamos conhecer as sutilezas do inimigo, para não ixarmos envolver por elas. Felizmente, não haverá rias no EXÉRCITO DE CAXIAS, enquanto nêle vibrar ma iluminada pelos exemplos do seu Patrono.

Queremos, entretanto, assinalar uma lacuna, no culto nacional ao DUQUE DE CAXIAS. É que o varão insigne, que encheu de louros meio século da história pátria e assegurou as condições de unidade e estabilidade à Nação — esse homem não tem, até hoje, sua vida convenientemente estudada; não há dêle uma biografia a rigor, como já temos, por exemplo — de Osório, de Benjamin Constant, de Tasso Fragoso, de D. Pedro I e dos "Fundadores do Império".... Dispomos, sim, de vasta bibliografia esparsa, podendo-se destacar o ensaio litero-histórico de Afonso de Carvalho, os estudos setoriais de Vilhena, e uma porção de monografias, publicadas principalmente na Revista Militar Brasileira e nesta nossa A Defesa Nacional.

O que se está a exigir é uma tarefa de fôlego, com muito de pesquisa, de interpretação, de crítica; um estudo profundo, fidedigno e documentado, exato e comedido, ainda que pôsto numa moldura sentimental, delicada e vibrante. Por certo que a figura de CAXIAS emergiria engrandecida e impressionante, de um trabalho assim; que é traba'ho para um historiador — ou melhor, talvez seja para uma equipe de historiadores. Tanto no Exército, como no meio civil, há quem possa desempenhar-se de tal missão; caberá aos órgãos responsáveis atribuí-la, porque a obra já está demorando. E faz falta!

A Guerra Revolucionária leva o perigo comunista ao umbral de cada casa e a ú'tima frente se situa no espírito de cada cidadão!



DUQUE DE CAXIAS

Vexilário da Pátria
Símbolo do Soldado do Brasil
General — jamais vencido !

Pacificador
Comandante-em-Chefe
Organizador e Administrador

Político e Estadista
Sustentáculo da Unidade Nacional
PATRONO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O PATRONO DO EXÉRCITO E O DIA DO SOLDADO!

1. A Festa de Caxias

Quando Ministro da Guerra o Gen Div SETEMBRINO DE CARVALHO, baixou S. Exa. o Aviso n. 443, de 25 Agô 1923 (BE n. 113, de 31 Agô 23 — fls. 292/293), que rezava:

"Convindo para servir ao culto das nossas tradições, a exemplo do que se pratica com Osório e Barroso, se renda, cada ano, ao Duque de Caxias a homenagem de nossa veneração, resolvi se realize hoje, data natalícia dêsse glorioso general, uma formatura de tropas do Exército, às quais se hão de reunir destacamentos da Marinha e da Brigada Policial, no terreno adjacente à sua estátua.

E nenhuma ocasião é mais própria do que esta, para instituir, como ora o faço, com o caráter permanente, a festa de Caxias, que se efetuará a 25 de agosto."

2. O Dia do Soldado

Ainda como Ministro da Guerra, o mesmo ilustre Chefe, já Marechal graduado, baixou novo Aviso (n. 366, de 11 Agô 1925 — BE n. 255, de 20 Agô 25 — fls. 250/251), no qual constava:

"Coube-me a iniciativa de instituir, por ato de 25 de agosto de 1923, a festa de Caxias, para o fim de rendermos cada ano à memória dêsse glorioso general a homenagem de nossa profunda admiração pelas raras virtudes de que são eloquente testemundo tantos e tão fecundos serviços que, assim na paz como na guerra, prestou êle ao país com a devoção patriótica que o sagrou para todo o sempre benemerente da gratidão nacional, e nos legou um grande exemplo para a educação moral e cívica dos jovens brasileiros.

Nenhuma efeméride é, por isso mesmo, mais que a data natalícia do Duque de Caxias, própria a ser escolhida para o "Dia do Soldado".

É essa escolha que me honro sobremaneira de fazer agora, aceitando a sugestão do ilustre Comandante da 1^a Região Militar. Terão, nessa data, os nossos bravos camaradas a festa militar destinada especialmente à exaltação do sentimento do

dever, acendrando o culto da nobreza cívica e da lealdade patriótica, que é traço dominante da vida do Duque de Caxias.

Os Comandantes de Unidades organizarão anualmente a festa militar de 25 de agosto, com o espírito recomendado no Capítulo VIII do R.I.S.G."

Observações: Tanto o Aviso 443 como o Aviso 366 foram dirigidos ao Chefe do Departamento do Pessoal da Guerra, que era o Gen Bda ALEXANDRE HENRIQUES VIEIRA LEAL.

— Quanto ao Cmt 1^a RM, era o Gen Div JOÃO DE DEUS MENNA BARRETO!

3. O Patrono do Exército

a. Com base no Aviso 366, passou-se a considerar Caxias como "Patrono do Exército", sem que esta honrosa expressão lhe tivesse ainda sido atribuída por ato oficial específico. Assim, entre outros incontáveis exemplos da consagração, quase diríamos, espontânea, citaremos aqui:

— Almanaque do Exército (até 1962, inclusive) — a fotografia clássica de Caxias (geralmente como "LUIZ ALVES DE LIMA") aparecia encimada pelos dizeres "Homenagem do Exército ao seu Patrono", e a vinheta concluía com a referência aos Avisos 443 e 366.

— "Revista Militar Brasileira", Número Especial, de 25 Agô 1935 — seu Editorial começava dizendo que "O Marechal-de-Exército LUIZ ALVES DE LIMA, Duque de Caxias, foi escolhido em virtude do Aviso n. 366, de 1925, Patrono do Exército Brasileiro, e o dia do seu nascimento, festejado como Dia do Soldado".

— "Revista Militar Brasileira", de 25 Agô 1936 (edição comemorativa do 132º aniversário do nascimento de LUIZ ALVES DE LIMA) — seu Editorial terminava com estas palavras: "Eis por que, elegendo-o seu Patrono, o Exército põe em suas mãos a Bandeira da Pátria..."

— "Uma Sugestão Sobre o Culto a Caxias", in "Revista do Clube Militar", Jul/Agô 54 — o Autor (o então Cel, hoje Gen Ex A. DE LYRA TAVARES) iniciava com este trecho: "Quando o Aviso Ministerial n. 366 consagrou Caxias, em 1925, como Patrono do Exército Brasileiro, já a consciência cívica..."; e, mais adiante: "Escolhido, oficialmente, para Patrono do Exército..."

— A DEFESA NACIONAL, número de Agosto de 57 — abria-se o Editorial com a invocação "Caxias, Patrono do Exército!" e, noutro período, solidarizava-se a Revista "com todo o Exército, na passagem do 154º aniversário de seu Patrono".

— Na Ordem do Dia do Ministro da Guerra, de 25 Agô 53 ("Sesquicentenário do Nascimento de LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA — Dia do Soldado"), lê-se a certa altura: "Patrônio do Exército e dos Cadetes das Agulhas Negras, ...". Curioso é, porém, observar que, na Portaria n. 345, da mesma data (BE n. 35, de 29 Agô 53 — fl. 2275), que determinou a cunhagem da "Medalha do Pacificador", em parte alguma se acha referência a Caxias como Patrono...

b. Sómente há poucos anos foi, afinal, regularizado formalmente o assunto, através do Decreto n. 51.429 (de 13 Mar 1962 — BE n. 13, de 31 Mar 62 — fls. 3 a 4), que "institui e homologa a escolha de Patronos do Exército, das Armas, dos Serviços e do Magistério Militar". São os seguintes os considerandos do Dec em tela:

- "que a educação moral e cívica do soldado impõe a veneração dos vultos militares do passado;
- que, atendendo a essa imposição, o Exército, suas Armas e Serviços e o Magistério Militar, já escolheram e vêm cultuando seus respectivos Patronos, todos êles figuras dignas da maior reverência;
- a necessidade de homologar a escolha de alguns desses Patronos;
- a conveniência de que o Ato Oficial que faça tal homologação também consolide o disposto em legislação anterior sobre o assunto."

E são estas as resoluções que contém:

"a) instituir e homologar as escolhas já consagradas dos Patronos:

— do Exército Brasileiro, o Marechal LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, Duque de Caxias;

.....
.....

— b) para as comemorações respectivas, ficam estabelecidas as datas de nascimento de cada Patrono."

Com isto, no tocante a Caxias (como a outros Patronos), ficou corrigido o antigo lapso oficial e definitivamente estabelecida, por Ato explícito, a condição de Caxias, como Patrono do nosso Exército.

EFEMÉRIDES BRASILEIRAS

"VINTE E CINCO DE AGOSTO: O DIA DO SOLDADO"

FELIX CONTREIRAS RODRIGUES (*)

Quando se formaram as pátrias, a função do Exército foi a de um órgão predominante nas outras funções do corpo nacional, ainda em estado embrionário. Parte integrante da Realeza, foi o Exército Nacional que incorporou os membros dissidentes, e fundiu na pessoa do Rei a unidade integral, feita de interesses gerais contra interesses particulares, de um território indivisível à custa de frações de território, de país e de nação indissoluvelmente ligados, feita de homem e terra.

Lá está, na profundezas dos tempos, que não passam para a consciência sempre presente dos homens, a figura sempre eterna de Nun'Alvares, o Condestabre, a derramar uma luz brilhante sobre a finalidade dos Exércitos, como autores das nossas pátrias ocidentais. Como Bayard, é ele foi o criador de uma entidade necessária aos destinos do povo português; portanto, à existência da Nação Brasileira, determinante da vida e da sorte de cada um de seus membros componentes. A visão das conveniências recíprocas dos núcleos de populações esparsas criou uma alma coletiva dentro de um corpo territorial, cuja manifestação de vida mais vigorosa foi, sem dúvida, Aljubarrota — maior vitória do Povo contra a Nobreza, da unidade contra o fracionamento, da Pátria contra a não Pátria, do que de Portugal sobre a Espanha.

E por que lutam as nações umas contra as outras, senão porque se portam face a face como corpos organizados que se chocam, como blocos de granito? São personalidades, são individualidades que têm consciência do seu poder e dos seus altos destinos, e buscam firmar uma posição definida no concerto universal, como valões universais.

Lá está Nun'Alvares; e aqui está Caxias, igualmente núcleo central de uma realidade indiscutível — o Brasil — fonte inesgotável de uma filosofia verdadeira — O Brasil pelo mundo e para o mundo —

(*) O Dr. FELIX CONTREIRAS RODRIGUES foi um fecundo literato gaúcho. Sob o pseudônimo "Piá do Sul", distinguiu-se nas letras pátrias, tendo sido sua mais importante obra a publicada como vol. 13 da Coleção Provincial: "Farrapo — Memórias Dum Cavalo". Sociólogo, economista, jornalista, historiador, poeta, professor — escreveu esta página há pouco mais de um quarto de século!

mas o Brasil, ainda o Brasil, sempre o Brasil. Nun'Alvares e Caxias foram, porém, uma parte que absorveu as outras partes, manejaram espadas rutilantes e agudas, como utensílios de facetar o granito de dois monumentos. Sem essa violência do nosso Exército sobre a rocha bruta, exercida por outro corpo mais resistente, não se compreende a execução da obra. Foi preciso cortar e punir, vencer e submeter, antes de erguer a construção aos ósculos do Cruzeiro e à reverência do tempo.

Aos nossos denodados militares, devemos o reconhecimento pela existência d'este Brasil coeso, que já têm palmilhado penosa e gloriosamente; são, mais do que pensam, talvez, o objeto da nossa admiração de patriotas orgulhosos. Formaram a nossa Pátria, proporcionando ao nosso povo um país, que é berço de felicidades e grandeza, o mundo em que palpita os nossos corações extasiados na alegria de viver; as suas espadas talharam o seu perímetro, que temos obrigação de defender; seu sangue inspirou o culto dos heróis, que temos o prazer de venerar. Citá-los seria demais. Eles são tantos, que se confundem com o nome sagrado que se balbucia sem sentir — Brasil — a sua criação, a sua obra magnífica. E, quando pronuncia este nome, cada cidadão, verdadeiramente integrado na Pátria, formula o pacto de aproveitar o seu trabalho, para que não caiam no esquecimento, ou na vala das inutilidades, tantos ideais. Mas, que desolação das desolações!

Os tempos estão mudados, as pátrias estão ameaçadas, muitas convicções abaladas, muitas consciências corrompidas! Tudo que fizeram tende ao nada, diante da desvalorização do passado.

Para esta mentalidade nova, Brasil nada mais significa do que uma expressão geográfica, habitada por uma parte anônima da humanidade, mero prolongamento do todo, sem atributos peculiares, sem personalidade, simples comuna de país universal; formigueiro humano, cuja única preocupação é a de prover os "celeiros de cibo" para ventres insaciáveis. Então, se desdobra e sobe de ponto a função dos militares.

Já não é a de artifícies materiais que foram na época da construção. Ao entregarem o edifício para uso público, começou a porfia entre os moradores, e o empenho dos indivíduos audaciosos e dos grupos desavirados em baterem o grado na obtenção dos melhores alojamentos. Então, em face da competição de todo gênero, só lhes resta uma atitude — é a de deixarem que se avenham os cidadãos obcecados pelo devorismo, e guardar a Pátria, para que não seja vendida ou devorada ou eliminada do mapa do planeta.

Dante do que estamos vendo, se faltar um governante dotado dos atributos inerentes ao seu cargo, ai vamos precisar das suas espadas novamente, em cujo aço está a última segurança das nossas instituições,

argamassadas com sangue, brunidas com o brilho da sua coragem. Erguidas hoje em continência ao tempo dos nossos amôres e das nossas esperanças, e cruzadas no alto em figura de sarilhos, que se debatam os brasileiros dignos e indignos, senhores das liberdades conferidas pela Constituição.

Isso não terá outro resultado que o de passarem todos sob abóbadas de gládios, como sob as ogivas góticas de um templo.

Assim, estarão êles em posição de simbolizarem a mística da Pátria, ao mesmo tempo que na de desferirem o golpe certeiro que cortará a cabeça da hidra e as mãos iconoclastas dos profanadores do sacrário, à ordem da voz profética de uma missão de justiça:

— Dissipa gentes quae bella volunt.

Nós, cidadãos laboradores da planície, nos comprazemos devê-los no alto, como sentinelas, acima da confusão das nossas lutas políticas, com a Bandeira da Pátria desfraldada para manto agasalhador de todos os brasileiros. *Mas nós os conclamaremos, quando começarmos a sentir que nos falta o solo embaixo dos pés.*

A DEFESA NACIONAL

ASSINATURAS

Qualquer pessoa categorizada ou entidade civil pode tomar assinatura desta Revista, que se sentirá prestigiada com isto.

Para fazê-lo, bastará comunicar-se com a Secretaria da Revista, indicando nome e endereço (para remessa) e enviando cheque ou vale postal correspondente à assinatura desejada (anual — Cr\$ 1.000).

DIÁRIO DO CAPITÃO WERLANG

No próximo número da Revista será publicado o DIÁRIO DE CAMPAÑHA DO CAPITÃO PEDRO WERLANG, bravo veterano da Guerra do Paraguai.

Trata-se de relato pessoal, casualmente encontrado e traduzido, do alemão, pelo escritor Harry E. Menchen para a "Gazeta do Sul" — jornal de Santa Cruz do Sul, que o divulgou com carinho e orgulho, em Agô/Set 1959 (tendo tido a gentileza de remeter-nos exemplares, através do 8º RI).

Pedro Werlang era natural daquela cidade gaúcha, de onde partiu para a guerra, como voluntário, dela voltando como Capitão e muito condecorado. Seu Diário, ditado a outrem, é despretensioso e direto e procura ser fiel ao assinalar as ocorrências; vale por isto, como pelo ineditismo e singeleza.

Parabéns à "Metrópole do Fumo" pelo "seu soldado", do qual tanto e justamente se ufana.

VILAGRAN CABRITA

NO CENTENÁRIO DE SUA MORTE (*)

General-de-Exército

AURELIO DE LYRA TAVARES

INTRODUÇÃO

Um convite desta benemérita Escola de Comando e Estado-Maior do Exército é uma honra e é uma ordem, para quem já teve o privilégio de fazer o seu curso e de pertencer ao seu quadro de instrutores.

E é por isso que estou aqui, para participar convosco de uma comemoração cívica da mais alta significação, como é a de retrocedermos cem anos no tempo, para recordar aquêle feito memorável do Combate da Ilha da Redenção, na Guerra do Paraguai, prestando uma justa homenagem a Vilagran Cabrita, o herói e o mártir da grande jornada em que o nosso 2º Corpo de Exército, sob o comando de Osório, abriu as portas do território inimigo às Fôrças da Tríplice Aliança.

Essa operação foi um ponto alto da atuação da nossa Engenharia, como Arma combatente. Ela marca uma fase nova na história da Arma que Cabrita tanto engrandeceu, a ponto de merecer, por todos os títulos, ser consagrado como seu Patrono.

Todos nós sabemos o que era, então, nossa Engenharia. Não é demais, porém, relembrá-lo em traços rápidos, quando me dirijo a futuros chefes do Exército, porque se trata de assunto que ainda exige a melhor compreensão, pela importância de que até hoje se reveste para os estudos da nossa organização militar.

Desde os tempos coloniais, por força dos encargos públicos que lhe eram, obrigatoriamente, atribuídos, tanto na construção dos núcleos de defesa e de vida, como nas obras eminentemente civis, de estradas, edifícios, igrejas, chafarizes, aquedutos, etc., o engenheiro do Exército era, sobretudo, o "doutor". O Império, a braços com idênticos problemas de construções civis, e porque só dispúnhamos da Engenharia do Exército, manteve, nos primeiros tempos, a tradição da Engenharia Militar da Colônia. Não formávamos o engenheiro-soldado nem as Unidades da Arma, no conceito moderno, mas o técnico de construções e fortificações destinado, também, aos trabalhos, no âmbito da Nação.

(*) Conferência na ECEME (12 Abr 66).

Durante a campanha contra Rosas e Oribe, em 1851/52, quando o Exército Brasileiro, pela primeira vez, marchou, estacionou e combateu no quadro de Grandes-Unitades constituidas, as Unidades das Armas se defrontaram com problemas difíceis de Engenharia, vendo-se na contingência de resolvê-los com os próprios meios, precariamente, com grande prejuízo para o curso das operações.

A experiência, então adquirida, foi logo aproveitada. E em 1º de abril de 1855, era criado, aqui na Praia Vermelha, o Batalhão de Engenheiros, a mais antiga Unidade de tropa da nossa Engenharia de Combate. Ele conjugava, na sua composição, os conhecimentos técnicos de grandes engenheiros, com as virtudes e aptidões militares de grandes soldados.

Isso se verifica pelo padrão alto dos oficiais selecionados para constituí-lo. Ao lado de artilheiros e oficiais de Estado-Maior, como Pôrto Carrero, Deodoro da Fonseca e depois Cabrita, Tibúrcio e Conrado Bitencourt, figuravam engenheiros de escol, como José Carlos de Carvalho e Cândido Januário dos Passos. Esse tipo de Unidade de combate, que caracteriza uma transição processada, também, nos outros Exércitos, seria uma decorrência da evolução da guerra.

O emprêgo militar da Engenharia nasceu com a guerra de sítio, que marcou, por muito tempo, a grande tônica das operações militares. O ponto de encontro entre as atividades do engenheiro e as do soldado estava, por assim dizer, na técnica da "castrametação". Eram os castros, ou castrelos, figura que passaria a servir de símbolo da Fortificação Permanente, a seara específica do caráter militar da Engenharia. A Fortificação era tida, aliás, como Arquitetura Militar.

A guerra de movimento, sobretudo nos seus aspectos táticos, imporia a adaptação do engenheiro-doutor ao engenheiro-soldado, reunindo a capacidade técnica às aptidões do combatente, dentro das Unidades destinadas a integrar as Grandes Unidades, com missões específicas de apoio às outras Armas.

Esse foi o grande sentido da criação do nosso Batalhão de Engenheiros, o que, só por si, já engrandece a figura de Vilagran Cabrita, o escolhido para o comando interino, ainda como Capitão, em 24 de julho de 1865, já em plena guerra.

Era êle, sem dúvida, um grande artilheiro. Nascido em Montevidéu, fôra reconhecido como cadete em 1840, pois era filho de militar. Alferes em 1842, serviu no 1º Batalhão de Artilharia a pé, e depois, em Pernambuco, diplomou-se como bacharel em Matemática e Ciências Físicas, em 1847.

Durante o Governo de Carlos Antônio Lopes, que sucedeu ao regime de Francia, o Paraguai se empenhou a fundo na modernização do seu Exército, contando, para isso, com a amizade que o Brasil nunca deixou

de dedicar ao grande povo irmão, a começar pelo apoio decidido que prestou à causa da sua Independência e a permanente colaboração que tem prestado ao seu desenvolvimento.

O governo de Carlos Antônio Lopes solicitou e obteve do Império a designação de uma Missão Militar de Instrução, tal como a que existe hoje em Assunção, para o aperfeiçoamento profissional dos oficiais paraguaios, com base na experiência que o nosso Exército tinha adquirido nas campanhas anteriores. Destacamos, então, para servir no Paraguai, instrutores pertencentes à nata da nossa oficialidade e consagrados pela alta categoria profissional. Entre êles teria que figurar, como figurou, o nosso grande Vilagran Cabrita, ao lado de Pôrto Carrero e outros.

QUADRO DOS ACONTECIMENTOS

Depois dos acontecimentos de Mato Grosso e do cerco de Uruguaiana, estávamos, enfim, na marcha para o inimigo, sendo a Província de Corrientes, nas barrancas do rio Paraná, a área de primeiro destino das Forças da Tríplice Aliança. (Figura n. 1). Viria, depois disso, o problema da transposição do rio. Não era êle, pela sua largura, que ia a 2 400 metros na região mais favorável, um obstáculo que comportasse o lançamento de meios de passagem contínua. Além disso, o transporte da tropa e do pesado material iria exigir, não apenas o apoio da Esquadra e a proteção da sua Artilharia, como a reunião prévia de grande número de embarcações adequadas, que o Exército não possuía. Era preciso, antes, construí-las, onde quer que fôsse possível. Os três grandes problemas eram, então:

1º. A escolha do objetivo a atingir na margem inimiga, como base de partida para as operações ulteriores. Ficara decidido que o Exército conquistaria a área do Passo da Pátria, como espécie de primeira cabeçade-ponte, apesar da estreita faixa de terra entre o rio, que ficaria pelas costas, e o dispositivo inimigo, que teríamos pela frente.

2º. A escolha da frente e do eixo principal da transposição, levando em conta a profundidade do rio, pois importava considerar o calado dos nossos navios, cujo apoio seria imprescindível, fôsse como base de fogo, fôsse como meio de transporte.

Ficou decidido o desembarque a jusante do Forte de Itapiru, nas proximidades das Três Bocas, mediante a ocupação prévia, e de surpresa, da Ilha da Redenção.

Esta decisão, que foi adotada com base nos reconhecimentos e sondagens do rio, importaria em neutralizar as baterias de Itapiru e, depois do desembarque, num deslocamento para leste, por detrás do Forte, até o Passo da Pátria, por caminhos ainda desconhecidos, que teriam de ser abertos à fôrça.

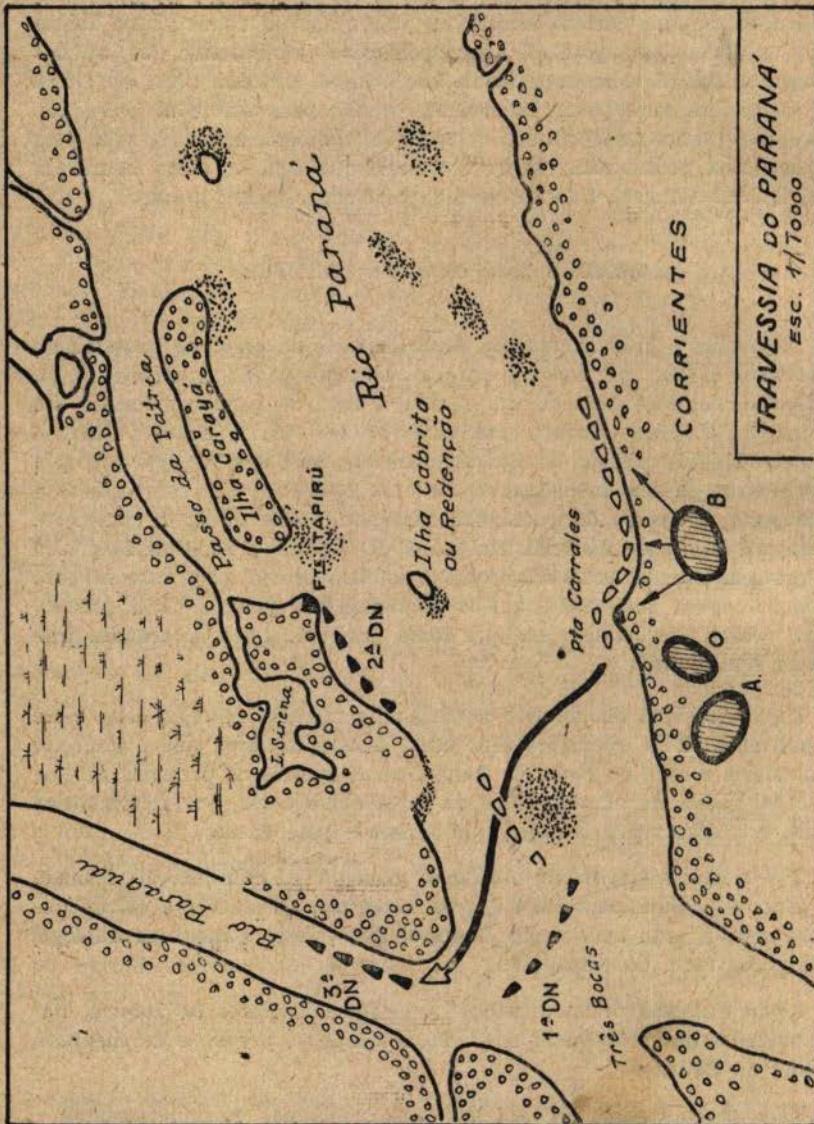


Figura n.º 1 — TRAVESSIA DO RIO PARANA
(Copiado do livro do Cel Danton Teixeira)

Como se sabe, não dispúnhamos de carta do território inimigo. As fôrças progrediam "às apalpadelas", como observou Caxias. Só depois, as Comissões de Engenheiros, a que êle chamou de "os olhos do Exército", procediam aos levantamentos.

3º. Em qualquer hipótese, era indispensável e de grande monta o trabalho prévio de construção de barcos de travessia, com os recursos disponíveis em Corrientes, no Salto e em Montevidéu.

O Ten-Cel Dr José Carlos de Carvalho, como Chefe da Comissão de Engenheiros, em cujos reconhecimentos e parecer técnico foi calcada a decisão, teve sob sua responsabilidade, não apenas os reconhecimentos do rio, como a direção do preparo do material, além do primeiro estudo da defesa da ilha. Tudo estava condicionado, pois, à terminação da fase preliminar da reunião dos meios.

OCUPAÇÃO DA ILHA

A Ilha da Redenção, situada à altura de tiro de fuzil, da guarnição do Itapiru, era território paraguaio.

Na noite de 29/30 de março, o Ten-Cel José Carlos de Carvalho, com os seus engenheiros auxiliares e o apoio de 80 praças, desembarcou na ilha, então coberta de macega, efetuando os reconhecimentos necessários à sua ocupação e organização defensiva.

Com base nas informações colhidas, Vilagran Cabrita, no comando dos 900 homens que deveriam ocupá-la e defendê-la, desembarcou na Ilha da Redenção na noite de 5/6 de abril, tratando logo da preparação de seu dispositivo entrincheirado, com a instalação de 4 canhões La-Hitte e 4 morteiros.

A execução desse trabalho ficou a cargo da Comissão de Engenheiros, cujos nomes vale a pena citar, porque todos êles se tornariam famosos na história da nossa Engenharia: o Ten-Cel José Carlos de Carvalho, Chefe, e os seus adjuntos André Rebouças, Jerônimo de Moraes Jardim, Álvaro de Oliveira, Tomé Salgado e Bernardino Sena Madureira.

Perto da ilha, prontos para proteger a operação, estavam os couraçados Bahia e Tamandaré, sendo que êste já havia feito um reconhecimento a montante do Itapiru. Ali estavam, também, as canhoneiras Henrique Martins e Greenhalg.

Ao amanhecer do dia 6, as fôrças brasileiras tinham ocupado e preparado a posição da ilha, na certeza de que o inimigo haveria de tentar a sua reconquista.

Ele estava em fôrça, ali defronte, ao longo da barranca do rio, e a sua agressividade já fôra antes demonstrada, na ação de surpresa sobre as fôrças argentinas, em Corrales, na nossa primeira margem.

A guarnição da ilha teria, pois, de preparar-se para o revide paraguaio. O heroísmo do soldado guarani, beirando, às vêzes, o fanatismo, nunca deixou de merecer o respeito e as devidas precauções, por parte do combatente brasileiro.

Nossa defesa primava, principalmente, pela organização do terreno, pois era fraca a densidade de ocupação: o 7º Btl de Voluntários da Pátria, de S. Paulo, comandado pelo Ten-Cel Pinto Paca; o 14º Btl Provisório de Linha; um contingente de 100 praças do Btl de Engenheiros; e um outro do 1º Btl de Artilharia, com 4 peças e 4 morteiros, sob o comando do grande Tibúrcio.

De um lado e do outro, pelas respectivas guarnições, poderiam ser vistas, a ôlho nu, a Bandeira do Brasil, desfraldada na Ilha da Redenção, e a bandeira paraguaia, no Forte de Itapiru. Elas se defrontavam, igualmente altivas, sob a guarda dos seus briosos defensores..

E o duelo intenso das duas artilharias não se fez esperar. A guarnição brasileira não teve mais tréguas.

Numa grande operação, como a que ia ser desencadeada, não seria possível a surpresa tática, embora se mantivesse o sigilo sobre o eixo e as linhas gerais da manobra planejada pelo Exército da Tríplice Aliança. Mitre reunia em frente ao inimigo, em força, o grosso das Forças Aliadas, mas não dava prenúncios do local e do dia da invasão.

O COMBATE

Na madrugada de 9/10, muito escura e fria, os paraguaios, sob o comando de Diaz, desencadearam a operação esperada. Eram três grupos de fôrças, um dos quais Diaz conservou em reserva, em suas mãos, perto do Itapiru. A travessia se iniciou às 3 horas da madrugada, protegida pela escuridão e pela macega.

O silêncio só foi interrompido pelo barulho dos galhos que se quebravam no mato espesso, à medida que os paraguaios iam penetrando, na ânsia frenética de abordarem as nossas trincheiras. Ao alerta dos sentinelas, eles se precipitaram na luta. Mas a reação foi pronta e generalizada. E as canhoneiras da Esquadra também não perderam tempo em acudir, com o seu apoio, martelando com o seu fogo as embarcações de abordagem.

Era, realmente, uma operação combinada, com absoluta conjugação de esforços da Marinha e do Exército, — merecedora, ainda hoje, das melhores atenções de nossos estudiosos dos problemas da cooperação das Fôrças. O próprio Lopes exaltou a estreita colaboração da Marinha com o Exército, atribuindo à unidade de comando brasileira a razão principal da sua derrota. (Fig. n. 2).



Figura n.º 2 — COMBATE DA ILHA DA REDENÇÃO

NARRAÇÃO DO COMBATE, PELO COMANDO BRASILEIRO

(Parte de Combate de 10 Abr 1866)

"Tendo assumido o comando da guarnição da Ilha da Redenção, em frente ao Forte de Itapiro, por acabar de morrer de uma bala de canhão o Ten-Cel de Estado-Maior de Artilharia João Carlos de Vilagran Cabrita, que a comandava, cabe-me a honra de narrar a V. Ex.^a o brioso feito d'armas da mesma guarnição por ocasião do combate que teve lugar hoje pelas 4 horas da madrugada.

A essa hora, sendo pelos postos avançados do 7º Corpo de Voluntários da Pátria, que guarnece o flanco direito da referida ilha, pressentido o inimigo, que em duas chalanas e número superior a 30 canoas, com uma velocidade espantosa, se aproximava às barrancas, rompemos o fogo da fuzilaria sobre ele, e, não obstante a mais pertinaz oposição, efetuou-se em diferentes pontos o desembarque, carregando os contrários sobre as ditos postos, que, reconhecendo a impossibilidade de sustar o ímpeto dos agressores em tão subido número, retrocederam, disputando-lhes todavia o terreno, passo a passo.

Ao avizinhar-se o inimigo das trincheiras, foi recebido em toda a linha de entrincheiramento, já disposta, por uma fuzilaria uníssona, e desde logo tão bem sustentada, que o conservou a respeitosa distância até o romper d'alva, tempo em que, sentindo eu que escasseavam as munições do mencionado 7º Corpo de Voluntários, tomei a resolução de fazer uma carga a baioneta, não obstante desconhecer a força atacante, confiado todavia no imponente dessa espécie de ataque e na bravura reconhecida dos nossos soldados.

Mandando fazer o sinal do 7º e em seguida o de carga, ao som do Hino Nacional, e de vivas a sua Majestade e à Nação Brasileira, vi com sumo orgulho os pelotões não só dêsse corpo, como dos outros, precipitarem-se por sobre as trincheiras por todos os pontos, como que movidos por um só impulso, e caírem sobre o inimigo, à baioneta cruzada, levando-o de tropel até a margem do rio, deixando após de si um lastro de cadáveres. Os poucos que chegavam à mesma margem, procurando escapar-se a nado ou dentro das canoas, encontraram a morte a ferro e fogo, ou foram feitos prisioneiros por navios da nossa Esquadra, de maneira que, de toda essa expedição, computada em número superior a 1 200 homens, um só não foi visto voltar à margem oposta. Ficaram no campo de batalha 642 mortos, além dos que morrendo n'água e dentro das canoas, foram levados pela correnteza do rio.

Quatorze canoas, para cima de 700 espingardas, com avultada munição nas patronas, grande número de espadas, se têm recolhido, e continua-se no recolhimento, por entre o grande macegal da ilha.

Cumpre, também, um dever mencionando a V. Ex.^a o bizarro procedimento dos vapores Henrique Martins e Greenhalg, que pouco depois

de começar o ataque, contornando a ilha, bem na proximidade da terra, a fuzil e a canhão pela frente, flancos e retaguarda, molestaram horrovelmente os atacantes. A êsses vapôres se deve indubitavelmente a inação de uma grossa coluna do inimigo, que do lado oposto aguardava o regresso das canoas para ser transportada à mesma ilha.

Terminando esta minha circunstaciada participação, felicito a V. Ex.^a por êste sinal do triunfo das Armas Brasileiras no território inimigo, como um presságio dos grandes triunfos que estão reservados às nossas Armas.

Deus guarde a V. Ex.^a

Francisco Joaquim Pinto Paca
Tenente-Coronel."

NARRAÇÃO DA REVISTA OFICIAL DO CENTENÁRIO DO PARAGUAI

"Itapiru se mostrou inútil contra a Esquadra encouraçada do Império. Seus canhões lisos, de avancarga, foram impotentes em presença da magnifica artilharia brasileira e espessa blindagem que protegia os seus navios. E nisto está o segredo do êxito dos Aliados, que de outro modo jamais invadiriam nosso território, nem muito menos se atreveriam a subir o rio Paraguai.

Ao combate dos lanchões se seguiu um interminável bombardeio contra Itapiru, que respondeu com igual vigor. O Ten-Cel Vilagran Cabrita, antigo instrutor do nosso Exército, foi o encarregado de efetuar a operação. Na noite de 6 de abril, a Ilha de Itapiru foi ocupada por efetivos numerosos, que imediatamente se entrincheiraram, instalando 8 peças de Artilharia.

Para responder à Artilharia do Banco, desde então denominado de Purutué, foram instaladas duas peças de 68. Um lanchão com outra peça de 68 também participou dêsse duelo de Artilharia. A Esquadra Brasileira protegia a guarnição de Cabrita.

Lopes decidiu desalojar os brasileiros, com 1 200 homens escolhidos, ao comando do Ten-Cel Diaz. Eram 180 de Cavalaria, num conjunto de 3 grupamentos em 29 canoas, lançando-se contra a ilha; o 3º Grupamento ficou em Itapiru. A Cavalaria atuou a pé. Não foi possível a surpresa da operação. Os brasileiros a pressentiram. Mas a sua Artilharia não deteve os atacantes, que chegaram até as trincheiras.

Travou-se a luta corpo a corpo, na qual é de justiça reconhecer que os inimigos se bateram denodadamente, como os paraguaios. Nessa tenaz porfia, vieram as primeiras luzes do crepúsculo.

Vendo que amanhecia e que nossos esforços não tinham êxito, Diaz empregou sua reserva. Mas foi tudo inútil. Os brasileiros, em posições bem protegidas, com boa Artilharia e com o concurso da Esquadra, que entrou em movimento ao vê-los em perigo, vitoriosamente, forçaram os atacantes a se retirar com perdas consideráveis.

Enquanto os paraguaios, esgotados, chegavam à terra, lá ao longe, na ilha e na Esquadra, ressoava o Hino brasileiro, em meio a prolongados gritos de alegria, com que os vencedores festejavam a vitória.

Mas essa alegria pouco durou. Um acontecimento inesperado cobriu de luto a vitória, no momento em que o herói da jornada se entregava à tarefa de registrar a história daquela grande façanha.

Com efeito, redigia Cabrita, a bordo da sua chata, a parte de combate, quando uma granada da Artilharia comandada por Bruguez arrebentou perto dêle, matando-o incontinenti.

E' e tombara vítima do seu mais destacado discípulo, que tão cruelmente demonstrava ter aprendido as lições do mestre. Depois dessa operação, o duelo de Artilharia se prolongou até 17 de abril, dia em que o Exército Aliado invadiu o território paraguaio."

SIGNIFICAÇÃO DO 10 DE ABRIL

O combate da Ilha da Redenção, ou Purutué (Banco Português), como passaram a chamá-la os paraguaios, quando examinado no conjunto dos cinco anos da guerra, constitui episódio da mais alta relevância, porque, a partir daí, estão marcados e definidos os rumos novos da evolução dos acontecimentos. E é preciso considerar que, tanto na conquista e na defesa da ilha, como no arranco decisivo para tomar pé e consolidar-se no território inimigo, cruzando um fôsso de 3 km, sómente participou o Comando Brasileiro, pois uma forte tempestade retivera na primeira margem, no dia 16 de abril, os transportes que deveriam conduzir as forças argentinas e orientais.

A glória maior de Cabrita, na defesa da Ilha da Redenção, está em haver sustentado, depois da conquista da ilha, o ataque de fixação que permitiria a Osório abrir, do outro lado do rio, com os seus lanceiros gaúchos, o caminho do Passo da Pátria. E isso modificou o cenário da guerra. (Figuras ns. 3 e 4).

Já em 24 de maio, depois do combate do dia 2, no Estero Bellaco, travar-se-ia a grande primeira Batalha do Tuiuti, com a vitória das Forças Aliadas.

Outra consequência, também relevante, do feito de Cabrita, no quadro da transposição do Paraná, foi a de criar, no espírito ainda vacilante, de Mitre, a confiança e a determinação imprescindíveis à condução das operações, no seu prosseguimento. Com isso se firmava a

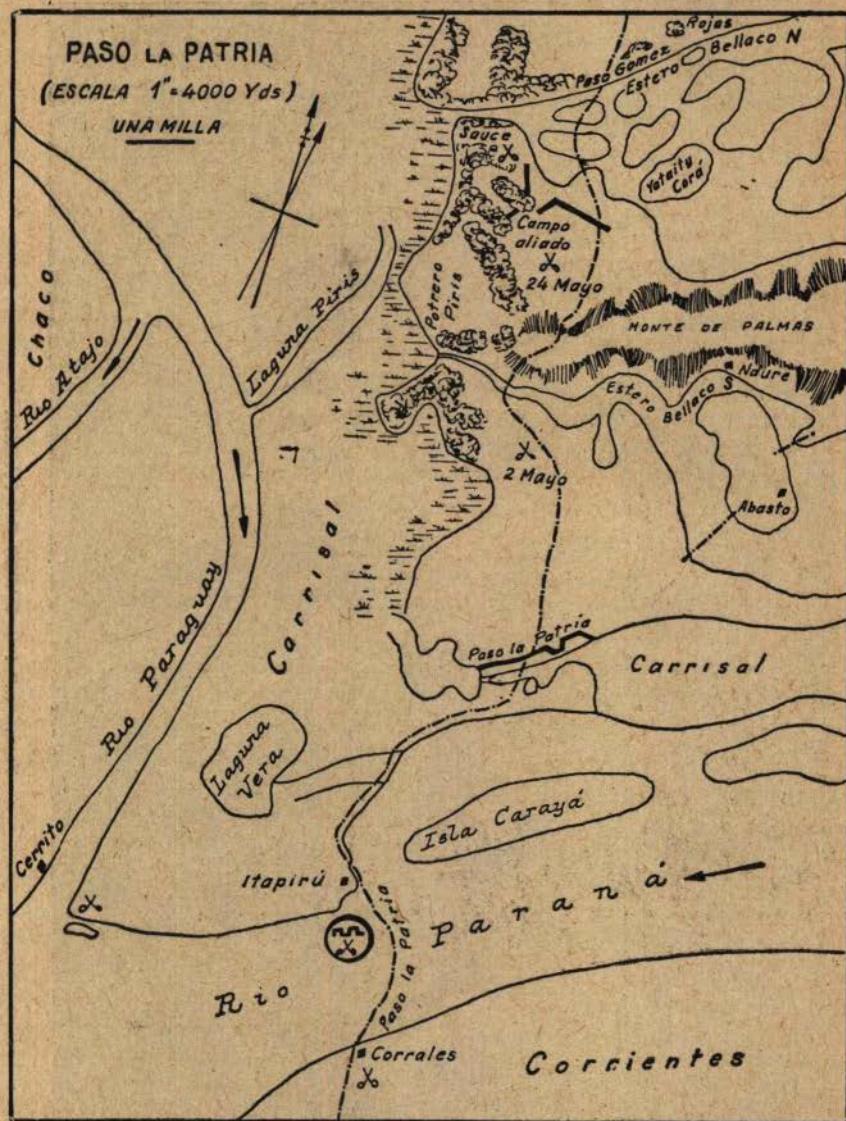


Figura n.º 3 — PASSO DA PÁTRIA

(Copiado de Thompson, do livro de Schneider)

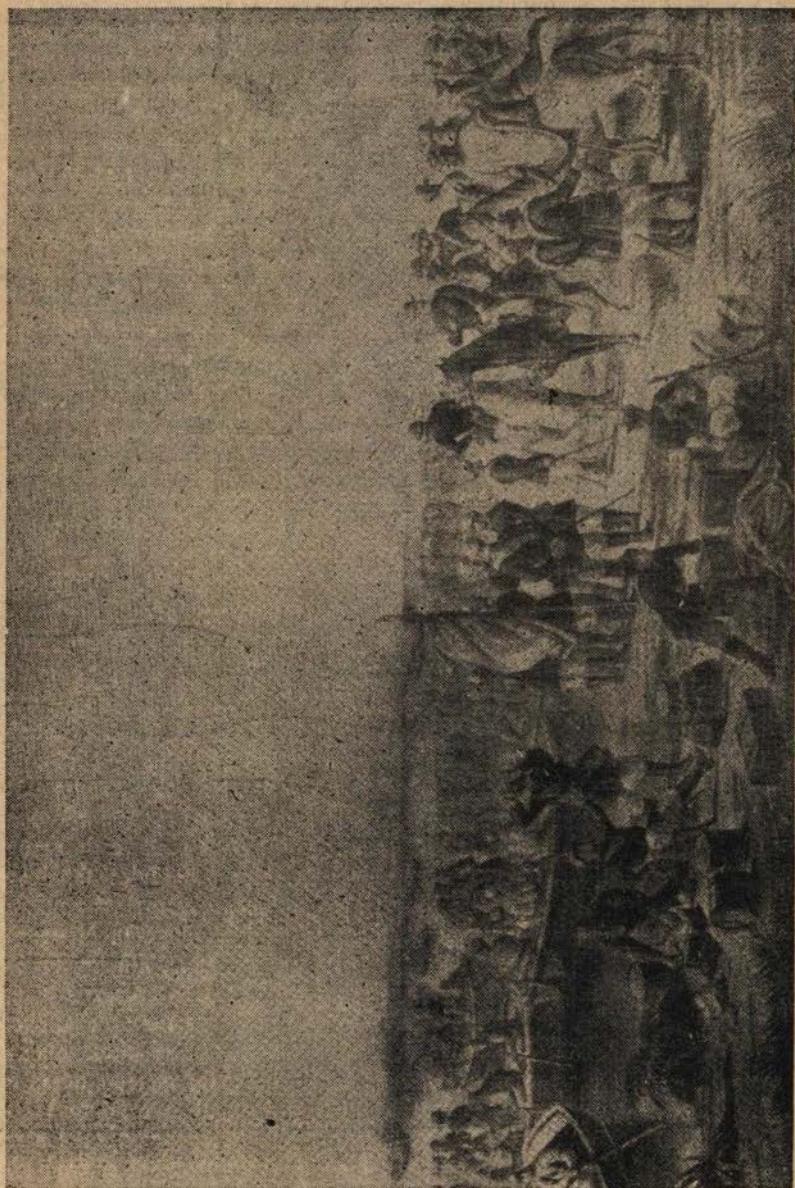


Figura n.º 4 — PASSO DA PÁTRIA

unidade de comando para a convergência de esforços que se impunha, superando-se as controvérsias em que se chocavam as opiniões de Mitre, Flores e Polidoro, com o ponto de vista diferente que manifestavam Tamandaré e Pôrto Alegre.

Tamandaré mostrou, aliás, a sua alta compreensão do problema da combinação das Fôrças, ao declarar que, embora possuísse meios para destruir as fortificações inimigas desde o Passo da Pátria até Assunção, julgava que "tal emprêsa não teria mais que um brilho improfícuo" se não fôsse estabelecido um plano de conjunto com o Exército.

A conquista do Passo da Pátria, com o emprêgo combinado das Fôrças Navais e Terrestres, foi, já naquele tempo, uma comprovação do sábio princípio defendido por Tamandaré. Os princípios da guerra se sobrepõem aos tempos, ao aperfeiçoamento das técnicas e ao progresso do material.

A transposição à viva fôrça do rio Paraná, em abril de 1866, não discrepa dos conceitos fundamentais que ainda hoje adotamos, um século depois, ao encararmos, com novos recursos materiais, novas técnicas e novas armas — inclusive a intervenção das fôrças aéreas — uma operação semelhante.

O que observa, principalmente, o estudioso da guerra, ao examinar, sob as condições de hoje, aquela grande operação combinada, é o quanto progredimos na velocidade e na potência dos meios, paralelamente com o aperfeiçoamento do padrão técnico do combatente, dentro da permanência do princípio de que "não se luta com homens contra material", embora ainda seja o homem, nas suas virtudes, nas suas aptidões e na sua capacidade de liderança, o fator decisivo da vitória.

Sobressaem, ainda, nas características daquela guerra, no âmbito dos Grandes Comandos, os problemas da unidade e do exercício do comando. Os da unidade, quando não os guia a identidade da doutrina, e os do exercício, quando a dispersão dos meios e a morosidade das informações e da transmissão das ordens não são compensadas por um sistema eficiente de comunicações. É o que se vê na Campanha do Paraguai.

Além disso, não havia cartas. Progredia-se no desconhecido. E daí a grande importância que assumiu o trabalho da nossa Comissão de Engenheiros, considerada, então, como "os olhos do Comando".

Mas o grande papel permanente que, em tôdas as situações, consagrava a intervenção da nossa Engenharia na Campanha do Paraguai, era o de criar e o de vencer obstáculos, dentro das missões das Grandes Unidades constituídas, em proveito das outras Armas, como nova Arma combatente que se afirmaria cada vez mais, durante o curso da Guerra, na marcha para o inimigo, na abordagem das suas posições e no próprio combate, onde o engenheiro se transformava no combatente, sobressaindo pela bravura, pela resistência, pelo entusiasmo e pela fibra de soldado.

Foi assim que atuou a nossa Engenharia na Guerra da Tríplice Aliança, há um século. *E foi aí que, verdadeiramente, ela nasceu, como Arma combatente*, daquele misto de doutores e soldados, que lhe criou o espírito e o renome, sob o emblema do famoso Batalhão de Engenheiros. O castelo, antes símbolo da guerra de sitio, passava a estar presente, no apoio às outras Armas irmãs, em todas as vicissitudes da campanha. No episódio da Ilha da Redenção, a Engenharia surge e se consagra como Arma.

Alterava-se o conceito, que também existia no Brasil, a respeito dos "doutores e científicos do Exército", como chamavam os "troupiers" de Napoleão aos engenheiros diplomados pela Escola Politécnica de Paris, dando-lhes o apelido de "Monsieur Problème".

A Engenharia Brasileira recebeu, no dia 10 de abril de 1866, o batismo de sangue, como Arma combatente. Era o coroamento do seu infatigável e bravo trabalho ao longo do itinerário do Exército Aliado, desde que ele se concentrou novamente em Concórdia, depois das grandes vitórias estratégicas de Jataí e Uruguaiana e do sucesso naval de Riachuelo, até as barrancas do Paraná, em Corrientes.

Coube a Vilagran Cabrita o privilégio de conduzir o Batalhão de Engenheiros através de obstáculos e de peripécias que haveriam de pôr à prova a fibra heróica de uma verdadeira unidade de elite, criando-lhe o renome e o prestígio que os acontecimentos posteriores vieram consolidar.

No centro de tudo isso, sobressai, em seu perfil austero, sereno e imperturbável, a figura do Coronel Cabrita, sob cujo comando seguro e vigilante a guarnição da ilha haveria de cumprir a sua missão, como cumpriu, apesar da grande bravura dos atacantes paraguaios.

Ela não perdeu tempo em organizar-se defensivamente, sob a direção de Cabrita. E o dispositivo adotado se mostrou invulnerável. A ilha se transformou num verdadeiro baluarte, resistindo, desde as 4 horas da manhã de 10 de abril, quando se deu o ataque paraguaio, até a retirada do adversário.

Itapiru não cessou de atirar, mas toda a área da Redenção continuava nas mãos dos brasileiros, depois daquele intenso entrechoque em que eles enfrentaram a fuzilaria dos atacantes, o assalto a arma branca e a luta do corpo a corpo, num entrevêro decisivo, que fez honra à bravura dos dois contendores.

No fim de tudo, a guarnição da ilha havia triunfado. O inimigo se retraiu, com perdas muito pesadas.

E era isso o que Cabrita estava participando, por escrito, ao General Osório, quando foi atingido e morto por um tiro do Forte de Itapiru. Quis o destino que ele morresse no momento em que os lauréis da glória já o haviam imortalizado, para o julgamento da posteridade. Foi

há cem anos que isso aconteceu. E essa posteridade somos nós, no Exército de hoje, como serão os nossos sucessores, no Exército de amanhã.

CONCLUSÃO

Dai a grande significação de que se reveste a iniciativa desta Escola, ao inserir, no seu próprio programa de estudos, a homenagem que ora prestamos a Vilagran Cabrita, o Patrono da Arma de Engenharia, ao ensejo do Centenário do seu falecimento, no combate da Ilha da Redenção.

Nenhum auditório, dentro do Exército, oferece ambiente mais propício para realizar e engrandecer esta homenagem. Aqui se preparam os nossos Chefes. A ECEME é a fonte que retempera o espírito do nosso Alto Comando, renovando-lhe os valores, através dos tempos, na sua permanente missão de recolher, absorver e atualizar conhecimentos, dentro de cada época, sem comprometer a predominância das características e das condições nacionais, e no seu relevante papel de plasmar adequadamente a mentalidade do nosso Quadro de Estado-Maior.

Tudo isso há de ser feito, e aqui se faz, com a presença e sob a inspiração da nossa própria História, não apenas pelas lições que ela nos transmite, como pela consciência, que ela nos dá, da grande missão do Exército, no quadro da Nação.

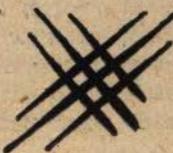
O Exército não pode isolar-se no tempo, encerrando-se cada geração militar dentro de sua época, sob o impacto dos fenômenos e das contingências do presente. Como Instituição Nacional permanente, com a sagrada missão da defesa da Pátria, ele tem um itinerário a cumprir, com as vistas voltadas, tanto para as lutas e a experiência do passado, como para as perspectivas e os problemas que se desenham no panorama do futuro.

Sua grande obra é de continuação, trazendo do passado o que é perene e guardando a autenticidade do espírito e da realidade da Nação, através da dinâmica do progresso e da renovação dos tempos, de forma a atualizar-se, como Organização, para cada conjuntura, sem destruir-se, como Instituição, nos seus traços eternos e nos seus destinos, que se confundem com os da própria Pátria.

A História é, por isso mesmo, elemento fundamental da formação do futuro Chefe. E é, sobretudo, a grande fonte inspiradora do civismo e da consciência do dever, com base no compromisso moral de que se reveste o exercício da função militar. São forças espirituais que se aliam ao valor profissional na conformação da figura do líder, que se destina a conduzir homens, inclusive nos momentos incertos e diante do perigo.

É assim que comprehendo o sentido desta homenagem que prestamos a Vilagran Cabrita, ao recordar episódios vividos há cem anos pelo nosso Exército, que, hoje, somos nós.

A grande vitória que êle alcançou para as nossas Armas e a sua morte gloriosa, no próprio Pôsto de Comando, consagraram a sua figura de Soldado, dando-lhe a expressão de símbolo e de *Patrono da Arma de Engenharia, que nasceu com êle, no campo de batalha*. E é como símbolo que o olhamos agora, alteado no cenário da nossa História, engrandecido pelo tempo e reverenciado pelo Exército, aqui nesta Escola de Chefes, neste Centro de Civismo, neste verdadeiro baluarte do Espírito das Armas Brasileiras.



**Marechal
ALTAIR FRANCO FERREIRA**

Foi transferido para a Reserva, como Marechal, o Exmo. Sr. General Altair Franco Ferreira, nosso ilístre Diretor-Presidente. S. Exa. afastou-se, voluntariamente, das atividades do Exército, ao qual serviu com proficiência, dedicação e espírito militar, por largo período — iniciado no Colégio Militar do Rio de Janeiro e agora encerrado na Diretoria Geral de Remonta e Veterinária, para onde havia levado o seu entusiasmo de cavalariano.

A DEFESA NACIONAL deseja a S. Exa. que seja muito feliz, na tranqüilidade da sua existência privada, à qual se recolhe com a consciência dos deveres bem cumpridos. Pede vénia, no entanto, para continuar a solicitar intensamente da sua capacidade e experiência, em benefício da Revista.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO EXÉRCITO

(1930-1965)

Gen JAYR JORDÃO RAMOS

INTRODUÇÃO

Digno de encômios e grande tem sido, através dos tempos, o papel civilizador e pioneiro das Forças Armadas Brasileiras. Em quase todos os empreendimentos e iniciativas em prol da criação de um Brasil grandioso, próspero e feliz, encontra-se, sempre na vanguarda, a ação humana, entusiástica e progressiva dos seus marinheiros, soldados e aeronautas.

O Exército, em particular, muito tem contribuído para o desenvolvimento do País, atuando com desprendimento e fé patriótica na solução dos numerosos e complexos problemas nacionais, alguns sérios e difíceis. No campo educacional, por exemplo, ainda está para ser estudada, e consequentemente ressaltada, a importância de sua operosidade e de seu trabalho construtivo na elevação do nível de robustez das populações brasileiras, principalmente no setor das atividades ginnodesportivas, onde verdadeiramente notável tem sido o seu papel pioneiro e de liderança.

Fazendo um breve retrospecto do que foi realizado, constataremos que grande parte desse trabalho de valorização humana, executado de maneira sistemática e racional, é obra da Escola de Educação Física do Exército (EsEFE) que, no dia 11 de janeiro de 1965, quando realizava uma colônia de férias com cerca de 1 500 crianças e adultos, numa demonstração pujante do seu dinamismo, completou 35 anos de profícuas e laboriosa existência.

A Escola está situada na entrada da majestosa Baía de Guanabara, justamente no sítio histórico onde Estácio de Sá desembarcou, em 1565, para expulsar os franceses de Villegaignon, lançando assim os fundamentos da Cidade do Rio de Janeiro. O local é cheio de encantos e privilegiado pela natureza, ao pé do célebre penhasco do Pão de Açúcar, gozando dos benefícios de duas encantadoras praias e de brisas constantes que amenizam a temperatura durante o prolongado estio carioca. Ainda mais, como se fôra uma ilha, é circundado pela mata verdejante e o mar azul.

Em evolução constante e sempre voltada para aquisição de novas técnicas, tornou-se a EsEFE um padrão de eficiência e símbolo de trabalho honesto e construtivo. Como um dos mais importantes centros de ensino de educação física no mundo, o seu nome é bastante respeitado no País e no estrangeiro, procurada como tem sido por inúmeras personalidades, missões culturais e delegações desportivas e militares, que

para ela afluem no propósito de conhecer as suas instalações modelares, os seus currículos bem ajustados e o rendimento geral dos seus trabalhos.

Além de sua importância como órgão de formação de especialistas, a Escola constitui sobre o assunto utilíssimo laboratório, cuja missão precipua é de sancionar pela experiência as práticas em uso, dentro de uma orientação eclética e progressista, a fim de traçar normas científicas e objetivas para o treinamento físico do soldado brasileiro, contribuindo também, dentro de seu programa de ação, para o aperfeiçoamento das técnicas pedagógicas e desportivas úteis à coletividade brasileira em geral.

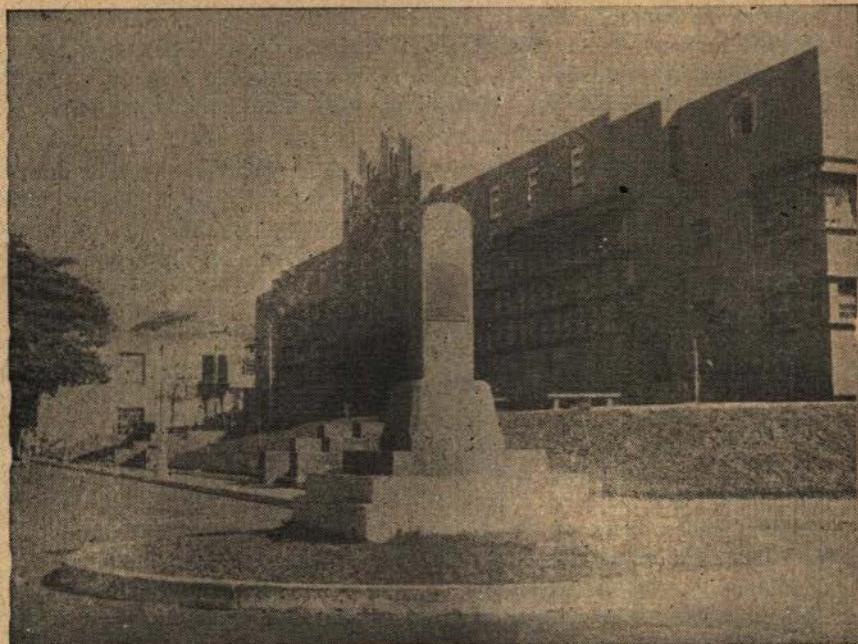
PROJEÇÃO INTERNACIONAL

Dentre as personalidades estrangeiras ilustres que visitaram a Escola, cumpre assinalar o notável cabo de guerra norte-americano — General George Marshall —, um dos construtores da vitória dos Aliados no último grande conflito mundial e coordenador do "Plano" que tomou o seu nome e salvou a Europa da fome e do comunismo. Os seus conceitos sobre a Escola enchem-nos de orgulho e satisfação.

O General Huntziger, um dos grandes chefes do Exército Francês do pós-guerra, quando da sua passagem na chefia de Missão Militar Francesa no Brasil, conhecedor do que se fazia na Escola, deixou assinalada a sua visita, presenteando-a num admirável gesto de camaradagem militar e de confraternização desportiva, com um belíssimo e rico conjunto de porcelana, constituído por seis atletas em atitudes vigorosas e dinâmicas.

O General Ord, que colaborou na organização da Fôrça Expedicionária Brasileira para a luta contra o nazi-fascismo, como representante da terra de Washington, externou também interessantes considerações sobre a Escola, constituindo a sua opinião registro de alto valor. "O Exército do Brasil está hoje mais adiantado em treinamento físico que a maioria dos Exércitos do Mundo, sendo esta sua posição de superioridade, sem dúvida, devida à influência de sua Escola de Educação Física do Exército..."

Assinado por Joseph A. Baird, oficial-médico do Exército dos Estados Unidos, na revista "The Military Surgeon", em 1941, foi publicado um interessante artigo sobre a nossa Escola, cujas apreciações finais e conclusivas são bastante honrosas: "É impossível, na curta visita que fiz e nesta breve narrativa dos pontos especialmente observados, dar mais do que uma ligeira idéia da grandeza do trabalho que está sendo realizado na Escola de Educação Física do Exército e daquilo que deduzi e observei. Seria bem vantajoso se o nosso Exército enviasse um oficial médico a essa Escola, por um período, para fins de estudo e observação dos métodos empregados; alguém que observasse novas idéias e as



Ginásio Leite de Castro e Marco da Fundação do Rio de Janeiro

introduzisse no nosso Exército, o que, tenho certeza, beneficiaria nossas tropas e nos auxiliaria a manter o nosso lema: "Conservar a Fôrça do Combatente".

Em agosto de 1941, foi a Escola visitada pelo Major Carlos Afonso dos Santos, oficial do Exército Português e escritor de elevado conceito. Suas impressões, animadas de espontaneidade e vibração, constituem peça de carinho e fraternidade: "Na minha visita à Escola de Educação Física do Exército, tive a maior comoção da minha vida ao saudar militarmente o padrão que assinala a fundação da grande capital do Brasil; e não foi menor a minha emoção ao verificar no funcionamento e demonstrações dos complexos serviços da Escola, na perfeição dos seus métodos, na sua organização e na excelência do seu comando, oficiais-instrutores e monitores a altíssima função que compete a esta nobre instituição e o glorioso papel que lhe está reservado no aperfeiçoamento físico e moral duma raça, que já é grande e nobre. Como português e como soldado, peço licença para sentir um grande orgulho lusiada pela nobilíssima lição de patriotismo brasileiro e de lusitanismo que vim receber hoje aqui".

O Prof. Cesar Vasques, ex-diretor de educação física da República Argentina, deixou consignado no livro de impressões da Escola, algumas

palavras de elevado valor conceitual: "Tenho visitado, no mundo, vários institutos de educação física, porém em nenhum encontrei reunido tanto material humano, tanta técnica, tanto patriotismo, tanta beleza, que me impressionaram profundamente. Felicito ao seu Diretor e ao seu pessoal docente, e afirmo que esta visita será para mim de enorme proveito didático e espiritual".

O Prof. Pedro Escudero, glória da Nação Argentina e grande nutricionista de projeção internacional, após demorada visita à Escola, nos primeiros anos de sua instalação, teve para ela palavras de carinho, admiração e aprêço, expressas na fase entusiástica: "Isto aqui é a 8^a maravilha do mundo"!

Os juízos expressos servem apenas como uma mostra, pois numerosas foram as personalidades de primeira plana da educação física e dos desportos mundiais ou de seus respectivos países — professores, médicos-desportivos, treinadores, atletas-olímpicos e desportistas em geral, que, após apreciarem as instalações e os trabalhos escolares, externaram, oralmente ou por escrito, honrosos conceitos sobre o que viram sob os pontos de vista material e técnico. Dentre muitos, podemos citar: os alemães Hebert Riendell, Woldemar Gerschler, Liselot Diem e Irene Nikolai; os argentinos Negri, Romero Brest, Juan Carlos Cutrera, Ramon C. Muros e Carlos A. Vecchio; o australiano Forbes Carlile; o austriaco Gerhard Schmidt; os belgas Rauol Mollet e Julien Falize; os bolivianos Pozo Trigo e Velarde; os chilenos Luis Bisquert e Carlos Maralla; o dinamarquês Niels Bukh; os equatorianos Davilla Burbano, Ernesto Moncayo e Padilha Duque; os franceses Jules Rimet, Henri Debrus, Lartigue e Listello; o italiano Foá; os norte-americanos Mc Cloy, Ruth Elliott, Dorothy Ainsworth, Carl Troester, Elsa Schneider, Don Kinzle, Bob Mathias e Fortune Gordien; o filipino C. C. Bartolomé; o peruano Sacarias Vasquez; os portuguêses Leal d'Oliveira (Presidente da Federação Internacional de Educação Física), Balthazar Rebelo de Souza, Correia Leal, Jorge C. Oom, os dois Marques Pereira, Robalo Gouvêa, Andresen Leitão, Mário Gonçalves Viana, Salazar Carreira, Tibério Antunes, Fernando Ferreira, Daniel Rogério Leite e Aníbal da Silva Costa; os paraguaios Ignacio Elizalde e Cesar Adorno; os suécos Thulin, Sven Trofelt, Agne Homestrom, Curt Johanson e Erik Alund; os uruguaios César Estol, Julio J. Rodrigues, M. A. Langlade, Isquierdo, Raul V. Blanco, Tiburcio Mendonza, Musante, Carambula, Americo Benitez e muitos outros de várias nacionalidades.

O Prof. Mário Gonçalves Viana, ex-diretor do Instituto Nacional de Educação Física de Portugal e grande difusor da cultura brasileira em terras lusitanas, em um capítulo especial de sua obra de viagem e amor ao Brasil "Dezassete Dias no Brasil", entre inúmeros conceitos e apreciações, emitiu este bastante significativo, que, talvez, expresse o pensamento geral dos visitantes estrangeiros: "A Escola de Educação Física do Exército é um estabelecimento de ensino que marcaria uma posição de relevo em qualquer parte do mundo".

LIDERANÇA

Notável tem sido o papel desempenhado pela EsEFE, na liderança das atividades físicas no meio brasileiro. Mesmo no estrangeiro há exemplos bem interessantes, que nos honram sobremaneira.

Em todo o País, as direções de educação física escolar e de associações de classe, os comitês desportivos, as confederações e federações etc., normalmente, contam em seus quadros numeroso pessoal especializado preparado na EsEFE, bastando citar, como exemplos, a presença do Gen Antônio Pires de Castro Filho na chefia da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura, do Dr. Waldemar Areno na direção da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, do Prof. Manoel Monteiro Soares na presidência da Federação das Associações de Educação Física do Brasil e da Associação de Educação Física do Estado da Guanabara e do Major Sílvio de Magalhães Padilha na direção do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo e na presidência do Comitê Olímpico Brasileiro. O Major Padilha, fato bastante honroso para nós, é também membro do Comitê Olímpico Internacional.

Cerca de um terço do professorado das escolas civis de educação física, apreciado em conjunto, é oriundo da Escola da Urca. Com exceção de um, até hoje, todos os diretores da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil foram egressos de sua congênero do Exército.

Relativamente ao estrangeiro, há coisas bem interessantes dignas de registro, que evidenciam a importância da Escola, como centro de divulgação e forja de líderes. Entre muitas, escolheremos umas poucas, adiante descritas, que nos tocam de perto como soldados e desportistas. Eis-las:

Em 1955, dois oficiais portuguêses, após um ano de trabalhos intensos e de convivência fraternal com seus camaradas brasileiros, foram diplomados pela Escola. De retorno a Portugal, na base do aprendido, organizaram o treinamento físico da tropa aerotransportada, cuja doutrina, para satisfação nossa, está assentada, no manual brasileiro C-21-20, edição de 1958.

Por ocasião do I Congresso Luso-Brasileiro, no magnífico Estádio Municipal de Lisboa, no vale do Jamor, orientado pelo Ten Cel Argentino Urbano Seixas, um dos diplomados pela Escola, assistimos um empolgante e magnífico trabalho de "ginástica básica" executado por soldados do Regimento de Caçadores Pára-quedistas, tropa que, pelo seu valor físico e moral, afirmou-se mais tarde na África, demonstrando cuidadoso preparo físico e grande combatividade.

Sobre a enérgica atuação desta tropa na guerra e a importância de sua preparação física, é suficiente transcrever um trecho da carta que recebemos do Ten-Cel Seixas: "É indiscutível o valor real e bem patente

do método de educação física seguido pelas tropas pára-quedistas portuguêses. Acredite que tem sido impressionante os relatórios, de Angola e Guiné, referindo-se a excepcional forma física dos pára-quedistas. Todos os oficiais que regressam se referem a isso".

No Paraguai, país amigo e cheio de tradições, grande é a liderança do pessoal diplomado pela Escola, cuja atuação tem sido importante não sómente nas suas duas Escolas de formação de especialistas, como também nos seus estabelecimentos de ensino e associações desportivas.

Em face do exposto, acredito que não haja mais necessidade de ressaltar o importante papel de liderança exercida pela Escola. No entanto, para finalizar, façamos nossas as afirmações do Prof. Alfredo Colombo, velho batalhador em prol da educação física nacional e figura



Vista aérea da EsEFE, vendo-se assinalado por uma seta o local do marco comemorativo da Fundação da Cidade do Rio de Janeiro

de projeção internacional na especialidade. Diz o insigne professor. "Onde a EsEFE se destaca e se sobrepõe a todas as demais é na formação de líderes, isto é, de homens imbuídos de valor social da prática das atividades ginástico-desportivas, de homens vibrantes de entusiasmo e de dedicação pela especialidade que escolheram, de apóstolos dessa nobre causa, de porta-bandeiras do ideal do homem físico e espiritualmente forte, do futuro homem brasileiro. Prova isso a presença, na

primeira fila, em tôdas as realizações de que tenho participado, das mais variadas atividades, por êste imenso Brasil, de homens que passaram por essa Escola — centro de pesquisadores, porém, e principalmente, de realizadores — *Escola de Líderes*".

PLANEJAMENTO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

Outro aspecto utilíssimo de liderança da Escola refere-se à sua atuação, principalmente nos primeiros vinte anos de sua existência, no planejamento de locais para a prática das atividades físicas. Assim, dentro de um programa de incentivo e cooperação, sem nenhum ônus para o interessado, a Escola orientava técnicamente qualquer empreendimento, ou mesmo fazia o projeto desejado, bastando que os corpos de tropa, estabelecimentos de ensino, associações desportivas, ou mesmo particulares, remetessem as dimensões do terreno e outros dados indispensáveis.

Com o intuito de facilitar a tarefa de construções, o autor dêste trabalho, em 1945 e 1955, respectivamente, publicou duas obras — "Dêem Estádios ao Exército" e "Instalações e Material" —, que, sem dúvida, serviram e até certo ponto servem ainda a todos aquêles que, sem grandes pretensões arquitetônicas, ou dispondo de recursos limitados, desejam construir estádios, ginásios, campos de desportos e outras instalações para as atividades gimnodesportivas, principalmente as úteis ao treinamento físico-militar. Quase tôdas as instalações desportivas do Exército, com poucas exceções, foram buscar na Escola ou nas obras citadas os elementos técnicos e práticos para a sua construção.

Em trabalho por nós realizado em 1958, com a prestimosa cooperação da Comissão de Desportos do Exército, abrangendo um levantamento estatístico em cerca de 95% das unidades administrativas do Exército, foi apurada a existência de 101 estádios, 22 praças de desportos, 67 conjuntos de instalações dispersas e 30 organizações dispondo apenas de uma instalação. Os campos de futebol, basquetebol e volibol, apresentando variados tipos de construção, somavam 166.273 e 364, respectivamente. Foram registrados também 15 ginásios e 6 recintos cobertos.

Inúmeras instituições civis e associações desportivas solicitaram também a cooperação da Escola, constando da mapoteca escolar, entre mais de cem projetos elaborados, os realizados para as municipalidades de São Luís, Aracaju, Salvador, Fortaleza, Taubaté e Piraju.

É justo destacar que, embora não tenha sido planejado pela Escola, o extenso Estádio da 1^a Divisão de Cavalaria do glorioso Exército Paraguaio, nas proximidades de Assunção, foi inteiramente construído segundo os cânones divulgados pela EsEFE, já que se inclui um oficial com o Curso dessa Escola no efetivo da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai.

IDÉIA EM MARCHA

Para tornar mais fácil a compreensão dos fatos ligados à História da EsEFE, vamos enquadrá-los em 3 períodos: 1930 — 1942, 1943 — 1956 e 1957 — 1965. É uma divisão arbitrária, sómente tendo valor esquemático.

Inicialmente, em lugar de abordarmos diretamente o assunto, vamos focalizar, como introdução e a título de ligação com o passado, alguns fatos marcantes, que balizam, no tempo e no espaço, preocupações e interesses pelos exercícios físicos no Exército, de modo a possibilitar, com as ocorrências deste pré-período e dos períodos estabelecidos, um sucinto relato histórico de cerca de cem anos.

Para começar, diremos que, durante o Brasil Império e os primeiros anos da República, afora algumas iniciativas isoladas, pouco se fêz na caserna em prol da educação física. Tal estado de coisas, em 1867, em plena guerra do Paraguai, foi perfeitamente retratado pelo Dr. Eduardo Pereira de Abreu, em uma obra de sua autoria de grande valor e oportunidade: "As qualidades físicas, tão apreciadas pelos estrangeiros, para nós é uma irrisão ou banalidade..."

Mas, apesar de tudo, aqui e acolá, houve sempre algumas demonstrações de desportividade e gôsto pelo exercício físico que serviram, sem dúvida, para incentivar as sucessivas gerações de oficiais, dando-lhe espirito competitivo e quebrando, ao mesmo tempo, o excesso de intelectualidade na formação da mocidade militar da época. Inezil Penna Marinho, pesquisador incansável, dá-nos curiosas informações:

"Em 1860, o capitão Ferreira Costa é nomeado instrutor do Depósito de Aprendizes de Artilheiros, situado na Fortaleza de São João. O programa dessa época obrigava a prática de ginástica, esgrima e natação, submetendo os alunos aos respectivos exames, nos quais, em 1875, conforme ata existente, foi um aluno reprovado."

"Em 1860, o alferes Pedro Guilhermino Meyer, de nacionalidade alemã, é nomeado contramestre de ginástica da Escola Militar. Meyer deixa, anos depois, a Escola para servir na Guerra do Paraguai, de onde regressa, em 1869, com o posto de major para exercer no referido estabelecimento as funções de instrutor de armas especiais, de ginástica e natação."

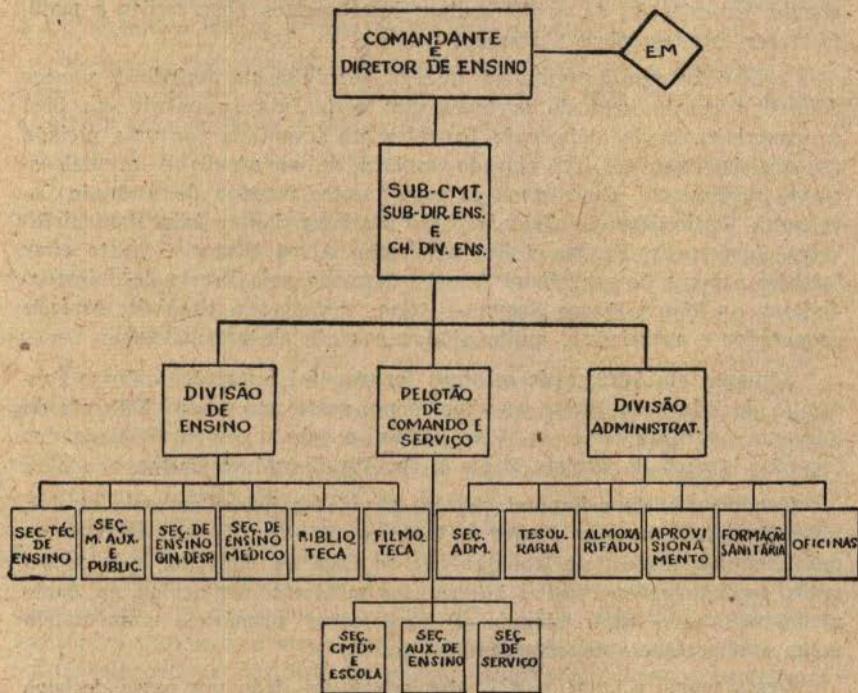
"Em 13 de maio de 1888, houve na enseada de Botafogo uma grande regatá, de que participaram as Escolas Naval e Militar e que ficou conhecida na História do desporto náutico com o nome de Regata da Abolição."

"A instalação da Escola Militar na Praia Vermelha vem dar um grande impulso ao desenvolvimento dos desportos aquáticos. Os cadetes organizam um clube cuja renda é empregada em obter meios que lhes permitissem a prática de canoagem. A pesca também encontrou grande

aceitação naquele ambiente onde tudo a favorecia. A esgrima de baioneta, do mesmo modo que a de sabre, florete e espada, tinha sido oficialmente adotada, encontrando-se entre as aplicações militares. As escaladas do Pão de Açúcar e do Morro da Urca constituíam provas de tenacidade coragem e resistência."

Durante muito tempo, mesmo depois de passada a fase tormentosa da consolidação da República, cheia de revoltas e incompREENsões, não teve o Exército uma orientação racional e segura na preparação física de seus soldados. Apenas uns poucos oficiais, jogadores de futebol e re-

ORGANOGRAMA DA EsEFE



madores dos clubes da época se interessavam pelo assunto, mas o fazendo sem sistematização e cunho científico. É verdade que, com o tempo, o movimento em torno das atividades físicas foi crescendo, embora lentamente, surgindo então a "União Atlética da Escola Militar" e a "Liga de Esportes do Exército", organizações que muito serviram para difundir conhecimentos e criar uma consciência desportiva entre os militares de terra.

Com a vinda da Missão Militar Francesa para instruir o Exército e transmitir-lhe as experiências da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), grandes empreendimentos começaram a aparecer, surgindo, entre inúmeros outros, a idéia da especialização em educação física.

Assim, em 1922, na Companhia de Carros de Combate, quando Ministro da Guerra o Dr. Pandiá Calógeras, espírito dinâmico e realizador, foram feitas as primeiras tentativas de sistematização dos exercícios e de criação de um centro formador de especialistas. Curta foi, no entanto, essa fase de trabalhos em face das dificuldades materiais insuperáveis e dos acontecimentos políticos da época. Apesar de tudo, difundiu-se alguns conhecimentos pela tropa e ministrou-se, então, pela primeira vez, exercícios de comprovado valor mecânico e funcional, cuja prática permitiu que alguns oficiais, cheios de teoria e autodidatas, adquirissem alguma experiência, da qual, resultou interessantes observações e manifestações escritas sobre o assunto.

Após o fracasso da tentativa de 1922, seguiu-se um período de poucos empreendimentos, mas de aprendizagem e de luta incessante em prol da concretização de idéia, cuja bandeira era levantada por uma pléiade de oficiais, animados de elevado espírito de renovação e aperfeiçoamento profissional. Guardemos os seus nomes: Newton de Andrade Cavalcanti, Ilídio Rômulo Colônia, João Barbosa Leite, Jair Dantas Ribeiro, Ignácio de Freitas Rolim e Virgílio Alves Bastos. É justo citar também o nome de um oficial francês, formado pela Escola de Joinville-le-Pont — Major Pierre Segur —, que, com o seu tirocínio, espírito cooperador e entusiasmo, muito ajudou aos oficiais brasileiros.

Sómente em 1929, após esforços tenazes, foi instalado o Curso Provisório de Educação Física, que funcionou, nesse ano, anexo à Escola de Sargentos de Infantaria, na Vila Militar, e sob a responsabilidade dos tenentes Ignácio de Freitas Rolim e Dr. Virgílio Alves Bastos.

Tendo em vista a implantação das atividades físicas no meio escolar, o Dr. Fernando Azevedo, diretor de Instrução Pública do então Distrito Federal, entusiasmado pelo trabalho que se fazia no Exército, após os devidos entendimentos com as autoridades militares, matriculou no curso recém-organizado uma turma de professores primários, aumentando assim a importância do empreendimento.

Dessa maneira, com os dois atos acima, foi dado um passo decisivo na solução do problema brasileiro da Educação Física e sistematizada a sua aplicação de uma maneira racional e positiva.

Grande foi a influência da Missão Francesa, contratada para instruir o Exército Brasileiro, na fixação da doutrina de trabalho. Além do Regulamento Geral, documento básico do Método Francês de Educação Física, quase todas as disciplinas de currículo escolar utilizavam, de preferência, as publicações francesas da época, especialmente os folhetos da Escola Joinville-le-Pont, completados pelas obras de Déménny, Hebert, Boigey, Lagrange, Bellin de Couteau, Tissié, Marcel Labbé, Labrosse e

muitos outros. Joinville era considerado um "templo de saber" e falava-se respeitosamente em Déménny com "lágrimas nos olhos", diz, mais tarde, um comentador exato e irreverente.

1930 — 1942

O desenvolvimento dos trabalhos fizeram sentir a necessidade de instalações mais adequadas, motivo por que, em 11 de janeiro de 1930, foi o Curso Provisório transformado em Centro Militar de Educação Física, passando a funcionar no recinto da Fortaleza de São João e sob a direção administrativa e disciplinar do próprio comandante da Unidade — Ten-Cel Flávio Queiroz Nascimento. Posteriormente, em 1931, foi o Centro desligado de Fortaleza, tornando-se autônomo e assumindo a sua direção o Major Newton de Andrade Cavalcanti.

Embora a transformação do Centro em Escola tenha sido feita mais tarde, concretizando a realidade dos fatos, foi a data de 11 de janeiro escolhida para assinalar a Fundação da Escola.

Cumpre informar que os primeiros passos do novo estabelecimento, no campo doutrinário, foram hesitantes, cautelosos e acadêmicos. A Escola de Joinville em tudo dava a última palavra. Receava-se a hipertrófia cardíaca em face dos exercícios estafantes, cuidados exagerados prejudicavam o treinamento especializado e uma série de princípios e preceitos, consubstanciados na regulamentação francesa em vigor, relegavam os desportos para um plano secundário.

De grande valor testemunhal, demonstrando temor excessivo e ausência de experiência no assunto, constitui precioso documento, hoje em dia, quando numerosos campeões olímpicos e mundiais são quase adolescentes, a análise de uma portaria ministerial, de setembro de 1930, regulando a prática desportiva no Exército: "Considerando que a prática dos desportos individuais e coletivos deve ser, por motivos de ordem fisiológica vedada aos menores de 16 anos e que, a partir dessa idade, até 18 anos, essa prática deve ser comedida e destituída de todo e qualquer espírito de competição; considerando que a prática dos desportos nas idades indicadas e mesmo nas superiores só deve ser admitido após um trabalho normal metódico e racional de educação física; considerando que a energia despendida numa sessão de desportos é considerável e que tal despesa só pode ser suportada sem perigo por um organismo particularmente robusto e já formado; considerando que sem uma boa preparação por meio da educação física os desportos individuais e coletivos geralmente acarretam acidentes desagradáveis e por muitas outras razões, resolveu o Exmo. Sr. Ministro proibir as praças e alunos das escolas, colégios e estabelecimentos subordinados ao Ministério da Guerra, menores de 18 anos e ainda os maiores desta idade que não tenham praticado normalmente, pelo menos desde 1 ano antes a educação física, a participação oficial em competições de tal natureza."

Na fase 1930-1932, apesar das dificuldades ligadas à instabilidade política, marcada principalmente pelas revoluções de 1930 e 1932, pode-se afirmar que bastante satisfatórios foram os trabalhos realizados, não sómente quanto ao rendimentos dos cursos, como aos largos empreendimentos materiais, cujo ponto alto foi, sem dúvida, em fins de 1932, a inauguração do Ginásio Leite de Castro.

Em 1933, mais uma importante etapa foi vencida na consolidação da educação física no Brasil. Quase no fim do ano, realizando um sonho antigo, foi o Centro transformado em Escola, cujos objetivos e cursos foram ampliados e reestruturados.

Já com o honroso título de Escola, tendo sucessivamente no seu comando uma série de chefes entusiastas — Raul Mendes de Vasconcelos, Otávio Saldanha Mazza, Edgard do Amaral e José de Lima Figueiredo —, tomou a Escola um grande desenvolvimento, seguindo um ritmo uniforme de atividades, estudos e pesquisas científicas, de tenacidade e esforços constantes. Novas técnicas foram adotadas, arcaicos processos



O General George Marshall, acompanhado de oficiais norte-americanos e brasileiros, por ocasião de sua visita à Escola, em 1938

de avaliação e controle desportivo substituídos por outros de maior rendimento, largos empreendimentos materiais foram executados e cursos extraordinários realizados, destacando-se, dentre êles, os de "Emergência" que, em 1938, após formar mais de uma centena de especialistas em educação física, médicos e professores, permitiu a oficialização da profissão no País e a criação de um estabelecimento congênere no meio civil — a Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, — hoje já amadurecida e cheia de belas tradições.

É justo destacar, dentre as iniciativas citadas, o importante papel desenvolvido pelo Departamento Médico da Escola. Notáveis foram os trabalhos ali realizados no campo da fisiologia do treinamento, da biotipologia, da bioquímica e da mecanoterapia, para não ressaltar, como seria justo, todas as disciplinas escolares de fundo biológico. Hersheimer, Bürger, Arnold, Herlitzka e outros mestres das escolas alemã e italiana ditaram novas regras na apreciação fisiológica do atleta. Os italianos Pende, Viola e Barbara, os franceses Sigaud e Thooris e o brasileiro Waldemar Berardinelli forneceram preciosos elementos para uma melhor avaliação das possibilidades atléticas, através do biótipo, permitindo, talvez pela primeira vez em uma escola de educação física, uma extensa investigação no campo da ciência das constituições, temperamentos e caracteres. Os índices de robustez — Pignet, Ruffier, Koby, Spehl etc. —, resultantes de combinações matemáticas mais ou menos engenhosas e tão apregoados no mundo inteiro, diante das experiências feitas pela Escola, foram geralmente abandonadas no meio cultural e desportivo brasileiro, por não satisfazerem às suas finalidades. O teste do italiano Donnaggio, de grande valor no controle da fadiga, teve na Escola a sua consagração, empregado, como foi e ainda é, com resultados satisfatórios. O sueco Zander e alguns mestres alemães e franceses, com as suas experiências positivas, permitiram a Escola dar os seus primeiros passos no campo das ginásticas corretiva e recuperadora.

Numerosa foi a equipe dos trabalhos médicos iniciais. Porém, três nomes devem ser destacados: Augusto Sette Ramalho, Luís da Silva Tavares e Aureo de Moraes. Em torno do nome de qualquer um deles, poder-se-ia escrever o pioneirismo da medicina-desportiva no Brasil.

O médico Aureo de Moraes, já falecido, pelo seu gênio inventivo e inteligência privilegiada, merece uma menção especial. A mesa de Viola modificada e o respectivo cursor, o tensiômetro coletivo e o cronômetro esfigmométrico usados na rotina da EsEFE, são criações suas e se encontram patenteados. O II Congresso Luso-Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, em 1963, apesar dos inúmeros anos decorridos após a invenção do tensiômetro e o desenvolvimento extraordinário da medicina-desportiva, reconheceu o seu valor e nas suas conclusões finais recomendou que "para maior rendimento do trabalho nas escolas de educação física e associações desportivas seja usado o tensiômetro coletivo, modelo Dr. Aureo de Moraes, empregado com reais vantagens, no Exército Brasileiro, há mais de 30 anos".

No campo técnico-pedagógico e desportivo grandes foram também os progressos realizados. Novas técnicas de aprendizagem e de competição passaram a ser empregadas nos desportos. Através da ginástica de chão, introduzida no quadro metodológico, o desenvolvimento da flexibilidade e da impulsão ganhou em atração e foi melhor objetivado.

É difícil destacar, pelos serviços prestados, os oficiais das armas que, durante o período 1930-1943, muito fizeram pelo engrandecimento da

Escola. Para não cometer injustiças e evitar a organização de uma lista fastidiosa com um número bastante elevado de nomes, citaremos uns poucos, dentre os que nela cooperaram maior número de anos ou permaneceram sempre fieis à causa da educação física: Ignácio de Freitas Rolim, Horácio dos Santos, Laurentino Lopes Bonorino, Orlando Eduardo Silva, Antônio Pires de Castro Filho, João Carlos Gross, Horácio Cândido Gonçalves, Raimundo Simas de Mendonça, Silvio Américo Santa Rosa, Ivanhoé Gonçalves Martins, Antônio Mendonça Molina, Syseno Sarmento, Walter de Menezes Paes, Milton Campelo Nogueira, José de Souza Bastos Júnior, Jayr Jordão Ramos, Clovis Bandeira Brasil, Álvaro Alves dos Santos, Lourenço Colluci Júnior, Olavo Amaro da Silveira, Antônio Barcellos Borges Filho, Airton Salgueiro de Freitas, Fritz de Azevedo Manso e Danilo da Cunha Nunes.

Aos médicos especializados anteriormente citados, acrescentemos os nomes de Hermílio Gomes Ferreira, Pacífico Castello Branco, Luís de Azevedo Evora, Lauro Studart, José de Almeida Neves, Raul Clemente do Rêgo Barros, Adolfo Ridel Ratisbona, José Pio da Rocha, Washington de Almeida e do farmacêutico Otacílio de Almeida.

Os sargentos-monitores, sempre competentes e interessados, merecem também as nossas referências. Quase sem exceção, poderíamos apontar todos os que serviram e constituíram orgulho da EsEFE. Muitos dêles atingiram e alguns ainda exercem elevadas funções no quadro da educação física nacional.

Para simbolizar cerca de duas ou mais centenas de tão prestimosos auxiliares, escolheremos uma figura inconfundível e muito humana que, além de grande monitor, foi elemento destacado na educação física infantil, em torno da qual ressaltaremos a sua extraordinária personalidade.

Custódio Batista Lobo, o escolhido, foi o conhecido "Sargento Lobo" tão querido das crianças. Embora falecido há mais de 10 anos, o seu nome ainda é lembrado com carinho e saudade. A petizada que frequentou a Escola, entre os anos 1934-1948, hoje exercendo as mais variadas atividades sociais, pode não se recordar de muita coisa e de antigos instrutores, porém jamais se esquece do Sargento Lobo, homem excepcional e privilegiado no trato das crianças e adolescentes.

Num dia cheio de sol, em 1936, um repórter do "Jornal do Brasil", após apreciar os trabalhos escolares, acompanhado pelo autor dêste ensaio, e observar um monitor anônimo e entusiasta na pessoa do Sgt Lobo, sob o título sugestivo de — Terra e Gente do Brasil —, assim se expressou no seu jornal, no dia seguinte, descrevendo uma pequena cena de folguedos e jogos infantis: "A criançada, de quatro, de cinco, de seis anos brincava. E que paciência a do monitor! Ora era o brinquedo de pato, e todos fingindo o palmípede, caminhavam, imitando-lhe o gramar, contentes, felizes. Ora o gigante. E aquêles toquinhos de gente, banhados em alegria, erguiam-se e andavam na pontinha dos pés. Agora o anão. E a garotada fazendo-se menor, prossegue em seu divertimento, em seu exercício".

1943 — 1956

Antes de abordarmos o período de 1943-1956, cumpre-nos alertar o leitor sobre a fase inicial deste período, cheio de dificuldades e limitações, embora de grandes iniciativas e trabalhos intensos, em face da preparação e posterior atuação do Brasil no Grande Conflito Mundial, onde as tropas brasileiras, conduzidas com destemor, segurança e elevado espírito combativo, escreveram páginas de heroísmo e bravura em Camaiore, Monte Castelo — La Sierra, Castelnuevo, Montese, Montepranio, Zoca, Fornuovo, Collechio e muitos outros pontos do território italiano.

Não resta dúvida que no ânimo do soldado brasileiro, muito deve ter contribuído a confiança no seu preparo físico, através dos exercícios ministrados na caserna e constantes dos manuais e regulamentos elaborados pela EsEFE. Ao Exército de Caxias ajustam-se perfeitamente as palavras do grande general-norte-americano Mac Arthur, gravadas no pórtico do Estádio da Academia Militar de West Point: "São nos campos de lutas amigáveis que são lançadas as sementes, que, em outros campos e outras épocas, produzirão os frutos da vitória."

Cerca de quatro anos durou essa fase de limitações, tendo comandado a Escola, sucessivamente, os seguintes oficiais: João Carlos Gross, Antonio Luiz de Barros Nunes e Newton Machado Vieira.

Em 1947, retomou a EsEFE, em definitivo, o seu ritmo normal de trabalho, sendo reestruturada a sua organização e ampliados os seus efetivos técnico-administrativos. Foi aumentado de maneira extraordinária o seu corpo discente, surgindo grande interesse por todos os cursos em funcionamento. A Aeronáutica passou a concorrer à matrícula com numerosas turmas de oficiais e sargentos. O Corpo de Fuzileiros Navais e algumas Polícias Militares passaram a agir do mesmo modo. Da República do Paraguai, durante muito anos e como rotina, foram enviados muitos oficiais e sargentos para se especializarem. Três países andinos — Bolívia, Equador e Peru — mandam seus representantes à Escola e até de Portugal, o nosso querido Portugal, como já foi registrado, vêm dois oficiais e dois sargentos.

Tratando de matrículas, antes de passar a outros aspectos da vida escolar, é oportuno ressaltar a figura do Brigadeiro Jerônimo Batista Bastos que, durante quase toda a sua carreira, esteve sempre intimamente ligado à Escola, preocupado na formação de instrutores e monitores da Força Aérea Brasileira. Além disso, como constante da sua vida, procurou sempre, com entusiasmo e tenacidade, unir sob a bandeira da Educação Física, pelo vigor atlético e moral, os militares do Exército de Caxias e da Aeronáutica de Santos Dumont.

Sucessivamente passam pelo comando da Escola três oficiais da Velha Guarda da Educação Física, onde serviram com brilho em outras épocas: Silvio Américo Santa Rosa, Antônio Pires de Castro Filho e Oswaldo Niemeyer Lisboa, com os quais colaboraram, de um modo geral,

entre um grande número de oficiais entusiastas, alguns já amadurecidos no trato dos assuntos da especialidade: Luiz da Silva Tavares, Jayr Jordão Ramos, Antônio Barcelos Borges Filho, José de Almeida Neves, Araldo Fontenele Bizerril, José Duarte Alves, Eulídio Reis de Sant'Ana, Darcy Pacheco de Queiroz e Ruy Pinto Duarte.

Entre os jovens, para fixar uma época e sem demérito para os demais não citados, registramos os nomes de José Maria Covas Pereira, Bento David Gomes, Higino Borges dos Santos, Maurício Inácio Marcondes Bandeira, Aureo Hora Brito, Hélio Vieira, João de Souza Carvalho, Eduardo Cesar Lucena Barbosa, Dalton Ferreira Daemon, Salli Szajnferber, Virgílio da Veiga e José Ciriaco do Nascimento.

Saindo do conhecimento livresco das coisas, caracteriza-se êste período por um contacto mais real com os meios estrangeiros. Oficiais da Escola estiveram presentes às Olimpíadas de Londres, Helsinque e Melburne, à II Lingiada de Estocolmo e a numerosos campeonato atléticos de países da América Latina, Estados Unidos e Europa. Além disso, uma comissão de oficiais, em 1954, visitou os centros de adestramento do Exército Norte-Americanos, cuja doutrina de treinamento físico, já vinha, desde 1942, influindo na preparação do soldado brasileiro. Pouco antes, um oficial instrutor da Escola fêz no citado país, com real proveito, um curso prático e objetivo.

Desde a última Grande Guerra, sentia-se a necessidade de uma reformulação na educação física do soldado, tornando-a diferente da do civil. As orientações do adestramento militar e as duras servidões impostas pela guerra moderna, impunham o estabelecimento de novas técnicas, dentro de princípios orientadores mais objetivos e realistas.

Paulatinamente, foi sendo organizado um novo manual, cuja denominação mudada para "Treinamento Físico-Militar", teve a sua razão perfeitamente justificada e compreendida. De fato, nas Forças Armadas o objetivo do trabalho físico tem sentido diferente do meio civil, visando, em última análise, a preparação do soldado para vencer a guerra. Ao lado do seu preparo físico é preciso ensinar-lhe certas habilidades utilitárias e apurar o seu equilíbrio emocional e moral.

Infelizmente, poucos anos depois, em uma fase do período seguinte que vamos descrever, foi a nova orientação um pouco modificada, com sérios e reais prejuízos na formação do combatente. Tudo leva a crer, pelo que ouvimos, no início do corrente ano letivo, na aula inaugural dada pelo atual Comandante, Cel Hermann Bergqvist, que a Escola voltará a objetivar, cada vez mais, a formação de instrutores e monitores tendo em vista, prepará-los, principalmente, para os encargos do treinamento físico militar.

Não é novidade para os que meditam sobre o assunto que, apesar da importância da máquina, o soldado, bem preparado física e moralmente, continua a ser o fator básico e decisivo no campo da batalha.

Pertence também às iniciativas dêste período, na sua fase final, o proveitoso intercâmbio estabelecido entre o Instituto Nacional de Educação Física de Portugal e a nossa Escola. Irmanados nos elevados objetivos de ajuda e cooperação, em boa hora, deram-se as mãos para realizar um trabalho de elevado valor cultural e de fraternidade luso-brasileira. Até prêmios foram instituídos e distribuídos em regime de reciprocidade, cuja entrega, em Lisboa, ao final do ano escolar de 1956-1957, propiciou ao Dr. Mário Gonçalves Viana, diretor do Instituto, palavras de fé e entusiasmo: "Sentimo-nos justamente orgulhosos de, sob a nossa direção, se realizar com a colaboração de uma das mais prestigiosas escolas do Brasil, um ato tão transcendente sob o ponto de vista educativo e de tão largo alcance, no sentido de estreitar cada vez mais os laços que unem Portugal e o Brasil, e que das nossas duas Pátrias fazem uma Comunidade, cuja força e esplendor se anunciam altamente prometedoras". Infelizmente, nada mais resta desta tão útil e fraternal ligação cultural.

1957 — 1965

Chegamos finalmente ao período contemporâneo da Escola: 1956-1965.

Sucessivamente comandaram a Escola os seguintes coronéis: Antônio Pereira Lira, Alvaro Lúcio de Arêas, Celso de Azevedo Daltro Santos. Presentemente está na sua direção o Cel Hermann Bergqvist.

Nesses últimos anos muito tem realizado a Escola, que continua, através de novas gerações de instrutores, médicos especializados e monitores, com o mesmo entusiasmo dos primeiros anos de sua criação, aumentando a sua produção e procurando orientar os seus cursos e estágios pelos princípios mais modernos da pedagogia e da técnica desportiva. Além disso, grande tem sido o seu esforço no aperfeiçoamento de suas instalações, na investigação e estudo de novos ensinamentos ginástico-desportivos, no treinamento de atletas civis e militares para competições de vulto, na direção de campeonatos militares e colegiais, na participação em congressos e reuniões culturais, na cooperação e realização de estágios, no fornecimento de controladores, juízes e apontadores para toda sorte de competições, na colaboração com as associações de escoteiros e bandeirantes, nas demonstrações públicas de ginástica e na tarefa meritória de organização anual de uma magnífica "Colônia de Férias" para adultos, adolescentes e crianças. Os jogadores de futebol e volibol que disputaram os Jogos Olímpicos de Tóquio foram treinados nas instalações da Escola.

A reestruturação do parque infantil, o aparelhamento da moderna pista de obstáculos, a construção do Ginásio Ling, a modernização das tabelas de basquetebol do ginásio Leite de Castro e a piscina recém-construída, entre muitas outras instalações, são empreendimentos dêste último período.

Em 1960, houve um fato desportivo de grande repercussão mundial — o III Campeonato Internacional de Pentatlo Militar —, cujos maiores encargos de treinamento atlético e organização couberam, sem dúvida, à Escola. Os louros da vitória por equipe e individual foram alcançados pelo Brasil.

Seria injusto falar na obra realizada pela Escola e no desdobramento de suas idéias, nestes últimos anos, e esquecer os seus obreiros, que foram todos que nela serviram e servem com entusiasmo e fé na educação física. Como alguns veteranos já foram citados no período anterior, para não cometer injustiças com os novos, deixamos a tarefa de apontá-los, oportunamente, a um articulista contemporâneo da vida escolar.

SÍNTESSE HISTÓRICA

Para fechar o estudo da evolução da Escola através dos tempos, façamos nossa a síntese bastante feliz feita pelo Prof. Alfredo Colombo, que, corroborando com as informações dadas, assim se expressa: "Os homens que vêm coligindo dados para organização de uma história da Educação Física no Brasil têm encontrado e catalogado uma quantidade maior de dados referentes a fatos que se prendem ao estágio da pesquisa que os da fase da realização. Dentre êstes, os da fase da realização, deve ser destacado o fato marcante da instalação e funcionamento da Escola de Educação Física do Exército, que, para nós, assinala o marco inicial da verdadeira história da educação física nacional. Até então, os planos, os estudos e as tentativas não tinham produzido melhores consequências para a educação física brasileira.

A Escola de Educação Física do Exército, baliza, pois, a senda acertada de progresso que, neste setor, desde então se fêz sentir numa melhor organização das entidades desportivas, num racional programa de preparação atlética, num científico controle do treinamento, numa difusão de centros de formação de especialistas e, principalmente, na criação, ainda que incipiente, de uma mentalidade ginástico-desportiva. No âmbito do ensino, isto é, no círculo dos centros de formação de especialistas funcionam atualmente no País várias escolas de educação física que, em sua maioria, são fruto da semente lançada pela EsEFE. No setor educacional foi a Escola que possibilitou a criação e organização da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde. As colônias de férias, a aplicação de preceitos científicos na prática ginástico-desportiva tiveram como pioneira a EsEFE.

A evolução da técnica ginástico-desportiva teve sua origem na escola da Urca. O setor desportivo que, de início, reagiu contra os processos preconizados pela Escola, cada dia que passa mais se convence do acerto dos mesmos..."

O papel pioneiro da EsEFE, desde os seus primeiros passos, estende-se também à medicina-desportiva. É do Dr. Waldemar Areo, di-

retor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil e presidente da Sociedade de Medicina da Educação Física do Rio de Janeiro, a seguinte afirmação: "No Brasil, a história da medicina-desportiva está direta e indiscutivelmente ligada à gloriosa Escola de Educação Física do Exército. Pela primeira vez, em 1932, lá se realizou um curso regular de "Medicina Especializada..." E, mais adiante, diz o insigne professor: "Além dessa parcela vultosa de contribuição para a estrutura da medicina desportiva, a EsEFE foi sempre um centro de pesquisa e de consulta. Lá realizaram-se exames e controles médicos de inúmeros desportistas; para ela eram dirigidas as mais variadas consultas sobre dúvidas a dirimir; de lá saíram interessantes trabalhos de divulgação e de pesquisa, e a instituição se constituiu na célula mater, para onde convergiam todos os interessados nos problemas da especialidade."

Enfim, quase ao término dêste bosquejo histórico, cumpre ressaltar um fato de alta significação, isto é, o Governo da República, em reconhecimento aos serviços prestados pela Escola, em 25 de agosto de 1959 — Dia do Soldado —, por ocasião das comemorações a Caxias, agraciou a Bandeira Escolar com a Medalha do Mérito Militar.

Há também na Escola, decorando as suas numerosas dependências, uma gama enorme de troféus, copas, placas, medalhas e flâmulas, resultantes de pugnas desportivas, reconhecimento de colaboração e outros motivos. Reunidos em um único local, constituiriam um pequeno museu de arte, cheio de colorido, gôsto e beleza.

Entretanto, tal museu sómente estaria realizado, se a exemplo da Escola Federal de Educação Física de Macolin, na Suíça, fosse outorgado à EsEFE a Copa Olímpica, recompensa distribuída, anualmente, pelo Comitê Olímpico Internacional às instituições de caráter amplo e desinteressado, que trabalham animadas do espírito olímpico e fiéis aos nobres princípios de Pierre de Coubertin. Os títulos da Escola, não temos dúvida, são mais do que suficientes para fazê-la alcançar tão ambicionado galardão. A EsEFE é e será sempre uma forja de ideais olímpicos!... Uma forja perfeitamente integrada no movimento olímpico internacional, cujo objetivo precípua expresso magistralmente por Avery Brundage, Presidente do Comitê Olímpico Internacional, orienta também os trabalhos escolares: "Estimular o interesse pela educação física e práticas desportivas, contribuindo assim para o fortalecimento da Saúde da Humanidade."

ORGANIZAÇÃO

A Escola, diretamente subordinada à Diretoria de Aperfeiçoamento e Especialização, da Diretoria Geral do Ensino, comprehende o Comando e diversos órgãos de execução que têm a seu cargo os serviços técnicos, pedagógicos e administrativos. Tais órgãos, servidos por um Pelotão do Comando e Serviços, são enquadrados pelas Divisões de Ensino e Administrativa.

O Comandante é o responsável pela superintendência, orientação e fiscalização de todos os serviços escolares. É assistido por um Estado-Maior constituído pelos seguintes oficiais: Subcomandante (chefe), Chefe da Divisão Administrativa, Oficial de Relações Públicas, Ajudante e Secretário.

A Divisão de Ensino, chefiada pelo subcomandante e subdiretor de ensino, tem por fim coordenar e sistematizar o ensino ministrado na Escola, estudar todos os assuntos de ordem pedagógica e didática, estabelecer os programas de ensino, distribuir os meios materiais, zelar pela unidade de doutrina, dosar o tempo disponível e fiscalizar a execução dos trabalhos técnico-pedagógicos. Em suma, é o órgão responsável pelo desenvolvimento e eficiência do ensino.

Para a realização de seus trabalhos a Divisão de Ensino abrange a Seção Técnica de Ensino, a Seção de Meios Auxiliares e Publicações, as Seções de Ensino, a Biblioteca e a Filmoteca.

Cumpre ressaltar a importância da Seção Técnica, órgão responsável pelo planejamento, coordenação e controle do ensino, sendo um ponto alto da organização escolar. Relativamente ao encargo do controle, age como um "barômetro", tudo registrando para a melhoria da aprendizagem.

O Prof. Mário Gonçalves Viana, autoridade de categoria internacional em assuntos educacionais, após esmiuçar "in loco" o importante papel coordenador da Seção Técnica da Escola, traduziu a sua apreciação em uma síntese bastante honrosa: "A Escola de Educação Física do Exército acompanha, com impressionante interesse, os progressos e as lições de Psicologia e da Pedagogia. Não se limita a ensinar, teóricamente e "in abstracto", os métodos e as técnicas preconizadas ou sugeridas pelos cientistas e doutrinadores: experimenta-os, aplica-os na prática. Mas vai mais longe ainda: depois de os aplicar, procura verificar os seus resultados através da respectiva *Seção de Controle*.

Nota-se um esforço honesto, verdadeiramente meritório, no sentido de *encontrar a verdade* e de retificar, sem cessar, tôdas e quaisquer insuficiências no ensino.

Os métodos ídeo-visuais, mediante quadros parietais (com desenhos, gráficos, esquemas, estatísticas, etc.) e filmes, são utilizados com notável proficiência e conhecimento de causa, tendo em linha de conta os mais modernos ensinamentos psicológicos.

O mesmo pode afirmar-se com respeito a elaboração, aferição e verificação dos pontos de exame e demais provas escolares".

O Dr. Leal d'Oliveira, presidente da FIEP, sem entrar em considerações pedagógicas, registrou no Boletim da referida Federação, rápidas impressões sobre a Seção Técnica: "A organização dos estudos e os resultados obtidos estão sintetizados em numerosos quadros muito bem desenhados com esquemas, diagramas, estatísticas, e os arquivos em excelente ordem ...".

A Biblioteca Escolar, embora necessitando de um reajustamento, merece também algumas palavras. Organizada com obras de educação física e assuntos correlatos, constitui uma excelente fonte de cultura, não sómente para os alunos e instrutores, como para os estudiosos em geral, principalmente os professores de educação física que a ela constantemente recorrem. Com um pouco de esforço será, talvez, uma das melhores da América Latina.

As Seções de Ensino, chefiadas pelos instrutores-chefes, são encarregados do ensino das diferentes matérias técnico-pedagógicas e de fundo biológico. São duas: de Ensino Ginástico-Desportivo e de Ensino Médico.

A Divisão Administrativa, chefiada pelo Fiscal Administrativo, tem a seu cargo a administração econômico-financeira e o serviço de saúde de Escola. Sua organização e finalidade são idênticas às congêneres do Exército. Compreende: Seção Administrativa, Tesouraria, Almoxarifado, Aprovisionamento, Formação Sanitária e Oficinas.

Cabe algumas informações sobre a Formação Sanitária, cujo título é bem insignificante em face de sua realidade funcional, expressa por uma multiplicidade de encargos e uma orgânica ampla e pormenorizada. Sintéticamente, podemos agrupar as suas principais tarefas relativamente aos trabalhos escolares: seleção médica dos candidatos à matrícula, controle fisiológico de todos os elementos em trabalho físico, assistência médica em geral, profilaxia das doenças comuns e pesquisas em torno dos problemas do treinamento desportivo. Ademais, é constantemente solicitada para cooperar, com a sua experiência, na solução ou esclarecimentos de problemas de medicina desportiva do meio civil.

Para cumprimento de sua finalidade, a Formação Sanitária comporta uma série de gabinetes: cinesiologia aplicada, fisiologia aplicada, biometria, metabolismo e alimentação, bioquímica, psicologia aplicada, fisioterapia, mecanoterapia, radiologia, odontologia e posto médico. Algumas destes gabinetes, por falta de espaço, funcionam juntos, por não dispor de dependências próprias.

Finalmente, como fecho deste relato de organização, cumpre-nos informar que não se trata de uma estruturação teórica, pois tudo funciona com alto rendimento.

Em uma visita à Escola, em 1954, acompanhando "pari passu" as suas atividades rotineiras, sem nenhuma preparação especial, posteriormente assim se expressou o Prof. Mário Gonçalves Viana: "Nós visitamos, um a um, todos os seus departamentos e seções, verificamos os respectivos serviços, conversamos com os seus chefes e compulsamos a documentação que, porventura, nos interessou.

Encontramos cada homem no seu posto e cada coisa no seu lugar, e todos compenetrados dos seus deveres e orgulhosos de suas funções e de suas responsabilidades".

CURSOS E CURRÍCULOS

Dentro da organização exposta, com segurança e alto rendimento, anualmente realiza a EsEFE os seus cursos de Instrutor de Educação Física, Medicina Especializada, Mestre d'Armas e Monitor de Educação Física, sendo os três primeiros para oficiais e o último para sargentos.

O número de matérias por curso é mais ou menos o mesmo, porém, o conteúdo, o desenvolvimento e a importância dos assuntos variam conforme as finalidades de cada um.

Os diferentes cursos têm os seguintes objetivos:

- a) Instrutor de Educação Física: especialização de oficiais das armas, intendentes e material bélico para o exercício das funções de Oficial de Educação Física na tropa e estabelecimentos militares.
- b) Monitor de Educação Física: habilitação do sargento para o exercício das funções de auxiliar do oficial de Educação Física na tropa e estabelecimentos de ensino.
- c) Curso de Mestre D'Armas: especialização de oficiais em esgrima, visando, particularmente, a sua prática nas Escolas de Formação.
- d) Curso de Medicina Especializada: especialização de oficiais médicos para os exercícios das funções da parte médica da Educação Física na tropa e estabelecimentos militares.

Vinte e quatro são as matérias dos Cursos de Instrutor e Monitor: Ginástica, Arremessos, Corridas, Saltos, Basquetebol, Futebol e Futebol de Salão, Volibol, Lutas (Boxe), Lutas (Judô e Defesa Pessoal), Pedagogia e Metodologia Aplicadas, Esgrima, Natação, Pólo-Aquático, Remo, Ginástica Especializada, Halterofilismo, História da Educação Física, Organização Desportiva, Serviço Especial, Psicologia Aplicada, Fisioterapia Aplicada, Anatomia-Fisiologia-Cinesiologia, Biometria, Higiene e Socorros de Urgência.

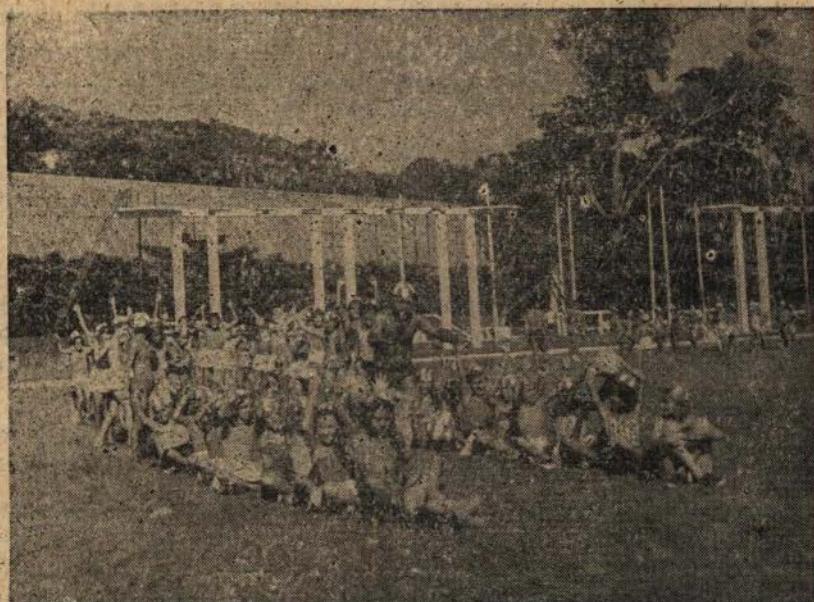
O Curso de Medicina Especializada comporta vinte e seis matérias: Cardiologia Aplicada, Cinesiologia Aplicada, Traumatologia Desportiva, Fisioterapia Aplicada, Biometria Aplicada, Fisiologia Aplicada, Metabologia Aplicada, Psicologia Aplicada, Pedagogia, Basquetebol, Futebol e Futebol de Salão, Volibol, Arremessos, Corridas, Saltos, Ginástica, Organização Desportiva, História da Educação Física, Serviço Especial, Natação, Pólo-Aquático, Remo, Esgrima, Lutas, Ginástica Especializada e Halterofilismo.

O Curso de Mestre D'Armas consta apenas de quatro matérias: Pedagogia e Metodologia da Esgrima, Prática da Esgrima e de Atuação no Júri, Organização Desportiva da Esgrima e História da Esgrima.

Os Cursos de Instrutor e Monitor são bastante práticos, limitando-se a teoria ao essencial. No entanto, cogita-se em dar aos oficiais, como antigamente, um maior cabedal científico. As disciplinas de ginástica, lutas e ginástica olímpica, em ambos os cursos e em ordem decrescente, são os que dispõe de maior número de aulas.

O período letivo para qualquer curso, dividido em dois períodos, é de 8 meses, sendo o regime normal de trabalho semanal de 32 horas.

A freqüência às aulas é obrigatória. Os alunos que faltarem um certo número de vezes serão desligados.



Atividades da Colônia de Férias (1965), no Estádio; vêem-se alguns aparelhos de trepar e, ao fundo, o Ginásio Ling

INSTALAÇÕES

Quanto ao equipamento escolar, para satisfação de suas necessidades técnico-pedagógicas e administrativas, possui a Escola um conjunto de instalações úteis e magníficas. Por comportar a quase totalidade das de mais, cinco se destacam — o Edifício do Comando e Administração, o Estádio de Treinamento, o Ginásio Leite de Castro, o Ginásio Ling e a Piscina Escolar.

No Edifício de Comando e Administração encontram-se instalados o gabinete do comando, o gabinete do subcomandante, a secretaria, a

seção técnica, os serviços administrativos, os alojamentos dos oficiais e sargentos que residem na Escola, uma bem aparelhada sala de aula e todos os gabinetes e laboratórios da formação sanitária.

O Estádio de Treinamento, ocupando uma área extensa, permite a prática de diferentes modalidades de trabalho físico por um número considerável de praticantes. Compreende grande número de instalações, notando-se, entre elas, uma pista de corridas, um campo de futebol, um conjunto de locais apropriados para saltos e arremessos, uma pista de cordas, quatro pórticos monumentais, uma interessante torre de escalada, uma moderna pista de obstáculos (modelo CISM), três campos de basquetebol e volibol, um campo de tênis e um bem montado parque infantil.

Sobre o parque infantil é oportuno transcrever a observação do Prof. Mário Gonçalves Viana, constante de sua obra "Dezassete Dias no Brasil": "A Escola de Educação Física do Exército não se isola do mundo com altos muros; tem um "parque infantil" que as crianças e suas mães podem freqüentar e freqüentam. Assim a vida militar está em contato permanente com a vida civil; característica impressionante desta Escola verdadeiramente singular."

O Ginásio Leite de Castro, bastante amplo e confortável, constitui, pelas suas linhas arquitetônicas, número de instalações internas e solidez de construção, obra verdadeiramente notável. Nêle, as questões de ventilação, claridade, iluminação elétrica, traçado de campos e aproveitamento interno foram satisfatoriamente resolvidas.

O salão de ginásio permite a prática da ginástica em geral e competições de ginástica olímpica, basquetebol, volibol e futebol de salão.

Ademais, outras instalações nêle se integram: os vestiários com banheiros, as saletas das seções de ensino, a seção de vendas de Revista, o salão de conferências e projeções cinematográficas, o salão de lutas, a sala d'armas e o belo salão da biblioteca. Todas prestam reais e inestimáveis serviços ao ensino.

A sala d'armas traz o nome do Gen Horácio dos Santos, desportista notável e esgrimista de escol. Hoje, com 73 anos de idade, ainda é um adversário perigoso e cheio de malícia, demonstrando que, realmente, a esgrima é um desporto em que, como já disse alguém, o moço não pode se rir do velho. Conquistado pela sua operosidade, entusiasmo e capacidade de instrutor, mas baseado na realidade dos fatos e nos números, um título deve-lhe ser outorgado: "mestre dos mestres da esgrima no Brasil".

O Ginásio Ling, construção de cimento armado e bastante ampla, dispõe de um vasto salão com piso de cimento, permitindo a prática de basquetebol, volibol, futebol de salão, boxe, halterofilismo e ginástica de aparelho compreendendo — barras, paralelas, espaldares, trapézios e argolas.

A Piscina, velho sonho das gerações de instrutores e monitores que passaram pela Escola, recentemente construída, servirá como meio indispensável para maior rendimento da natação escolar e constituirá mais um elemento precioso de atração e estímulo desportivo para os numerosos freqüentadores da Escola. Inteligentemente planejada com 25m x 12,5 de dimensão, dispõe de casa de bomba, vestiários com todos os acessórios e trampolins para os saltos aquáticos.

O refeitório, a garagem náutica, o estande de tiro de pistola, o pequeno bar, o depósito de material, os alojamentos do contingente militar e do pessoal civil, o recanto de descanso e o pátio de estacionamento de automóveis são outros tantos meios que se integram no conjunto da organização escolar.

PUBLICAÇÕES

Os estudantes de educação física encontram nas publicações da Escola uma preciosa fonte de consulta. Os alunos das demais escolas especializadas, comumente, delas se utilizam.

Sobre técnicas pedagógicas, desportivas e biológicas, nestes cinco últimos anos, além de alguns números da revista especializada, foram elaborados ou reeditados os seguintes trabalhos: Sistemas de Treinamento e Alimentação do Atleta (1961), Manual C.21-20 — Educação Física Militar (1961), Manual C.-20-51 — Esgrima (1961), Manual C.20-52 — Desportos Terrestres Coletivos (1961), Manual C.20-53 — Natação Desportiva Utilitária (1961), Manual C.20-55 — Pentatlo Militar e Moderno (1962), Manual C.21-50 — Lutas (1962), Volibol (1962), Futebol de Salão (1962), Arremessos (1963), Corridas (1963), Ginástica Olímpica (1963), Lições de Volibol (1963), Pólo-Aquático (1963) e Organização Desportiva (1964).

O trabalho "Sistemas de Treinamento e Alimentação do Atleta" encontra-se traduzido para o espanhol e constitui assunto de estudo nas escolas de educação física do Paraguai.

Inúmeros são também os trabalhos mimeografados, bem organizados e constantemente atualizados, contendo os pontos essenciais das diferentes disciplinas do currículo escolar.

Presentemente, após convênio assinado, a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura, para efeito de difusão no meio civil, está reeditando a maior parte das obras elaboradas pela Escola.

Cumpre informar também que, através dos tempos, inúmeras têm sido as obras técnicas e científicas publicadas por especializados, civis e militares, egressos da Escola. O Prof. Inezil Penna Marinho, autor de maior número de trabalhos sobre Educação Física em língua portuguesa, é um elemento vinculado à Escola, pois nela deu os seus primeiros passos na especialização, diplomando-se em 1936.

A Revista de Educação Física, órgão de publicidade da Escola, conhecida e conceituada como se tornou nos meios educacionais e apreciada mesmo no estrangeiro, constitui um patrimônio cultural de elevado valor. Ela procura difundir nas Forças Armadas e no País os novos conhecimentos pedagógicos e as modernas técnicas biológicas e desportivas, assegurando assim a indispensável atualização das atividades físicas.

Fundada em maio de 1932, pelo então Major Newton de Andrade Cavalcanti, contando, portanto, cerca de 33 anos de profícua existência e serviços à causa da educação física nacional, mantendo sempre o mesmo formato, dispõe de um passivo respeitável, perfazendo um total de 94 números com 1400 páginas aproximadamente.

Nela, através do tempo, além de assuntos técnicos e informativos de autoria de estudiosos e professores especializados, em editoriais de elevado alcance social, grande número de educadores e professores fizaram profissão de fé à causa da educação física: Azevedo do Amaral, Fernando Magalhães, Menotti del Picchia, Lourenço Filho, Maurício de Medeiros, Costa Rêgo, Barbosa Lima Sobrinho, Osvaldo Orico, Modesto de Abreu, Pedro Cavalcanti, Adelmar Tavares, Pedro Calmon, Hélio Póvoas, Abgard Renault, Otto Prazeres, Lima Figueiredo, Jonas Correia, Celso Kelly, Carlos Maul, Peregrino Júnior, Jayr Jordão Ramos, Jerônimo Batista Bastos, Mário Gonçalves Viana (Portugal), Martins Capistrano e muitos outros.

QUADRO PERMANENTE E DIPLOMADOS

Cabe-nos agora informar sobre o pessoal pertencente ao quadro permanente da Escola e dizer algo relativamente ao movimento escolar na formação de especializados.

Presentemente, para execução dos diferentes encargos, cooperam nos diferentes órgãos escolares: 27 oficiais das armas e de intendência, 3 oficiais médicos, 1 oficial farmacêutico, 1 oficial dentista, 1 oficial intendente, 14 sargentos monitores, 7 sargentos burocratas, 6 sargentos de saúde, 25 cabos e soldados e 50 funcionários e empregados civis.

Bastante expressiva tem sido a produção escolar: 1.303 instrutores, 192 médicos especializados, 51 mestres d'armas, 2.542 monitores, 86 massagistas, 82 monitores de esgrima e 63 professores de educação física foram preparados em cursos regulares e de emergência, totalizando, por conseguinte, 4.321 especializados em educação física.

Inúmeros comandantes e instrutores da Escola atingiram os mais altos graus de hierarquia militar. Dentre êles, citaremos os que, integrados no histórico dêste trabalho, atingiram o marechalato: Newton de Andrade Cavalcante, Otávio Saldanha Mazza, Edgard do Amaral, Ilídio Rômulo Colônia e Inácio de Freitas Rolim.

Prestando uma homenagem, registramos aqui, os nomes de especializados pela Escola, exercendo, no momento, a direção de estabeleci-

mentos congêneres no meio civil: Dr. Waldemar Areôo (Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil), Cel. Dr. Ruy Gaspar Martins (Escola de Educação Física de Pôrto Alegre), Dr. Máximo Pinheiro Lima (Escola de Educação Física e Desportos do Paraná), Prof. Aloyr Queiroz de Araújo (Escola de Educação Física da Universidade do Espírito Santo) e Ten-Cel Manoel da Costa Cavalcanti (Escola de Educação Física de Pernambuco).

Dentre os diplomados pela Escola, encontramos grande número de atletas de escol, do passado e do presente: Silvio Magalhães Padilha (finalista nas Olimpíadas de Berlim), Ademar Ferreira da Silva (medalha de ouro nas Olimpíadas de Helsinque e Melburne), José Teles da Conceição (medalha de bronze nas Olimpíadas de Helsinque), Eric Tinoco Marques (campeão de pentatlo moderno nos Jogos Pan-Americanos de Buenos Aires), Wenceslau Malta (campeão de pentatlo moderno nos Jogos Pan-Americanos de Chicago), Nilo Jaime Ferreira da Silva (vencedor do Campeonato Internacional de Pentatlo Militar do Rio de Janeiro), Alfredo da Motta (medalha de bronze de basquetebol nas Olimpíadas de Londres). Estes mesmos e muitos outros poderiam ser citados se levassemos a apreciação aos campeonatos sul-americanos e brasileiros.

Para terminar, mais uma vez, cumpre-nos destacar o relevante papel exercido pelos diplomados da Escola, que, espalhados pela vastidão enorme do nosso território — nos corpos de tropa, estabelecimentos de ensino, parques infantis, associações desportivas etc. —, animados de fé e entusiasmo, procuram elevar o nível de robustez da gente brasileira, aprimorando, ao mesmo tempo, as suas qualidades intelectuais e morais, tudo fazendo para grandeza e progresso do Brasil.

NOVOS RUMOS

A EsEFE, rica de experiência do passado e cheia de entusiasmo no presente, após prestar inestimáveis serviços à comunidade brasileira, necessita uma reformulação dos seus objetivos, a fim de melhor atender às imposições militares e desportivas dos nossos tempos.

Antecipando-se à próxima criação do Ministério da Defesa Nacional, organização indispensável para um mais perfeito entrosamento das atuais instituições militares, impõe-se a transformação da Escola, agora que acaba de completar 35 anos de laboriosa existência, em um Centro de Treinamento Físico das Forças Armadas, cujas finalidades precípuas, consubstanciadas nos trabalhos de preparação físico-militar e do atleta-militar para integrar as representações desportivas nacionais, abrangerão três aspectos de atividades básicas: cursos e estágios, treinamento desportivo de alto nível, estudos e pesquisas.

Os atuais *Cursos e Estágios* necessitam ser reestruturados, a fim de melhor atender às necessidades militares relativamente à prática dos exercícios físicos e do serviço especial, só correspondendo nêles, por

consequente, matéria curricular útil às Fôrças Armadas. Paralelamente, cumpre dar ênfase aos assuntos desportivos, tendo em vista utilizar os militares especializados como agentes de sua difusão em todo o território nacional.

Realizados de maneira rápida e objetiva, somos de opinião que, em princípio, cinco cursos e estágios devem ser organizados: Curso de Treinamento Físico e Serviço Especial, Curso de Recondicionamento Físico e Serviço Especial, Curso de Mestre D'Armas, Estágio de Treinamento Físico e Serviço Especial e Estágio de Recondicionamento Físico e Serviço Especial.

O Curso de Treinamento Físico e Serviço Especial visará a formação de especializados para a tropa e estabelecimentos de ensino militar, dentro da idéia que as Fôrças Armadas, nada tendo de comum com a educação física do civil, necessita estabelecer um sistema de trabalho flexível e próprio, entrosado nas atividades militares e perfeitamente de acordo com o seu material humano, servidões regulamentares, recursos e necessidades. Relativamente à tropa, como bem diz o Major Raoul Mollet, do CISM, torna-se necessária uma verdadeira "interpenetração da instrução e do treinamento para a preparação rápida e racional do combatente".

O Curso de Recondicionamento Físico e Serviço Especial cuidará da formação de especialistas para os estabelecimentos hospitalares, onde os exercícios de recondicionamento físico, ao lado do recondicionamento educacional, da terapêutica educacional e do serviço especial, poderão constituir a melhor terapêutica na obtenção de uma recuperação rápida e eficaz do militar em tratamento de um ferimento ou inativo por causa de prolongada moléstia.

O Curso de Mestre D'Armas será uma cooperação com o meio desportivo, visando a formação do pessoal especializado em esgrima, recrutado entre os militares e civis especializados em atividades física ou atiradores de esgrima de alto gabarito.

O Estágio de Treinamento Físico Militar terá por finalidade preparar professores de educação física de ambos os sexos, diplomados em escolas oficiais especializadas, tendo em vista constituir um quadro de especialistas das Reservas das Fôrças Armadas, cuja utilidade será de grande valor na mobilização. As mãos, após a sua preparação militar atuarão num previsível Corpo Auxiliar Feminino, semelhante ao WACS do Exército dos Estados Unidos.

O Estágio de Recondicionamento Físico objetivará a preparação de professores de educação física ou reabilitadores, diplomados por escolas oficiais ou reconhecidas a fim de possibilitar um quadro de colaboradores, indispensáveis nos hospitais, principalmente por ocasião da guerra. O Exército dos Estados Unidos tinha, durante o último conflito mundial,

alguns milhares de oficiais e sargentos, de ambos os sexos, trabalhando em recondicionamento, prestando aos doentes e convalescentes reais e inestimáveis serviços. Durante uma viagem de estudos e observação aos Estados Unidos, vimos no Walter Read Hospital, em Washington, a atuação de sua equipe de recondicionamento físico e o papel importante desempenhado pelos seus componentes no campo da neuropsiquiatria, da ortopedia e em outros setores médicos.

O Treinamento Desportivo de Alto Nível diz respeito a uma eficaz cooperação que as Forças Armadas poderão prestar à organização das representações do Brasil para os cotejos internacionais. A exemplo da França, Itália, Noruega, Finlândia e outros países, o Centro terá, integrado no seu efetivo, uma tropa de elite, onde serão incluídos os militares selecionados desportivamente e de categoria internacional. Eles terão, ao lado de adestramento militar, um treinamento desportivo bem orientado, dirigido pelos melhores técnicos nacionais, civis e militares.

Nas Olimpíadas de Tóquio, 52 militares norte-americanos conquistaram 22% do total das 90 medalhas ganhas por seu país. Além disso, melhoraram quatro recordes do mundo e um recorde olímpico. Igualmente, notável foi a atuação dos militares no remo, onde conquistaram a medalha de ouro na prova de oito remadores. Numa demonstração de união, é interessante constatar que os cinco elementos militares da guarnição eram do Exército, Marinha, Aviação e Corpo de Fuzileiros.

Os Estudos e Pesquisas constituirão um dos encargos do Centro. Todos os aspectos do treinamento físico no meio militar serão objeto de estudos, que irão desde a escolha dos exercícios para os alunos do Colégio Militar até a educação física da mulher incorporada às Forças Armadas, desde a preparação física dos aviadores até o treinamento intenso dos pára-quedistas.

Por outro lado, em matéria de obtenção de altos resultados desportivos é de grande importância a questão da exploração dos conhecimentos e recursos científicos. Torna-se necessário estudar os programas de treinamento dos grandes atletas mundiais, não para copiá-los e aplicá-los sem discernimento, mas para deles retirar ensinamentos em benefício do atleta brasileiro. Ademais, há necessidade de pesquisar o que se passa no mundo desportivo, onde inúmeros são os modernos preceitos, principalmente no campo do controle médico, que, embora desconhecidos no Brasil, já entraram na rotina do trabalho de preparação desportiva de alto nível.

Nos Estados Unidos, na União Soviética, na Alemanha Oriental, na Polônia e em muitos países, os laboratórios trabalham exaustivamente na procura de novos processos, capazes de atuar positivamente na busca da vitória.

Enfim, torna-se necessário que os resultados dos estudos e pesquisas não fiquem encerrados numa "torre de marfim", impondo-se, por conseguinte, que sejam largamente difundidos.

Para atender ao meio militar, devem ser elaborados os manuais sobre treinamento físico ou assuntos correlatos, após convenientemente testados por meio de uma intensa e judiciosa aplicação.

O meio desportivo também precisa ser beneficiado com publicações bem organizadas, para o efeito de difusão de idéias e processos modernos de treinamento, indispensáveis na melhoria da preparação dos nossos atletas, principalmente os de categoria internacional, para evitar fracassos como os das Olimpíadas de Tóquio, onde inexpressiva foi a participação do nosso País, apesar da sua boa qualificação em alguns desportos, com liderança mesmo no cenário mundial.

A DEFESA NACIONAL é a sua Revista de estudos e debates profissionais. É a sua tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!

CONFERÊNCIA DE EXÉRCITOS AMERICANOS

Realizar-se-á na Argentina, em Novembro próximo, a 7^a C.E.A., que reunirá os Comandantes (ou Chefes dos Estados-Maiores, como no caso do Brasil) de todos os Exércitos das Américas. A Conferência do ano passado (6^a C.E.A.) teve lugar em Lima, Peru, apresentando ótimos resultados, que certamente serão agora ampliados. Representando nosso Exército, viajou para Buenos Aires o Ten-Cel Davio Ribeiro de Faria (integrante da Redação desta Revista), o qual participou de reunião preparatória da 7^a C.E.A.

EFEMÉRIDES DA ARTILHARIA

CAMPANHAS DO URUGUAI E PARAGUAI

(1864-1870)

Gen HEITOR BORGES FORTES

PRIMEIRA PARTE

1864

Cutubro... — O Marechal-de-Campo João Propício Mena Barreto é incumbido de reunir as fôrças existentes no Rio Grande do Sul e formar um Exército, para entrar em campanha na República Oriental do Uruguai.

Cutubro — 18 — Uma ala do 1º Regimento de Artilharia a Cavalo (1º RACav) deixa seu quartel de São Gabriel, dirigindo-se às pontas do Firai (vizinhanças de Bagé), para se reunir às fôrças postas sob comando do Marechal João Propício.

Sob o comando do Tenente-Coronel Graduado Emílio Luiz Mallet seguem os Capitães Manuel de Almeida Gama Lôbo D'Eça, Hermes Ernesto da Fonseca e Antônio Carlos de Magalhães; Tenentes Ernesto Augusto da Cunha Matos, João Nepomuceno de Medeiros Mallet e 2º Tenentes Justino Silveira, José Maria de Moraes, José Almeida Teixeira Rios, José Antônio Lessa, Inácio Antônio de Gouvêa Júnior, Antônio Carlos de Oliveira e Mello e o Alferes adido Onofre José Antônio dos Santos, — além de 168 praças. (1)

Devido à deficiência de animais e ao mau estado do material de artilharia, foram constituídas apenas duas baterias, as 2ª e 3ª (Cap Gama Lôbo e Hermes, respectivamente) guarnecedo 6 canhões-obuses calibre 14 (de alma lisa).

Novembro — 17 — Chega a Pirai-Grande o Capitão Luiz Fernandes de Sampaio, do 1º BAPé, acompanhado pelo 2º Ten José Teodósio Tomaz Gonçalves, do 1º RACav, com 33 praças do 1º BAPé, conduzindo 6 canhões La-Hitte, raiados, calibre 6, destinados à referida ala do Regimento. Inicia-se imediatamente a instrução das guarnições no serviço do novo material.

Dezembro — 1 — Início da marcha rumo ao Passo do Viola, na linha fronteiriça.

(1) Dados colhidos na conferência do Capitão José Justino Filho, publicada em "Histórico do Regimento Mallet", Edição da Imprensa Militar, 1932.

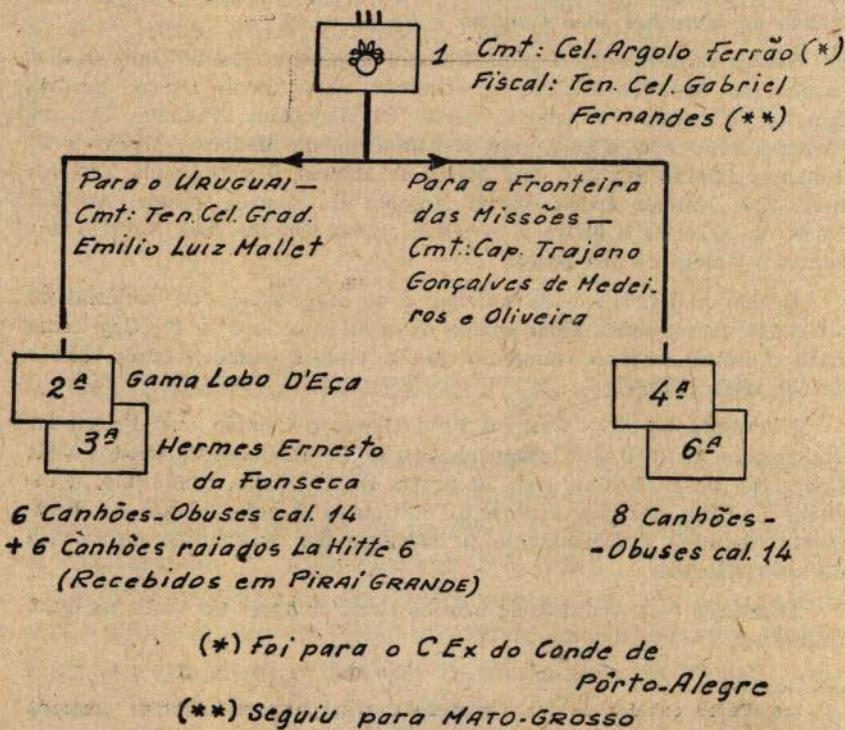
Dezembro — 2 — Com a penetração em território uruguai, as forças reunidas pelo Marechal Mena Barreto tomam a designação de "Exército do Sul".

Dezembro — 10 — Por determinação do Marechal Mena Barreto realiza-se um exercício de fogo com os novos canhões, dando cada peça 4 tiros, com os quais foram as guanições consideradas capazes de manejá-los em campanha. Foi constatada a péssima qualidade da munição (falhas). A tração era feita com juntas de bois.

Dezembro... — O Brigadeiro David Canabarro recebe ordens para organizar uma Divisão de Observação e reforçar a fronteira das Missões. Seu efetivo deveria ser de 4.000 homens de cavalaria e toda a infantaria da Guarda Nacional que fosse possível reunir nos distritos militares de Quaraí e São Borja.

DESOBRAMENTO INICIAL DO 1º RACAV.

(SÃO GABRIEL)



Além dos 2º e 10º Batalhões de Infantaria (de linha), que estavam já no Rio Grande do Sul, deviam marchar para a fronteira do Uruguai 8 canhões-obuses que estavam em São Gabriel e que podiam prestar ainda alguns serviços (Jourdan).

Dezembro — 26 — Parte do Rio de Janeiro, no navio "Imperatriz", a Brigada Expedicionária, da qual faz parte o 1º Batalhão de Artilharia a Pé, sob o comando do Capitão Manoel Deodoro da Fonseca. Seguem também o 1º Tenente Tibúrcio e o Voluntário da Pátria Dionísio Cerqueira.

Desembro — 29 — O "Exército do Sul" chega a São Francisco, em apoio às forças do General Flores (colorados), que haviam atacado Paissandu. Esta cidade era defendida pelo Cel Leandro Gomes e 1.250 homens (blancos), com 15 canhões; achava-se sob sítio desde 6 de dezembro, do qual participavam forças de marinha desembarcadas pelo Almirante Tamandaré, e pelo 1º Batalhão de Infantaria (de linha), do Cap. Guimarães Peixoto.

As forças do Marechal Mena Barreto eram formadas de 5.711 homens, sendo 1.695 de infantaria, reunidos em duas Brigadas (Cel Sampaio e Cel Resin); 1.108 de cavalaria de linha e 2.700 da G. N., sob o comando do Brig. Manoel Luiz Osório; ala do 1º RACav, com o Ten-Cel Grad. Mallet, efetivo de 198 oficiais e praças.

Dezembro — 30/31 — Tendo sido combinado o assalto a Paissandu para 31 de dezembro, o Ten-Cel Mallet dispõe sua unidade, formando uma forte bateria na Coxilha Boa Vista, ao norte da cidade, protegida por duas companhias do 4º BI.

Foram postas em bateria 18 peças de artilharia, sendo 12 do 1º R A Cav (6 La Hitte e 6 canhões-obuses), e 6 da Marinha (2 Whitworth 30, Ten Henrique Martins; 2 coronadas 32, Ten Mariz e Barros e 2 Whitworth de 6, Ten Teixeira de Freitas), devendo acompanhar os pelotões de assalto 12 peças de bronze que formavam a artilharia "volante", sob o comando do Ten. Joaquim Francisco de Abreu, todos da Marinha.

Dezembro — 31 — Às 4 e meia da madrugada, Paissandu rompe fogo (sinal de combate). O 1º R A Cav e os canhões navais iniciam o bombardeio, no decorrer do qual morre o 1º Ten Henrique Martins. Às 9 horas cessa o fogo, por falta de munição de artilharia. Dá-se o assalto, tendo o Ten Cunha Matos levado 2 canhões La Hitte, com a pouca munição restante, para a frente, colocando-os em arriscada posição.

1865

Janeiro — 2 — Rendição de Paissandu, depois de 52 horas de combates encarniçados, fazendo-se 700 prisioneiros e arrebanhando-se 2.000 fuzis e 15 canhões (que foram entregues ao General Flores).

Janeiro — 3 — Desembarca em Fray Bento a Brigada Expedicionária (do Rio de Janeiro), formada por 1.700 homens de infantaria e artilharia a pé.

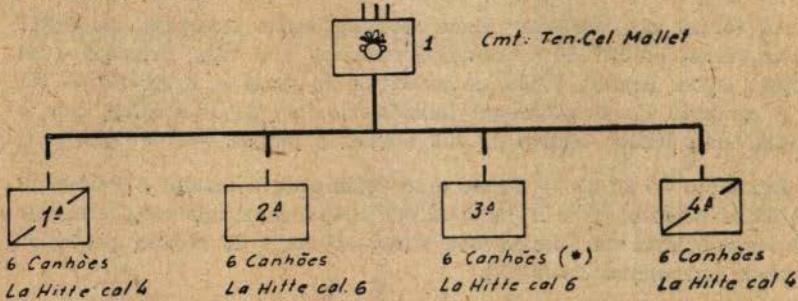
Janeiro — 12 — Início da marcha do "Exército do Sul", de Paissandu para Fray Bento.

• Janeiro — 14 — A infantaria embarca em navios da Esquadra com destino a Santa Lúcia; a cavalaria e a artilharia seguem por terra.

CONCENTRAÇÃO GERAL DA ARTILHARIA

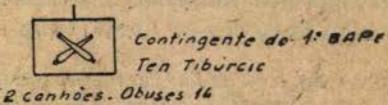
— 1 —

Em MONTEVIDEO e DAYMAN:

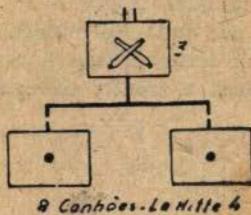


(*) Anteriormente, eram 6 canhões - obuses de 14, dos quais 2 foram para o esquadrão (Contingente do 1º BAPé) e 4 foram recolhidos por falta de munição

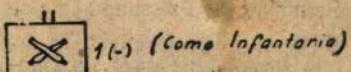
No Esquadrão:



Em DAYMAN



Em MONTEVIDEO:



Janeiro — 27 — Desembarque em Santa Lúcia. Reunião em Vila União. Preparativos para o sítio de Montevidéu, que era defendida por 4.000 homens, dispondo de 40 bôcas de fogo.

Fevereiro — 2 — Início do bloqueio de Montevidéu, com a participação de 7.101 combatentes e 12 bôcas de fogo do "Exército do Sul".

Fevereiro — 16 — Chegam reforços: 1.288 homens de infantaria, ficando o "Exército do Sul" com 8.116 homens. (276 de artilharia, 4.498 infantes, e o restante de cavalaria).

Fevereiro — 20 — Capitulação de Montevidéu.

Fevereiro — 21 — A Bandeira Brasileira é hasteada no Forte São José e saudada com salvas de 21 tiros, por todas as baterias da capital da República.

Março — 1 — Assume interinamente o comando do "Exército em operações contra a República Oriental" o Brigadeiro Manoel Luiz Osório, em substituição ao Marechal-de-Campo João Propício Mena Barreto. Dêle faziam parte 9.999 homens (9.466, segundo Tasso Fragoso), sendo 26 oficiais e 310 praças de artilharia e engenharia, (2 bateriais do 1º RACav — 188; destacamento do Batalhão de Engenharia, 148). O 1º BAPé (634 homens) está incluído na 2ª Brigada (com o 13º BI), comandada pelo Ten-Cel Hilário Maximiliano A. Grujão (comandante do 1º B A Pé).

Março... — O 1º BAPé garnece as fortificações do Cérro de Montevideu. (2)

— Reorganiza-se o 1º R A Cav, que passa a ter 24 canhões La Hitte, raiados, sendo 6 recebidos em Piraí Grande e mais 6 calibre 6, recebidos em Montevidéu; além de 12 La Hitte calibre 4, trazidos do Arsenal de Guerra da Corte.

O recompletamento é feito com pessoal do 1º B A Pé e do esquadrão de cavalaria da Guarda Nacional, que lhe fornecia condutores (3)

Março — 19 — Parte do Rio de Janeiro o 3º B A Pé, chegando a Montevidéu a 29.

Março/Abril — Saem do São Gabriel, sob o comando do Capitão Trajano Gonçalves de Medeiros e Oliveira, as 4ª e 6ª Baterias, levando 8 canhões-obuses, garnecidos por 40 praças da Guarda Nacional, rumo a Bagé, onde se lhe reúnem 30 artifícies vindos do Rio de Janeiro. De Bagé seguem as baterias para Alegrete, ponto de concentração das forças disponíveis no Rio Grande do Sul.

Abril — 1 — Organiza-se a 17ª Brigada (Artilharia), comandada pelo Tenente-Coronel Hilário Gurjão, com os 1º e 3º B A Pé, no Cérro de Montevidéu.

Abril (comêço) — Com dois canhões-obuses cedidos pelo 1º R A Cav,

(2) Ver Nota Anexa (Especial n. 1)

(3) "História do Gen Osório" (2º vol., pág. 40)

o 1º Tenente Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza, do 1º B A Pé, organiza um contingente de 3 oficiais e 91 praças, que embarca na "Amazonas", passando depois para o "Beimonte", reforçando assim os elementos do Exército que já estavam embarcados na Esquadra (1º Batalhão de Infantaria e Corpo de Guarda da Província do Espírito Santo).

Abri — 8 — O Ministro da Guerra escreve ao General Osório ordenando-lhe a marcha para Dayman.

O Almirante Tamandaré combina o transporte da infantaria e da artilharia por v.a fluvial e da cavalaria por terra. Reúniu-se o plano de marcha dos brasileiros para Uruguaiana e a reunião dos argentinos em Concórdia.

— 16 — Chega a Rosário a Esquadra Brasileira.

— 20 — O Exército brasileiro ainda está acampado junto ao Cérro de Montevidéu.

— 27 — Embarcam em navios da Esquadra, o 9º BI (de Pernambuco), o Corpo Policial (de Niterói), que, as unidades anteriormente embarcadas, formam a 9ª Brigada de Infantaria (Cel Bruce). Efetivo 1.430 homens.

— 27 — Inicia-se o transporte das unidades para a embocadura do Rio São Francisco, seguindo 3.200 homens e 8 bocas de logo (ao 3º B A Pe) sob o comando do Gen Sampaio.

— 30 — Chega a destino esse 1º Escalão.

Maio — 1 — Assinatura do Tratado da Tríplice Aliança.

Maio — 19 — O General Osório é efetivado no comando do Exército em operação no Sul.

— 23 — No acampamento de São Francisco, muito insalubre, estão reunidos cerca de 10.000 homens.

— 25 — Combate de Corrientes — Chega a Esquadra em frente a Corrientes, tendo os navios brasileiros hasteado o pavilhão argentino (fériado nacional) e os argentinos o pavilhão brasileiro. Às 2 horas da tarde desembarca a força expedicionária argentina, comandada pelo General Paunero, auxiliado pelo Cel Bruce. O combate entra pela noite adentro. O Ten Tibúrcio desembarca seu contingente, com os 2 canhões-obuses, tendo destacada atuação. Os paraguaios, derrotados, retrocedem, forçando o Exército de Robles a voltar de Bela Vista para Riachuelo.

Morreu em combate o Soldado Antônio José do Nascimento, do 1º B A Pé, ficando feridos 1 Cabo e dois Soldados do contingente.

Maio/Junho — Continua o transporte fluvial de tropas, enquanto as unidades de cavalaria fazem seu deslocamento por terra para Dayman.

Junho (comêço) — Mudança do acampamento brasileiro de São Francisco para Dayman. (4)

Junho — 10 — Invasão de São Borja, pela coluna paraguaia de Estigarribia.

Junho — 11 — Combate naval de Riachuelo — "Ao mover-se à Esquadra para a luta era a corveta "Belmonte" o navio da vanguarda e nela seguia a vitoriosa Láteria de Corrientes, sob o comando do invicto 1º Tenente Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza, que levava como subalternos os alferes Bernardo Antônio de Paiva e Décio Miguei Marins de Oliveira. Ao desmontar o inrepiduo explorador as baterias inimigas, estas viram-no com toda as peças e com fogo cruzado, a cujo bombardeio respondeu gallardamente o isolado lutador e concluída a passagem voltou rio acima, a bater de perço o inimigo, embora já contasse com 37 mortos em sua linha de marujo, com sua cobera incendiada por bombas paraguaias. E so se reuniou, por intervenção do Chefe Barroso, que determinou enalnasse na ilha Caoral, para reparar suas avarias após ter desempenhado tão brilhantemente suas funções.

"O 1º Tenente Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza, que com a prática que tem da artilharia e com o destacamento de que é digno comandante, auxiliado pelos cadetes Leovegílio Cavalcante de Melo e M. Guil. Maria Girard, prestou reais serviços", diz o Comandante Joaquim Francisco de Abreu, da corveta Belmonte, que teve 5 mortos (sendo 1 oficial) e 11 feridos, e o contingente do 1º B A Pe perdeu o soldado Antônio José Meneses (morto) e teve 2 feridos, os soldados José Gregório da Silva e Rufino Gomes. (Doc Arquivo Nacional, coa 542-111).

— 24 — Travessia das forças brasileiras para a margem direita do Rio Uruguai, para acampar a 2 km da Vila de Concordia, à margem direita do Rio Jaqueri Grande, depois da construção de uma ponte de barcos, com 67 metros, pela Comissão de Engenheiros (Ten-Cel J. C. Carvalho) e Batalhão de Engenheiros.

Julho — 7 — O General Osório resolve deixar nas imediações de Salto um pontão com algum artilharia, por não poder conduzi-la por terra, e em ofício ao Ministro da Guerra esclarece: "Quando digo a V. Exa. que deixo um Parque em depósito, é porque não tenho artilheiros para o servirem, nem tempo para os criar e instruir. Para ter 32 bôas de fogo em linha, foi-me preciso tirar condutores, e artilheiros dos diversos corpos, para as baterias do 1º R A Cav, e 120 praças da Guarda Nacional para condutores da artilharia dos 1º e 3º Batalhões des a arma.

(4) Em "História do Gen Osório", 2º vol, págs. 68 e 81, lê-se "Dirigiu-se ao Presidente do Rio Grande do Sul solicitando-lhe que dessa província mandasse as baterias de artilharia a cavalo, de acôrdo com o Aviso de 1 de maio ao Ministro da Guerra e, além das munícões que lhe competem, mais munícões para os 4 obuses que já estavam no Exército, com fala absoluta delas". Não tendo conseguido essa munição, devolveu-los de Dayman, para não "sobrecarregar o Exército com armas de pouco alcance e munícões deterioradas".

Já vê V. Exa., que não estive bem servido, o Exército com êstes artilheiros novos..." (Ofício de 7 Jul 1865), História do Gen Osório, 2º Volume, pág. 96).

Julho — 9 — O General Caldwell, comandante militar do Rio Grande do Sul, chega ao acampamento de Ibirocáí, onde se encontram as tropas do Brigadeiro Canabarro.

Julho — 16 — Chega a Pôrto Alegre o Imperador D. Pedro II e grande comitiva.

— De Cachoeira o Ministro da Guerra Angelo Ferraz designa o Cel Alexandre Gomes de Argôlo Ferrão, Cmt do 1º R A Cav, para Deputado do Ajudante-General do Rio Grande do Sul, e o Tenente-Coronel Gabriel A. Fernandes é mandado para Mato Grosso.

— O Capitão Joaquim da Costa Rêgo Monteiro reúne o pessoal restante no quartel do Regimento, em São Gabriel, e organiza a 5ª Bateria, com a qual segue para São Borja.

— 24 — O General Mitre passa em revista os Exército Aliados.

As fôrças brasileiras eram constituídas por 7.143 infantes, 1.412 cavalarianos, 729 artilheiros (com 20 canhões La Hitte, raiados, de 4, e 12, de 6). O Batalhão de Engenheiros não tomou parte na revista. (5)

— O Batalhão de Engenheiros recebe ordem para constituir um contingente para fortificar Uruguaiana, com o qual deveriam seguir uma bateria de foguetes a congrève, do 1º B A Pé (Cap Vilela) e meia-bateria La Hitte calibre 4, com 200 tiros por peça (2 canhões cedidos pelo 3º B A Pé).

Julho 22/Agosto 2 — As baterias do 1º R A Cav (4ª e 6ª) vão até o Passo de Santa Maria, onde recebem ordem de regressar para Uruguaiana e retrocedem para o Toro-Passo. O Capitão Luiz Fernandes de Sampaio, mandado servir no QG da Divisão Canabarro, passara, a 20, a seu pedido, a comandar a 6ª Bateria.

Julho — 29 — O vapor "Uruguai", da flotilha comandada pelo Tenente Floriano Peixoto, interrompe as comunicações entre as duas colunas paraguaias, de Estigarribia e Duarte.

Agosto — 3 — Uma comissão designada pelo General Caldwell examina as condições de defesa da Vila de Uruguaiana que está sob o comando do Capitão Joaquim Antônio Xavier do Vale e guarnevida pelo 4º Batalhão da Guarda Nacional.

(5) Em "História do Gen Osório", 2º vol., pág. 98, lê-se a impressão deixada pelas tropas brasileiras nessa sua primeira apresentação sob o novo comando: "Os brasileiros apresentaram 17.000 homens das 3 Armas, com 32 peças.... As brasileiras luziam. Via-se nelas o cuidado do General. A sua artilharia apresentava uma novidade: seu ajaezamento estava substituído por material de couro cru, bem arranjado, e mais forte que a sola....".

— As 5 horas da tarde a 2ª Brigada segue para Uruguaiana, a fim de proteger a retirada do 4º B G N.

Agôsto 4/5 — As duas baterias de canhões-obuses deslocam-se do Toro-Passo para as vizinhanças de Uruguaiana, sem poder evitar que os paraguaio penetram nessa vila, devido ao cansaço dos animais, decorrente da extensão da marcha.

— 5 — O General Caldwell reúne conselho de guerra e discute a situação de Uruguaiana, resolvendo abandonar esta praça.

— 5 — O mesmo General determina a Canabarro que mande apresentar à 2ª Divisão, a brigada Cel Valença e 4 bôcas de fogo. Canabarro pondera sobre a inoportunidade da ordem.

Agôsto 5/Setembro 18 — As tropas brasileiras põem cerco a Uruguaiana.

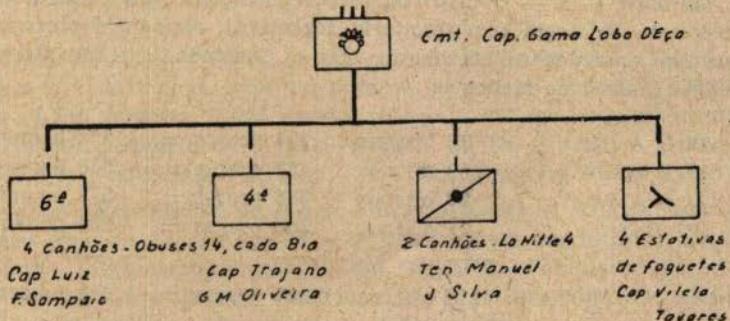
Agôsto — 12 — Passagem de Cuevas (rio Paraná), tendo o "Belmonte" a bordo o contingente do 1º B A Pé, comandado pelo Tenente Tibúrcio. Morre um soldado do contingente do 1º B A Pé.

Agôsto — 20 — O Barão de Pôrto Alegre é nomeado para comandar o Corpo de Exército em operações na fronteira das Missões. Além das

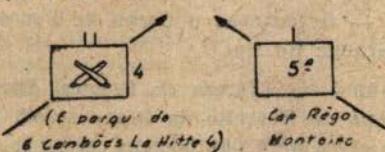
CONCENTRAÇÃO GERAL DA ARTILHARIA

— 2 —

Em URUGUAIANA:



Em marcha para S. BORJA:



tropas já reunidas, são postos à sua disposição o 4º BAPé e um Parque de Artilharia (6 bôcas de fogo cal. 4) ainda em marcha, entre Rio Pardo e a fronteira.

— 28 — O General Barão de Pôrto Alegre organiza seu Exército em 4 Divisões e um Comando Geral de Artilharia.

— 31 — Chegam a Uruguaiana um destacamento do Batalhão de Engenheiros, uma bateria de foguetes do 1º BAPé (Capitão Francisco Vilheta de Castro Tavares) e 2 peças La Hitte de 4.

Agosto — 31 — O Exército, comandado pelo General Osório, está acampando junto ao arroio Gualeguai-Chico. A Brigada de Artilharia é formada pelos 1º e 3º BAPé, 1º RACav e Batalhão de Engenheiros.

Setembro — ? — Apresenta-se o Capitão Manoel de Almeida Gama Lôbo D'Eça (que se achava de licença em São Gabriel), que assume o comando das 4ª e 6ª baterias do 1º RACav que atuavam junto às Brigadas do Corpo de Exército do Barão de Pôrto Alegre, e o encargo de Comandante-Geral da Artilharia.

Setembro — 18 — Rendição das tropas paraguaias de Uruguaiana, diante das tropas aliadas dispostas em círculo a essa vila.

A artilharia brasileira era comandada pelo Capitão Manoel de Almeida Gama Lôbo D'Eça, e dispunha de 10 bôcas de fogo (8 canhões-obuses e 2 canhões La Hitte de 4), e 4 estativas de foguetes. As baterias do 1º RACav estavam comandadas pelos Capitães Trajano Gonçalves de Medeiros e Oliveira, e Luiz Fernandes de Sampaio, e 1º Tenente Manoel José da Silva; a do 1º BAPé, pelo Capitão Vilela Tavares.

Outubro — 1 — O mapa da força comandada pelo General Osório, à beira do Mocoretá (em território argentino), assinala a presença das seguintes unidades de Artilharia, sob o Comando-Geral do Brigadeiro Antônio Manoel de Mello:

| | | | |
|------------|-------------|--------------|------------|
| 1º R A Cav | 16 oficiais | 234 praças = | 250 homens |
| 1º B A Pé | 52 oficiais | 483 praças = | 535 homens |
| 3º B A Pé | 27 oficiais | 346 praças = | 373 homens |
| Btl Eng | 21 oficiais | 264 praças = | 285 homens |

TOTAIS: 116 oficiais 1.327 praças = 1.443 homens

Embarcado na Esquadra há um contingente do 1º B A Pé: 5 Oficiais e 85 praças = 90 homens.

Outubro — 7 — Organiza-se o Corpo de Pontoneiros, no Corpo de Exército do Rio Grande do Sul.

Novembro — 12 — As forças do General Barão de Pôrto Alegre, formando um "Corpo de Exército de Observação", estão em São Borja, com um efetivo de cerca de 4.000 homens. Já se lhe haviam incorporado o 4º BAPé e a 5ª Bateria do 1º RACav.

— 22 — Organiza-se o “Corpo Provisório de Artilharia a Cavallo” no Corpo de Exército do Rio Grande do Sul, sob o comando do Major em comissão Manoel de Almeida Gama Lôbo D'Eça, tendo como fiscal o Capitão Trajano Gonçalves de Medeiros e Oliveira, ajudante o 2º Tenente Raimundo Gonçalves Neto, secretário o alferes V.P. Rafael do Prado Correia, quartel-mestre o alferes de cavalaria Delfino Albino Gonçalves. Formado com as três baterias vindas do 1º RACav e a de foguetes do 1º BAPé, eram comandantes de baterias: 1ª — Capitão José Carlos Cabral; 2ª — Tenente Manuel José da Silva; 3ª — Tenente Manuel José Pereira Junior e 4ª — Tenente GN Felisberto Pereira do Nascimento.

— O Capitão Joaquim C. Rêgo Monteiro passa a comandar, provisoriamente, o 4º BAPé.

Dezembro — 11 — O Exército Brasileiro chega à margem do rio Paraná e o General Osório manda cumprimentar o Almirante Barroso e pedir autorização para acampar e instalar seu QG na margem direita do Riachuelo, no mesmo local em que existira a bateria do Cel Bruguez, e onde se tinham coberto de glória o bravo Parroso, a Marinha e a 9ª Brigada do Exército (Jourdan, 3º Vol., pág. 166).

Dezembro (fins) — Os três Exército Aliados estão reunidos a leste da cidade de Corrientes e ao Sul das Três Bocas (Tasso Fragoso, 2º Vol., pág. 290).

Dezembro — 22 — O Exército do General Osório acampa em Lagoa Brava, onde fica 51 dias. Aí se vão reunir reforços de infantaria e cavalaria, e um contingente de 123 voluntários alemães, artilheiros. (6)

1866

Janeiro — 3 — O Corpo de Exército do Barão de Pôrto Alegre, que recebeu a 1 de janeiro nova organização, está com cerca de 13.000 homens (4.000 infantes, 8.000 cavalarianos e 1.000 dos corpos especiais). A Artilharia dispunha de 6 canhões-obuses de 14; 6 canhões raiados de calibre 4 e 8 canhões a Paixhans. (7) (Tasso Fragoso, 3º Vol., pág. 41).

— 6 — Pela Ordem do Dia n. 115 criam-se no 1º RACav mais duas baterias, com as numerações 1ª e 4ª, cujo pessoal foi retirado daqueles que foram julgados aptos nos 7º e 42º Corpos de Voluntários da Pátria. O 1º RACav ficou sómente com material La Hitte calibre 4, passando aos 1º e 3º BAPé os 12 canhões La Hitte calibre 6.

(6) Em “História do Gen Osório” (2º vol., pág. 140/141), lê-se: “51 dias esteve o Exército Brasileiro acampado na Lagoa Brava. O Coronel Mallet era incansável com a Artilharia. Para os aprestos desta as ferrarias dia e noite trabalhavam”.

(7) Ver Nota Especial n. 2

— 31 — Combate de Corales — golpe de mão dos paraguaios sobre as fôrças argentinas. Serviu de trampolim para as tropas vindas de Itapiru a ilha del Médio (ou Redención).

Janeiro (fins) — A Brigada Bruce continua embarcada na Esquadra, inclusive o contingente do 1º BAPé comandado pelo Ten Tibúrcio.

Fevereiro — 11 — O Exército de Osório vai acampar em Tala-Corá (defronte de Passo da Pátria).

— Começam os preparativos para a travessia do Rio Paraná, a cargo da Comissão de Engenheiros, presidida pelo Ten-Cel José Carlos de Carvalho.

NOTA ESPECIAL N. 1

As duas unidades de Artilharia que estiveram no sítio de Montevidéu foram o 1º BAPé e o 1º RACav, e a seu respeito diz-se em "História do General Osório" (2º vol., pág. 45):

"A artilharia mostrava-se outra: de 2 baterias com 12 peças que tinham feito a campanha de Paissandu, e que haviam chegado às cercanias de Montevidéu, com extraordinárias faltas, estava elevada a Corpo, e aumentada de mais canhões, vindos do Brasil, ficando com 24. Mandou o General Osório que o 1º BAPé se fôsse instruindo no serviço a cavalo, com o projeto de entregar-lhe 12 dessas bôcas de fogo".

Nesse momento deu-se a intervenção de Mallet, conseguindo aumentar o efetivo de sua unidade (até então uma ala), para assumir definitivamente o título de 1º Regimento, depois de desdobrado êste, com a partida de 2 baterias para a fronteira missioneira, para integrar a Divisão Canabarro e aí formar um Corpo Provisório de Artilharia a Cavalo.

É o que nos esclarece também o General Leite de Castro em suas memórias ("Pátria, Honra e Dever" — Liv. Garnier, Paris, 1911/12), quando nos diz que chegado a Fray Bento com a Brigada Expedicionária do Cel Jacinto Machado Bittencourt, seguiu para Montevideu com as fôrças do Marechal João Propício Mena Barreto, acampando em Vila União. Aí passou a servir no 1º RACav, numa das baterias destacadas, sob o comando do Ten-Cel Graduado Emílio Luiz Mallet. Foi incluído na 2ª Bateria (Capitão Gama Lôbo D'Eça). Passou a ajudante da Unidade. Com o convênio de 20 de fevereiro de 1865, tôda a fôrça sitiante, e com ela as duas citadas baterias, marchou para o Cérro, em frente a Montevidéu.

"Se anteriormente a minha missão de ajudante de uma fôrça de artilharia era árdua e de grande responsabilidade, tornou-se muito mais importante com a declaração de guerra (ao Paraguai), visto ter sido reforçada com mais duas baterias, pas-

sando a **Regimento provisório**. Limitado, a princípio, o seu estado-maior, ao Chefe, secretário, ajudante e quartel-mestre, sem major-fiscal, era o ajudante que tinha maior soma de trabalho.

... Mas como era deficiente o acampamento em que estávamos, para a formação do grande Exército, tôdas as nossas forças embarcaram em navios de guerra e transportes particulares, e desembarcaram na foz do arroio Dayman, no rio Uruguai, pouco acima de Paissandu. Foi ali que meu regimento obteve tudo quanto lhe foi mister, sobressaindo meios de mobilidade que foram tão admiravelmente aproveitados pelo Tenente-Coronel Mallet, tendo sempre revelado uma competência inigualável".

Nessa época os cuidados de Mallet estenderam-se aos diversos setores administrativas, tendo adestrado animais cavalares e muares para a tração dos novos canhões La Hitte; fardado seu pessoal com as famosas túnicas de baeta vermelha, (fornecidas pelos depósitos de Montevidéu) e os chapéus de abas largas; idealizado um sistema de arreamento de tração, feito com couro cru, e adequado à campanha.

Para coroar seus esforços, e dar à unidade um verdadeiro espírito de corpo, recebeu o "Regimento Mallet" o estandarte nacional (provavelmente feito em Montevidéu) com que fêz tôda a Campanha do Paraguai, atualmente recolhido ao Museu Histórico Nacional (Sala Duque de Caxias).

NOTA ESPECIAL N. 2

Os canhões do Corpo Provisório de Artilharia a Cavalo, em 1 de janeiro de 1866, deviam ser 6 canhões La Hitte de 4, raiados, vindos do Rio de Janeiro, com o 4º BAPé e Pq Art; 6 canhões-obuses de 14 (em Uruguaiana eram 8, tendo-se quebrado ou sido abandonados 2); e 8 canhões a Paixhans, que cheguei à conclusão que deviam ser 6 canhões Whitworth calibre 32 e 2 canhões Whitworth de 12 (69 mm), êstes considerados de montanha, por serem mais leves que os La Hitte e os canhões-obuses. São os materiais referidos nas experiências de artilharia feitas pelo Barão de Pôrto Alegre em Itapua e conduzidos pelo Major Gama Lôbo D'Eça.

(Continua no próximo número)



MEU LAR É UM PARAISO!



SÓ COMPRO NAS

CASAS PERNAMBUCANAS

RECURSOS MINERAIS

SYLVIO DE QUÉIROZ MATTOSO (*)

Entre os vários aspectos que se podem abordar sobre o tema, foi escolhido aquêle capaz de fornecer o máximo de informações sobre os últimos desenvolvimentos tecnológicos que estão servindo de base, atualmente, para a fixação dos rumos a adotar na exploração de recursos minerais.

A representação de fatos, do ponto de vista do técnico, poderá auxiliar a melhor ajuizar-se o potencial mineral do País, o que já foi feito e o que precisa ser providenciado a fim de dar dimensão apropriada à indústria mineral no Brasil.

RECURSOS NATURAIS

Os recursos minerais e os recursos humanos

Os *Recursos Minerais*, assim como os recursos florestais, os recursos hidráticos e outros, são uma parcela dos chamados recursos naturais, todos dependentes do recurso natural mais importante: os *recursos humanos*.

É impossível obter o desenvolvimento adequado dos recursos naturais em geral, e dos recursos minerais em particular; deve-se cuidar primeiro e sobretudo do desenvolvimento do homem. Em recursos humanos, quando se fala em desenvolver ou educar o homem, entende-se muito mais do que simplesmente dar-lhe instrução. O homem não é um repetidor ou simplesmente executor do que aprende na sala de aula. Na tarefa de educar, procura-se capacitar o homem a usar inteligentemente os dados que acumula, a desenvolver sua capacidade criadora e o seu senso de responsabilidade no ambiente em que vive.

Os recursos minerais à disposição do homem exigem, pois, um esforço especial para compreender o modo de ocorrência e a maneira de dar utilização a êsses recursos, depois de extrai-los.

Como consequência, o desenvolvimento e a utilização dos recursos minerais dependem da compreensão que, numa sociedade, cada indivíduo tem do problema. Da compreensão individual passa-se à visualização que o povo ou a humanidade faz da exploração e utilização dos bens de origem mineral.

* De uma palestra pronunciada em Salvador por esse ilustre geólogo do Instituto de Geoquímica da Bahia.

É preciso ir mais além do que admirar simplesmente a quantidade de citações sobre ocorrências minerais. É preciso conhecer como descobrir jazidas minerais, como determinar sua qualidade e volume, como extrair os minerais e colocá-los em condições de uso. É preciso ir mais adiante ainda: determinar onde aplicá-los, em que quantidade, a maneira de utilizá-los como elementos de troca e descobrir-lhes novos usos. Enfim, o desenvolvimento dos recursos minerais é um problema de pesquisa, no seu sentido mais amplo, tendo o homem como orientador e beneficiado.

Dessa compreensão e dessa capacidade de pesquisar resultam as orientações que os diversos governos dão à exploração e utilização dos bens de origem mineral. A ausência de assessoramento adequado nos setores de mineração e comercialização dos bens minerais tem sido a causa de dificuldades dos governos de numerosos países no campo da mineração.

A nova legislação mineral do Brasil está perfeitamente sincronizada com o conceito de recursos minerais e, bem aplicada, certamente contribuirá para o rápido e vigoroso desenvolvimento da indústria mineral no País.

CONCEITO DE MINÉRIO

Minério e minerais industriais

No consenso geral, ouro, diamante, quartzo, ferro, mármore, etc. são minérios. Do ponto de vista do técnico, existe alguma divergência sobre o que deve ser chamado de minério.

Para uns, minério é toda substância natural inorgânica da qual se pode extrair econômicamente um ou mais metais. Nesse caso, é lícito dizer minério de ferro, minério de chumbo, minério de níquel, minério de mercúrio etc. De outro lado, temos o calcário, o quartzo, o diamante, o amianto, o gesso, a barita, etc., dos quais não se extrai metal algum, mas que são minerais usados diretamente, com pouco ou nenhum beneficiamento: são denominados minerais industriais. Intermediariamente temos a magnesita, a cromita, a bauxita e outros que têm os dois empregos: quando usados para a produção do metal (magnésio, cromo e alumínio, respectivamente) são minérios e, quando usados diretamente, passam a ser minerais industriais.

A fim de evitar possíveis confusões, há uma tendência a chamar-se de minério toda substância natural mineral que pode ser usada econômicamente. Ainda assim, são deixadas de lado algumas fontes de minerais, como se verá em seguida.

De qualquer modo, o conceito de minério está ligado à possibilidade de sua utilização econômica. (Esta é a limitação real que vai permitir o uso do minério pelo homem).

Fontes de recursos minerais

Onde vai o homem buscar os recursos minerais de que necessita para o desenvolvimento econômico?

A fonte tradicional e clássica de minérios é a crosta terrestre. Todavia, existem outras fontes também antigas de minérios e cuja importância tem crescido com as necessidades de nosso tipo de civilização. Por exemplo, o cloreto de sódio, ou sal de cozinha, extraído da água do mar. A água do mar é, pois, outra fonte de recursos minerais. O metal magnésio, o bromo, o iôdo e outros são extraídos de minerais que estão dissolvidos na água do mar.

Mais recente como fonte de recursos minerais é o ar. O nitrogênio, para a fabricação de fertilizantes nitrogenados, é usado industrialmente desde o início do século XX.

Modernamente, fonte bastante promissora de recursos minerais é encontrada no fundo dos oceanos, desde a zona das marés até profundidades superiores a 5.000 metros. O aperfeiçoamento das pesquisas e da tecnologia neste setor é surpreendente. As grandes nações industriais preparam-se aceleradamente para iniciar a mineração submarina de manganês, cobalto, cobre, níquel, ferro, assim como de fosfatos, diamantes, etc. As reservas já estudadas atingem a centenas de bilhões de toneladas. Naturalmente, a mineração submarina requer métodos especiais de prospecção e extração, mas o desenvolvimento desses métodos é um problema apenas tecnológico e solúvel a curto prazo, apesar dos investimentos que irá exigir.

CONCEITO DE JAZIDA MINERAL

O conceito de jazida mineral é uma decorrência imediata do conceito de minério.

Embora a legislação possa definir jazida mineral em termos mais ou menos restritos, do ponto de vista do técnico a definição é quase impossível. Do mesmo modo que para os minérios, existe um conceito de jazida mineral, o qual é função de numerosos fatores.

Praticamente é possível extraír algum metal de qualquer rocha. Com freqüência lemos ou ouvimos falar na descoberta de minerais em vários pontos do País. Essas rochas ou essas descobertas constituem jazida mineral? Em caso negativo, que condições precisarão preencher para que se possa ter uma jazida e não apenas uma ocorrência mineral?

Em Nova Olinda, o poço pioneiro feito pela PETROBRÁS registrou a presença de petróleo. Em várias outras localidades existem poços a constatar a presença de petróleo. E por que não constituem campos de óleo? Em outros lugares são achadas pepitas de ouro e, no entanto, não se desenvolve nenhuma mineração de ouro no lugar. Em outras

partes fala-se da existência de quartzo, de minério de ferro, de minério de manganês, e ninguém se interessa por investir no lugar para explorar as riquezas que se supõe existir. Qual a razão desse retraimento?

Quantiçale — é o necessário em primeiro lugar, quer dizer, volume ou tonelagem, quantidade que é variável para cada caso particular e dependente de outros fatores, mencionados a seguir.

A dimensão de uma jazida mineral deve permitir a amortização das despesas feitas com os trabalhos geológicos para descobrir e delinear a área onde serão feitas as sondagens ou perfurações, com o auxílio das quais se calculam o volume, a tonelagem e o teor. É preciso, ainda, amortizar as despesas feitas com: a) a aquisição das máquinas de mineração, como dragas, escavadeiras, tratores de diferentes tipos; b) a aquisição das máquinas de beneficiamento, como serras (no caso de marmores e pedras ornamentais), britadores, moedores, celulas de flotação, lavaadores, fornos de secagem, etc.; c) a aquisição do equipamento de transformação e seus acessórios, como fornos de fundição e refino, celulas eletrólicas, pontes rotantes, equipamento de laminação, extrusão ou estamparia; d) as construções diversas: estradas, ferrovias, edificações, silos, etc.

Os investimentos sómente para determinar o valor (quantidade e teor) de uma jazida mineral podem variar desde algumas dezenas de milhões de cruzeiros até centenas de milhões, ou mesmo acima de um bilhão de cruzeiros, conforme o minério. Os investimentos em maquinaria de mineração podem variar desde uma centena de milhões de cruzeiros até vários bilhões, o mesmo ocorrendo em relação ao equipamento de tratamento de minério e produção do metal, em conjunto podendo ultrapassar cem bilhões de cruzeiros!

A dimensão econômica de uma jazida mineral varia com a natureza do mineral, mas deve ser tal que permita amortizar os investimentos feitos em pelo menos dez anos, deixando uma margem de lucro que é sempre reinvestido em pesquisas, isto é, no aperfeiçoamento do homem e na procura de novas jazidas.

Para dar uma idéia, tomemos o caso dos fosfatos.

Modernamente, só é considerado objeto de investimento a jazida de fosforito capaz de produzir 500.000 toneladas por ano de concentrados para a industria, embora condições especiais possam reduzir esse valor. Considerando o tempo de amortização (dez anos) e as características correntes do fosforito (cada tonelada de concentrado corresponde a cerca de 2 a 2,5 toneladas de minério), a menor jazida de fosforito que se considera para investimento deve ter de dez a quinze milhões de toneladas de minério, a fim de produzir cinco milhões de concentrado por dez anos, antes de esgotar-se completamente. A jazida de fosforito de Olinda, em exploração, apresenta um investimento de nove bilhões de cruzeiros. Sua tendência é viver em crise econômica permanente,

porque foi dimensionada para produzir 250.000 toneladas de concentrado por ano. Sua produção atual é de 60 a 80.000 toneladas de concentrados por ano.

Essa duração mínima de dez anos para as reservas leva em consideração tanto o fator financeiro quanto o social. O minerador considera um crime fazer um investimento para explorar em grande escala uma jazida que se esgote após dois ou três anos de mineração, mesmo que isso lhe traga lucros gigantescos. O minerador considera desumano criar condições de trabalho numa determinada área por prazo tão curto: isso implica no deslocamento de mão-de-obra, comércio, criação de bens e serviços diversos, sem prazo suficiente para criar condições de fixação, deixando todos ao desemprego ao cabo de dois ou três anos.

Teor — O teor é outro fator levado em consideração ao se definir jazida mineral. Significa a percentagem de substância útil contida no minério. As impurezas podem ter uma influência positiva ou negativa no teor. O custo da extração da porção utilizável deve ser igual ou menor do que o preço de venda do produto no mercado.

Tomemos o caso do ouro de filão ou veio.

O limite inferior, isto é a menor quantidade de ouro que pode existir num veio e cuja extração e venda pagam as despesas de concentração (e amortização dos investimentos) é de seis gramas de ouro por tonelada de rocha. Assim, se as análises de laboratório revelarem menos de seis gramas por tonelada, teremos uma ocorrência de ouro, porém nunca uma jazida de ouro. Caso aumente o preço do ouro, então será possível pagar, com sua venda, as despesas com explosivos para desmontar o filão, com caminhões ou locomotivas e vagões para levar o minério para o britador, e demais fases de processamento, até a fundição do ouro em barras.

Sabe-se que a produção mundial de ouro, em 1961, atingiu a mais de um milhão de quilogramas (1.260.000 kg), para cujo total a produção brasileira contribuiu com menos de quatro mil quilogramas (3.950 kg).

Essa produção inclui ouro de filão, ouro de aluvião (em cascalhos dos rios) e ouro como subproduto de outros minérios. Quando ele comparece como impureza em outros minérios, poderá permitir a exploração de minérios de teor mais baixo que o normal.

Impurezas — Algumas vezes, um minério contém impurezas de tipo para o qual ainda não se conhece método de separação, ou a separação é antieconômica. Por exemplo: considera-se minério de ferro rico se o teor em ferro for superior a 50 por cento (hoje exploram-se minérios com até 20 por cento de ferro contido). Na Suécia e na Noruega existem depósitos de magnetita (mineral de ferro), nos quais o titânio aparece como impureza. Apesar de esses depósitos conterem centenas de milhares de toneladas de magnetita, não constituem jazida mineral, pois ainda se desconhece método econômico de separação do ferro e do titânio nas condições em que eles se apresentam naqueles países.

Até quase o fim do século passado, teores de fósforo como um por cento no mineral de ferro, inutilizavam-no. Com o desenvolvimento do processo Bessemer de refino, várias ocorrências de minerais de ferro se transformaram em jazidas de minério de ferro, em várias partes do mundo.

O calcário, essa matéria-prima barata utilizada como fertilizante e corretor de pH de solos ácidos, na fabricação de cal, cimento e numerosas outras aplicações, torna-se imprestável para a indústria de cimento se contiver fósforo, mesmo em quantidade tão pequena como meio por cento.

O fosfato do Maranhão não pode ser usado na indústria de fertilizantes por ter muita bauxita, e não pode ser usada a bauxita como matéria-prima para a indústria de alumínio por ter muito fosfato...

Essas limitações ocorrem no Brasil, como em qualquer outra parte do mundo. Sómente a pesquisa, o trabalho dedicado e paciente podem modificar a situação em cada caso particular.

Acesso — A acessibilidade é outra condição limitante. As ocorrências de minerais de ferro e manganês em Urucum (Mato Grosso) só passaram a constituir jazidas minerais depois que o frete para os centros consumidores deixou de onerar o produto. O custo do transporte determina a distância máxima a que um produto qualquer pode ser transportado e dar lucro, quando vendido.

Certos depósitos minerais estão situados abaixo de zonas de fácil infiltração de água. Este é o caso de algumas minas de carvão na Inglaterra e outros países, de certas camadas de fosforito em Pernambuco. Enquanto fôr técnica ou econômicamente inviável atravessar a zona de infiltração de água e ganhar acesso àquelas camadas de carvão e fosforito, teremos ocorrências e não jazidas.

As partes mais altas dos Andes e do Himalaia não oferecem condições para a sobrevivência normal do homem e, por isso, ocorrências minerais nessas partes mais altas não constituem jazidas minerais.

Conclusão: o esgotamento de jazidas de teor mais elevado ou mais puros; o desenvolvimento da tecnologia, permitindo separar impurezas, concentrar minerais de difícil concentração, atingir o depósito com novas máquinas e equipamento; a construção de estradas, a extensão de linhas de fôrça, a adução de água, irão transformar as simples ocorrências minerais de hoje nas jazidas minerais do futuro. Decorre, daí, o conceito de conservação dos recursos minerais.

CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS MINERAIS

Para muitas pessoas, conservar é sinônimo de guardar. Mesmo para essas pessoas, conservar o salário que recebem no fim do mês significa separar as parcelas para aluguel, alimentação, vestuário, transporte, re-

servas para eventualidades, etc., procedendo a uma distribuição inteligente e racional do salário, na tentativa de fazê-lo durar até o recebimento do salário seguinte.

Em recursos naturais em geral, e em recursos minerais em particular, conservar significa utilizar inteligente e racionalmente os recursos que a natureza põe à nossa disposição, fazendo uso de todos os meios para descobrir novos recursos e procurando atingir o máximo de rendimento e reduzir ao mínimo o desperdício nas fases de prospecção, lavra, concentração do produto, fabricação do metal (se fôr o caso) e utilização final.

Assim, conservar o minério de ferro inclui a fabricação de ligas mais resistentes ao desgaste e à oxidação ou ferrugem. Significa, também, usar madeira, plástico, alumínio ou outro material, onde o uso de aço não fôr imprescindível ou puder ser substituído por outro produto. Significa usar minério de teor mais baixo, se não afetar a economia do processo. Compreende, também, o uso da pelotização, o uso do oxigênio e gás no alto forno, que permitem produção por menor custo e, por conseguinte, permitem o consumo de minérios de mais baixo teor.

Como consequência, é lícito admitir-se que, no processo de conservação dos recursos minerais, utilizando-se progressivamente minérios de teor mais baixo e mais inacessíveis (minérios no fundo do mar), ou substitutos, os minerais poderão ser considerados como bens parcialmente esgotáveis. A educação, que abre constantemente novos horizontes ao homem, que conduz à valorização da pesquisa e ao aperfeiçoamento tecnológico, em benefício do mesmo homem, leva-nos a admitir que é sempre possível substituir minérios mais ricos por outros menos ricos ou oriundos de outras fontes, seja a crosta, o ar ou o oceano.

O fator economia é de suma importância no conceito de minério e de jazida mineral. Até 1920, o Chile foi o maior produtor mundial de salitre (nitrato natural). Suas reservas são enormes, a qualidade do salitre é excelente, a distância ao pôrto de exportação pequena (menos de 100 km). Porém, naquele ano a indústria de salitre entrou em colapso no Chile, por não poder concorrer em preço com os nitratos fabricados sintéticamente a partir do nitrogênio do ar, em associação com resíduos de coqueria e de destilação de petróleo. Foi assim possível disseminar a produção de fertilizantes nitrogenados, tornando-os mais próximos dos centros de consumo, com vantagens para todos, menos para o Chile.

Quando fôr iniciada a mineração submarina de fosfato, de manganes, etc., é possível que a ocorrência diminua a intensidade de sua exploração em outros lugares, a exemplo do que aconteceu com o salitre do Chile.

Na exploração mineral, as companhias de mineração, sejam particulares, subsidiadas pelo Governo, estatais e administradas por particulares, ou estatais e administradas pelo Governo, têm sempre presente a importância da obtenção de recursos financeiros para aplicar na pes-

quisa científica e no desenvolvimento tecnológico. Esse é o pensamento básico de toda organização que se dedica à exploração de recursos minerais com o objetivo de desenvolver métodos de utilização de minérios de baixo teor, de produzir sintéticos e substitutos. Este é o modo de conservar os recursos minerais.

DESENVOLVIMENTOS RECENTES

Geoquímica e geofísica

No ritmo crescente de extração e utilização dos recursos minerais, do ponto de vista da conservação, é necessário incrementar a prospecção mineral. É preciso desenvolver e aplicar técnicas capazes de serem usadas para localizar com precisão e rapidez novos recursos minerais, à medida que aumentam as necessidades de nossa civilização.

Dois métodos modernos de prospecção mineral foram desenvolvidos nos últimos 20 a 40 anos e vêm sendo aperfeiçoados e aplicados cada vez mais intensa e extensamente: são os métodos de prospecção geofísica e geoquímica.

Em *geofísica*, aproveitam-se as características físicas da terra e das rochas para localizar estruturas, determinar zonas ou faixas mais magnéticas, ou melhores condutoras de eletricidade, etc. Considerando que a cada rocha corresponde uma série de propriedades elétricas, magnéticas, acústicas e gravimétricas, a geofísica vai em auxílio da prospecção mineral desenvolvendo aparelhos ultra-sensíveis, capazes de registrar essas variações de propriedades físicas.

Em *geoquímica*, aproveitam-se as características químicas das rochas que constituem a crosta terrestre. Cada rocha tem o seu grupo próprio de minerais associados. Cada associação mineral possui um certo conjunto de metais que a caracteriza, embora com freqüência esses metais estejam presentes em quantidades mensuráveis apenas em partes por milhão, partes por bilhão e até partes por trilhão.

Jazidas de minérios de cobre, chumbo, zinco, ferro, têm sido achadas por métodos eletromagnéticos de prospecção geofísica, no Canadá e na África do Sul. A fotografia aérea e os mapas geológicos ajudam na seleção de áreas prioritárias.

Na Irlanda, onde a atividade mineira estava praticamente extinta havia várias dezenas de anos, foram descobertas, em 1962, por métodos geoquímicos de prospecção, jazidas de minérios de chumbo e zinco com vinte milhões de toneladas de reservas. Tudo isso num país bem percorrido, povoado, trabalhado por vários séculos, dentro de uma comunidade de alto índice de desenvolvimento tecnológico.

Esses dois métodos de prospecção já estão em uso no Brasil, sendo a geofísica extensamente usada na descoberta de estruturas favoráveis ao acúmulo de petróleo, e aplicada ocasionalmente na pesquisa mineral.

A aplicação da *geoquímica* em prospecção mineral, no Brasil, teve início cerca de 1958, mas seu primeiro uso sistemático e metódico teve início, na Bahia, em 1961, com resultados positivos. A primeira entidade de pesquisa e de prospecção geoquímica foi organizada na Universidade da Bahia (Laboratório de Geoquímica), sob a orientação técnico-científica de geólogo da USAID. O primeiro trabalho desse Laboratório de Geoquímica foi o reconhecimento sistemático de área de 12.000 quilômetros no nordeste da Bahia, com eixo ao longo do riacho Curaçá, entre Juazeiro, Jaguaraí e Uauá, tendo por objetivo principal a avaliação da intensidade de mineralização, sobretudo para cobre. Foram amostrados mais de 4.000 pontos e feitas mais de 40.000 determinações analíticas. Esse Laboratório de Geoquímica deu início, em julho do corrente, ao reconhecimento sistemático de faixa de 150 km de largura, ao longo do litoral ao norte de Salvador, devendo estender o levantamento para o sul do Estado, visando vários tipos de ocorrências minerais.

Através da prospecção geoquímica é possível determinar se uma região se encontra mineralizada, assim como indicar os metais presentes. Permite, ainda, a delimitação de contornos, à superfície, de um corpo de minério, servindo, por isso, de excelente guia para orientar as sondagens. Sómente as perfurações dão indicações sobre tonelagem e teor de minério. A geoquímica age apenas como indicador de corpo mineralizado.

AS RESERVAS OCEÂNICAS

A maior contribuição recente da pesquisa tecnológica no setor dos recursos minerais é representada pela revelação do potencial incalculável dos sedimentos submarinos. O fundo dos oceanos é, hoje, a nova fronteira do minerador.

Extensos depósitos de fosforito, nódulos de minérios de ferro e manganês ricos em níquel, cobre, cobalto, areias diamantíferas, etc., poderão revolucionar a técnica de mineração no futuro. Os países mais industrializados estão investindo grandes somas nas pesquisas minerais submarinas e no desenvolvimento de equipamento apropriado à prospecção e lavra submarinas.

Atualmente, já estão sendo explorados diamantes, minério de estanho (cassiterita) e minério de ferro nos aluviões marinhos, até 20 e 30 metros de profundidade de água, e já existem projetos prontos para levar os trabalhos a 120 metros de profundidade.

Para dar uma ordem de grandeza, a produção mundial de diamante, em 1964, foi de 33 milhões de carats. Três ou quatro companhias deverão estar produzindo, no sudoeste da África, em 1968, cerca de um milhão de carats de diamantes extraídos de aluviões marinhos.

Na Malásia, Inglaterra e Tailândia exploram-se os aluviões marinhos para minerais de estanho (cassiterita), até a profundidade de 40 metros.

Nas costas do Japão produz-se minério de ferro a 15 metros de profundidade, para alimentar uma pequena siderúrgica de 50 mil toneladas de gusa (a USIBA foi projetada para produzir 180 mil toneladas por ano).

Entre as matérias-primas imprescindíveis para a manutenção do homem sobre a terra estão os fertilizantes: fosfatos, compostos nitrogenados e sais de potássio. Com o aproveitamento total das terras ainda não cultivadas, previsto para dentro de poucas dezenas de anos, a produção de alimentos necessários à população da terra vai depender de três fatores: desenvolvimento de técnicas de transformação e de produção dos alimentos com freqüência chamados sintéticos; agricultura e criação submarina; aumento de fertilidade (produtividade) dos solos, pelo emprêgo de fertilizantes.

De todos os depósitos minerais espalhados na forma de nódulos e concrétions na superfície do fundo do mar, os mais abundantes e os mais lucrativos são os depósitos de fosfatos e óxidos de manganês. Apesar de os minerais de fósforo e de manganês serem encontrados em profundidades oceânicas que atingem até 3.000 e 5.000 metros, já existem cinco ou seis companhias que estão aplicando consideráveis recursos financeiros em pesquisa mineral de depósitos dos fundos dos mares.

A produção mundial de fosfatos atingiu quase 54 milhões de toneladas, em 1964. Cérra de 80 por cento dessa produção está concentrada em quatro ou cinco países. As maiores reservas potenciais conhecidas estão situadas no Marrocos e nos Estados Unidos e são da ordem de 35 bilhões de toneladas, isto é, mais de 70 por cento do total mundial de 47 bilhões de toneladas (toneladas equivalentes de P2 O5). A produção mundial é ainda muito pequena em relação às necessidades reais da agricultura. Numa pequena porção ao largo da costa da Califórnia, estendendo-se por 40.000 km² (Oceano Pacífico), estima-se existir cérra de um bilhão de toneladas de nódulos de fosfato.

Quanto ao minério de manganês, para uma produção mundial de 16 bilhões de toneladas, em 1964, a União Soviética contribuiu com perto de 7 milhões de toneladas. Produziram mais minério de manganês que o Brasil, em 1964, os seguintes países: Índia e a República da África do Sul, além da União Soviética. Acredita-se que o Gabão esteja, também, dentro em breve, produzindo mais que o Brasil. Como os países mais industrializados importam a maior parte do manganês que consomem, êles vêm invertendo somas consideráveis de divisas nas pesquisas de novas fontes de minérios de manganês. As pesquisas submarinas revelaram até 1964 cérra de vinte bilhões de toneladas de nódulos manganíferos nas costas ocidentais das Américas do Norte e do Sul, até um máximo de 800 km do continente. Estima-se que, noutra parte do Oceano Pacífico, exista uma reserva adicional de duzentos bilhões de toneladas de minérios de manganês, com alto teor ainda de cobre e níquel. Comparando-se êsses valores ao das reservas continen-

tais que atingem um bilhão de toneladas (60 por cento na União Soviética), é fácil compreender o impacto que a produção de minério de manganês do fundo do mar irá ter na economia mineral em futuro relativamente próximo.

Acresça-se ao fato de que o minério de manganês do fundo do mar tem teor quase tão elevado quanto os melhores explorados nas áreas continentais (55 por cento de manganês) e, além disso, são com freqüência enriquecidos com cobalto, cobre e níquel.

Os dados citados deixam-nos otimistas quanto aos recursos minerais existentes à disposição do homem no mundo. Por outro lado, êsses mesmos dados revelam a modéstia da participação brasileira na exploração de seus próprios minerais e no esforço dedicado à pesquisa e avaliação desses recursos. Ficou evidente, também, como o trabalho sistemático e contínuo tem conduzido à descoberta de numerosos depósitos minerais. Tôdas essas considerações parece terem sido levadas em conta na exposição de motivos do decreto do senhor Presidente da República, estabelecendo a *política mineral do Brasil* (Decreto 55.831, de 12/3/1965).

POSIÇÃO DO BRASIL, COMO PRODUTOR DE BENS DE ORIGEM MINERAL

De um total de 70 matérias-primas minerais, o Brasil é deficiente ou carente em cerca de 45. Matérias-primas como antimônio, bentonita, boro, enxôfre, mercúrio, sais de potássio, amianto, chumbo, cobre, estanho, fluorita, prata e zinco, de importância vital para a industrialização, são praticamente desconhecidas no subsolo do País.

O Brasil é mais importador de produtos de origem mineral do que exportador, o que não se supõe correntemente. Para cada dólar obtido na exportação de minérios de ferro e manganês, quartzo, berilo, etc., o Brasil é obrigado a despender quatro dólares para atender às suas necessidades em cobre, carvão, fertilizantes, alumínio, estanho, zinco, petróleo, enxôfre, chumbo, amianto, etc. Isto pode ser comprovado, de modo eloquente, pela simples comparação entre o valor da exportação de produtos de origem mineral, em 1963, que atingiu a US\$ 110.000.000, e o valor da importação nesse mesmo ano, que foi de US\$ 400.000.000.

A produção mineral do Brasil é inexpressiva, se comparada ao padrão mundial, ou mesmo à do maior produtor. Convém observar a posição do País em relação à produção de minérios de ferro e de manganês, cujo volume consideramos elevado. Note-se, ainda, a produção de ouro e diamantes, que desde crianças acreditávamos ser, talvez, a maior do mundo.

Não seria, pois, demais dizer que a afirmação de que o Brasil é um País rico em minérios é uma das muitas enraizadas na cultura brasileira e um dos numerosos responsáveis pela distorção que perturba nosso pensamento no assunto. Se aquela afirmação — "o Brasil é um País rico em minérios" — fosse uma verdade e não um mito, então seria verdade, também, que nos faltou iniciativa e espírito empresarial para aproveitar os recursos que a natureza colocou à nossa disposição. É preciso distinguir recurso de riqueza, assim como já vimos qual a diferença entre mineral e minério, ou entre ocorrência mineral e jazida mineral.

É desconhecido o potencial em recursos minerais do Brasil. O primeiro passo será executar um programa sistemático e contínuo de avaliação dos recursos minerais, compreendendo mapeamento geológico, levantamentos geoquímicos e geofísicos, programas de sondagens onde a geologia, a geofísica e a geoquímica indicarem. A execução desse programa, que deve ser previsto com continuidade e a longo prazo, necessitará de um mínimo de 5 a 10 mil prospectores, geólogos e engenheiros de minas. Os Estados Unidos possuem mais de 18.000 geólogos e mais de 10.030 engenheiros de minas. A URSS possui cerca de 30 a 40.000 geólogos, e mais de 500.000 prospectores. A Holanda, país pouco maior que Alagoas, tem mais de 300 geólogos. No Brasil, os primeiros cursos de geólogos foram fundados em 1957, com a assistência técnica do Ponto IV. O mapa geológico da Inglaterra, publicado em 1815, não encontra similar ainda no Brasil, quando se considera o conjunto de detalhes, área mapeada e escala de mapeamento.

Nosso País possui menos de 500 geólogos, todos ou quase todos formados a partir de 1960, isto é, com um a cinco anos de experiência profissional.

A tarefa de efetuar o reconhecimento geológico do País e a avaliação dos seus recursos minerais é, portanto, gigantesca e urgente. De um trabalho persistente, sistemático, intenso e contínuo só podemos esperar bons resultados, devido à extensão territorial do País e à diversidade de condições geológicas que é lícito esperar-se daí.

A produção de ouro, diamantes e pedras preciosas só terá significado econômico e social quando fôr acompanhada da produção de outros bens de origem mineral, assim como da agricultura e da educação do povo. Um olhar para nossa História indica o grau de verdade dessa afirmação. Um exame do que fazem ou fizeram outros países, em posição hoje melhor que a nossa, poderá ajudar a julgar se é válida a conclusão a que chegamos.

Daí a ênfase do Governo atual no programa de prospecção mineral, prevendo-se um investimento (ainda que modesto, diante das necessidades) de 47 bilhões de cruzeiros até 1968, com o objetivo de avaliar os recursos minerais do País. Para se ter uma base de comparação, a Grécia (país com 130.000 km² e 8 milhões de habitantes) dedicará

5.460.000 de libras (a Cr\$ 5.300 p/libra, equivale a 29 bilhões de cruzeiros) no mesmo período (até 1968), para avaliação de recursos minerais de um país cujo subsolo é explorado desde há três milênios...

O PLANO-MESTRE DECENAL DE INVESTIGAÇÕES GEOLÓGICAS

A nova política mineral do Brasil é bastante sábia e objetiva, ao dar prioridade ao setor de mineração. O resumo, publicado no número de março do corrente ano, da revista "Engenharia, Mineração e Metallurgia", dá uma idéia dos objetivos que se pretende alcançar.

"I — São objetivos fundamentais e prioritários da política do Governo, no setor da mineração: a) aproveitar intensa e imediatamente os recursos naturais conhecidos; b) ampliar a curto prazo o conhecimento do subsolo do País.

II — O Governo considera a produção mineral como de maior importância e prioridade para o desenvolvimento nacional, quer se destine à industrialização do minério no País, quer tenha por objetivo a sua exportação.

III — O Governo dará apoio e incentivo aos projetos de extração mineral cuja produção reduza ou elimine as importações.

IV — O Governo restringir-se-á ao desenvolvimento das empresas estatais de mineração já existentes e sómente tomará a seu cargo novos empreendimentos quando a iniciativa privada não se interessar pela sua execução.

V — O Ministério das Minas e Energia examinará e aprovará os projetos de mineração, procurando, em cada qual, orientar a sua formulação no sentido de obter as condições mais vantajosas para o País, sem criar, entretanto, condições ou exigências que dificultem ou impossibilitem a execução desses projetos."

Os "considerando" do Decreto 55.837, de 12/3/1965, merecem ser transcritos:

"Considerando que a produção brasileira de minerais só se refere a algumas dezenas de minerais diferentes, enquanto uma civilização industrial se baseia em mais de 300, convindo, portanto, localizar e lavrar progressivamente todos os recursos de que o País necessita e atualmente importa;

Considerando que é inevitável a dependência de importação de produtos do subsolo alheio, ainda que se possa desenvolver ao máximo a nossa produção mineral, por não ocorrerem certas matérias-primas em nosso subsolo ou por ser antieconômica sua exploração;

Considerando que o consumo de divisas decorrentes da importação de produtos do subsolo alheio poderá ser amenizado pela exportação de nossos excedentes minerais;

Considerando que as investigações geológicas, embora demoradas e dispendiosas, são básicas para o bom aproveitamento dos bens minerais;

Considerando que, não havendo possibilidade de estudo universal sistemático do subsolo brasileiro como um todo, em prazo razoável, em virtude da carência de pessoal técnico e, também, de recursos à altura da tarefa, impõe-se a seleção prioritária de áreas sobre as quais tais investigações devam incidir, de modo a atender aos apelos para o desenvolvimento econômico do Brasil;

Considerando, finalmente, que a indispensável continuidade dessas investigações exige a segurança de suprimentos ininterruptos de recursos, por prazo não inferior a 10 (dez) anos.

D E C R E T A :

Art. 1º. Fica aprovado o Plano-Mestre Decenal para Avaliação de Recursos Minerais do Brasil, que acompanha este decreto."

Seguem-se oito artigos e correspondentes parágrafos.

Não há dúvida de que só constitui riqueza o recurso mineral que estiver sendo produzido, contribuindo para a criação de empregos e para o bem-estar social do País. É preciso saber: 1) o que possuímos; 2) qual a quantidade existente de cada recurso; 3) quais as condições técnico-econômicas de sua exploração; 4) qual a situação do mercado nacional e internacional de bens de origem mineral.

Só assim se poderá decidir o que podemos ou devemos produzir; o que convém ou podemos exportar; o que convém ou devemos importar; para que países serão feitas as exportações, e de que; de quais países importaremos, e o que.

Pesquisar minerais é uma das tarefas mais urgentes para o País!



JUVENTUDE EM CRISE

Cel Cav (QEMA)

OBINO LACERDA ALVARES

GERAÇÃO INCONFORMADA

As grandes cidades modernas, com dificuldades de toda ordem, criadas pelo fato de serem grandes e complexas, têm tornado cada vez mais estranho e cruel viver-se nelas. A disputa pela sobrevivência, a competição econômica, os perigos e as ameaças de um mundo hostil, todos são fatores de profunda influência na vida da família e, consequentemente, na educação dos filhos. O progressivo afastamento dos princípios religiosos e morais, o relaxamento dos costumes, o ceticismo, quando não cinismo desenfreado, são as características das metrópoles de hoje.

A II Grande Guerra, com seus dramas e tragédias de âmbito mundial, veio agravar as tensões existentes e condicionar a existência de uma legião de jovens inconformados. Tais jovens recusam a tutela espiritual dos pais, renegam suas crenças e valores morais e procuram, às cegas, um novo conceito para a vida, um novo ideal pelo qual lutar. É notável verificar que esse inconformismo não é característico de uma dada sociedade. Ao contrário, ele é encontrado entre povos de várias raças, de diferentes credos, de muitos matizes ideológicos.

A Juventude brasileira, principalmente nos meios estudantis de cidades como Rio e São Paulo, está animada do mesmo estado de espírito, divorciada da geração mais velha e com comportamento na vida social, na participação política e no esporte, marcado de tanta rebeldia como são os jovens de Londres, Moscou ou Nova Iorque. Os jovens vivem vida à parte, criam linguagem e símbolos especiais e cantam na TV canções como "o desejo de posse de seu amor e que tudo o mais vá para o inferno". Sim, mandaram ao inferno todas as crenças e preconceitos de seus pais.

A AMOSTRAGEM

Qualquer observador atilado tem experiência sobre isso, possui vivência concreta, seja porque percebe o fenômeno na própria família, seja porque recebe, pela televisão, a imagem real da maneira sobre como se comportam os jovens. Além disso, contamos com numerosos dados vindos a público, a respeito das crenças e anseios da juventude, colhidos em inquéritos e pesquisas de estudantes e especialistas em sociologia.

Entretanto, é na própria informação militar, realizada em benefício da segurança nacional, que poderemos surpreender um dos aspectos mais delicados do inconformismo da Juventude: sua atuação política, muitas vezes de estarrecer. Os exemplos são freqüentes; basta-nos citar alguns.

Em passado não muito recente, a Associação Metropolitana de Estudantes Secundários (AMES), reunindo ginasiandos de 11 a 17 anos, foi contrária à majoração das tarifas dos bondes, programada pela Administração do Rio de Janeiro. Os estudantes da AMES, "economistas de calças curtas", ensaiaram todos os recursos para fraudar uma decisão de política econômica, determinada por quem tinha direito e obrigação de tomá-la, em benefício de todos.

Em época mais recente, estourou um escândalo na Faculdade Nacional de Filosofia, motivo de um inquérito cujo destino se ignora. As investigações tiveram início com a apuração de conflito, nas imediações da Faculdade, entre um advogado e um estudante. De sindicância em sindicância, apurou-se que 30 universitárias, entre 32 alunas de um dos cursos da Escola, haviam sofrido "curra" realizada por alguns alunos do sexo masculino; que, sob ameaça de escândalo, as moças foram levadas ao descaminho marxista através de chantagem ideológica. Uma delas escreveu a respeito um "diário" edificante, que está desaparecido. Quantas daquelas, agora professoras, estarão orientando hoje os ginasiandos?!

A União Nacional dos Estudantes! Quem não se lembra da UNE? A União transformou-se em potência dentro do Estado. Aliada ao Comando-Geral dos Trabalhadores — o famigerado CGT — constituiu-se numa das principais alavancas da subversão, desmontada pela Revolução de março de 1964. O Inquérito Policial-Militar instaurado a respeito revelou um conjunto de atividades criminosas, onde sobressaem a apropriação indébita, a corrupção generalizada e as práticas subversivas. Tudo — menos estudo...

TESOURO A RESGUARDAR

Educadores e sociólogos estão de acordo em que a Juventude constitui o maior tesouro de uma nação. Os jovens serão os herdeiros de nosso patrimônio material e moral e com essa herança hão de fundar o progresso e a prosperidade do Brasil. Dentro de uma geração, eles serão a elite dirigente em muitos campos e dêles — desses artifícies — dependerá a criação de uma nova sociedade, mais solidária e harmoniosa e, portanto, mais democrática e feliz. Dentro de duas ou três décadas, viveremos em função de sua inteligência e saber.

Os jovens são, pois, a chave de nosso futuro. Todavia, à vista do panorama da Juventude — um tanto pessimista — cabe-nos procurar respostas para várias indagações e — por que não dizer? — soluções para o desafio :

- os jovens andam no rumo certo?
- se errados, que os desvia da rota?
- como neutralizar as causas perturbadoras?
- como retificar a marcha da Juventude?

DEMOCRACIA INDEFESA

Nossas instituições sociais, políticas e econômicas caracterizam uma frágil democracia, uma democracia cheia de contradições, im-perfeita e indefesa.

O art. 141 da Constituição de 1946 é o preâmbulo de todo um capítulo dedicado aos direitos e garantias, com a seguinte redação :

“A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade.”

A seguir se enumeram os variados direitos e prerrogativas, onde sobressaem :

- a liberdade de consciência e de crença e inviolável;
- ninguém será privado de seus direitos por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política;
- é livre a manifestação de pensamento;
- a publicação de livros e periódicos não dependerá de licença;
- o sigilo da correspondência é inviolável;
- é garantida a liberdade de associação;
- todos podem reunir-se sem armas;
- é livre o exercício da profissão;
- a casa é asilo inviolável;
- ninguém será preso senão em flagrante;
- é garantido o direito de propriedade.

Vamos verificar, ao longo dêste estudo, que a ausência de um contrapêso de responsabilidade, em face de tantos direitos, não nos permitirá defender os mais altos valôres, entre êles o exponencial: a nossa Juventude.

Parecerá paradoxal fazer crítica aos tipos de conquistas já feitas pelo homem, através séculos de lutas e sacrifícios. O ideário de liberdade constante de nossa Constituição, por exemplo, originou-se com o liberalismo emergente da revolução francesa. Entretanto, a gangorra da História, oscilando entre a liberdade e a tirania, fêz nascer no seio de uma sociedade, regida por tais princípios, o monstro do totalitarismo bolchevista, — o regime que governa, sem peias nem respeitos à liberdade do homem, mais da metade da população da Terra!

O CONFLITO CONTEMPORANEO

Poucas pessoas no mundo, desde que medianamente instruídas e informadas, duvidarão de que nosso século presencia a luta de vida ou morte entre dois sistemas, duas concepções de vida diametralmente opostas: o liberalismo democrático e o coletivismo totalitário, — sistemas que representam a tese e a antítese da falsa síntese criada pela revolução liberal. Os países democráticos do Ocidente, na procura continuada de um poder cada vez maior, mesmo a despeito, ou em prejuízo dos sagrados e invioláveis direitos individuais, marcham inelutavelmente para a posição de poder tão bem caracterizada pela Roma Imperial, a urbs dos Césares. Os países totalitários, sob a égide do marxismo, atacados de verdadeira fúria messiânica, fazem do seu credo político uma nova religião e partiram para outra cruzada, a *cruzada século XX*, que visa à destruição da sociedade liberal.

Nesse conflito de proporções mundiais, todos os recursos de ataque e defesa são válidos. Na impossibilidade de resolverem a luta pela força das armas, os marxistas adotaram o mais sutil, o mais eficiente e moderno instrumento de ataque: a agressão ideológica.

O Brasil, como tantas outras áreas conturbadas dos cinco continentes, está sendo alvo dêsse ataque.

A AGRESSAO IDEOLÓGICA

O marxismo, como esquema de uma nova sociedade, iniciou a infiltração na elite brasileira há cerca de 50 anos. De início, com pouca intensidade e pequena extensão, sendo de notar, na década de 1930, uma difusão maior de sua literatura.

Como marco decisivo dessa etapa, pode-se registrar a intentona comunista de 1935, complô reduzido quase à participação de militares, entre os quais vários oficiais do Exército. Testemunhas da época — anotemos o fato — revelam que os principais líderes da revolta comunista daquele ano foram ex-alunos do Colégio Militar do Rio de Janeiro, doutrinados na devida oportunidade por um pequeno grupo de professores marxistas daquele educandário. (*)

(*) N. R. — Importa assinalar que se tratava de professores civis — não militares! Entre êles, pontificava o Dr. Isnard Dantas Barreto (aliás, filho do velho escritor, administrador e Ministro — General Dantas Barreto).

Após a II Grande Guerra, com a vitória final dos aliados, — Rússia inclusive — o comunismo como doutrina ganhou expressão mundial e constituiu-se em excelente instrumento de ação estratégica, nas mãos da URSS.

O restabelecimento das relações políticas com os países comunistas; a presença de numerosos agentes diplomáticos em suas embaixadas; os fartos recursos financeiros por eles disponíveis e a efetiva utilização do credo marxista como arma de ataque, foram os elementos que facilitaram a expansão da influência comunista em nosso País.

Baseados nas garantias individuais — o “cavalo de Tróia” da sociedade democrática — os agentes comunistas disputaram, com relativo êxito, a posse do que de mais importante existe na sociedade brasileira: as mentes lúcidas de parte da nossa fraca liderança.

São de hoje as conquistas realizadas em todos os campos: a representação política contaminada nos três planos — federal, estadual e municipal; parte do poder judiciário atuando sob critérios marxistas; grande número de homens da imprensa, do rádio e da televisão a serviço da causa comunista; a ação da Igreja, afetada pela propaganda; o comprometimento das Forças Armadas, cuja coesão e disciplina estiveram em perigo.

Não seria, pois, de admirar que os aventureiros, os inocentes úteis, os ditos “socialistas” e os ativos agitadores marxistas, quase alcançassem o sucesso total na administração passada, que levou o Brasil à beira do caos. Luiz Carlos Prestes, no fim da presidência de Goulart, ao voltar de uma de suas viagens à Rússia, declarou aos jornalistas em Recife: “nós não somos o Governo, mas já participamos dêle”!

Tal quadro de infiltração e agressão ideológica não é descabido nem ocioso nesta análise, porque foi nesse ambiente, ambiente confuso e complexo, que se desenrolaram as ações estudantis de caráter subversivo.

EDUCAÇÃO CONTAMINADA

A agressão ideológica mais persistente, de reflexos mais duradouros e profundos, realizou-se no campo da Educação.

De início, o ataque visou à cátedra. Grande número de professores, sobretudo no nível universitário, foram conquistados pelo partido comunista, através de um insinuante ataque às mazelas de nossa democracia incipiente e indefesa.

Aliou-se a tal ação uma hábil propaganda a respeito dos progressos materiais e da excelência da educação na Rússia.

A partir de certa época, contando com um Magistério envenenado ideologicamente, maleável a seus interesses, obteve aberta pregação

marxista da própria cátedra universitária, disseminando as esperanças messiânicas do comunismo no seio de uma mocidade idealista e inconformada, pronta para entrar em ação.

Quase simultânea e consequentemente passou-se à conquista dos vários diretórios acadêmicos, das federações regionais de estudantes e da União Nacional — a UNE. De greve em greve, de conquista em conquista, os estudantes universitários, despreparados e imaturos, foram ganhando cada vez mais força e poder nas decisões políticas, galgando mesmo postos na administração universitária e propiciando a irresponsabilidade e a anarquia no Ensino Superior do País.

Apoiados financeiramente pela União, dirigidos por "secretarias gerais" constituídas de comunistas militantes, "doublés" de estudantes profissionais, acoplados com os professores marxistas e alvos de uma demagogia política irresponsável, os estudantes obtiveram cada vez maior capacidade de decisão. Esmagando os estudantes adversários, fazendo chantagem com os timidos e os omissos, e habilmente "assessorados", os diretórios estudantis empolgaram a classe e puseram-na a serviço do partido comunista.

Ressaltemos de passagem que a ação marxista não é realizada ao acaso. Ao contrário, poderemos observar cuidadosa preparação de seus planos. Encontrada uma resistência democrática em determinado setor, há um desbordamento tático para a posterior retomada da ação. Entretanto, a ênfase principal da agitação comunista registrou-se nas Faculdades de Filosofia, os centros universitários de formação de professores, por razões óbvias: eles poderiam dispor, amanhã, de um numeroso núcleo de mestres do nível secundário, para a comunização da Juventude.

A audácia não teve limites e sob o próprio patrocínio do Ministério da Educação se editaram livros como "História Nova", de autores sabida ou confessadamente marxistas, com textos vazados na mais pura dialética comunista. "História Nova" é uma interpretação marxista da História do Brasil e se destina a "orientar" o professorado secundário.

O requinte de agressividade, contudo, foi demonstrado na execução de um plano de ensino aos adultos analfabetos. A seleção de professores realizou-se inclusive entre pessoas despreparadas para o ofício e os testes idealizados na época — amplamente publicados pela imprensa — exigiam do futuro mestre fidelidade ao credo comunista, sob pena implícita de não aproveitamento.

Não há exagero, nem demasiado carregamento das tintas, no quadro da situação atual da Juventude estudantil. A Revolução de 31 de março de 1964 não conseguiu alterar substancialmente esse estado de cousas. O diagnóstico é, pelo menos, aproximadamente certo. Nossa Juventude está espiritualmente enferma. Sua rota está desviada do bem comum. Há necessidade de retificação de rumos.

AS RESPONSABILIDADES

O jovem estudante é o menos culpado. Seu livre arbítrio é relativo, pois a mente humana é condicionada pelo ambiente social. A não ser um pequeno grupo de estudantes de marcada formação democrática, de forte personalidade, quase todos os estudantes brasileiros foram mais vítimas que autores dos crimes que se possam imputar à classe estudantil.

A lei imperfeita parece ser a causa maior. A Constituição protege o indivíduo que tenha convicções políticas ou filosóficas marxistas; garante-lhe a livre manifestação do pensamento; dispensa-o de autorização para publicar livros comunistas; assegura-lhe o direito de reunir-se com outras pessoas, sem armas, e assim por diante.

O conjunto de leis que regulam as várias atividades do Estado e suas relações com o cidadão, ou as relações dos cidadãos entre si, estão condicionadas pelas garantias constitucionais. Essas leis não podem ir além do mandado da Lei Magna.

O provimento dos poderes do Estado não exige fidelidade aos postulados democráticos. Mais de um dos supremos mandatários do País, numerosos governantes regionais, congressistas e outros agentes do Poder Público, direta ou indiretamente, tendo ou não consciência do alcance de seus atos, atuaram em benefício do aparelho comunista.

O Juiz julga de acordo com o texto restritivo e explícito da lei, sobretudo se for ideologicamente afinado com o marxismo. Agindo assim, ele protegerá sempre o cidadão, mas deixará a descoberto a segurança da coletividade.

O livro, o jornal, a revista, o rádio, a televisão, o cinema e o teatro são eficientes veículos de boas ou más mensagens, todas extraordinariamente aliciadoras; quando a serviço de atividades subversivas, não há personalidade que lhes escape sem mácula. Basta acentuar que os democratas mais ortodoxos se expressam comumente utilizando jargões marxistas.

Dentro desse quadro, como responsabilizar o estudante subversivo? O estudante como classe, como conjunto, excetuando alguns facilmente enquadráveis na lei, não pode ser o bode expiatório da falta de tantos outros agentes, das gerações mais velhas.

CONCLUSÕES

O comunismo é um êrro, um êrro fenomenal da História, mas assim mesmo um êrro. Como estrutura social e política, instalou-se há quase meio século num grande Estado e apesar do progresso material obtido — muito aquém do progresso dos Estados do Ocidente — não conseguiu dar a seus cidadãos o mínimo de conforto e liberdade que constituem o bem comum.

Por ser um êrro, élé é intrinsecamente um mal e como mal deve ser encarado e combatido. A sociedade brasileira deve armar-se para esse combate. Não se trata, evidentemente, de frear as fôrças nascentes de nossa comunidade, sob o pretexto de combate ao comunismo. Seria condenarmo-nos a um imobilismo, contrário às necessidades de progresso e desenvolvimento do País.

As armas da sociedade democrática são as leis. A correção dos males apontáveis em todos os campos de atividade nacional devem, pois, advir da Lei, de um conjunto de estatutos e normas de convivência social que regulem a vida do cidadão e as suas relações com o Estado. Cuidados êsses aspectos básicos, estarão automaticamente afrouxadas as tensões da Juventude estudantil e seu potencial de energia poderá ser aproveitado em benefício de nossa coletividade.

Livremo-nos de considerar a Juventude como problema de polícia. Muito ao contrário, nossa Juventude merece um tratamento à parte, merece ser considerada como matéria crítica da política do Estado, merece uma sábia política educacional.

O instinto natural dos jovens busca proteção e guia. Despojados da orientação familiar, seja por omissão dos pais ou transferência de suas funções para o professor, ainda assim êles buscam uma liderança, um guia efetivo. Quando falham êsses dois elos, a Juventude permanece desamparada e se entrega à orientação de aventureiros, falsos líderes, ou guias perniciosos — como os comunistas. Trata-se, pois, de fortificar os elos de orientação juvenil, no plano da Família e no da Escola.

Nossa sociedade dispõe do mais moderno e eficiente instrumento de educação em massa: a televisão. * Regular seu uso, empregá-la sob a direção de educadores e psicólogos capacitados, eis o primeiro passo a encetar na retificação do rumo da Juventude. Evidentemente, os programas não deverão ser compostos apenas para os jovens. Talvez merecesse mais ênfase a reeducação dos pais, para obter ação mais pronta através dêles, de seus cuidados e preocupações, através de seu amor.

Cuidar simultaneamente do professor no nível primário, secundário e superior. Para isso, valorizar a profissão, destacando-a pelas honras, pelas responsabilidades e por remuneração condigna. Transformar o panorama nacional, onde um professor pago pelo erário, às vêzes, ganha menos que um trabalhador braçal.

Assistir e orientar as escolas de formação de professores, de modo a despertar nos mestres responsáveis pelo ensino as qualidades morais necessárias à nobreza e à transcendência da missão.

N. R. — Esta Revista já tem divulgado alguma coisa sobre "TV Educativa", e continua atenta ao assunto.

Reorganizar a administração escolar, para que se efetivem as responsabilidades dos dirigentes do ensino, em todos os aspectos.

Incluir nos vários currículos objetivas lições de civismo e prática de trabalho colegiado, de modo a desenvolver, desde o início, as vocações de liderança e a disciplina social. Aproveitar esse trabalho de equipe para a iniciação política dos alunos, mediante a escolha dos líderes por meio do voto e do conhecimento das regras do jôgo democrático.

Reexaminar o sistema de constituição dos órgãos estudantis, de modo que sua existência constitua prática efetiva de convivência social.

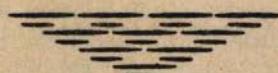
Dinamizar a cúpula do ensino do País, executando a rotatividade dos dirigentes e dando fim a dois de seus grandes males: vitaliciedade e liberdade de cátedra.

Rever a Lei de Diretrizes e Bases, de modo a retratar nela uma verdadeira Filosofia de Educação.

Se conseguirmos pôr em prática esse conjunto de medidas, teremos criado um sistema de educação apropriado a uma sociedade democrática e dado um grande passo na retomada do rumo certo.

Entretanto, tais medidas não serão suficientes, pois permaneceriam sem correção numerosas distorções nos campos político e social. Faz-se, pois, mister reexaminar todo um conjunto de leis, — como a da Imprensa, a das Diversões e outras semelhantes, — regulando as atividades que incidam no campo da educação e tenham grande influência na vida da sociedade.

Finalmente, temos necessidade de instituir uma objetiva Lei de Segurança do Estado e de reformar a Constituição, no que concerne ao capítulo dos direitos dos cidadãos, de modo a obter a responsabilidade de todos para a manutenção do sistema democrático.



PORQUE SE DEVE ANUNCIAR EM "A DEFESA NACIONAL"

- 1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque:
 - a) ela circula em todos os Estados do Brasil;
 - b) seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de assinantes;
 - c) depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica, é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas; e
 - d) vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 2 — Se sua existência de 52 anos não fosse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra recomenda "A Defesa Nacional" ao interesse do Exército, em face de sua utilidade incontestável para as Classes Armadas.

TABELA DE ANÚNCIOS

| Página | Cr\$ |
|---------------------------|---------|
| Inteira | 90.000 |
| ½ | 60.000 |
| ¼ | 40.000 |
| 2 ^a capa | 110.000 |
| 3 ^a capa | 120.000 |
| Contracapa | 130.000 |

Observações:

Clichês à parte.

Matéria redigida: mais 100%.

O PROBLEMA DA FALTA DE SUBALTERNOS

Ten-Cel Art (QEMA)
EVERALDO DE OLIVEIRA REIS
Instrutor da ECUME

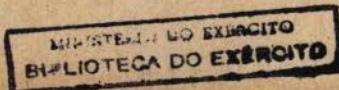
INTRODUÇÃO

Tem-se constituído em motivo de apaixonante discussão o número cada vez menor de candidatos que anualmente procuram a AMAN. Muitos, muitos mesmo, se empolgam pelo assunto, e não apenas dentro dos quartéis. Na imprensa, vale assinalar o editorial de 4 de março de 1966 do Jornal do Brasil — MISSÃO MILITAR — no qual o assunto é examinado, se não com felicidade, pelo menos com equilíbrio. E até mesmo no campo do Humorismo, no qual se destacou a figura de um colorido dominicano — FREI ROLIM, que, ao realizar na Faculdade de Serviços Sociais da P. U. C., em maio d'este ano, uma palestra cujo título era “Desenvolvimento e Responsabilidade Social”, resolveu também analisar o problema e diagnosticou-lhe as causas: “sinal do desprezo que hoje o povo brasileiro vota às Fôrças Armadas”.

Situemos agora o problema em suas exatas dimensões, com a autoridade que nos possam emprestar vinte e cinco anos de humilde dedicação à profissão que, ainda criança, abraçamos. Nos últimos tempos tem sido cada vez menor, de ano para ano, o número de jovens que buscam ingressar na AMAN.

A primeira coisa que nos ocorreu verificar, foi se estávamos diante de um fenômeno nacional e peculiar à época de hoje. Pareceu-nos que analisar o problema num país onde a liberdade individual fosse por excelência uma tônica, seria a melhor maneira de situá-lo no espaço.

Como se passam as coisas nos Estados Unidos da América do Norte? E Secretário da Defesa daquele país, oriundo da Administração Kennedy, o Senhor Mac Namara, hoje homem de renome mundial. O senhor Mac Namara, nos três últimos anos, entre os vários incentivos que buscou para valorizar a carreira militar, adotou os seguintes: *propôs ao legislativo uma Lei de Promoções, tentando dinamizar o acesso dos que mais se distinguissem profissionalmente; propôs também um dispositivo legal que permitisse reajustar anualmente os vencimentos dos militares;* conseguiu conceder, no intervalo de tempo acima referido, dois aumentos de vencimentos às Fôrças Armadas, o que no país em tela constituiu um autêntico recorde. Pois bem, ainda assim, o que se sabe (e não há motivo para descreditar) é que em 1965, dos militares que deviam renovar seus “contratos de trabalho”, 75 % não o fizeram!



E será esta a primeira vez que o fenômeno ocorre no Brasil? Eu prefiro dizer que aquilo que minha geração, a geração que chegou à Escola Militar no período de 1939-1945, admite como normal no recrutamento para a carreira, — centenas e centenas de jovens chegando ao Realengo, numa verdadeira festa — aquilo era o anormal, fruto de uma época de guerra e de uma conjuntura mundial dentro da qual os regimentos de força predominavam. Basta que se leiam dois ou três livros de memórias, para que se verifique que nos períodos de "entre guerras", no Brasil, a busca d'armas nunca foi expressiva. Poderíamos dizer mesmo, sem medo de errar e com orgulho, que procuraram as Forças Armadas em todos os tempos, no Brasil, dois tipos de jovens: aqueles que descendiam de nobres estirpes militares — os Lima e Silva, os Mena Barreto e outros, cujas raízes íamos encontrar no velho Portugal, e os que chegavam à caserna analfabetos ou quase — voluntários de pau e corda — do seio dos quais surgiram Osório, Tibúrcio, Sampaio e tantos outros. Esta tem sido a oficialidade d'este Exército, legitimamente popular sem ser populista e que, predominantemente saída das camadas pobres, destas trouxe para a vida castrense as qualidades que permitiram fazer do Exército leal servidor do País e destemido guardião das legítimas forças vivas da nacionalidade.

Mas o fato de afirmarmos que o fenômeno existiu antes e existe em outros países não nos isenta da obrigação de bem estudá-lo e tentar resolvê-lo.

AS CAUSAS GERAIS DO FENÔMENO

"Só na desgraça os povos se lembram dos seus deuses e dos seus soldados".

Nos chamados tempos de paz os homens que "vendem segurança" não recebem da sociedade o real custo da mercadoria que produzem. Até certo ponto, esta é uma atitude compreensível. Mas o baixo padrão de vencimentos que em consequência é imposto aos militares, avulta a profissão, enfraquecendo o próprio país. Daí termos dito "até certo ponto é uma atitude compreensível", porque é antes de tudo uma atitude suicida. Assim pois, qual o filho que vendo o pai, após vinte e cinco anos de serviço, da mais completa dedicação à carreira que abraçou, dedicação esta traduzida em permanentes estudos na busca de melhor qualidade profissional e na presença continuada, no tempo e no espaço, por todo o Brasil, qual o filho, perguntamos, que vendo seu pai viver tudo isto e sem ganhar um mínimo que assegure educação razoável aos filhos e conforto indispensável à família, vai escolher a carreira do pai? Esta é pois a grande causa geral: aqui, na América do Norte ou na Inglaterra. E quanto mais este País se desenvolver, abrindo novos horizontes aos jovens pela multiplicação de oportunidades, menos difíceis e melhor remuneradas, menor será cada vez mais a procura da sacrificada e tão pouco compreendida "Carreira das Armas".

A esta *causa geral* — *baixa remuneração* — podemos adicionar circunstâncias outras, que funcionam como verdadeiro “espantalho”. Uma delas é, evidentemente, o aumento do curso da AMAN de três para quatro anos. Este aumento foi realmente uma medida de desafio ao bom-senso. Anteriormente adotada e logo abandonada, como não poderia deixar de ser, afastou da carreira até os jovens de poucos recursos econômicos, que não se podem permitir aguardar quatro anos para equacionar definitivamente o futuro. Mas este não é o único aspecto negativo dos quatro anos. Associada a maior duração, veio uma formação humanística, fazendo lembrar os tempos dos “doutores de anel azul”, que têm causado verdadeira frustração aos jovens cadetes, que deixaram assim de ser os mais convincentes propagandistas, não por palavras mas por ações, da carreira que abraçaram. Poderíamos citar ainda, como causa, o desaparelhamento material do Exército, mas não o fazemos por um mínimo de justiça com a Revolução Democrática, sob a égide da qual criou-se o Fundo do Exército, que se não resolver, pelo menos facilitará a solução do problema.

Não nos bastará, porém, confirmar a existência do fenômeno. Para que possamos sair do terreno das lamentações e determinar as medidas que se impõem, analisemos, embora perfundidamente, as consequências mais importantes. De início salta aos olhos a falta de oficiais subalternos nos corpos de tropa e em seguida, no dizer de muitos, a diminuição em muitos aspectos do nível do cadete. “*Ab initio*” somos daqueles que defendem a idéia de que, para um Exército “ai pela casa” dos cem mil homens, não há necessidade de formar mais que 250 Aspirantes da Ativa por ano. O que se impõe é que estes jovens sejam sadios mental e fisicamente, remunerados com dignidade e tendo pela frente uma carreira que lhes ofereça satisfação profissional, pela oportunidade constante de aprimoramento.

Somos também de opinião de que a falta de subalternos nos corpos de tropa seria totalmente sanada pela adoção da obrigatoriedade do estágio de serviço para os Aspirantes da Reserva. No momento, tal medida seria grandemente facilitada pela redução do curso do CPOR para apenas um ano. Assim, para o cidadão não haveria novos encargos e para o país será sempre mais econômico o oficial R-2 convocado, do que a formação de quatrocentos ou quinhentos oficiais da Ativa por ano.

E o problema do recrutamento de trezentos cadetes por ano?

Creemos que a solução seria adotar-se uma política agressiva e inteligente de recrutamento. O que chamamos pretensiosamente de “inteligente”? É evidente que tentar em centros como SÃO PAULO e RIO DE JANEIRO recrutar jovens para a AMAN não pode ser considerado “inteligente”. Estas e algumas outras são cidades onde o mercado de trabalho oferece amplas e até certo ponto fáceis oportunidades para

jovens de baixo nível econômico e boa escolaridade. Deve-se agir nos centros onde o mercado de trabalho ainda é fraco e o rapaz tem que emigrar para se afirmar na vida. E aqui um parêntese — o recrutamento do oficial nas camadas de modesto padrão econômico, emprestará elevado grau de autenticidade ao Exército, sem que isto signifique abastardamento intelectual. Basta que posteriormente, através de um aprimoramento constante, o Exército eleve este oficial ao nível de um OSÓRIO, SAMPAIO, TASSO FRAGOSO, RONDON, DIONÍSIO CERQUEIRA e tantos outros.

E qual será o instrumento desta política agressiva? A instalação de Escolas Preparatórias de Cadetes, quer pura e simplesmente por criação, quer por transformação do "ciclo colegial" dos Colégios Militares já existentes. Assim, o jovem que atingisse com esforço o quarto ano ginásial, ao se matricular numa EPC passaria a um estágio de vida no qual, ainda estudando, não mais dependeria totalmente da família para se manter. E isto não é uma utopia, pois assim procedemos nós em nossa mocidade.

É evidente que dentro da chave da "inteligência" estariam as medidas que evitassem a fuga da carreira, ao fim do curso da Escola Preparatória.

Imaginamos uma bela rede de Escolas Preparatórias! MANAUS, BELÉM, atraindo os jovens ao Norte; RECIFE, por adaptação do CM; FLORIANÓPOLIS e SANTA MARIA!

Cada uma delas com não mais de cento e cinqüenta alunos e guardada por um pequeno corpo de instrutores, selecionados entre os melhores, e por professores civis enquadrados por uma competente Seção Técnica.

É claro que isto não seria uma panacéia e sim um plano! Medidas outras complementares, se imporiam! Assim, desde logo o curso da AMAN voltaria a três anos; haveria uma redução quantitativa nos postos de Coronel e General, combinada com uma expansão no efetivo total do Exército, que não pode — a não ser que estejamos em pleno curso de política de autodestruição — ficar aquém dos duzentos mil homens. Prosseguiríamos a luta que caracterizou o primeiro ano de aplicação do Fundo do Exército e tudo isto convergindo numa campanha esclarecedora junto aos poderes competentes, no sentido de informá-los de que: a ter um Exército pequeno, mal fardado, mal alimentado e indignamente remunerado, é melhor não ter nada.

ÁREA DE RETAGUARDA

O CORAÇÃO VULNERÁVEL DE UMA DIVISÃO

Maj Inf (QEMA)
JOÃO MANOEL SIMCH PROCHADO.
Instrutor da ECEME

INTRODUÇÃO

A falta de experiências bélicas utilizáveis, oriundas de conflitos produzidos com o nossa participação e conduzidos com a nossa vontade, nos tem colocado, sem razão, em uma situação de impressionante dependência profissional. A insuficiente atividade de nossas inteligências dentro da profissão, decorrente dessa dependência, desfigura o Exército Brasileiro, desde a formação de seus quadros, até a organização de suas unidades. Carecemos de um ideário profissional indígena porque, também, não nos temos dedicado suficientemente à meditação filosófica de nosso destino como Fôrça Armada. Em que pesem alguns esforços isolados e um incipiente movimento neste sentido, que ainda não contaminaram o organismo, estamos desacostumados de pensar.

Profissionalmente, o pensamento dos outros nos tem guiado.

Se despontamos como nação que salta de suas próprias fronteiras para projetar-se, influente, na busca do equilíbrio internacional, devemos, para corresponder à grandeza dessa solicitação, ousar em todos os campos de atividade. Sómente assim estaremos dignificados para a tarefa.

A experiência estrangeira no campo de nossas atividades, sempre útil enquanto não tivermos o registro da nossa, deverá ser absorvida após cuidadosa conversão de valores conjunturais. Traduzi-la, simplesmente, é transformar o pensamento adventício em fulcro. Esse crime nos deixa menores do que a nação que nos abriga e, talvez, a dirija para estranhos destinos.

A inação embota a nossa mente e emasca a nossa atividade profissional.

A ação, mesmo conduzindo ao insucesso, é sempre criadora pelas experiências que proporciona. O temor ao insucesso, se capaz de paralisar o pensamento criador, transforma-se em deletéria covardia intelectual.

Ousemos. Ousem todos os responsáveis por algum setor de nosso Exército. Fabriquemos nossas experiências. Nisso reside, sem dúvida, o valor de uma fôrça armada como instrumento de segurança. Registremos nossos erros, nossos desacertos, senão nossos sucessos, mas ousemos para tal. Estamos iludidos se pensamos evoluir só com a aquisição de mo-

derno equipamento bélico estrangeiro ou com a tradução de seus últimos conceitos doutrinários. Retirar o pensamento criador do desejado processo de evolução, é determinar a estagnação e instituir a dependência.

O assunto de que trataremos no presente artigo não é novo e, tampouco, é nova a solução que indicamos. Nossa objetivo é trazê-lo à luz, para o estudo e discussão de todos e, o mais importante, para sugerir sua experimentação por parte dos responsáveis pela instrução e operações do Exército Brasileiro.

Os trabalhos apresentados aos alunos da ECEME para realização em TO da América do Sul têm sido emoldurados com situações inspiradas na conjuntura continental atual ou, provavelmente, próxima. Este fato corresponde ao sentido objetivo da nova organização daquela escola, dentro da qual desempenha papel importante o pensamento criador de seus instrutores e alunos.

Para melhor caracterizar o que afirmamos, apontaremos exemplos apanhados em alguns trabalhos realizados durante o ano de 1965, onde prevalece a luta ideológica como acento principal:

A DI no Ataque e Aproveitamento de Exito

“O País Vermelho, com a ascensão de líderes marxistas ao poder, transformou-se em ponta-de-lança do bloco comunista no continente americano.”

A DI no Ataque

“O País Vermelho, governado por elementos de ideologia marxista-leninista, visando à expansão de sua base territorial, invadiu o País Azul, contando com dissidentes políticos locais.”

A DI na Defesa

“Aproveitando a instabilidade política e a avançada infiltração, o comunismo conseguiu vencer as eleições realizadas no País Invasor estabelecendo-se ali, um governo totalitário.”

Fundamentos da Brigada de Cavalaria Hipomóvel

“A República Democrática do Invasor, dominada por comunistas, vem criando há alguns anos, um clima de tensão nas relações diplomáticas com as nações que lhe são fronteiriças, valendo-se de velhas teses de reivindicações territoriais.”

Este ambiente característico, já sabemos, resultou de considerações lógicas em torno da realidade sul-americana. Dentro dêle, na execução de tarefas que nos foram atribuídas na qualidade de instrutor, reunimos algumas observações ligadas ao problema de segurança de área de retaguarda (SAR), no escalão Divisão.

Vejamos como isto ocorreu.

INDAGAÇÕES INICIAIS

Em nenhum momento da evolução desses acontecimentos que estamos autorizados a adivinhar na América do Sul, seria lícito omitir-se a guerra irregular. Parece-nos que qualquer preocupação exclusiva com operações regulares constitui uma alienação do pensamento militar que não encontra, sequer, justificativa didática e acarreta prejuízo para a doutrina que o Exército Brasileiro deve codificar.

"A improvisação é a essência da iniciativa no combate, como a iniciativa é a demonstração clara do poder de decisão." (1)

Todavia, a omissão à qual nos referimos surpreenderá nossos comandantes de todos os escalões, pelo fato de apresentar-lhes um novo quadro de guerra, que exige completa reavaliação dos conceitos tradicionais. Não estarão, simplesmente, em face de contingências ou oportunidades inesperadas, que seriam resolvidas pela improvisação. Estarão perplexos como o estiveram, outrora, os soldados diante da primeira explosão de pólvora...

Ora, se sabemos que sómente os excepcionais acorreriam a este problema com expedientes de sucesso, fruto de sua genialidade, seria útil permitirmos a elaboração de uma doutrina cujo êxito no emprêgo em situações normais dependesse de gênio improvisador?

Julgo — e eis uma afirmativa óbvia — que devemos criar condições para a atividade de nossas inteligências, na formação de uma doutrina que possa ser aplicada pelo homem comum, poupando-lhe as situações, sempre desastrosas, de perplexidade.

Indiscutivelmente, as situações criadas pela ECEME para o desenvolvimento de operações no continente sul-americano representam um prolongamento da guerra revolucionária — ou subversiva, como outros pretendem — em uma fase de expansão continental que, aliás, caracteriza a sua continuidade e universalidade. Assim, mesmo no quadro de uma guerra sem o fator nuclear, mas dentro dessa disputa apontada, os conceitos tradicionais de conquista do terreno terão pouca significação. Para terem valor, deverão ser complementados com a preocupação de reconquista do homem, de recuperação de mentes condicionadas a novas atitudes e novos valóres, que obumbram o caráter nacional de um país. Em consequência, paralelamente às operações, terá de haver, também, o esforço de neutralização e substituição desses valóres, para que a derrota militar do inimigo se confunda com a destruição de sua ideologia.

1) Cel S.L.A. Marshall (USA)

"A vossa guerra será perdida. Tal qual a concebeis, será sempre perdida porque não tendes em conta um fator essencial, porque lhe falta um caráter fundamental: esta guerra é uma guerra total!"

Esta guerra é total porque cada indivíduo é um objetivo da guerra revolucionária, porque todas as atividades de um Estado, de uma sociedade, contribuem para criar neste indivíduo, objetivo da guerra revolucionária, um estado de espírito. Por consequência, todas as atividades de um Estado, de uma sociedade, devem ser consideradas e fundamentadas em função da guerra revolucionária." (2)

"O conflito indochinês provou ao mundo que os métodos e os meios de guerra clássicos são tão desprovidos de valores quanto moeda falsa. Nenhum exército, hoje em dia, pode esperar fazer face a um inimigo, se não der a mais alta importância a essas realidades fundamentais." (3)

No terreno tático, teremos de completar o nosso ambiente de guerra e, consequentemente, de trabalho, admitindo a presença de um inimigo fanatizado por um ideal de esperança, podendo ser derrotável em termos militares tradicionais e inconquistável na moderna concepção de guerra que se nos surge.

Não estêve derrotada a Indochina?

"Nossos aviões têm o domínio dos céus, nossos navios controlam os mares, nossos carros de combate controlam as estradas, nossa técnica é superior. Todo esse material, todo esse poder existe para não ser usado." (4)

Não estão derrotados os Vietcongs?

Que significado terá, então, uma operação concebida em termos de guerra regular entre duas nações sul-americanas, mesmo que trabalhemos segundo princípios operacionais e logísticos adequados?

Haverá possibilidade de conduzirmos uma dessas operações de guerra, dentro das situações gerais que a atual conjuntura continental nos permite imaginar, considerando como inimigo, sómente, o homem convencionalmente fardado?

Julga o Ten-Cel Geneste (citado) que, provavelmente, a primeira lei da guerra foi fazer os guerreiros vestirem uniformes. Já não temos suficientes exemplos, para deixarmos de lado as maneiras milenares de românticos profissionais da guerra-arte, da batalha de heróis, da disputa entre cavalheiros?

(2) Mao Tsé-Tung

(3) Gabriel Bonnet

(4) Ten-Cel Marc E. Geneste — Exército Francês na Indochina

Como profissionais da segurança da Nação e não como guardiões de conceitos e princípios militares adventícios e extemporâneos, já não possuímos todos os elementos para evitar as perplexidades de "modernos" exércitos contra um novo, implacável e não ortodoxo inimigo?

Se admitimos que as forças armadas representam para nós simples instrumentos de jogos profissionais, regulamentados pela tradição militar e por convenções, concluiremos o absurdo de só admitir a guerra com nossos amigos, em uma espécie de clube internacional... Se, por outro lado, afirmamos que elas devem estar capacitadas a preservar a Nação das garras de uma insidiosa organização, cujos componentes não estudaram em nossas escolas, não usam uniformes, não se atêm às leis tradicionais da guerra, não são signatários da Convenção de Genebra e a quem, nem mesmo, as organizações internacionais poderão responsabilizar, caracterizar, submeter, apontar ou destruir como nação (5), certamente concluiremos que a nossa doutrina terá de ser liberada de premissas que admitem limitações no comportamento dos contendores. Assim livre, ela buscaria uma visão mais ampla do problema, tornando-se mais geral e mais flexível.

Apenas como um pequeno exemplo dessa inadvertência, citemos um fato. Tradicionalmente consideramos, com ressaibo de uma formação profissional fundamentada na guerra entre grandes potências fardadas, que os movimentos noturnos para suprimento oferecem a segurança de que necessitamos para a continuidade de um apoio logístico.

Não estaremos considerando inadequadamente o inimigo a enfrentar?

Com o fraco potencial aéreo no continente, a estupenda propriedade da noite para as ações irregulares e a ubiqüidade de observação através do agente não fardado, as operações de guerra na América do Sul, dentro do quadro ideológico que temos pintado em nossos trabalhos, não terão de buscar na luz solar a segurança de seus comboios? Os franceses aprenderam amargamente: "Durante o dia, entretanto, temos êxito, porque nossos aviões e nossos veículos podem, rapidamente, trazer infantes para explorar a floresta (.....) De noite a Indochina transforma-se no Viet-Minh. Nossas patrulhas são atacadas quando saem de seus postos. Latidos de cães revelam nossas emboscadas. Tan-tan nas florestas revelam a progressão de nossos homens. Os rebeldes conhecem tôdas as árvores da floresta — êles lutam nos lugares onde brincaram quando crianças."

O mesmo problema está sendo enfrentado pelas tropas americanas no Vietnam.

Finalizemos.

A guerra entre dois exércitos fardados, sempre romântica quando a estudamos, com seus generais, seus heróis, suas belas manobras, a

(5) Que foi o Viet-Minh? Que é o Vietcong?

bravura, a abnegação, o patriotismo, o sacrifício, a magnanimidade para com o vencido, tem exercido influência sobre a nossa formação profissional desde a infância. Adotamos, por essa influência sócio-cultural, uma atitude que execra a ação irregular. Será necessário violentarmos o nosso próprio caráter individual e nacional, através, mesmo, de técnicas científicas, para modificarmos a atual e adotarmos nova e objetiva atitude face à guerra.

Conclusão — Mesmo no quadro de guerra regular imaginado para o continente sul-americano, na condução das operações, devemos considerar, concomitantemente, o inimigo não ortodoxo (o guerrilheiro que se oculta no agricultor, o refugiado que contém o sabotador, as populações trabalhadas — sob ameaça ou na visão de melhores dias — e a infiltração como técnica para ação irregular).

CONSIDERAÇÕES SÔBRE A ÁREA DE RETAGUARDA DE DIVISÃO

Segundo as idéias do Texto Escolar 100-10, Sistema de Apoio Administrativo do Exército Brasileiro (codificação doutrinária experimental em uso na ECEME), a Área de Retaguarda da Divisão é o espaço geográfico — porção do território atribuído à GU — destinado ao desdobramento da reserva e dos elementos operacionais de apoio à Divisão, compreendendo, estes últimos, os elementos de apoio ao combate e apoio administrativo. Esse espaço geográfico, em consequência, deve conter as regiões que apresentem interesse direto aos desdobramentos da reserva e dos elementos de apoio ao combate — sempre mais atraídos para a frente — e, além disso, deve compreender regiões de interesse direto ao desdobramento logístico para a operação planejada — o que definirá os seus limites mais recuados.

Afora êsses apetites exclusivamente divisionários, que delimitariam a área de retaguarda, temos de admitir, também, que a comum inexistência do escalão corpo-de-exército, pela parcimônia de meios, determina uma tendência para aumentar o espaço territorial sob o controle das Divisões em linha. Básicamente, no entanto, para demarcar a área de retaguarda, os limites da Divisão devem abraçar regiões que satisfaçam o empenho do E/4 no apoio logístico da operação, empenho esse que, por fim, fica expresso como território. Assim sendo, para o atendimento das operações estudadas no nosso continente, a pobreza da rede de estradas e a procura dos eixos alternativos com suas raras articulações, além do acréscimo eventual de território decorrente de tendência já referida, sugerem um alargamento da área de retaguarda de Divisão que, não raro, se apresenta com espaços vazios daqueles interesses que a caracterizam.

Conclusão — No TO continental, as áreas de retaguarda das Divisões se apresentam mais extensas e, amiúde, com espaços internos sem a vigilância decorrente de sua natural utilização, seja para execução do apoio logístico às operações, seja para o desdobramento da reserva e elementos de apoio ao combate.

OBJETIVOS PARA UM PLANEJAMENTO DE SEGURANÇA DE ÁREA DE RETAGUARDA (SAR) E PROBLEMAS PARA A ORGANIZAÇÃO DE UMA FÔRÇA DE SAR (FSAR)

Extraímos as seguintes asserções do TE 100-10, já citado:

"As medidas de SAR compreendem tôdas as providências executadas para prevenir ou neutralizar ameaças inimigas locais contra unidades, atividades e instalações na área de retaguarda, exceto as operações de defesa aérea ou a neutralização de ameaças inimigas que possam comprometer a unidade considerada." (Par 220,b)

"O objetivo das operações de SAR é evitar ou reduzir ao mínimo a interferência das fôrças terrestres inimigas nas operações de apoio administrativo." (Par 227)

Essas afirmativas limitam as ações preventivas e repressivas de SAR, a um inimigo terrestre, não definido em sua natureza, mas cujo valor máximo não pode produzir ameaça à Divisão como um todo.

A organização da defesa contra esse inimigo, seguindo um planejamento em duas fases, trará tranquilidade aos elementos desdobrados na área de retaguarda da Divisão e, basicamente, à continuidade do apoio logístico — objetivo da SAR.

Para esse objetivo, concorrerão mediatamente, através da vigilância organizada em proveito próprio, tôdas as unidades de combate e apoio ao combate desdobradas na área de retaguarda que, entretanto, ficam sempre absorvidas por suas missões principais ou na expectativa de cumpri-las, como é fácil deduzir-se. Por outro lado, as unidades de serviço estão organizadas com a capacidade de prover apenas a segurança imediata de suas instalações. Eis-nos face a dificuldades para a organização de uma fôrça destinada a ações preventivas e repressivas no interior da área de retaguarda de uma Divisão:

- A natureza e valor do inimigo a enfrentar permitem a ação transitória de tropas da reserva, enquanto não solicitadas pelo curso das operações?
- Esse mesmo inimigo será neutralizado sem o concurso de elementos especialmente treinados?
- Qual a natureza e valor da tropa divisionária que ficaria com esse encargo?

Estas perguntas sómente terão esclarecimentos se procurarmos estudar a natureza e o valor do inimigo, sem equipará-lo aos escalões conhecidos, o que nada significaria, mas avaliando, isto sim, a capacidade que possa ter para desarticular a montagem logística divisionária.

NATUREZA, VALOR E POSSIBILIDADES DO INIMIGO, PARA SAR

Em relação à guerra irregular, o Exército Brasileiro teve, no fim do século passado, o seu Dien-Bien-Phu — Canudos. Todavia, já tarda a reunião dos ensinamentos que aquela campanha nos proporcionou, ao nos obstinarmos com manobras prussianas no sertão baiano, contra um inimigo que porfiava em não aceitar nossos "modernos" métodos de combate...

Para caracterizar êsse tipo de inimigo, cujo valor, entretanto, deverá ser limitado à sua incapacidade para forçar a Divisão a uma ação específica emanada de sua terceira seção, teremos de visualizar o panorama de guerra, atual ou próximo, que a situação continental nos aponta.

O emprêgo de fôrças regulares em operações convencionais do tipo clássico — embora com doutrina adequada — pode ser concebido:

- 1º — para conter uma ofensiva inimiga sobre área já trabalhada psicológicamente. Provavelmente ocorrerá a ação de "exércitos populares" (6), mesmo de "exércitos regionais" (7) e, certamente, de uma população hostil em sua maioria;
- 2º — em uma operação sobre território inimigo com governo organizado (tipo Cuba ou tipo área liberada). Provavelmente ocorrerá a ação de "exércitos populares" e "regionais", ou de uma população civil hostil.

É óbvio que os integrantes dêsses "exércitos" agirão indiretamente sobre nossas tropas regulares, procurando minar-lhe o vigor combativo através da ação de pequenas e grandes guerrilhas, nas suas três modalidades básicas: o combate, o terrorismo, a sabotagem.

Este é o inimigo contra o qual deve estar organizada a SAR.

Como se fará presente na área de retaguarda da Divisão?

- Pela técnica de infiltração individual ou de pequenos grupos, facilitada pelas grandes frentes de atuação, pelos vazios operacionais escassamente vigiados e pelos chamados obstáculos (cursos de água, vegetação densa, regiões montanhosas, florestas e desertos).
- Pela infiltração aeroterrestre de homens ou pequenos grupos.
- Pela permanência na área, de homens ou pequenos grupos.
- Nos habitantes da região e refugiados (homens, mulheres e crianças) — sejam êles nacionais ou estrangeiros.

(6) Combatente civil de oportunidade, sem abandonar suas tarefas normais.

(7) Combatente irregular permanente.

Onde estará presente?

- Em regiões onde possa furtar-se àquela vigilância decorrente da utilização da área de retaguarda para o apoio logístico ou dobramento de elementos de combate e apoio ao combate. Portanto, naqueles vazios que possibilitam o homizio de elementos irregulares e que, por isso mesmo, têm sido chamados de “áreas de homizio” (a expressão “base de operações” seria imprópria, face ao número e valor dos elementos considerados).
- Em suas próprias casas, ranchos e fazendas; em seus locais normais de trabalho; nas estradas, nas ruas e junto às nossas tropas e instalações.

Quais as possibilidades dêsse inimigo?

- Sempre será, no mínimo, informante perigoso porque ubíquo. “Na nossa guerra, o povo armado e a pequena guerra de guerrilhas de um lado, o Exército Vermelho de outro lado, constituem os dois braços de um mesmo homem. Um Exército Vermelho sem apoio da população em armas e da guerrilha seria um guerreiro maneta.” (8)
- Como guerrilheiro, pode atuar pelo combate (incursões e emboscadas), pelo terrorismo e pela sabotagem. No combate, através de ações com o valor de até 100 homens, armados com armas portáteis e petrechos leves, de surpresa e curta duração, objetivando destruição material ou captura; no terrorismo seletivo e sistemático, com a eliminação de chefes de todos os escalões (oficiais, sargentos e cabos), ou detentores de determinadas funções, a fim de quebrar a ordem pela supressão dos dirigentes efetivos e estabelecer o pavor e a insegurança na execução de certas tarefas; na sabotagem, para criar o desânimo, o desespero e a desconfiança na capacidade da GU como organização: interrupção do fluxo de suprimento, destruição de depósitos e postos de distribuição, viaturas, etc.

Como vemos, o tipo de combate reservado à FSAR nada tem de clássico. É a pequena e trágica luta da escuta, do reconhecimento, da infiltração, da farsa, da informação, das denúncias, das ameaças, da dissimulação, para a violência, o assalto, a perseguição, o cerco, tudo com audácia, tenacidade, vigor e, quase sempre, crueldade.

Conclusão — A natureza, o valor e as possibilidades do inimigo a arrostar na área de retaguarda da Divisão, exigem o emprêgo de elemento estabilizado nessa função, desde o início da operação da GU; qualquer

(8) Mao-Tsé-Tung

substituição trará perigosa solução de continuidade na contenção da ameaça (9). Dificilmente o inimigo será neutralizado por tropa que não esteja especialmente treinada e equipada para esse tipo de combate.

NATUREZA E VALOR DA FSAR

Encontramo-nos, pois, face a um estranho combatente. Um soldado inimigo que age segundo princípios estranhos à nossa formação profissional. Um civil, se ficarmos impressionados com certos aspectos de sua ação. Vejamos algumas características dessas ações.

No combate, o guerrilheiro age procurando a surpresa na oportunidade e no local de ataque, realizando a concentração de seus meios sómente para obter o poder de combate no momento oportuno; opera com rapidez e violência, apoiado por armas portáteis automáticas e petrechos leves, para, finalmente, dispersar-se. Impulsiona-o, como se vê, a certeza no sucesso da ação que empreende. Para a tropa regular é o fantasma, cuja ameaça já debilita e que, súbitamente, se apresenta, atacando, matando, destruindo, incendiando, assolando, saqueando e desaparece pulverizando-se em todas as direções.

O terrorismo e a sabotagem desafiam a imaginação de qualquer organização, porque se fundamentam em ações de oportunidade, executadas após o perfeito conhecimento das particularidades e deficiências de nossa rotina e que só podem ser obviadas, se adotarmos uma atitude ofensiva de reconhecimento, vigilância e vasculhamento das áreas de homízio.

“O único método eficaz a opor à guerrilha é a própria guerrilha.” A inobservância deste conceito, apesar de reconhecido por todos os autores militares atuais, foi, fundamentalmente, a causa da derrota francesa na Indochina.

Deixaremos de analisar o problema criado pelo informante vestido ou travestido de pacífico habitante. A defesa contra êsses elementos deve ser organizada com a ação integrada de pessoal do Governo Militar da área, Polícia do Exército e SAR, talvez, sob a coordenação dos últimos. De passagem, todavia, diremos que o problema é novo e necessita de uma solução.

Que características, afinal, deve possuir o elemento que constituíremos em FSAR?

a. Deve possuir alto grau de mobilidade.

É absolutamente necessário que a FSAR fique em condições de acorrer aonde se torne urgente a sua presença, particularmente, nas extensas áreas de retaguarda que devem ser organizadas contra uma

(9) C 31-20, Par 61

intervenção inimiga inopinada no tempo e no espaço. Essa mobilidade será tanto mais importante quanto menor fôr nossa ação ofensiva de vasculhamento e vigilância nas regiões suspeitas. Consequentemente, nas operações de movimento da GU, quando a área de retaguarda apresentar constantes mutações, com a inclusão de novas regiões a serem guardadas, será imprescindível a presença de tropa móvel, com capacidade de se opor, em tempo útil, à ação de novos elementos. Em outras palavras, diríamos que nas operações de movimento é mais difícil a transfiguração da caça em caçador, justamente a inversão buscada no combate ao guerrilheiro.

b. Deve ser capaz de cumprir grande variedade de missões.

Para o desempenho de ações preventivas e repressivas de SAR, já vimos, uma grande variedade de tarefas podem ser atribuídas à FSAR, todavia exigindo tropa especializada e familiarizada com as mesmas por eficiente treinamento. Alinhemos algumas:

- vigilância em todos os seus aspectos, desde aquela, característica das operações regulares, até a vigilância sub-reptícia e dis simulada de elementos que escutam e olham permanentemente;
- reconhecimento dinâmico de frentes e de possíveis vias de acesso;
- patrulhamento de estradas, caminhos e áreas;
- escolta de comboios e de viaturas;
- infiltração em áreas de homizio;
- ataque a fôrças localizadas;
- defesa contra ataques inopinados;
- execução, com a cooperação ou em cooperação com os elementos do Governo Militar da área e Polícia do Exército, da busca, acolhimento, investigação e evacuação de civis.

c. Possuir comunicações eficientes.

Para o controle efetivo de extensa área de retaguarda, seu responsável deve dispor de eficientes comunicações com todos os elementos empregados sob sua coordenação, em missões de SAR. Nas ações específicas de vigilância, reconhecimento e rápida intervenção, a FSAR necessita de fartos meios de comunicações, portáteis e eficientes. A surpresa e a rapidez da ação inimiga devem ser enfrentadas com um sistema ubíquo de ordens, que só uma boa rede rádio pode proporcionar.

d. Potência de fogo.

A FSAR deve opor ao inimigo uma potência de fogo superior àquela que déle possamos esperar. Salientemos, no entanto, que o carro de combate não tem demonstrado eficiência no combate irregular. Sua pretendida ação deprimente sobre o moral do adversário é, ao contrário do que se espera, favorável. As vulnerabilidades de um carro de com-

bate ao ataque de homens isolados, encobertos por verdadeiro mimetismo, aumentam, com sua fácil destruição, o ânimo do guerrilheiro e abalam a confiança dos nossos soldados na superioridade das tropas regulares. Por outro lado, protegê-los com elementos a pé, seria distrair mais potencial para algo incapaz de penetrar nas regiões favoráveis ao homizio do soldado irregular. Parecem mais adequados o carro blindado e as pequenas e versáteis viaturas que transportam homens, armas, munições, suprimentos e que, rapidamente, poderão despejar sobre o inimigo potentes e agressivas patrulhas (e vejam que não sugerimos alguma entre os tipos existentes, de procedência estrangeira, pois acreditamos que a solução de problemas novos exige idéias novas, com a presença de nossos técnicos militares e de nossa indústria, pelo menos para a construção de protótipos). Os canhões-sem-recuo de pequeno calibre, os lança-chamas portáteis, as armas automáticas portáteis, as granadas de mão, as armadilhas e toda sorte de armas brancas, tudo manejado por homens treinados e endurecidos nesse tipo de combate, dará à FSAR, certamente, a superioridade desejada.

De resto, elementos móveis, dotados de farto e eficiente material de comunicações, armados e equipados adequadamente, animados por vigoroso espírito ofensivo, tiram do combatente irregular a segurança necessária às suas operações, pela aplicação do que podemos chamar de "tática da contenção e da dissuasão". Julgamos, mesmo, que só esta ação psicológica sobre o moral do inimigo roube a metade de sua eficiência. E a inversão de expectativa do caçador que, inesperadamente, pressente que está sendo caçado...

Se a natureza da FSAR ficou caracterizada pelo que temos dito, deduzimos que seu valor está relacionado com a extensão da área de retaguarda, com a operação que empreenderá a GU e, principalmente, com a experiência adquirida no TO. A tropa de cavalaria mecanizada, a despeito de não estar equipada adequadamente, de ter parte de seu armamento fixo em viaturas e carros de combate e de não ter instrução especializada, tem sido, comumente, apontada como a mais indicada para as missões de FSAR. Na verdade, ela reúne algumas características interessantes, como mobilidade, comunicações eficientes e móveis, alguma versatilidade para o cumprimento de missões e atuação em terreno variado, possibilidade de construir patrulhas com boa potência de fogo em armas portáteis e automáticas e razoável poder de infiltração. É necessário lembrar, entretanto, que as próprias características do TO continental — com seus grandes espaços e vazios operacionais já referidos, a necessidade de se fazer economia de forças pela vigilância em frentes neutralizadas por obstáculos — têm criado grande dificuldade para destinar-se à FSAR, parcela do regimento de cavalaria mecanizado da Divisão. E, justamente, a tropa mais solicitada para compor ou mesmo ser peça de manobra da GU e, freqüentemente, o responsável pela SAR na Divisão fica privado de seu concurso para formar ou integrar a FSAR. Por outro lado, se a cavalaria mecanizada, tal como está organizada,

apresenta alguma eficiência para o controle de área e emprêgo como força de defesa na área de retaguarda, não apresenta muitas condições de emprêgo para aquêle tipo de ação ofensiva-preventiva exigido na neutralização do combatente irregular, porque não dispõe de equipamento e instrução especializada para tal.

O caráter permanenetemente interino de seu emprêgo tira a eficiência que poderia adquirir no trato continuado com os problemas de SAR. Aliás, essa interinidade destrói a eficiência de qualquer elemento empregado em tal missão. Atribuímos, sempre, prioridade principal à operação regular da Divisão mas, na verdade, "nem mesmo sabemos se as duas ações do inimigo, a regular e a irregular, ocorrerão em tempos diferentes".

A composição de uma força com base na infantaria, acrescida de meios de transporte e comunicações, é outra solução que temos procurado, com resultados que seriam tanto melhores, quanto mais permanente fosse seu emprêgo.

Conclusão — Nas organizações divisionárias que empregamos, não há um elemento que reúna as características necessárias a uma FSAR e possa sem empregado, com continuidade, mesmo sem considerarmos a falta de instrução especializada.

CONCLUSÕES

Façamos, inicialmente, uma sinopse das conclusões parciais a que temos chegado no decorrer desta exposição.

- a. Pelo fato de vincularmos as operações em TO continental à conjuntura sul-americana, devemos considerar a existência de inimigo não ortodoxo nas situações que criamos para estudo
- b. No TO continental, pelas suas características específicas, as áreas de retaguarda das Divisões se apresentam mais extensas e, não raro, com espaços internos favoráveis ao homizio de elementos irregulares.
- c. A organização de uma FSAR está, óbviamente, relacionada com as características do inimigo irregular a ser neutralizado.
- d. A natureza, o valor e as possibilidades do inimigo, na área de retaguarda divisionária, exigem o emprêgo de elementos estabilizados na função e especialmente treinados para o combate irregular.
- e. Dentro da organização divisionária que empregamos, não há um elemento que reúna as características necessárias a uma FSAR e possa ser empregado com continuidade.

Com base nesta sinopse, podemos reunir em duas assertivas a impressão geral que tivemos ao tratar dos problemas de SAR no ano de 1965, no escalão Divisão:

- 1^a — o inimigo na área de retaguarda de Divisão é capaz de infligir sérios danos à GU como força de combate, sejam êles materiais ou morais;
- 2^a — as organizações divisionárias que empregamos não respondem satisfatoriamente ao problema.

UMA SOLUÇÃO

Atribuir ao responsável pela SAR da Divisão uma unidade de segurança de área que integraria a GU, acompanhando-a enquanto operasse no mesmo TO. Seria uma unidade operacional — a exemplo do que ocorre nas modernas organizações divisionárias em relação aos elementos destinados ao trato dos problemas civis e de governo militar.

Básicamente, para estudo inicial e emprêgo em operações experimentais, poderíamos utilizar uma companhia especial de segurança de área (Cia Esp Seg Área), no escalão Divisão. Este elemento, altamente versátil, especificamente treinado, armado e equipado, teria uma organização muito flexível e adequada aos diversos aspectos da missão. Não seria incluído no quadro orgânico permanente da Divisão, a fim de desobrigar seu comandante de responsabilidade pela formação estranha à fisionomia e orientação geral da instrução regular na GU, além de oferecer ao escalão superior a oportunidade de adequar o valor e, mesmo, a natureza dessa tropa, à experiência vivida no TO.

Históricamente, o problema de SAR é velho conhecido do Exército Brasileiro, porque decorre da própria índole do combatente sul-americano, e as soluções sempre foram procuradas pela composição de forças apropriadas ou disponíveis para cada uma das tarefas surgidas.

Apontamos alguns exemplos interessantes, que poderão ser procurados por aqueles mais preocupados com as tradições históricas do nosso Exército. Escusamo-nos, entretanto, de transcrevê-los, para não ampliar o presente trabalho.

Ei-los:

HISTÓRIA DA GUERRA CISPLATINA — David Carneiro — 1946
(pág. 52)) — A ação de Rincón de las Gallinas.

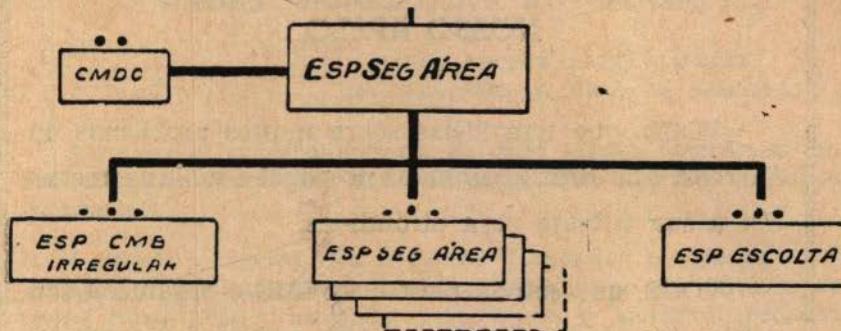
DIÁRIO DE OPERAÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA CAMPANHA DE 1851 (págs. 11, 19, 56 e 63).

HISTÓRIA DA GUERRA ENTRE A TRÍPLICE ALIANÇA E O PARAGUAI — Augusto Tasso Fragoso — 1934 — Vol (pág. 277) — Comunicações entre Tuiu-Cuê e Tuiuti.

A GUERRA DE CANUDOS — Macedo Soares — 1902 — Referências a um comboio do Coronel Manuel Gonçalves Campello França (páginas 148 e 159).

Acreditamos que uma tropa especial de segurança de área devesse ser organizada por um recrutamento geral e indiscriminado em todas as Armas, constituindo, por isso mesmo, elemento especial de emprêgo.

Uma idéia para sua organização:



INDAGAÇÕES FINAIS

A solução que apresentamos ao problema divisionário de área de retaguarda sugere, implicitamente, a organização de unidades especiais de segurança de área — até Brigada — que seriam empregadas pelos escalões maiores, como elementos operacionais ou regionais. O assunto fica sugerido. Da leitura de nossos argumentos para o escalão Divisão, surgem algumas indagações relacionadas à solução do mesmo problema para os escalões mais elevados.

Transcrevêmo-las, ao encerrar o presente trabalho, para encaminhar o prosseguimento do estudo:

- Como compreender a FSAR nos escalões mais elevados (operacionais ou não)?
- Será lícito pensarmos em maior integração, nesses escalões, dos elementos do Governo Militar e SAR, ficando aquela atividade mais ligada a esta?
- Para o caso brasileiro, não seria interessante e econômico que as Polícias Militares fossem encaminhadas seriamente para os problemas de SAR (Ex, RM, TO, ZI)?

Para que o leitor complete o juízo sobre o tema do qual nos ocupamos, recomendamos a leitura dos trabalhos do Ten-Cel Inf James P. Lyke (Military Review — março 1960) e Ten-Cel Irvin M. Kent (Military Review — outubro 1963). Em ambos, os autores criticam a preocupação da doutrina norte-americana com as áreas de retaguarda, face à guerra irregular. A importância do assunto — julgam como nós — não está sendo bem avaliada. A perplexidade dos exércitos regulares, justificável como primeira manifestação frente ao fato novo, já se prolonga demasiadamente e só encontra explicação nas dificuldades que o soldado profissional regular está encontrando para desvincilar-se de uma atitude mental, estratificada em milênios de tradição militar.

NOSSO APÉLO

VOÇÊ, que tem idéias sobre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e nô-las remeta. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOÇÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo assim a todos.

VOÇÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOÇÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fêz algo nôvo, interessante, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOÇÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO

AREIAS MONAZÍTICAS DO BRASIL

Prof. VICTOR ZAPPI CAPUCCI
(da Universidade do Estado da Guanabara)

A monazita, principal minério de tório (Th02), encontra-se em abundância no Brasil, quer nas suas praias, quer nos seus depósitos continentais.

A palavra *monazita* vem do grego "monazein" e significa *estar solitária*. Os geólogos costumam classificá-la como um "fosfato de terras raras" (cério, neodímio, praseodímio e lantâncio), podendo conter quantidades variáveis de tório e traços de urânia.

A monazita dos depósitos praieiros e continentais do Brasil contém geralmente um teor de 5 a 6% de Th02.

Elemento radioativo muito importante, o tório foi descoberto em 1828 por Berzelius, que lhe deu o nome de um dos deuses da mitologia escandinava, Thor, deus dos trovões e dos relâmpagos, filho de Odin.

O tório é utilizado em nossos dias em reatores como elemento fértil, isto é, captando neutrons e sendo transmutado em urânia 233, elemento físsil capaz de ser utilizado como fonte de energia nuclear, tal como o urânia 235. Um quilo de tório poderá fornecer energia equivalente a 20 milhões de kwh. É usado também na fabricação de ligas com magnésio para aplicação em foguetes e satélites artificiais. É aplicado, igualmente, na fabricação de superbombas atômicas. Segundo o famoso cientista, Dr. Seitaro Koyama, da Universidade de Niigata (Japão), o tório é mais leve do que o plutônio e o urânia 235, libertando radioatividade muito mais perigosa do que os outros dois.

A monazita pode ser encontrada em cristais, nos pegmatitos, e sob a forma de areia, nas praias e leitos de rios, acompanhadas de ilmenita, rutilo, zirconita, granada e outros minerais densos.

Os depósitos praieiros do Brasil são em geral muito ricos. Estendem-se interrompidamente no litoral que vai desde a localidade fluminense de Barra de S. João até Canavieiras, no sul da Bahia.

O interesse pela mineração e exportação das *areias monazíticas* do Brasil data de 1884, época em que foi descoberta por John Gordon, exportador de madeiras da Bahia. Notou Gordon que as praias de

Caravelas e do Prado eram atapetadas por um mineral muito denso, que, posteriormente, os geólogos Henry Gorceix e Orville Derby verificaram tratar-se de monazita.

Naquele último quartel do século XIX não havia maior procura pelas "terrás raras", nem aplicação direta para o tório; coincidiu, entretanto, que no ano de 1885 fôsse concedida ao químico alemão Auer von Welsbach, a primeira patente para utilização das "terrás raras" — obtidas inicialmente de minérios suecos — a fim de aumentar o poder iluminante da chama de gás.

As experiências feitas na Alemanha com a monazita brasileira foram coroadas de êxito e, assim, tornou-se muito popular na Europa o bico de Auer com os veus de nitrato de tório, dando origem, então, a um rendoso contrabando das areias das praias do Prado e Cumuruxatiba (E. da Bahia). Diga-se de passagem que as areias monazíticas e, com elas, o precioso tório, eram levadas para a Alemanha como lastro de navio e ali usadas na indústria de iluminação.

Assim, durante um quarto de século, a indústria européia de mantos incandescentes encontrou na monazita brasileira a sua principal fonte de matéria-prima. Não se conhece exatamente o montante dessas exportações clandestinas. Sabe-se, entretanto, que no ano de 1895 deram entrada no pôrto de Hamburgo 3.000 toneladas de areias monazíticas procedentes da Bahia.

Os primeiros embarques de "terrás raras" do Brasil foram cotados a 85 £ a tonelada, caindo, porém, seu preço, face à grande quantidade exportada clandestinamente, para 8 libras a tonelada, em 1897.

Devido ao clamor popular o Governo Brasileiro proibiu a sua exportação, determinação essa repetidas vêzes burlada. Teve início, então, um longo processo judicial que, afinal, foi decidido contra John Gordon e seus associados.

A exportação de minério continuou sendo feita para Hamburgo até 1913, quando os preços decrescentes da monazita, devido ao desenvolvimento da iluminação elétrica, tornaram desinteressante a procura dos veus incandescentes de tório.

Em 1923 o Brasil deixou de figurar como produtor daquele minério.

Sómente em 1937 foram reiniciadas as exportações brasileiras de monazita, devido ao crescente interesse pelo cério. Seu fluoreto

tornou-se imprescindível como estabilizador do arco elétrico nos carvões dos holofotes de guerra e nos projetores cinematográficos; por sua vez, o *lantântio* encontrou aplicação em lentes fotográficas de alta refringência e o *neodímio* passou a ser usado como corante azul de vidros óticos e artísticos.

Acredita-se que cerca de cem mil toneladas de areias monazíticas foram exportadas entre os anos de 1884 e 1949.

Antes da II Grande Guerra o consumo mundial da monazita oscilava em torno de 4.000 toneladas por ano. Com a invenção da bomba atômica, o tório adquiriu enorme importância. Receando que este novo material nuclear pudesse ser desviado para armamento atômico, os EUU. e Grã-Bretanha acordaram em fazer contratos hábeis, respectivamente com o Brasil e a Índia (outro grande possuidor de reservas toríferas), para recebimento exclusivo de areias monazíticas.

No Brasil, até as proximidades de 1946, a monazita destinou-se exclusivamente à exportação, porém, o estabelecimento da firma Orquima, por sugestão e interesse do próprio Governo Brasileiro, criou a indústria de "terrás raras" no Brasil, com a produção de sais de cério, óxido de tório e recuperação do urânio contido em diminuta proporção.

As áreas do Brasil onde se tem verificado a presença da monazita, seja nas rochas cristalinas, seja nos aluviões, vão a uns três milhões de km², abrangendo grande parte dos Estados do Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia, Espírito Santo, E. do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Além da monazita, tem sido verificada a presença de outros minerais toríferos, como o pirocloro e a bastnaesita, que ocorrem em quantidades aparentemente enormes nos maciços fofaíticos de Poços de Caldas e Araxá.

Excluindo-se várias áreas que acusam fortes anomalias radioativas e que ainda não puderam ser devidamente estudadas, calcula-se que existam no Brasil um total de 600 mil toneladas de areias monazíticas brutas que, devidamente tratadas, dariam umas 30 mil toneladas de óxido de tório puro.

No Brasil, os minérios de tório, como minerais radiotivos que são, encontram-se atualmente sob o regime de monopólio estatal e controle da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

REPRESENTANTE!

A Revista precisa manter ligação mais constante e íntima com o Sr. Pretende fazê-lo, mas necessita da sua máxima cooperação. Assim, para iniciarmos nova fase de entendimento entre a Redação e o Representante, pedimos-lhe comunicar-se conosco, com a possível brevidade e preferentemente por carta, informando-nos detalhadamente da situação da Revista na sua Unidade. Esperamos, também, a sua colaboração, não sómente no tocante a sugestões para melhoria da nossa "A Defesa Nacional", como também no envio de matéria para publicação. Estamos às ordens, aguardando sua palavra.

TIRIÓS — SENTINELA AVANÇADA

Ten-Cel Cav (QEMA)

ANTONIO JOSÉ DO CARMO RAMOS

A convite do Sr. Cmt da 1^a Z Aé, sediada em BELÉM—PARA, realizamos a 20 Fev 65 a viagem a TIRIÓS, passando a relatar as observações feitas.

(Fig. 1: "Roteiro da viagem e localização de TIRIÓS".)

INTRODUÇÃO

Servindo na AMAZÔNIA há mais de três anos, vínhamos já de longa data sentindo a lacuna que em nossa experiência, pelo conhecimento não aferido da parte norte da zona do BAIXO AMAZONAS. A viagem a TIRIÓS não só eliminou tal lacuna como também satisfez um incontido desejo, qual fosse o de conhecermos mais um canteiro de trabalho da FAB na área, dentro da conjunção meritória do "Trinômio" — FAB, Missionário e Índio. Embora a permanência nesse Núcleo não tivesse ido além de 105 minutos, foi-nos possível recolher muitas impressões que adiante são consignadas.

MEIO DE TRANSPORTE

Avião C 47, da 1^a Z Aé, tripulado pelo Maj-Av Carlos Alberto Bravo da Câmara, juntamente com 1 Ten-Av, 2º Piloto, e 2 Sgts (um mecânico e outro radiotelegrafista).

ROTEIRO DA VIAGEM

O presente roteiro foi realizado no decorrer do dia 20 Fev 65, sendo o horário de referência o de verão.

| | | | |
|-----------------------------|------|---------------------------|------|
| — Partida de Belém | 0645 | — Partida de Tiriós | 1345 |
| — Chegada a Santarém | 0925 | — Chegada a Macapá | 1615 |
| — Partida de Santarém | 0945 | — Partida de Macapá | 1705 |
| — Chegada a Tiriós | 1200 | — Chegada a Belém | 1855 |

O tempo de voo Macapá—Belém surge aumentado em face das evoluções feitas em volta do campo, antes do pouso (normal) no aeroporto de Val-de-Cães, motivadas por pane surgida no mecanismo de travamento do trem de aterrissagem.

roteiro da viagem e localização de TIRIOS



A LOCALIZAÇÃO DE TIRIÓS

A localidade de TIRIÓS está situada às margens do rio PARU DE OESTE, a uma distância para oeste de aproximadamente 5 km da fronteira com o SURINAME (GUIANA HOLANDESA), numa região em que imperam os campos gerais. O aldeamento e as instalações do campo de pouso situam-se em terreno seco. Pela ausência de chuvas, o rio PARU apresentava-se com nível d'água bastante baixo, com pouco mais de 50 cm de profundidade. Na época chuvosa, seu nível aumenta de muitos metros, dando-lhe características de rio caudaloso e permitindo precária navegação a embarcações pequenas e apropriadas, isto pela presença de corredeiras em todo o seu curso, sendo possível atingir a calha do Amazonas ao sul de ORIXIMINÁ.

Com pouco mais de 15 min de vôo, depois de SANTARÉM, o terreno apresenta-se movimentado e coberto inteiramente de floresta tropical. Por certas clareiras, que surgem de quando em quando, é possível identificar a base arenosa do terreno. Com mais uma hora de viagem, começam a surgir as extensas áreas de campos gerais, com características próprias, mas comportando, embora forçadas, algumas semelhanças com os campos cerrados do Planalto Brasileiro (sul de Mato Grosso). Nos campos gerais da região percorrida, as áreas de campos são mais extensas e não há zona de transição para a floresta, e os cerrados não possuem características tão marcantes, pois se apresentam em forma de renques de palmeiras, agrupamentos pouco densos de árvores, vegetação ciliar nos cursos de água e agrupamentos longos de árvores de pouca densidade. A topografia ostenta muitas elevações isoladas, que podem ser classificadas como outeiros. A própria localidade de TIRIÓS é balizada pelo norte por uma dessas elevações.

(Fig. 2: "Tiriós — Campo de pouso e aldeamento indígena".)

OBSERVAÇÕES SOBRE A VIDA EM TIRIÓS

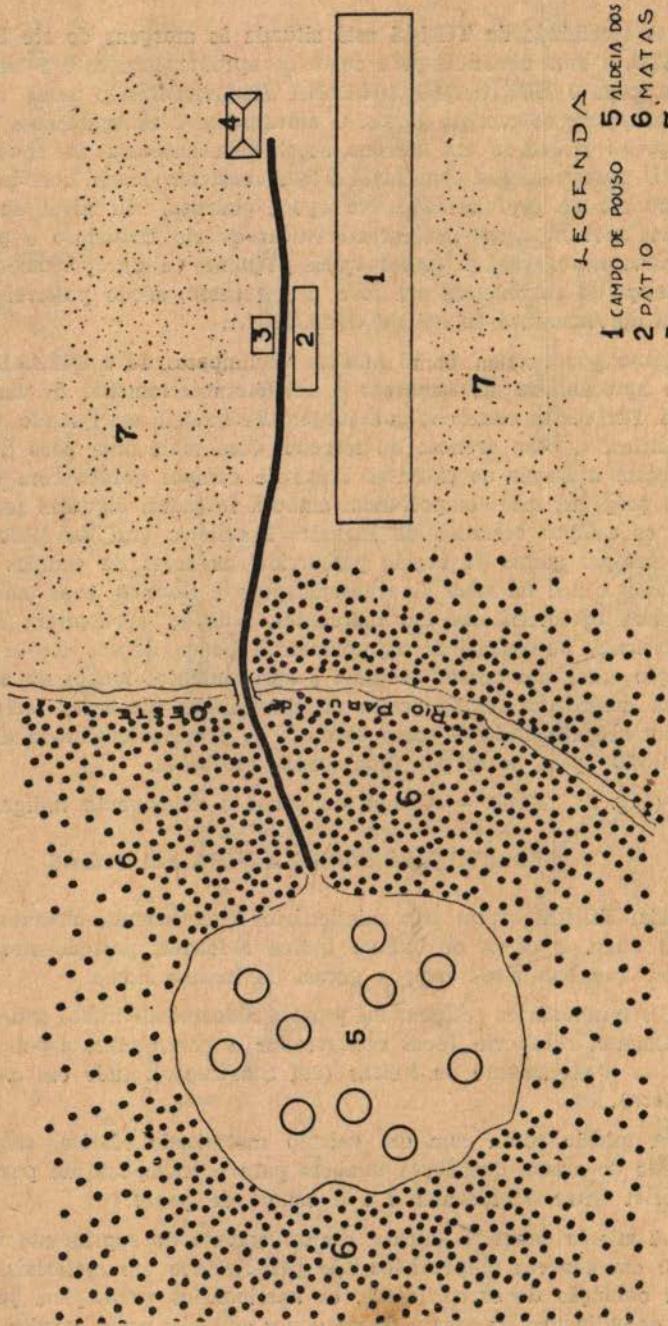
Em TIRIÓS vivem três missionários franciscanos, alemães, um dos quais leigo, e cerca de oitenta índios aldeados, pertencentes à nação Tiriós, que habita os campos gerais do mesmo nome.

Os missionários residem no próprio aldeamento índio, onde possuem alojamento, refeitório (com refrigerador a querosene), capela, oficinas, serraria e alojamento de freiras (em construção), tudo em estilo índio (maloca).

A missão conta com um veículo motorizado rústico, sobre rodas, munido de arado, que serve também para o transporte de pessoal e de material entre o aldeamento e o campo de pouso.

A missão depende única e exclusivamente do suprimento feito pela FAB, em gêneros alimentícios não perecíveis e em materiais diversos. Para obtenção de carne fresca, os missionários participam, juntamente com os indígenas, da caça e de pequenos animais: pacas, veados, macacos,

**TIRIÓ'S CAMPO DE POUZO E ALDEAMENTO INDÍGENA
*Xsibôco esquemático***



LEGENDA

- 1 CAMPO DE POUZO
- 2 PATRIO
- 3 DEPÓSITO
- 4 ALTO PESS. FAB
- 5 ALDEIA DOS TIRIÓ'S
- 6 MATAS
- 7 CAMPOS

capivaras, porcos-do-mato, tamanduás, etc. A caça grossa da regiãā é a anta. Armas de fogo e arcos e flexas são os instrumentos utilizados nessa atividade, particularmente as primeiras. Os Tiriós não utilizam cães para a caça. A pesca, na ocasião da visita, não oferecia boas perspectivas.

Os franciscanos, além da assistência religiosa, procuram dar tódas as outras formas de assistência. Dispõem de pequena farmácia, com alguma variedade de medicamentos, assim rotulados: "dor de cabeçā", "fígado", "dor de dente", "vitamina", "gripe", etc. A gripe tem caráter epidêmico; qualquer caso que surja, logo se propaga, motivado principalmente pelo uso em comum, nas refeições, do mesmo vasilname, pelos membros de uma mesma família. Daí, o grande valor emprestado pelos missionários aos comprimidos de vitamina "C", que administrados a tempo produzem certa imunização.

O aldeamento tem bom aspecto de limpeza. Tudo indica perfeita harmonia e tranqüilidade para o trabalho de catequese. Não obstante a felicidade que parece reinar, é o indígena impulsionado periódicamente pela necessidade de procurar outras paragens, sem se afastar da área em que labuta sua nação, caso que é comprovado pelo aparecimento de caras novas na localidade e pelo sumiço de outras já conhecidas.

Fato curioso é a criação de cães, havendo em cada maloca verdadeiros viveiros desses animais, dispostos em jiraus de dois e até de três andares. Consta que, em épocas passadas, eram as malocas Tiriós, procuradas por elementos negros do SURINAME, que ofereciam objetos de uso doméstico (tacas, panelas, etc.) em troca aos caninos, a fim de utilizá-los na caça. Com a chegada dos missionários, perderam tais animais o valor para a troca, pois os negros quando aparecem dão preferência a rôdes e a objetos da civilização, que os índios muitas vezes recebem de presente, mas o costume ficou, tornando-se o cão o ocioso e ainda precioso animal de estimação.

A missão dispõe de algumas cabeças de gado bovino. Consta que os campos gerais apresentam as condições ideais para o criatório do gado "ubalino", mas que até aquela data nenhuma experiência tinha sido feita.

CONCLUSÃO

As dificuldades de transporte e a deficiência de mão-de-obra especializada condicionam todo o trabalho da missão, em termos de rendimento compatível com o material já disponível no local.

Não obstante, sente-se que é desenvolvido grande esforço por parte dos missionários.

É realmente meritório o trabalho patrocinado pela 1^a Z Aé, inclusive pelas implicações com a Segurança Nacional.

TIRIÓS é uma sentinelha avançada no vazio demográfico compreendido entre CLEVELANDIA e BOA VISTA, face aos limites setentriionais da Pátria.

ODE À INFANTARIA

NEY SALLES

Cap Inf

Eu sou a Infantaria, rainha dos campos de batalha.
 Com Tomé de Souza, cheguei ao Brasil-Colônia.
 Expulsei os franceses do Rio de Janeiro.
 Derrotei em 1625 os holandeses na Bahia.
 Venci-os de novo na Batalha dos Guararapes.
 Marchando para o Sul, lutei nas Missões.
 Debelei a revolta do Quilombo dos Palmares.
 Novas investidas francesas em 1710, desbaratei.
 Das rebeliões do Vice-Reino herdei os ideais democráticos.
 No Brasil-Reino eis-me na Academia Real Militar...
 Por ordem de D. João VI, invadi a Guiana Francesa.
 Lutei na Cisplatina, assegurando-lhe a liberdade.
 Participei das lutas pela Independência.
 Na Regência, pacifiquei as províncias revoltosas.
 Contra Oribe, exultei com a vitória em Montevideu.
 Derrotei Rosas na Batalha de Monte Caseros.
 No Segundo Império, lutei contra o Paraguai.
 Senti a derrota na Retirada da Laguna.
 Vi confirmar-se a bravura de Sampaio.
 Enobreci a espada invencível de Caxias.
 Rebelei-me contra a escravidão negra.
 Esposei os anseios republicanos com Deodoro.
 Consolidei a República pelas mãos de Floriano.
 Sacrifícios incríveis custou-me a Campanha de Canudos.
 Nesse interim debelei revoltas nas Forças Armadas.
 No Governo do Mal Hermes, fui reequipado.
 Acompanhei o desenvolvimento da 1ª Guerra Mundial.
 Evolui com a Missão Militar Francesa.
 Continuando em minhas andanças, eis-me em 1930.
 Tomei parte na heróica resistência do 12º RI.
 Lutei na Revolução de São Paulo, em 1932.
 Em 1935, sufoquei a Revolta Comunista.
 Na 2ª Grande Guerra atravessei o Atlântico...
 Belas páginas de bravura escrevi em Monte Castelo.
 Mas a almejada paz nem por isso vi conseguida.
 Eis-me em face a compromissos internacionais em Suez.
 Empenhei-me na restauração democrática do país.
 Combati as guerrilhas no norte do Paraná.
 No momento posso ser encontrada nas Antilhas.
 Em nosso país, estou nos quatro quadrantes
 Velando a destino histórica da pátria.
 Existo a pé, motorizada, blindada e aeroterrestre.
 Mobilidade, Potência de Fogo e Ação de Choque
 Caracterizam minhas ações em combate.
 Meu elemento básico — o homem, com suas virtudes e defeitos.
 Apesar da moderna técnica, Ele acima de tudo,
 Único capaz de pensar e agir conscientemente.
 Este, meu retrospecto de quatro séculos de brasiliade!
 Esta, minha contribuição ao Exército e ao Brasil!
 Eia, para a frente, avante INFANTARIA...

EMPREGO DO PODER PSICO-SOCIAL EM UMA UNIDADE

Relato de uma experiência e apêlo aos companheiros para que façam o mesmo com referência às suas próprias ()*

Cel Eng (QEMA)
JOFFRE SAMPAIO

Ao assumirmos o Comando do 4º BE Cmb, em janeiro de 1964, levávamos a idéia de empregar intensivamente o poder psico-social, de que um Cmt de Unidade pode dispor.

E empregá-lo, lógicamente, em benefício da eficiência do Corpo, do bem-estar de seu pessoal e da conquista da opinião pública.

Temos hoje um inimigo que atua não só com violência mas também, e principalmente, com métodos pacíficos, nos campos ideológico e psicológico.

Esta situação, como não podia deixar de ser, reflete-se no Exército, que é um prolongamento da Nação.

O cidadão, atualmente, chega ao quartel às vêzes já com sua mente trabalhada por esse inimigo e, quase sempre, trazendo as marcas de um processo social violento, de que ele é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto.

Traz uma mentalidade muito diferente daquela comum em círcitos de outras épocas. Não é mais, em geral, o elemento dócil e conformado de antigamente — vem com a mente cheia de idéias contraditórias, com um aguçado senso crítico, cheio de dúvidas quanto à missão que é chamado a desempenhar.

Se fôr deixado com este estado de espírito, mergulhado na rotina do quartel, o serviço militar lhe terá sido maléfico, sairá pior cidadão e o Exército terá adquirido um impiedoso adversário.

A ciência militar já firmou o conceito de que em nossos dias, e nos países em vias de desenvolvimento, a capacitação do soldado para enfrentar a Guerra Revolucionária é mais um problema de Educação do que de Instrução.

(*) N. da R. — Fazemos nossa a sugestão do Autor; as páginas da Revista acolherão com simpatia e interesse as colaborações sobre este importante e palpitante tema, hoje intimamente relacionado com procedimentos e tarefas a que se convencionou chamar "Ação Cívica", e nos quais o Exército Brasileiro vem-se aplicando com êxito há tantos decênios.

Em nosso País, a ação educativa no Exército, além de ser também importantíssima para as demais finalidades do Exército, inclusive e principalmente para realizar a guerra convencional, por facilitar uma melhoria geral em sua eficiência, há de igualmente levar em conta este aspecto transcendental:

— a evolução rumo aos nossos grandes destinos está condicionada ao aperfeiçoamento do cidadão e à manutenção do Exército no papel de poder moderador, com sua total identificação com a Nação.

Precisamos combater a Guerra Revolucionária com inteligência, preparar o Exército para qualquer outra eventualidade e não esquecer que devemos fazê-lo paralelamente e com os mesmos meios com que abrimos caminho para o futuro: o homem e os valores subjetivos que traz em seu âmago.

Para isto, no que se refere ao Serviço Militar, faz-se mister conduzir a ação educativa em sintonia com as peculiaridades mais marcantes do homem brasileiro.

O nosso jovem consrito, apesar do estado de espírito negativo com que chega ao quartel, é possuidor de excelentes qualidades intrínsecas, com amplas reservas de devoção, de entusiasmo e de desejo de realizar-se.

Tem grande tendência de afeiçoar-se aos seus chefes, desde que estes o compreendam, lhe dêem exemplos de correção e de desprendimento e o tratem com justiça.

Dos três elementos fundamentais da vida psíquica — inteligência, vontade e afetividade — a afetividade é a sua característica predominante.

Não sendo submetido a uma ação educativa adequada, o nosso jovem porá em jôgo, durante o ano que passa nas fileiras, apenas pequena parte de suas faculdades, ficando as restantes adormecidas, sem aproveitamento.

Pode entretanto ser "mobilizado" facilmente, se fôr acionado pelo lado da afetividade. Esta é a parte pela qual será possível atingir-lhe em cheio a inteligência e a vontade.

A sua formação de combatente e o aperfeiçoamento de suas qualidades de cidadão exigem, entretanto, que esta ação educativa seja complementada por um trabalho de conquista da opinião pública.

Isto é particularmente verdadeiro e, até certo ponto, fácil de conseguir-se nas Unidades localizadas em cidades do interior.

Aí, o trabalho de relações públicas e a ação educativa levada a efeito dentro do quartel estão intimamente associados, um influindo no outro de modo contínuo e total.

Mas no trato com o público ter-se-á de levar em conta que o civil possui as mesmas características psicológicas do consrito e, como este, deseja ser tratado com nobreza e com justiça e ver nos chefes militares autoridades esclarecidas, serenas, enérgicas e equilibradas.

Se a ação educativa e a conquista da população civil forem conduzidas dentro desta mesma orientação, a opinião favorável do público vai contaminar o soldado em sua vida fora do quartel, assim como o

orgulho dêste em pertencer à sua Unidade vai aprofundar e ampliar a opinião favorável de seus familiares, amigos e conhecidos.

Embora seja óbvio, é bom frisar que a afetividade do soldado e do civil não se desperta com o "bom mocismo", que na verdade é aproveitado, mas desprezado, tanto por um como pelo outro.

Mesmo porque o objetivo de despertar a afetividade do soldado e do civil não é, lógicamente, o de conquistar a sua amizade para com os chefes militares, mas fazê-los pôr em jôgo todo o mecanismo psíquico, a fim de torná-los receptivos e comprehensivos quanto às altas finalidades do Exército. Quanto ao soldado, isoladamente, a outra finalidade é despertar e desenvolver nêle um vigoroso e sadio Espírito de Corpo.

Para melhor atingir êsses objetivos, pode-se ampliar e dar mais vida aos métodos preconizados pelas doutrinas de ação educativa e de relações públicas, através de meios originais e sugestivos com que conta um comando de Unidade.

Este, na realidade, dispõe de recursos inesgotáveis para conquistar a mente de seus homens e, no caso particular de Unidades com sede no interior, para despertar de modo interpenetrante com aquêle, a simpatia e o interesse do civil.

Sempre se procurou em nosso Exército desenvolver o Espírito de Corpo e estreitar relações com a população civil. Parece-nos, entretanto, que houve um verdadeiro imobilismo nos métodos adotados, os quais se desgastaram com o longo uso, foram dominados pela rotina e perderam sua força de sugestão.

Por exemplo, desde tempos imemoriais que os civis são convidados para visitar os nossos quartéis, quase sempre nas comemorações das datas cívicas, e o programa apresentado é praticamente o mesmo: formatura geral, leitura de boletim alusivo, desfile, competição esportiva entre subunidades, etc.

São cerimônias muito bonitas mas que, à força de se repetirem, perdem seus atrativos para os civis que freqüentam nossos quartéis.

Com imaginação e boa vontade pode-se, entretanto, dar-lhes novas dimensões e novos significados.

Mas qualquer providência para motivar homens só apresentará resultados positivos se houver uma base sólida constituída, esta sim, de fatores imutáveis, já que pertencentes à própria essência da natureza humana.

De nada adiantará, por exemplo, procurar despertar a afetividade do homem para com sua Unidade, se o ambiente nesta fôr de baixo nível, se a alimentação fôr ruim, se as instalações não oferecerem um mínimo de conforto e, principalmente, se o homem não tiver sua dignidade pessoal respeitada.

Do mesmo modo, de nada adiantará um bem elaborado programa de relações públicas, se o elemento militar não tiver um comportamento impecável fora do quartel e os civis não tomarem conhecimento de que o ambiente no interior dêste é de trabalho, de disciplina e de respeito à condição humana do soldado.

Assim, a primeira coisa a fazer é tratar desses pontos básicos. Entretanto, é incontestável que uma Unidade pode dispor de boas instalações, haver muito trabalho e muita disciplina, o comportamento fora do quartel ser exemplar e, no entanto, não possuir élan, não haver motivação, entusiasmo, vibração, desejo de melhorar, não possuir enfim aquela flama que é o apanágio da carreira militar e sem a qual seríamos meros funcionários fardados.

Vamos, nas linhas adiante, citar alguns exemplos de medidas que foram postas em prática no comando do 4º BE Cmb, em complemento à ação educativa e ao programa de relações públicas, paralelamente à melhoria das instalações e da alimentação, à intensificação da instrução e ao reforçamento da disciplina.

Algumas destas medidas são inéditas e outras, possivelmente, já terão sido postas em execução em uma ou outra guarnição; mas tôdas possuem um conteúdo psicológico altamente construtivo, como o demonstram os excepcionais resultados alcançados. Eis as principais:

— carta-circular às famílias dos conscritos escolhidos para incorporação, falando-lhes da alta missão que seus filhos vão desempenhar e do regime a que serão submetidos: muito trabalho, muita disciplina, mas dignificação de sua pessoa humana, inclusive com o fornecimento de condições mínimas de bem-estar, particularmente quanto a alimentação e assistência médica (não foi posta em execução esta medida por termos deixado o comando antes da época de efetivá-la);

— formatura geral diária, com canto de canções e desfile. Na de 6ª feira, preleção do comandante, comentando os fatos marcantes da semana que finda e o programa da seguinte. Falava-se com simplicidade, de modo objetivo, explorando os pontos positivos. A tônica era a imagem da Unidade como uma equipe, em que cada um tem um papel importante a desempenhar;

— repisava-se nas ocasiões propícias a necessidade de tôdas as tarefas serem bem realizadas, para a satisfação íntima do executante e elevação do nome da Unidade. O lema é este (escrito em lugar bem visível do quartel): "Tudo que deve ser feito merece ser bem feito". Mostrava-se sempre a ligação desta prática com a conquista da felicidade pessoal. O homem só pode ser feliz se mantiver uma mente limpa e dedicar-se a alguma coisa nobre;

— composição de uma canção para a Unidade, com bonita letra falando objetivamente das tradições do Btl, das peculiaridades do quartel, da vida do soldado. Pensamos que apenas desta maneira uma canção militar tem poder de sugestão e o modo de comprová-lo é ver os homens cantando-a nas horas de folga;

— criação de um jornal quinzenal, em que os soldados são estimulados a escrever, como uma das formas de desenvolver-lhes a iniciativa e, através de artigos da redação — agradáveis, profundos e vigorosos — levar-lhes mensagens educativas as mais variadas. Nome do jornal: PONTO 50, — porque, tal como a metralhadora .50, "tem longo alcance, penetra fundo e não engasga...";

— proporcionava-se aos soldados a oportunidade de desenvolver o espírito comunitário, entregando-lhes a direção da sala de recreação, do conjunto musical e da formação de quadros esportivos no âmbito das subunidades. Inclui-se aí a realização de reuniões dançantes, com o comparecimento de convidados. O comportamento exemplarmente correto dos homens nessas ocasiões é a prova das possibilidades ilimitadas da disciplina consciente;

— ministravam-se diversos assuntos de educação cívica, junto com a instrução religiosa, como por exemplo: direitos e deveres do cidadão, valores de nosso estilo de vida, o Estado e o homem, democracia e comunismo, etc. A moral é uma só: os fundamentos da vida democrática e da constituição da família são derivados dos princípios morais do cristianismo. Um oficial capelão inteligente e arejado consegue grandes resultados nessa ação educativa, em benefício da formação do soldado e do aperfeiçoamento do cidadão;

— realização, devidamente autorizada pelo comandante da RM, no fim do ano de instrução, de um curso de conhecimentos agropecuários para soldados originários do meio rural, com a duração de uma semana (*). Este curso, ministrado no quartel por professores civis especialmente convidados, incluiu noções sobre técnica moderna de produção, emprégo de fertilizantes, combate a pragas, cooperativismo, liderança, etc. O resultado excelente estimulou o regresso do homem, após o licenciamento, ao meio rural, com autoconfiança, preparo para produzir mais e melhor e ainda em condições de exercer benéfica influência em seu ambiente;

— realização, no quartel, de comemorações cívicas, com a presença de convidados civis, especialmente estudantes, com um ceremonial novo, que fale à alma do soldado e do civil, que dê a ambos comunicabilidade entre si e de ambos com a Unidade e o Exército. Exemplos: homenagem às mães dos pracinhas, representadas pela senhora que já tenha tido maior número de filhos como soldados do Btl; homenagem aos reservistas da Unidade, na pessoa do mais antigo, a quem a Unidade presta continência em desfile; etc. etc.;

— dentro desta mesma idéia, oferecimento, durante a Semana da Pátria, de um baile de gala à sociedade civil, no melhor clube da cidade, com decoração histórico-militar, guarda de honra na porta, abertura das danças com a tradicional Polonaise, etc.;

— convite para visita ao quartel, por ocasião do Dia da Bandeira, de todos os prefeitos dos municípios tributários da Unidade. Durante a cerimônia cívica, os soldados de cada município ofereceram ao seu prefeito a flâmula do Btl. Os prefeitos foram homenageados no refeitório por uma decoração alusiva à ordem e ao progresso, complementada pelo dístico: "os elementos da ordem saúdam os elementos do progresso";

— instituição de diploma a ser concedido, em solenidade cívica realizada em dezembro, ao "amigo do ano" do Btl — civil que durante os úl-

(*) Por determinação do Ministro da Guerra, já estão sendo feitos estudos, no EME, com vistas à generalização desta prática nas Unidades que tenham possibilidade de realizar o curso.

timos 12 meses tenha-se distinguido por sua amizade e dedicação à Unidade. Foram agraciados um diretor de jornal, que cooperou de modo decisivo nas relações públicas, e um engenheiro que, além de eficiente colaboração quotidiana, auxiliou o comando a asfaltar todo o quartel;

— comemoração do aniversário da Unidade, com a teatralização dos lances mais interessantes de sua história. No centro de um retângulo, definido pela tropa formada e pelos convidados, foram colocados dois microfones nos quais dois locutores liam alternadamente, de modo sintético e com vivacidade, episódios curtos e interessantes, alguns deles com representação cênica. Por exemplo, ao ser dito em um microfone que em tal época foi mandado um contingente para a 2^a Grande Guerra, no outro microfone um ex-combatente canta trecho da Canção da FEB; ao ser lido o relato da participação na revolução de 1924, ouve-se um forte tiroteio e, anunciado o regresso da tropa ao quartel, é dado o toque de silêncio em homenagem aos companheiros mortos;

— certa ocasião, um soldado morreu afogado no rio que passa no interior do quartel. Como o corpo não tivesse sido encontrado, ao completar o 7^o dia, na impossibilidade de rezar a missa correspondente, foi celebrada esta cerimônia simples mas com o poder de fortalecer na tropa a comunhão espiritual e a consciência do valor, atribuído, no Btl, a todos e a cada um: após a formatura matinal, o capelão fez tocante alocução sobre a morte do companheiro, no fim da qual um soldado, sob o olhar de todos os presentes e ao som de rufo de tambores, se aproximou do rio e lançou uma braçada de flores em suas águas;

— realização de concurso, entre estudantes primários e secundários, sobre datas cívicas, com prêmios aos vencedores, distribuídos no quartel durante a comemoração da data. Esses concursos foram posteriormente, face ao êxito alcançado, estendidos aos alunos de outros municípios e eram, normalmente, complementados por organização, em estabelecimentos civis, de belas vitrinas alusivas ao fato histórico;

— criação de 1 Pelotão de PM — “Os Tigres da Mantiqueira” — de homens selecionados e com uma instrução militar levada ao máximo, destinado a figurar como guerrilheiro nos exercícios de antiguerrilha, a realizar o patrulhamento militar da cidade e a prestar guardas de honra, com uniformes impecáveis, em solenidades cívicas, no quartel e no meio civil. Para evitar a criação de espírito de casta e a rivalidade com seus colegas, cada GC desse Pelotão pertence a uma subunidade, em cujo âmbito vive a maior parte do tempo, dando bom exemplo e cultivando o companheirismo;

— realização de uma belíssima cerimônia cívico-religiosa, durante a missa rezada na Matriz, em homenagem aos mortos na intentona comunista de 1935. Com o Pel PM citado, esquife, bandeiras, toque de silêncio, chamada dos mortos, vibrante oração de fluente orador e a já por si impressionante liturgia da Igreja Católica, foi alcançado o objetivo de causar forte impacto emocional nos presentes, de amor à Pátria e de culto do passado;

— prestação de auxílio à população civil, nos momentos de calamidade pública, como é da tradição do Exército Brasileiro e, com o equipamento de terraplenagem da Unidade, cooperação com as Prefeituras vizinhas, no melhoramento e reparação de estradas para o vital escoamento da produção. Constituindo atos de instrução e cooperação ao desenvolvimento, constituem também meios dos mais eficientes de relações públicas, com os melhores reflexos no moral da tropa;

— visitas ao quartel, realizadas durante todo o ano, de preferência em dias de trabalho normal, de turmas de alunos de escolas primárias, com um programa bem feito, em que se incluem a recepção aos visitantes pela banda de tambores e corneteiros e a distribuição de balas às crianças, no fim da visita. Um tenente com boa capacidade de comunicabilidade consegue manter o entusiasmo dos alunos por todos os assuntos explorados, a começar pelas finalidades do Exército, e plantar em suas mentes idéias sadias de civismo e de patriotismo;

— Ação Cívico-Social, realizada às ordens do Cmdo da RM, durante exercícios de conjunto com outras Armas, e depois introduzida nos exercícios da Unidade. A tropa que ocupa pequeno lugarejo que, pelo tema tático em desenvolvimento, se constitui em ponto de apoio a guerilleiros, realiza uma ação cívico-social destinada a reconquistar a população para nossa causa. Durante o ECAS-1B/66, da 4^a RM/4^a DI, uma completa ação cívico-social foi realizada em PONTALETE, lugarzinho pobre e abandonado, à margem da represa de FURNAS. Ocupada a localidade por uma Cia (—) reforçada por equipe de ação cívico-social, foram realizados: capinação e valetamento na rua; completa recuperação e pintura da escola, com consertos nas paredes, telhado, portas e janelas, reparação e pintura das carteiras, limpeza do terreno circundante; assistência médica e dentária à população; distribuição de medicamentos (amostras), gêneros alimentícios, tecido para uniformes colegiais, material escolar; exposição de armamento, em que os populares, principalmente crianças, manuseavam livremente armas e equipamentos diversos; corte de cabelos dos habitantes; eleição da "rainha" do Btl; celebração de duas missas; "show" musical no coreto da igreja; batizado de uma criança, sendo padrinho o Btl representado por uma praça (a tropa ofereceu presentes ao afilhado e aos padres...). O resultado dessa ação foi altamente benéfico, com efeito circular-cumulativo na tropa e na população civil;

— campanha desenvolvida na cidade, de elevação social do pracinha. Procurou-se mostrar à população civil a injustiça de se relegar a um plano social inferior o jovem convocado para o serviço militar, justamente aquele que, com sacrifício de um ano em sua carreira vai para o quartel possibilitar, aos que não o fazem, a segurança de poderem trabalhar e progredir. A linguagem na campanha foi simples e direta. Exemplo: "Meus senhores! Se nossas esposas, mães, irmãs podem sair à rua sem ser atacadas, se temos certeza de que nossas propriedades vão realmente passar para nossos filhos, é porque existe alguém lá no quartel garantindo essa ordem social. Esse alguém não pode ser menos-

prezado mas, ao contrário, tratado com a consideração a que faz jus a nobreza de sua missão. E tratado dêsse modo êle se sentirá dignificado e se tornará melhor". Resultados dessa campanha: excelentes. Integração dos jovens no meio social local, satisfação de suas famílias em vê-los elevados e compreendidos, grande melhoria no moral da Unidade, queda vertical do índice de doenças venéreas. E que visualização de um futuro realmente radioso para nossa Terra, ao assistir a grupos de soldados em conduta irrepreensível, jantando e recebendo tratamento digno no Rotary Clube, com as figuras mais expressivas da comunidade!

Com o emprêgo, assim, do poder psico-social, associado à aplicação dos métodos tradicionais de formação do soldado, obtém-se uma disciplina e um grau de eficiência bem acima dos limites a que estamos acostumados.

Desde o início, forma-se um ambiente de otimismo, de desejo de melhorar, de amor à Unidade, que será sentido em primeiro lugar pelos Quadros.

As poucas resistências vão sendo vencidas pelo reconhecimento progressivo das vantagens e necessidades do novo estilo de comando, a que naturalmente aderem os oficiais e sargentos, tornando tudo mais fácil.

Para auxiliar a união, harmonia e entrosamento dos Quadros, mensalmente para o caso dos oficiais e cada dois meses (em razão do número dêles) para o dos sargentos, eram os mesmos reunidos em jantares no quartel, com as respectivas famílias, com um êxito proporcional às dificuldades que tem a família militar de freqüentar as sociedades civis.

* * *

Aí fica êste modesto apanhado do que foi feito pelo comando, oficiais e sargentos, cabos e soldados, em uma de nossas Unidades (apenas no que se refere ao emprêgo do poder psico-social; com omissão das demais medidas que o ambiente assim criado possibilitou).

Recebemos diversas sugestões para escrevê-lo e publicá-lo, sob a alegação de que do mesmo poderiam ser tiradas idéias úteis a outros comandantes, principalmente de Unidades com sede em cidades do interior.

O conhecimento de iniciativas interessantíssimas, tomadas por companheiros, em outras épocas e em outros locais, que ficaram ignoradas e perdidas, quando deveriam ser estudadas e aproveitadas por todos, acabou por nos convencer e fazer-nos vencer natural retraimento e o receio de não sermos bem compreendidos.

Assim, damos publicidade à nossa experiência, junto com o apelo aos companheiros para que façam o mesmo com referência às suas próprias, tudo dentro do ideal, que é de todos nós: — melhorar continuamente o grau de eficiência do nosso Exército; torná-lo cada vez mais estimado e respeitado pela população civil; despertar no cidadão que passa por nossas mãos, através da dignificação de sua pessoa humana, a elevação de seus níveis de aspirações, descortinando-lhe, e ensinando-lhe a amar os valores de nossa vida nacional, para que êle se disponha a defendê-los com convicção.

COM QUEM ESTARIA A RAZÃO?

O DESEMBARQUE ALIADO, VISTO PELOS ALEMÃES

Tradução do original alemão "SIE KOMMEN",
pelo Capitão NEY SALLES

Estamos no fim da tarde de domingo, 4 de junho de 1944. O sol já se pôs, e todavia faz calor, como é normal em começos de junho, na costa da França. Na praia, em tom solene, ouve-se quebrar a ressaca, pausada por um surdo rumor.

Olhando o céu, viam-se nuvens escuras amontoadas, dando a impressão de que o tempo ia virar e talvez indicando que os lindos dias já tivessem acabado.

Quando virão êles? Era essa a interrogação dominante. Com efeito, tudo ficava na dependência do tempo que iria fazer. O tempo é que responderia à pergunta.

As preocupações iam especialmente para o serviço de meteorologia. O certo é que o inimigo teria forçosamente de vir pelo ar e pelo mar, o que implicava em certo número de condições prévias. Com mau tempo não seria conveniente qualquer manobra de desembarque; se chovesse e o teto estivesse baixo não poderia haver proteção aérea. Mesmo em condições ideais, êles não viriam em pleno dia, mas ao alvorecer, a fim de se aproximarem da costa sob a capa da escuridão. Era necessário que a maré se invertesse ao amanhecer, permitindo a abordagem no comêço do fluxo ou refluxo.

As previsões, no entanto, indicavam mar encapelado, visibilidade má, ventos e chuvas abundantes e teto baixo. Não se precisaria dizer mais nada. Sim. Mas amanhã? Não se esperava nos próximos dias qualquer melhoria do tempo, mesmo passageira. Bom negócio! Novas condições não se produziriam na costa da França antes da segunda quinzena de julho. Com este tempo êles não viriam!

Eram semanas que se podiam ganhar e se aproveitariam no aperfeiçoamento das defesas costeiras. Mas estas, não estavam prontas? Não estava, tôda a costa, desde Brest até Cherbourg, completamente fortificada? Não — infelizmente, o caso não era êsse. A Muralha do Atlântico na realidade só existia, em 1944, no Passo de Calais.

Aliás, no restante da costa, compunha-se ela apenas de uma série de pontos de apoio, muito espaçados e em parte inacabados. As baterias costeiras estavam insuficientemente dotadas de material. As

tropas não eram aguerridas e na sua maioria os contingentes eram formados por soldados idosos, doentes recuperados e prisioneiros de guerra. As reservas escasseavam. O dispositivo rareava, existindo em alguns casos, entre os ninhos de resistência, espaços abertos de 3 a 5 km e Divisões defendendo setores de até 60 km, como era o caso da 709^a D. I. Não se podia pensar em impedir ao inimigo desembarcar.

O Alto Comando alemão, com efeito, ainda não firmara decisão sobre a maneira de conduzir as operações nessa frente. As opiniões divergiam e eram em alguns casos diametralmente opostas.

O Marechal von Rundstedt e o Gen von Schweppenburg, respectivamente comandante-em-chefe da frente ocidental e comandante-em-chefe do exército blindado de reserva do T. O., queriam travar a batalha decisiva no interior, enquanto o Marechal Rommel, comandante de Gr Ex, preconizava a batalha na vizinhança imediata das cabeças de pontes.

Do outro lado da Mancha, um verdadeiro exército aguardava o dia D. O supremo segredo tinha de ser mantido, apesar dos esforços dos alemães para desvendá-lo.

O Alto Comando aliado conseguira instalar na França uma vasta organização de espionagem. Naturalmente, o essencial era coordenar as ações dessa organização. Decidiu-se, portanto, transmitir as ordens por meio do rádio. Os primeiros versos do poema de Verlaine, sobre o outono, constituiria o código escolhido na transmissão; em meio a outras mensagens, significaria que o dia da invasão estava próximo. A partir desse momento, a escuta deveria tornar-se permanente. A invasão estava iminente. Os três últimos versos indicariam que o desembarque ia operar-se dentro de quarenta e oito horas.

Era uma concepção hábil, mas a espionagem alemã descobriu-a. A partir de então, os postos de escuta foram alertados, aguardando o poema.

Não se trata aqui de lenda ou história inventada. Foi o que sucedeu. Nenhum tiro fôra ainda disparado. Os bombardeiros aliados mal começavam a levantar vôo, os comboios a singrarem o mar e os pára-quedistas a movimentarem-se, e o segredo já transpirara. Nenhum oficial ou soldado alemão, sequer, a 6 de junho, devia ter sido surpreendido pela invasão. Ninguém no entanto quis acreditar... O certo é que o êxito do Serviço Secreto alemão foi inútil e resultou infrutífero.

A noite de 5 para 6 foi em tóda parte consagrada aos simples trabalhos rotineiros.

Uma noite sem estrélas. Às 21 h 15, foi captada a emissão dos últimos versos do poema de Verlaine. Simultaneamente, os postos de escuta assinalaram crescente atividade aérea.

O dia 6 de junho ainda não despontava e exatamente à zero hora milhares de pára-quedistas americanos e ingleses lançavam-se sobre a França, nas embocaduras do Vire e do Orne, como prólogo à invasão.

Era exatamente uma hora e onze minutos da madrugada de 6, quando no PC do 84º CEx, em Saint-Lô, foram recebidos os informes dos desembarques aéreos. Imediatamente foi dado o alarme. Sucessivamente, este propagou-se aos batalhões, companhias, baterias, pontos de apoio e ninhos de resistência.

Desta vez êles vêm! Era a invasão. Não podia haver mais dúvida, apesar do mau tempo e da maré baixa. Começara a Batalha da Normandia!

As quatro e um quarto, a esquadra de invasão apareceu diante dos cinco pontos de desembarque escolhidos ao longo da costa. Um dilúvio desabou sobre todo o setor costeiro, impedindo abastecimentos e reforços. Sim, é ela que chega, a frota de desembarque. Eis que da frota se desprendem as barcaças de desembarque, num incessante vaivém.

Cêrca das cinco e vinte, inicia-se o assalto. Chegam à praia as primeiras barcaças, vomitando verdadeiras ondas de homens e material.

A reação alemã não se fêz esperar. Na cabeça de praia "Utah", no setor americano, esta surgiu às 0900 h do dia 6 de junho. Alertado pelo rumor da batalha que chegava até Carentan, o 6º Regimento de Pára-quedistas alemão pôs-se em marcha. A articulação do regimento fazia-se em grupamentos de combate à base de batalhão: o 1º Btl, na direção Sainte Marie-du-Mont-la-Madaleine; o 2º, na direção de Turqueville; o 3º, conservado em reserva, para garantir a segurança de flanco.

A entrada em ação dos Btl iniciou-se em condições favoráveis, mas ficaram sob fogos de Sainte-Mère-Eglise e Sainte-Marie-du-Mont. Reforços vindos do norte, só muito tardiamente entraram em ação e logo foram detidos, em sua progressão, pelos pára-quedistas americanos.

Ao meio-dia, o 1º Btl apoderou-se de Sainte-Marie-du-Mont, a cêrca de 6 km da costa. Bastaria agora que o 2º Btl, que alcançou Turqueville, atacasse na direção da costa, atravessando a zona inundada e a cabeça de praia Utah seria aferrolhada.

Estava-se a dois passos do êxito!

Infelizmente, o Btl não pôde realizar a ação, colhido que foi pelos fogos vindos de Sainte-Mère-Eglise. Quanto ao 1º Btl, desprotegido em seu flanco, não pôde ir além de Sainte-Marie-du-Mont.

Foi, portanto, essa pequena aldeia de Sainte-Mère-Eglise que impidiu nesse dia o 6º Regimento de Pára-quedistas alemão de se empenhar a fundo na direção da costa.

Nos 6 km de frente, do setor chamado "Omaha", de repente desencadeou-se a trovoada de explosões. Na concepção de manobra americana, as tropas desembarcadas deviam apoderar-se da praia de surpresa, quase sem dar um tiro. A maré estacionara, o mar não se retirava mais, porém o fluxo também não chegara. Havia 800 m de terreno limpo a serem percorridos.

O escalão de assalto havia-se jogado dos seus lanchões à água, absolutamente convicto de que não encontraria resistência. Foi, pois, uma desilusão quando a metralha ceifou, na água, a primeira vaga de assaltantes. As oito horas, nenhum soldado de infantaria americano lograra alcançar as dunas ao longo da costa. Falhou desse modo o plano. Contudo, o desembarque prosseguia, apesar da destruição e da morte.

Às oito e trinta, a conclusão dos relatórios americanos podia considerar-se esta: — a Muralha do Atlântico mantém-se bem.

Como podia ser uma coisa dessas? Como era possível essa capacidade de resistência dos alemães? O serviço de informações aliado foi induzido ao êrro, por passar-lhe desapercebido o reforço desse setor por mais uma D. I. alemã.

Todavia, a infantaria estava lançada. Restava decidir o prosseguimento ou não da operação. Foi, então, ordenado à frota que repetisse os tiros da preparação, sem levar em conta os elementos já desembarcados.

Foi a decisão capital! Os resultados não se fizeram esperar. Em resumo, tôda a defesa alemã acabaria por sucumbir, a não ser que viesse o contra-ataque salvador e repelisse os americanos para o mar. Mas esse não veio. Se do lado alemão não foi aproveitado esse momento crítico, do lado americano ele foi superado, permitindo a marcha de todo o seu I Ex.

Os ingleses receberam a missão de desembarcar na costa ocidental de Calvados, entre Arromanches e Ouistreham, ao norte de Calais. Sua frente de ataque estendia-se por cerca de 30 km. O ataque devia romper a posição alemã com colunas blindadas, fazendo junção com os pára-quedistas desembarcados a leste do Orne, durante a noite.

Após o bombardeio aéreo e quarenta minutos antes do nascer do sol, a artilharia naval abria fogo, iniciando a invasão nos três setores que tinham recebido os nomes convencionais de "Gold", "June" e "Sword".

Os primeiros a desembarcar não foram soldados de infantaria! Na ponta da vanguarda, estavam os blindados. Assim se passaram as coisas nos três setores. Em dois pontos, a LPR fôra rompida. Por essas brechas se insinuaram duas Brigadas Bld e duas D I inglesas.

Mas, em tôda parte os tiros dos defensores acolheram os assaltantes ingleses e em numerosos pontos violentos e rápidos contra-ataques destruíram uma parte dos CC e trancaram à infantaria o acesso aos seus objetivos.

As coisas pareciam tomar rumo sério. A última palavra ainda não fôra dada, nem perdida a última possibilidade. Os alemães ainda poderiam ter ganho esse primeiro lance. Um contra-ataque de envergadura poderia ter varrido essas cabeças de praia. Todavia, quando se produziu o contra-ataque alemão?

O emprêgo de blindados teria sido, mais do que em qualquer outra parte, adequado. Era o "agora ou nunca" de fazer oscilar o equilíbrio, a um tempo incerto e precário.

Enquanto isso, a 21^a D B alemã, G U Bld mais próxima, esperava de arma engatilhada, em sua zona de reunião. Só às seis e trinta recebeu ordens de deslocar-se.

Por causa do perigo de ataque aéreo, a base de partida é atingida ao norte de Caen, no comêço da tarde. Da tarde de 6 de junho! O primeiro contra-ataque blindado alemão vai enfim desencadear-se. Oito horas após o desembarque, o que significa pelo menos com seis horas de atraso.

"Para a costa", era a palavra de ordem.

O ataque penetrou como faca em manteiga entre as cabeças de praia "Juno" e "Sword", que não tinham ainda conseguido fazer junção. Elementos de infantaria blindada chegaram com grandes dificuldades até a costa. Luc-Sur-Mer e Lion-sur-Mer são os nomes das duas aldeias atingidas, fazendo junção com os pontos de apoio alemães que ainda resistiam.

Se os carros de combate chegassem! Sim, se os CC fôssem até lá! Mas, infelizmente, os carros tiveram menos sorte. Chocaram-se com a sólida defesa anticarro inglesa e tornou-se evidente que não conseguiriam passar. Contudo, nessa noite de 6 de junho, a situação tinha muito de dramático e trágico: o caminho permanecia aberto até a costa. A infantaria abriu-o à viva fôrça e aguardava os seus carros de combate.

Porém, Montgomery percebe o perigo. Se aquela fenda não fôsse tamponada, adeus tentativa de desembarque. Por isso, em presença do perigo, não hesitou um só instante: empenhou regimento sobre regimento, no setor do ataque alemão.

As tremendas consequências tornaram-se patentes. A aviação alemã estêve ausente do ar o tempo inteiro. A infantaria desprotegida ficou detida. A única D B em combate era insuficiente para explorar o êxito inicial.

Ia chegar o momento da decisão!

Deixar os aliados penetrarem ou concentrarem esforços para derrotá-los nas praias? Eis as opiniões divergentes, de Rundstedt e de Rommel.

Com quem estaria a razão?

PUBLICAÇÕES

Recebemos e agradecemos as seguintes publicações:

De países amigos:

- “Rivista Militare” — Roma, Itália — ns. 5 e 6, de Mai e Jun/66.
- “Boina Negra” (Revista Paracaidista) — Madri, Espanha — n. 37, de Mai/Jun 66.
- “Educação Física, Desportos, Saúde Escolar” — (Revista do Ministério de Educação Nacional de Portugal) — Ano I, n. 4, de Out 65.
- “Revista de las Fuerzas Armadas de la Nación” — Assunção, Paraguai — n. 191, Jan/Abr 66.
- “França em Revista” — (edição da Embaixada Francesa) — Boletins ns. F-512 a F-515, de 1966.
- “Guardacostas” — Revista oficial de la Prefectura Nacional Marítima, Secretaria de Marina — Buenos Aires, Argentina — Abr/Jun 66.

NACIONAIS

- “Boletim do Clube Naval” — n. 186, de 1966.
- “Revista de Intendência” — Set/Out e Nov/Dez, 62.
- “Revista Militar Brasileira” — Abr/Jun 66.
- “Petrobrás” — Relatório de atividades (65).
- “Banco do Brasil” — Relatório (65).
- “Revista do Conselho Nacional de Economia” — n. 3, de Set/Dez 65.
- “Carta Mensal” (CNC-SESC) — Abr 66.
- “Digesto Econômico” — Mai/Jun 66.

PEDE-SE PERMUTA

PIEDESE CANJE

WE ASK FOR EXCHANGE

ON DEMANDE L'ECHANGE

MAN BITTET UM AUSTAUSCH

A ARTILHARIA NAS OPERAÇÕES CONTRA GUERRILHEIROS

Capitão de Artilharia
A. MACHADO DE PAIVA

A guerra de guerrilhas, nos últimos anos, tem-se tornado manchete, dado o seu emprêgo cada vez mais crescente, nas mais diversas regiões da terra, transformando-se em assunto palpitante, não só nos círculos militares, mas também para o homem da rua.

A razão desse fato reside em que, ao contrário das táticas empregadas na chamada guerra convencional, a guerrilha usa uma forma de combate que, não sendo nova na história do mundo, vem-se aperfeiçoando a cada dia. Atacando nos lugares e nas horas menos esperados, nas frentes de combate ou nas retaguardas, o guerrilheiro raramente se expõe. Usando ou não uniformes ou símbolos que o identifiquem e operando nos mais diversos terrenos e sob todas as condições atmosféricas, transformou-se ele, para as tropas regulares, em um terceiro tipo de desafio.

E uma unidade, para fazer frente a esse desafio, necessita, antes de tudo, estar adequadamente instruída.

No caso particular da Artilharia, convém indagar :

Como empregá-la? Estará a doutrina de emprêgo da Arma obsoleta em relação a esta forma de guerra? Serão necessárias modificações na sua organização? Que treinamento adicional deverá ser dado ao pessoal, quando empregado em operações contra guerrilheiros? Que diferenças advirão para um Grupo, motorizado ou autopropulsionado, quando engajado nesse tipo de operação?

Vejamos, por partes :

Missão

A missão geral da Artilharia continua a ser basicamente a mesma, isto é, fornecer sempre, e a tempo, o apoio de fogo necessário para destruir ou neutralizar os alvos que ameacem, de imediato, o êxito da Arma apoiada.

No cumprimento dessa missão, há que se reconhecer, surgirão obstáculos que tornarão bem mais difícil a resolução dos problemas

ligados ao emmassamento dos fogos, à manutenção da flexibilidade e à observação do tiro, do que os que ocorreram durante a 2^a Guerra Mundial ou mesmo na Coréia. Normalmente, a maior parte das operações serão realizadas por pequenos escalões, duas ou três Companhias de Infantaria e no máximo um Regimento, já que será difícil encontrarem-se objetivos que determinem um emprêgo de maior número de homens, dadas as características da ação do guerrilheiro. Qualquer que seja o escalão apoiado, entretanto, nunca será demais recordar que cabe ao comandante da tropa de Artilharia a missão de propor e aconselhar em assuntos atinentes a apoio de fogo e que dessa prerrogativa não deverá o artilheiro, mais do que nunca, abrir mão.

Organização, emprêgo e instrução

Em operações contra guerrilhas poderão ser empregados todos os materiais de Artilharia de Campanha, especialmente os obuseiros. A Artilharia continuará a organizar-se em Baterias e Grupos, as subunidades a 4 ou 6 peças. Entretanto, o emprêgo no nível Seção ou Bateria é que deverá ocorrer quase sempre. Sabemos que a Artilharia age, antes de tudo, pela potência de fogo que é capaz de lançar em uma determinada área, influindo no campo de combate, justamente por este motivo. Raramente, porém, poderão os seus observadores, terrestres ou aéreos, descobrir uma força de guerrilheiros que requeira, para sua destruição ou neutralização, os fogos de mais de uma Bateria. Em tais operações, maior que a necessidade de emassar os fogos de Baterias ou Grupos, é a de poder bater toda uma larga zona com a maior quantidade possível de tiros. Além das missões de apoio, poderá ainda ser dada a ela a de defender cidades ou vilas, instalações, ou pontos críticos. Daí porque o emprêgo da Seção a 2 ou 3 peças será o que normalmente deverá ocorrer, ocasionalmente chegando-se ao da subunidade e muito raramente ao do Grupo centralizado.

Uma Unidade, instruída para o combate, deverá ter suas Seções e subunidades em condições de realizar operações independentes ou semi-independentes, já que será normal destacar-se uma Seção ou Bateria, para agir em proveito de um Pelotão ou de uma Companhia de Infantaria. Tais frações, em consequência, deverão possuir suas próprias armas, uma turma de observação (e mesmo talvez uma turma de ligação), além naturalmente de uma Central de Tiro, comunicações, viaturas e elementos de apoio logístico. Dever-se-á incutir nessas frações a idéia de que deverão estar em condições de cumprir a missão de maneira independente e sem contar com o apoio da Unidade a que pertencem, por períodos que podem variar de uns poucos dias a várias semanas. A expressão "Central de Tiro", empregada acima, não deve, nem pode ser tomada na acepção comumente usada. O procedimento e a composição de uma Central de Tiro de Seção ou Bateria, em tais operações, terá de ser, obviamente, diferente da que é empregada por um Grupo. Não se queiram, também, meios acurados

de técnica de tiro. Antes, os processos para transformar as correções enviadas por um observador em comandos de tiro para as peças terão de ser necessariamente simplificados, a fim de que se consigam os efeitos desejados. O pessoal da Turma Topográfica deverá estar em condições de substituir, a contento, o da Central de Tiro, e vice-versa.

O emprêgo da Seção pode ser ditado pelo pequeno número de canhões ou obuseiros existentes na regiões, ou quando tal região é de grande extensão. Tais fatores determinam, ainda, que a distribuição da Artilharia, a fim de cobrir toda a zona, seja a mais criteriosa possível.

O emprêgo de peças isoladas deverá ser evitado, mas em áreas onde a atividade dos guerrilheiros seja grande, a presença de uma simples peça para ser empregada em apoio de vilas ou outros pontos tem, afora outros, um valor psicológico que não deve ser desprezado, já que diminui, pelo respeito que infunde, aquela atividade.

Normalmente, quando se empregam peças isoladas, os locais onde são colocadas são pontos de grande importância e a cuja defesa se tenha dado um caráter altamente prioritário. Essas peças deverão sempre estar em posição e prontas para o tiro, não se justificando sua permanência em outra qualquer situação. Deverão ainda, periodicamente, mudar de posição, de modo a desoriente ao máximo a ação dos guerrilheiros e dificultar possíveis golpes de mão.

Dado o tipo de emprêgo em que poderão encontrar-se as Seções ou Baterias do Grupo, aos comandantes destas frações caberão decisões de grande responsabilidade, fato idêntico ao que poderá ocorrer no campo de batalha nuclear. Para que essa Artilharia cumpra com firmeza suas missões, tais chefes terão de ser, também, líderes capazes de influenciar seus homens. Desta liderança dependerá, talvez, o sucesso ou o fracasso.

Os Comandantes de Baterias, além dos problemas que terão de enfrentar com o emprêgo de sua subunidade, independente ou semi-independente, estarão às voltas com aqueles próprios de operações contra guerrilheiros, envolvendo reconhecimento, escolha e ocupação de posição e segurança, principalmente das colunas de marcha.

A tática de guerrilha, de atacar e desaparecer rapidamente (que o americano designa por "hit-and-run") aumenta em muito a responsabilidade de um comandante de Artilharia, que deverá sempre levar em conta a segurança das áreas a serem atravessadas e ocupadas.

A defesa das posições poderá ser aumentada através do emprêgo de cercas de arame farpado, minas antipessoal, sistemas de alarme, etc.

Toda a atenção deve ser dada aos postos de escuta e o pessoal que nêle vai operar deve ser continuamente instruído, a fim de se evitarem surpresas. Deverão ser realizados exercícios de alarme, noturnos e diurnos, a fim de desenvolver-se no pessoal que possa

ser empregado em tais operações uma reação pronta e ordenada contra ataques de guerrilheiros, de modo a diminuir-se a um mínimo o pânico que possa surgir nessas ocasiões.

A segurança nos deslocamentos, via de regra, estará a cargo da própria Artilharia; portanto, instruções práticas de planejamento da segurança e sua execução deverão ser continuamente realizadas, a fim de mostrar a necessidade da ação agressiva, por parte dos encarregados da defesa à frente e à retaguarda da coluna, bem como dos flancos, e diminuir-se assim a possibilidade de emboscadas. Reações imediatas e de força são vitais para a sobrevivência de quem se desloca e é atacado, visto retirar do agressor a iniciativa.

Quando fôr necessária a ocupação repetida de uma mesma posição, deve-se sempre partir da premissa de que tal área acha-se minada pelo guerrilheiro, devendo antes ser feita uma inspeção cuidadosa. Patrulhas a pé farão a segurança contra a infiltração de guerrilheiros na área de posição.

A deficiência em número e em poder de fogo, aliada aos variados tipos de armas que caracterizam os guerrilheiros, forçam-nos a realizar suas ações, de preferência, à noite. Em consequência, marchas, reconhecimentos e ocupações de posição noturnas devem constituir-se em assuntos a serem ministrados com freqüência e da maneira mais real e prática que fôr possível, de modo que as missões realizadas à noite, com base em um contínuo treinamento, venham a ser cumpridas com a mesma organização e ordem das realizadas durante o dia.

A ocupação de posição, se possível, deve ser feita secretamente, já que a posição da fração, número e tipo de arma, são informações que sempre interessarão ao guerrilheiro. A finta (tática do "cat-and-mouse"), onde aparentemente abandona-se uma posição, quando em verdade novos obuses ocupam-na, possibilitando a que um ataque inimigo seja barrado por fogos de Artilharia, de modo totalmente inesperado, tem apresentado ótimos resultados, embora seja de difícil realização na prática.

Plano de fogos

A possibilidade de ocorrerem missões simultâneas em operações contra guerrilhas, torna necessário que o Oficial-de-Ligaçâo junto a Batalhão da Arma apoiada aja como coordenador do apoio de fogo e controlador dos Observadores-Avançados. Além dos assuntos atinentes às suas funções, em tais operações deverá estar instruído na tática de guerrilhas e operações contra guerrilha, efeitos do terreno nas táticas de guerrilha e das forças amigas, métodos que permitam um aumento da zona observada, principalmente em florestas, pântanos e montanhas, bem como lançamento de comunicações eficientes em tais tipos de terreno, planejamento de concentrações preparadas

na zona de operações, mas longe de áreas com população, estabelecimento de planos que aumentem a defesa de vilas e cidades.

O Comandante de uma força em operações de contraguerrilha ficará sempre às voltas com inúmeros e variados problemas de controle e de comando. Por isso mesmo, o Oficial-de-Ligaçāo da Artilharia e o Observador-Avançado não devem esperar que o Comandante ou seu estado-maior peçam o apoio de fogo, mas devem, em vez disso, oferecer com antecipação e continuamente tal assistência.

Deverá ainda o artilheiro fazer ver ao Comandante da Arma apoiada que a Artilharia é vital a uma operação que deseja ser bem sucedida. Medidas de controle devem ser estabelecidas, tais como limites curto e lateral, linhas de coordenação de fogos, zonas de ação, limites longos, etc., visto que as forças amigas constantemente manobrāo de forma complexa e irregular.

Em tais tipos de operações, raramente ocorrerão tiros de destruição ou de precisão. As missões mais comuns serão as de interdição, inquietação, tiros sobre zona, onde possa estar presente o elemento surpresa, tiros fumígenos ou iluminativos, que possam orientar as forças amigas a manter uma direção de ataque, tiros de contra-emboscada, planejados ao longo de vias de acesso e linhas de comunicação.

Os guerrilheiros habitualmente procurarão esconder seus mortos e feridos da observação, a fim de impedir que a extensão de tais baixas seja conhecida pelas forças regulares e usada inclusive como arma de propaganda. Torna-se necessário, portanto, que se conheçam bem os danos causados ao inimigo.

Observadores terrestres

Os Observadores-Avançados devem ser treinados a fim de suspeitar sempre de qualquer indivíduo ou grupo de pessoas assinalados em sua área de observação. Entretanto, dada a importância do aspecto cívico que é próprio das operações de contraguerrilha, o máximo cuidado deve ser tomado ao se selecionarem os alvos a serem batidos. Fogos indiscriminados de Artilharia poderão provocar baixas entre a população civil, jogando-a contra as forças amigas. Por outro lado, tiros precisos aumentam a confiança do povo na ação do governo em protegê-lo das intimidações e dominações dos guerrilheiros.

As Turmas de Observação devem ser instruídas de modo a se deslocarem a pé, através de campo ou de regiões montanhosas, florestas e pântanos, devendo os treinamentos ser conduzidos nos mais rudes terrenos possíveis. Devem, ainda, manter ligação constante e íntima com a Arma apoiada e isso só será possível através de instruções conjuntas no nível Companhia e Batalhão, das quais também participem.

Com os setores de observação severamente restringidos em florestas, pântanos ou montanhas, as turmas deverão ser instruídas a ajustar o tiro até pelo som, se necessário. As ajustagens serão facilitadas pelo emprêgo de tiro de tempo com granadas explosivas, granadas fumígenas coloridas ou de fósforo branco.

Tais turmas deverão ainda ser instruídas em escaladas e subidas em árvores, de modo a instalarem o melhor observatório possível, malgrado as dificuldades que possam existir, e em muitos casos os observadores poderão valer-se tão sómente de cartas na escala 1/100.000, ou simples esboços, que contenham apenas um mínimo de acidentes com suas localizações aproximadas.

Dai ser necessário que o observador esteja em condições de usar, da melhor forma, pobres recursos cartográficos em regiões desconhecidas.

Comunicações

Florestas e terrenos montanhosos reduzem grandemente o alcance normal dos equipamentos de comunicações. Torna-se necessário, portanto, e isto é vital, que se obtenha desse equipamento o máximo possível, através de ajustagem e manuseio cuidadosos, colocação correta do veículo ou da antena, de modo que se possa transmitir e receber da melhor forma. Comunicações com fio serão raramente praticáveis, senão impossíveis, face às condições do terreno e às facilidades com que fôrças de guerrilheiros podem interrompê-las; sómente em áreas de PC das Seções ou das Baterias poderão ser empregadas.

Topografia e Meteorologia

Levantamentos topográficos em operações contra guerrilheiros serão grandemente limitados, dadas as condições de terreno, grande distância entre as Unidades e natureza do inimigo. Entretanto, como os dados topográficos aumentam grandemente a precisão do tiro, e essa precisão é fundamental contra guerrilheiros, o máximo empenho deve ser feito a fim de serem obtidos. As equipes topográficas necessitarão freqüentemente da proteção de fôrças de segurança, a fim de não sofrerem com as emboscadas.

Normalmente, uma direção precisa e pontos tirados de uma carta darão uma base adequada para uma prancheta de tiro.

A disseminação a tempo de dados meteorológicos será difícil; nos climas tropicais, temperatura, densidade e direção do vento sofrem pequena variação diária. Portanto, um fator de correção, baseado na experiência, ainda que não seja um substituto para dados meteorológicos, poderá ser empregado por uma Central de Tiro bem treinada nas correções de alça, evento e deriva.

Informações

O problema mais cruciante e de difícil solução com que se deparam os Comandantes de uma tropa operando contra guerrilheiros é a obtenção de informações precisas e a tempo: — Onde estão os guerrilheiros? — Quais os seus planos?

A Artilharia, com seus observadores e seu sistema de comunicações, constitui-se em uma agência de primeira ordem na coleta de dados e informes. Seus observadores, terrestres ou aéreos, poderão freqüentemente fornecer os detalhes mais importantes dos movimentos dos guerrilheiros, com os quais se possa montar uma operação adequada; como agente de coleta de informes, o Observador-Aéreo encontra-se em primeiro lugar na relação dos mais produtivos em ações contra guerrilheiros. Um simples Observador-Aéreo, muitas vezes pode ver mais e com mais detalhes que um grande número de terrestres.

Um guerrilheiro que atue durante a noite de maneira implacável e com alto grau de adestramento, poderá ter sido durante o dia o pacato lavrador ou fazendeiro por quem passamos; é necessário, portanto, que o artilheiro esteja treinado a estar alerta, observando tôdas as atividades de civis nas áreas de operações ou suas proximidades.

Na busca de informes, especial atenção deve ser dada ao prisioneiro de guerra; muitas vezes, é ele a única fonte de onde se podem obter informações concernentes à disposição dos guerrilheiros, planos de ação futuros, bases secretas, pontos de suprimentos, áreas de instrução, atividades dos seus líderes, etc.

Apoio logístico

Um apoio logístico e administrativo dado a tempo, de modo adequado, é de fundamental importância em operações contraguerilheiros. As operações de ressuprimento, manutenção de suprimentos e dos equipamentos em condições climáticas adversas, recompletamentos em material e pessoal, evacuação de pessoal e de material através de terrenos difíceis, e serviços especiais que tenham a finalidade de manter alto o moral da tropa, tôdas essas missões não sómente requerem um alto grau de habilidade do pessoal nelas engajado, como também um bom nível de instrução. Para que tal apoio se concretize, é necessário que o pessoal esteja treinado em empacotamentos para lançamento pelo ar, lançamento por avião ou helicóptero, reconhecimento de regiões desconhecidas através de cartas, escolha de zonas de lançamentos dos fardos e cálculo de peso e espaço.

Conclusões

Em operações contra guerrilheiros, mais do que nunca, o problema do emprêgo combinado das Armas torna-se fundamental e de mais difícil solução, dificultando sobremodo a escolha e ocupação de posição das peças de Artilharia. Feito o contato, o ataque será orientado tendo em vista a força de guerrilha que é atacada e não a configuração do terreno. Para a Artilharia, isto significa dizer que uma direção geral de tiro poderá com facilidade mudar de 3 200.

Para operar efetivamente em tais condições, o entrosamento entre a Arma apoiada e a de apoio deverá ser o maior possível, devendo existir entre elas o mais alto grau de flexibilidade. Em adição a este fato e aos que foram acima vistos, maior ênfase dever-se-á dar às condições físicas do homem, intensificando-se a instrução de primeiros socorros, camuflagem, sobrevivência em terrenos adversos, reações imediatas do homem ante ataques inesperados, higiene e ações de caráter civil.

Sobre estas, convém lembrar serem de fundamental importância para o artilheiro, em tais tipos de operações. O apoio e a confiança da população civil, o artilheiro a terá, se agir amigavelmente e com respeito para com os habitantes do lugar, através de uma conduta pessoal ilibada e da execução de tiros precisos.

Operações contra guerrilheiros poderão ser a nova modalidade com que terão os artilheiros em particular, e o Exército em geral, de operar em um futuro próximo. E para que tal desafio seja vencido, torna-se necessário, mais do que nunca, que estejamos em condições de a ele fazer frente, através de um preparo realmente objetivo, em tempo de paz.

Isto só se conseguirá com um treinamento continuado e realista, com a aplicação dos conceitos que outros exércitos tenham formulado, através da vivência em situações de combate, necessariamente adaptados e mesmo aprimorados.

Talvez nunca na história do mundo esteja tão vivo o conceito: -- "O preço da liberdade é a eterna vigilância".

E isto, para o Exército, se traduz em:

— "O preço da eficiência é a instrução continuada e objetiva".

Obs.: O presente artigo basela-se, inteiramente, na doutrina preconizada pela Escola de Artilharia e Mísseis do Exército Americano, Fort Sill, e está calcado nas publicações Artillery Trends, de fevereiro de 1964 e julho de 1965.

UM PROGRAMA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

B) A PLANIFICAÇÃO

Por ANGEL ISLA BOLAÑOS

(das Relações Públícas do Ministério da Defesa
Venezuelano — in "Fuerzas Armadas de Vene-
zuela", Abr/Jun 63)

Tradução do Ten-Cel Inf (QEMA)

PAULO GAUCHO DE OLIVEIRA MESQUITA

Em nosso artigo anterior (*), ultrapassamos o que nos havíamos proposto no conhecimento do problema e nos lançávamos à análise da Investigação. Ou seja, estávamos submersos na preparação do informe pormenorizado que deveríamos levar aos superiores. Nêle faríamos constar as atitudes e as opiniões que conseguíramos na investigação a respeito de nossa Instituição. Igualmente farão parte do documento as respostas a uma série de perguntas fundamentais: "Como harmonizar os pontos de atrito?" "Como eliminar as arestas que constituem os ângulos de fricção?" "Como conquistar a opinião e fazer com que conheçam nossa verdade?" etc.

Há uma série de perguntas fundamentais e que, segundo os tratadistas, são as primeiras a que se precisa dar resposta, desde logo, e lançadas, como de uma catapulta, de dentro para fora da Instituição:

- É sã a nossa organização?
- Nossos funcionários estão satisfeitos em trabalhar conosco?
- Qual é a percentagem de descontentes?
- Quais são os motivos?
- Têm êles os mesmos benefícios dos que trabalham noutra Instituição do Governo, ou privada?
- Trabalhando conosco, têm algo que não encontrarão em parte alguma?
- Nosso pessoal se renova com freqüência?
- Está amparado por um seguro médico?

As perguntas a formular neste informe, e, por conseguinte, a responder, poderiam ser em muito maior número; mesmo quando nos parecerem capciosas à primeira vista, respondidas, dar-nos-ão uma imagem do ambiente, e estaremos pisando em terreno firme em nossa missão. Não se deve esquecer o que já está assentado há algum tempo por todos

(*) A DEFESA NACIONAL, Mai/Jun 66 — "A Investigação".

os profissionais de relações públicas e que se constituiu em máxima da profissão: "NINGUÉM TENTE METER-SE COM A OPINIÃO PÚBLICA, SE ANTES NÃO CONQUISTOU A OPINIÃO DOS QUE TRABALHAM À SUA VOLTA."

E vamos fazer um paralelo institucional.

As Relações Públicas do Pentágono constituíram uma tarefa de titãs. Em um país industrializado e pacífico como os EUA da América, sem inimigos limítrofes, protegido por um grande mar que só agora, com os projéteis dirigidos, tornaram-no alvo relativamente fácil, tiveram que vencer obstáculos sem conta para poder fazer compreender à população civil — muito bem representada em um Congresso modelo — que os bilhões de dólares que o Tio Sam derrama sobre suas Forças Armadas, em tempo de paz, é autênticamente necessário. Para isso, mais de 3.000 profissionais graduados em Relações Públicas, militares e civis, contaram em 1953 com uma quantia de 3.000.000 de dólares. *Não obstante*, segundo o Coronel Eugene F. Hart, os melhores "public relations" que tiveram as Forças Armadas dos EUA da América foram seus funcionários civis. Emprezzamos, nesta oportunidade, o princípio passado, não porque a campanha de relações públicas das Forças Armadas dos EUA se tenha interrompido, e sim porque todos, sem exceção, temos tido a oportunidade de comprovar que não há um só cidadão dos EUA que não esteja realmente orgulhoso de sua Instituição Armada.

Como se conseguiu que os funcionários civis das Forças Armadas sejam seus melhores propagandistas? A força de formular e dar resposta a questionários ingentes. Uma vez por outra, classificou-se o pessoal por categoria, se lhe deu instrução, se o formou e se lhe fez responsável, até o ponto de, em certas oportunidades, ter estado na posse de segredos militares de importância. Finalmente, seria prolixo enumerar as maneiras pelas quais o Pentágono se firmou na opinião de seus funcionários civis; quanto aos militares, têm sido formados desde jovens na própria mística castrense e, mesmo assim, às vezes é necessário captá-los. A realidade é que os escalões superiores das Forças Armadas norte-americanas firmaram-se na opinião de seu pessoal para que este, ao sair de suas repartições, ao regressar do trabalho para seus lares, irradie, em inúmeros locais, nos mais variados extratos sociais, a simpatia, a compreensão e as relações humanas desse pessoal que sabe que pertence a uma instituição sã, honrada e sempre disposta a arriscar sua própria vida em troca de seus semelhantes civis.

Na conquista do funcionário civil, e do militar que se fizer necessário, fixou-se o ponto de partida de relações públicas que se dirigem a uma coletividade maior, a dos contribuintes. Ao deixar a "casa" em ordem, pode-se ir até eles e se lhes informar, com toda sinceridade, o que realmente somos, o que realizamos no passado, o que estamos fazendo e o que queremos fazer. Busquemos sua opinião com sinceri-

dade. A dos jovens, logo a conquistaremos, porque a juventude é sempre pura e branda e supõe-se ser natural sua inclinação para o bom e para a desinteressada oferenda de sacrifícios. Eles, todavia, não conquistaram posições, nem transportam as cargas com que a vida nos vai acumulando no transcurso — eles são puros, repetimos, e abandonarão prontamente as doutrinações exóticas que os conquistaram, porque estão sedentos de serem úteis a uma causa, a uma idéia, mesmo quando ambas não os tenham compreendido muito bem.

Assentadas as considerações anteriores, particulares à nossa Instituição, vamos ao que seja planificar um programa de relações públicas.

OS QUATRO PONTOS DA PLANIFICAÇÃO

A Planificação tem muitas exigências, mas estas podem ser condensadas em 4 pontos, que podem ser ampliados:

1º) *Análise do passado*: esta análise levar-nos-á às causas das falhas que nos conduziram à atual situação.

2º) *Olhar para dentro*: ou seja, examinar, com atenção, o mérito dos objetivos da Instituição e catalogá-los segundo seu verdadeiro valor e efeito.

3º) *Olhar para fora*: ver a atuação das Instituições semelhantes à nossa, se as houver, e estudar os programas mediante os quais conseguiram êxito.

4º) *Olhar para o futuro próximo e afastado*: fixemos nossas metas de acordo com o progresso que experimenta a humanidade, dia a dia, e tenhamos sempre presente que as evoluções violentas devem ser dominadas pela flexibilidade das interpretações dos programas.

Estes quatro pontos podem ser resumidos em uma frase bem certa:

“A planificação requer um espírito investigador retroativo, em profundidade e largura, e um olhar atento e inquiridor sobre o futuro.”

Com êstes quatro pontos, realizamos uma planificação realista. Partindo dêles, alcançaremos os alvos táticos do programa e as metas estratégicas. Apoando-nos na investigação, estaremos com capacidade para estabelecer objetivos a serem conquistados em diferentes fases.

Não obstante, prosseguiremos, detalhando outros pontos circunstanciais que são necessários a uma boa planificação.

A PLANIFICAÇÃO NÃO DEVE SER IMPROVISADA

É tão importante para um bom Programa de Relações Públicas uma bem organizada Investigação, como uma Planificação amadurecida. É necessário desterrar totalmente a palavra “improvisador” do vocabulário

do profissional. O êxito da campanha estará continuamente em jôgo, quando a planificação houver sido improvisada. Em relações públicas, muitas das campanhas que se fazem, não só em nosso país, mas também na América do Norte, facilmente vê-se que são improvisadas. Wright, no "Diário de Relações Públicas", diz, em artigo intitulado "Planificação de um Programa de RP": "em grande percentagem, para não dizer na maioria das atividades de Relações Públicas, comprova-se, à simples vista, a improvisação da planificação".

Quais as consequências da improvisação?

As mais freqüentes são o "círculo vicioso" e a "defesa passiva".

O "círculo vicioso" levar-nos-á ao resultado nulo, pois a cada momento voltaremos ao ponto de partida.

A "defesa passiva" — muito generalizada — é o estar elaborando continuamente para a defensiva.

Em qualquer das duas circunstâncias, o trabalho deficiente do profissional ameaçará sempre o prestígio da Instituição.

Quando será realmente positivo nosso trabalho? — Para isto, terá de reunir as seguintes condições:

- a) ter um caráter positivo e progressista (não defensivo);
- b) contar com o apoio, cada dia maior, do escalão superior (e este nos consulta);
- c) ter os objetivos, prescritos para a "área estratégica", garantidos com os conquistados nas "operações táticas".

OUTRAS CAUSAS QUE MOTIVAM AS FALHAS DE PLANIFICAÇÃO

São muitíssimas! Podemos dizer que, principalmente em nosso meio, há as seguintes:

- a) *Falta de tempo*: Os Chefes dos quais o profissional depende diretamente, nem sempre dispõem de tempo para lhe dedicar, nem mesmo nos momentos de crise.
- b) *Situações imprevisíveis*: Estas são freqüentes em nossa Instituição. Em emprêsas ainda sem necessidade de consultar, podem atribuir-se outras normas, mas as nossas são rígidas e por conseguinte imutáveis.
- c) *Escolha infeliz da política*: Quando, na hora da escolha da política de um programa, não está presente o profissional, não é difícil uma escolha parcial.
- d) *Ocultamento da verdade, ou mistificação*: A verdade pinta-se às vezes com cores falsas ao profissional extra-emprêsa. Outras vezes, o profissional é manietado e os objetivos não são mais que encenação. Sem objetivos, não há boa planificação.

e) *Falta de oportunidade*: Esta, às vezes, é motivada por aceleração ou retardamento. É necessário escolher o momento, no tempo e no espaço. Os profissionais das campanhas políticas esforçam-se em despertar entusiasmo a favor de seus candidatos, paulatinamente, até chegar ao ponto máximo, nos dias ou horas que precedem à votação.

A estas causas, poderíamos acrescentar muitas outras; pensamos que a lógica de cada um suprirá as omissões; prosseguir a enumeração tornaria este trabalho extremamente prolixo.

CONCORRÊNCIA DE IDEAIS

Herbert Baus, profissional de Relações Públicas, diz muito acertadamente: "que o ponto principal de um programa de relações públicas é o estabelecimento de uma política cujos objetivos sejam inatacáveis e contra os quais não exista uma só argumentação".

A política a que se refere Herbert Baus, "inatacável", é precisamente aquela na qual se dá a concorrência de ideais entre a Instituição e a coletividade. Sem a concorrência de ideais e de objetivos, não teria havido progresso no mundo; ter-nos-famos limitado a cobrar as necessidades primárias. Sem o esforço constante para ligar idéias e metas para alcançar um futuro melhor, muito provavelmente continuariamos vivendo em cavernas.

Na planificação, é necessário ter sempre presente que o que fazemos não deverá redundar apenas em benefício nosso, nem mesmo em benefício exclusivo de nossos amigos; em nosso caso particular, deverá redundar em benefício de todos os nossos concidadãos; ser útil a todos em geral, sem distinções. Mesmo assim, nossas ações deverão visar ao bem nacional e ser inatacáveis.

SISTEMAS DE PLANIFICAÇÃO

a) *Preventivo*

Para maior clareza, definiremos o "preventivo" como o sistema sadio de planificação. Um sistema "preventivo" de planificação, é o de uma empresa que inicia suas atividades e que, na sua criação, tem o bom senso de chamar um profissional de relações públicas para que elabore um programa acertado, completo, no qual constem objetivos bem definidos. Por certo, é bom deixar assentado que êstes objetivos "só se atingem mediante um estudo profundo do ambiente que se pensa conquistar". Supõe-se que o sistema preventivo de planificação consubstancie a aceitação tácita de uma série de responsabilidades sociais, como a manutenção de relações sempre cordiais com a coletividade, que evitem as causas de fricção e incomprensão.

b) Corretivo

Quanto ao sistema "corretivo", o mais utilizado, já que "ninguém se lembra de Santa Bárbara senão quando troveja", é o sistema que se emprega em um momento de emergência, quando a crise já rompeu ou é iminente. Este, lógicamente, há-de entrar em ação imediatamente, da mesma forma que um exército se apronta para rechaçar um invasor inesperado. O profissional, neste caso, atua como o médico que se vê obrigado a praticar uma operação, sem os instrumentos necessários e sem a preparação prévia do paciente. Uma probabilidade de 50% de êxito é uma estimativa bastante otimista para êstes casos, e sempre ressaltando responsabilidades. Lamentavelmente, este é o sistema que mais se vem empregando, ao se escolher um profissional de relações públicas sem suficiente preparação, ou quando é mantido afastado das decisões que deva tomar a instituição ou a empresa.

Entretanto, pode-se afirmar que foram êstes momentos de crise que deram vida à profissão e têm sido êles, em muitíssimos casos, a origem da criação definitiva de departamentos de RP. Apesar dos riscos de uma ação "corretiva", esta atuação imprime um impulso benéfico a uma planificação "preventiva", depois de superada a crise. Serve de experiência dolorosa, e se exageram as precauções para que não volte a se apresentar uma situação semelhante.

A PLANIFICAÇÃO DEVE SER ESCRITA

Há motivos suficientes para que a Planificação, o programa a ser desenvolvido, depois de haver sido elucidada a política a seguir pela Instituição, seja feita por escrito, seja devidamente registrada, e depois de aprovada, seja divulgada internamente, a começar pelos mais altos escalões de comando, indo até o mais insignificante da Instituição.

Geralmente, os programas de relações públicas perseguem os seguintes objetivos:

- a) criar e procurar conquistar a simpatia e o favor da coletividade;
- b) dar início à compreensão de nossa ações e desfazer dúvidas, acaso existentes, entre a Instituição e a coletividade.

É lógico que êstes objetivos não são atingidos sem campanha psicológica. É necessário dosar; pouco a pouco, ir criando uma consciência da realidade de nossas ações na coletividade, de forma a que nos possamos dar a conhecer e a que façam, a nosso respeito, um conceito que vá-se entranhando em nosso povo. Devemos estar continuamente dando informes à nossa coletividade, para que se vá inteirando de nosso trabalho, de nossos projetos e realidades. Se conseguirmos que nossas atividades sejam compreendidas pela sensibilidade de nossos concidadãos,

estaremos cristalizando nosso êxito. Para conseguirmos isso, temos de apoiar-nos nas bases fundamentais, divulgadas pela Associação de Administradores Escolares dos Estados Unidos da América.

- a. honestidade na intenção e na execução
- b. participação na existência da instituição
- c. aplicação continuada
- d. ação positiva
- e. caráter amplo
- f. encontro da necessária receptividade, na coletividade
- g. simplicidade e compreensão por todos os setores, quanto ao conteúdo e quanto aos conceitos

Rex F. Harlow, em seu livro "As Relações Públicas na Guerra e na Paz", enumera os sete pontos, que a seguir relacionamos:

1. História das Instituições.
2. Os propósitos.
3. Os ideais que constituem sua mística.
4. Suas vitórias e derrotas.
5. Bons e maus serviços prestados à Pátria.
6. A necessidade da existência da Instituição.
7. Alcances de seus planos futuros.

A êstes pontos enumerados, é necessário acrescentar os que são particularmente nossos, aquêles que podem dar impulso dentro do nosso meio. Para nós, contando um pouco com a experiência e outro pouco com os cânones, um pouco com a índole de nosso povo e outro pouco com a heterogeneidade de nossos componentes sociológicos, um programa bem planejado deve conter:

- a) *Sinceridade a tôda prova* — pela nossa natural desconfiança, tanto no que se refere ao propósito, como à execução.
- b) *Firmeza* — para nós nada vale se não houver cimentação inamovível, atalhando as questões e fazendo os pedidos de forma positiva.
- c) *Duração* — máxime na nossa Instituição, que tem um passado e um futuro.
- d) *Clareza* — nas mensagens, para que sejam atendidas.
- e) *Compreensão* — pelo alcance claro dos propósitos.

- f) *Continuidade* — na sua aplicação.
- g) *Rentabilidade* — tanto para o receptor como para o transmissor. Lamentavelmente, os homens aceitam com mais agrado as coisas, quando têm relação direta com benefícios que possam produzir...

E se a planificação do programa conta com objetivos antecipados, é sumamente importante que se aplique periódica sistemática, pois, em caso contrário, perderíamos o impulso adquirido, e todo o nosso plano se debilitaria ante as exigências de certas situações já comprometidas. Ou seja, temos de calcular ao máximo o planejamento do conteúdo do programa.

Como calcular o conteúdo do programa?

Eis aqui uma fórmula analítica que nos dará a segurança de que o planejamento será efetivamente exequível e proveitoso. Respondamos, sinceramente, com o programa na mão, a estas perguntas:

- Qual o objetivo que nos propomos?
- É aconselhável?
- Traz vantagens complementares?
- É realizable?
- Contamos com pessoal que possa executá-lo?
- É viável, dentro de nossas missões específicas?
- Contamos com o quantitativo necessário?
- Se fracassar, quais serão as consequências?
- É este, efetivamente, o momento de iniciá-lo?
- Encontraram-se argumentos contrários ao mesmo?

Antes de se pôr em marcha a engrenagem, para a consecução dos objetivos programados no planejamento, dever-se-á fazer uma *enquête* de todos os "contras" que possa conter.

A PLANIFICAÇÃO SE APROXIMA DA PERFEIÇÃO

Isto é pura lógica humana, sentido comum, mas com diretrizes necessárias para o traçado de seu curso. A intuição, ou o impulso sem base na investigação adequada, provavelmente careceria de efetivação.

Igualmente, fracassaríamos caso elaborássemos planos não diretamente relacionados com nossas missões específicas, institucionais.

E, finalmente, consideramos benéfico para a planificação submetê-la à aprovação por unanimidade, ou maioria, não só dos altos escalões de comando, como também de uma maioria com capacidade para isso.

(O assunto será continuado oportunamente.)

EVOLUÇÃO DO CORPO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO FRANCÊS

Capitão NEYRON DE SAINT-JULIEN

("Revue Militaire D'Information", dezembro de 1964)

Trad. do Ten-Cel Art (QEMA)

RUBENS MARIO JOBIM

NECESSIDADE DE UMA INVESTIGAÇÃO

“O término dos combates na Argélia encerrou definitivamente um capítulo decisivo da história militar da França contemporânea. Findou-se um período que se encontra agora entregue às especulações da história.” É desta perspectiva de estudo, de compreensão e de explicação que os “Cadernos da Fundação Nacional de Ciências Políticas” apresentaram uma *enquête* que apareceu sob o título “*A crise militar francesa — 1945-1962*”. Este trabalho, publicado sob a direção de Raoul Girardet, diz exclusivamente respeito ao Exército. Tal limitação é evidentemente razoável e é preciso concordar com Jean Meynaud quanto a que “nenhuma análise séria poderia ser conseguida sem uma prévia decomposição das Forças Armadas em categorias, apresentando um mínimo de coerência e homogeneidade”. Por outro lado, os problemas não são propostos para a Marinha e a Aeronáutica nos mesmos termos que para o Exército. Limitar-nos-emos, pois, estritamente, ao estudo do último.

Sobretudo para o Exército, “os dezessete anos que se passaram entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a conclusão da guerra da Argélia, representam um período de ruptura e de mutação. Em que medida estas mutações correspondem a profundas transformações do sistema de recrutamento militar”? Durante este mesmo lapso de tempo, como se apresentou a estrutura do quadro de oficiais e qual foi o sistema de vida destes últimos? Estas análises apresentam o maior interesse, visto que, praticamente, nenhuma *enquête* sociológica séria foi empreendida antes, prestando-se pouco o próprio Exército a tal gênero de investigação. Um certo número de novos fenômenos deveria alterar as condições do problema. Primeiramente, nunca a atenção do público estêve tão voltada para as questões do Exército como nestes últimos anos. Os acontecimentos políticos sobrevindos na Argélia, as diversas crises, das quais o Exército foi o centro das preocupações, enfim a solução encontrada e o retorno do Exército à França, todos êsses elementos obrigaram a Nação a interessar-se, nesta ocasião, pelo Exército, como corpo social, um corpo tendo seus próprios problemas e uma personalidade distinta, um Exército que não era, afinal, mais este “grande mudo” de um passado

extinto. No plano militar, por outro lado, desde o fim da guerra da Indochina, um desejo de informação e de renovação devia manifestar-se no mais alto escalão do comando. Foi assim que, por iniciativa do General Lecomte, foi criada, em 1958, uma comissão de sociologia militar, que devia representar, na Escola de Guerra, o papel dum centro ativo de estudos, de pesquisas, de discussão, permitindo, em particular, investigações sobre o recrutamento do quadro de oficiais e a análise de suas estruturas. Estas investigações, conduzidas junto ao EME por oficiais, após a síntese dos elementos recolhidos pelos membros dessa comissão militar, permitiram afinal o presente estudo.

É preciso, pois, destacar dois fatos que dão uma certa defasagem ao *dossier* em relação à atualidade. Em primeiro lugar, o momento escolhido para a *enquête* corresponde, infelizmente, a uma situação de crise extrema: as dificuldades do momento e também uma falta de perspectiva limitam, assim, o alcance de um documento, atrasado agora em diversos pontos. Por outro lado, e sobretudo, o Comando, justamente consciente dos problemas expostos por Girardet, empreendeu um certo número de estudos, em busca de soluções. Umas tantas reformas postas em execução, mesmo que não tenham resolvido ainda tôdas as dificuldades, conduzem o Exército a novas estruturas. Parece, pois, indispensável completar a *enquête* apresentada por Girardet, referenciando-a agora à situação em 1964 e expor estas reformas de estrutura que merecem tôda nossa atenção. Com este propósito, deixaremos de lado ainda a evolução psicológica, que desde 1962 é um fato para os quadros, para nos concentrarmos únicamente na evolução sociológica em curso.

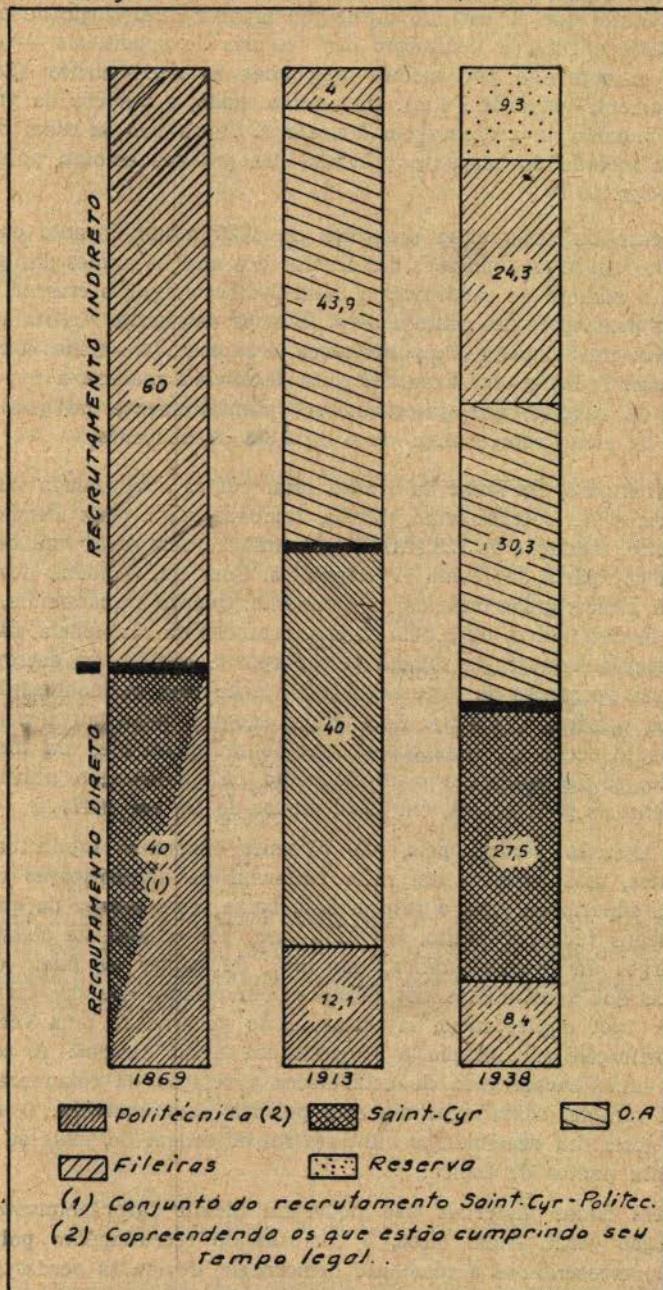
I — ASPECTOS SOCIOLOGICOS DO DOSSIER

Além de um quadro institucional que regula o acesso na hierarquia e o emprêgo do oficial da ativa, choca-se a sociologia militar com um certo número de realidades sociais ou ideológicas mais difíceis de apreender. De que meios saem os jovens que se encaminham para a carreira das armas? Quais as motivações reais de sua vocação? Eis alguns dos problemas propostos por Raoul Girardet e Jean-Pierre Thomas no início de seu estudo. Dão particular destaque à complexidade do problema de recrutamento, que encaram de um ângulo histórico: com efeito, as modalidades de recrutamento direto não mudaram senão secundariamente, no curso de um século e meio. A principal alteração está na mutação da proporção respectiva das duas fontes tradicionais de recrutamento, e é em função destas duas variáveis, recrutamento direto ou por classe, que a sociedade militar se vê levada a mudar de aspecto.

O problema do recrutamento

Com efeito, é pelo estudo de suas origens que parece judicioso abordar tôda investigação relativa ao quadro de oficiais. É interessante

O Recrutamento do corpo de Oficiais em 1869, 1913 e 1938. Entre 1869 e 1938, o recrutamento direto (Saint-Cyr e Politécnica) caiu de 40 para 27%



notar que à véspera de 1870, 60% dos oficiais provinha das fileiras. Sem considerar certas qualidades profissionais, o conjunto já não respondia àquilo que se está no direito de esperar dum corpo de oficiais. Entre 1874 e 1884, a instituição das "escolas de suboficiais — oficiais alunos" esforçava-se por melhor responder às necessidades (Saumur, Saint-Maixent, Versailles, etc.). Do mesmo modo, à véspera da primeira guerra mundial, a percentagem deixada à fileira não ia além de 4%. Mais da metade do conjunto provinha das grandes escolas, politecnica e Saint-Cyr.

Apesar da séria crise dos anos de 1920 a 30, durante os quais multiplicaram-se as demissões das fileiras dos antigos alunos das grandes escolas, o número de candidatos a Saint-Cyr recomeçou a crescer, conduzindo às promoções dos últimos anos de antes da guerra, particularmente brilhantes em Saint-Cyr. Os politecnicos já se esquivam menos à carreira das armas. Todavia, uma nova categoria de oficiais aparece, a dos antigos oficiais da reserva, que, integrando-se voluntariamente no quadro dos oficiais da ativa, representam cerca de 9,3% do conjunto.

Talvez para, em nome da coesão, lutar contra a demasiada variedade das formas de recrutamento, talvez, também, para mais democratizar o Exército, a criação do E.S.M.I.A. testemunhava uma certa vontade reformadora por parte da jovem IV República. Com ela, também, dever-se-ia produzir a mais grave crise de recrutamento. Quanto à quantidade, a integração nessas fileiras de 3.585 oficiais, oriundos da resistência, não pôde compensar a hemorragia sofrida pelo corpo de oficiais, no decorrer das sucessivas operações de depuração (658) e de uma desmobilização drástica dos quadros (12.679). Esta grave sangria quantitativa não tinha equivalente senão na indubitável redução da qualidade, em todo caso evidente, se se considera o nível médio de qualificação universitária (127 generais politecnicos, em 1939; menos de 10, em 1947).

O Exército perdeu, pois, não sómente elementos intelectualmente brilhantes, mas também um fator essencial de diversificação de seus quadros superiores, para o futuro. Esta baixa momentânea da qualidade dos oficiais teve por efeito, em todo caso, por ocasião da classificação dos cargos da função pública; em 1947, de baixar de modo decisivo o índice dos vencimentos dos militares em relação aos dos civis: produziu-se "por aquiescência, às vistas... do governo... uma verdadeira desqualificação em relação à magistratura e ao ensino". A comissão Lainé, então encarregada de estabelecer a relação da remuneração do pessoal militar, devia exprimir esta política, sem equívoco. O rebaixamento geral dos vencimentos militares foi da ordem de, mais ou menos, cinqüenta pontos de índice.

Estes dados materiais não poderiam incidir favoravelmente sobre a situação geral. Além disso, à corrosão do recrutamento politecnico deveria acrescentar-se a constante hemorragia, devida às perdas sofridas na Indochina e, logo após, na Argélia. Enfim, as partidas voluntárias

não cessaram de crescer, desde 1950. O balanço das perdas totais assim se definiu, para o Exército, de 1955 a 1959, incluídos nestes números os atingidos pelo limite de idade (cerca de 350):

| | |
|------------|-------|
| 1955 | 476 |
| 1956 | 731 |
| 1957 | 864 |
| 1958 | 1.042 |
| 1959 | 1.116 |

Duas consequências, interligadas, decorrem, normalmente, de tôdas essas condições:

1^a A proporção dos oficiais provenientes do recrutamento direto pelas grandes escolas, em 1958 diminuiu sensivelmente, em comparação com os períodos anteriores. De 54,1% em 1953 (14,1% pontechnicos), em 1958 não era mais que de 35,9% (8,4% pontechnicos) e decaiu para 34,0% em 1959 (3,3% pontechnicos).

2^a O recrutamento indireto, de crescente importância, tende igualmente a se diversificar. Além da *aviso corpo de tropa* do E.S.M.I.A., correspondendo numericamente as promoções das antigas escolas de suboficiais, oficiais-alunos (30% do conjunto do corpo de oficiais), outras fontes de recrutamento indireto viram seu consumo crescer sensivelmente: a reserva e a fneira.

Como sublinha Raoul Girardet "o recrutamento de oficiais acaba, então, por se articular em torno de três núcios principais, relativamente bem equilibrados: o recrutamento direto pelas grandes escolas (26,5% do recrutamento de 1950 a 1957), o recrutamento indireto pela "aviso corpo de tropa" do E.S.M.I.A. (28%) e o recrutamento nas fneiras (25,5%, sempre para o período 1950-1957)".

O recrutamento direto

Quais as origens, sociais e familiares, do recrutamento direto, especialmente em Saint-Cyr? "Está clara a persistência, em certos meios, de tradições militares de caráter familiar, e a vitalidade dessas tradições é plenamente evidente."

| | |
|--------------------------------|-----------|
| Militares de carreira | 40 % (1) |
| Funcionários | 17 % (2) |
| Profissões liberais | 12,5% (3) |
| Profissões industriais | 7 % |
| Comércio | 9 % |
| Agricultura | 5 % |
| Diversos e sem profissão | 9 % |

(1) (2) (3) Dos quais, respectivamente, 72% filhos de oficiais; e 7% e 7,5% filhos de pessoal dos quadros superiores.

O aumento da percentagem de filhos de militares é um fato marcante, no que interessa, sobretudo, aos filhos de suboficiais e gendarmes. Como a proporção dos filhos de funcionários civis tende a diminuir, enquanto a dos "pequenos quadros" parece aumentar, poder-se-ia falar de uma maior facilidade de acesso a Saint-Cyr, para certas classes. Mas o fato essencial que ressalta das diversas estatísticas, é muito mais um fenômeno de voluntariado. A percentagem mais importante de todas as categorias representadas, entre 1945 e 1958, permanece a de filhos de oficiais superiores ou de generais (19%). É esta categoria, em aumento em relação ao período de antes da guerra, que continua a "dar o tom". "Parece bem, pois, conclui o autor, que se esteja no direito de distinguir as manifestações de um fenômeno de dobramento, de uma espécie de retração da sociedade militar sobre si mesma".

Poder-se-ia contrapor a relativa diversidade do recrutamento social dos alunos de Saint-Cyr à forte identidade de motivos que os arrasta para a profissão das armas. Uma *enquête* efetuada pelo "Centro de Estudos e de Instrução Psicológica do Ar", junto aos candidatos ao concurso de admissão às grandes escolas militares, particularmente a Saint-Cyr, fez surgir três motivos principais: "gôsto de servir — busca de um ideal", depois "militarismo" (termo escolhido pelos pesquisadores para definir a fidelidade afetiva ao Exército, considerado como instituição nacional), por fim "o gôsto pelo combate". Este último acha-se, freqüentemente, em oposição ao "gôsto pela técnica" que parece estar acompanhado, nas amostras estudadas, de um desejo de estabilidade e de bem-estar material: é sempre, conclui o autor, ao padrão tradicional do oficial a que se referem, em sua grande maioria, os futuros alunos de Saint-Cyr.

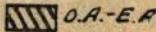
O recrutamento indireto

No que diz respeito ao recrutamento indireto, temos de levar em conta, de um lado, a antiga "divisão corpo de tropa" do E.S.M.I.A., e de outro, a fileira e a reserva. No que agora é o equivalente ao *Coetquidan* da antiga escola Saint-Maixent, o estudo feito, para o período 45 a 58, interessa perto de 6.000 alunos. Trata-se, pois, do recrutamento considerável da metade dos oficiais do Exército.

Se a comparação com Saint-Cyr evidencia uma bagagem universitária bastante reduzida, em compensação verifica-se um certo paralelismo nas origens sociais, de diferença pouco sensível, não se tratando mais, dessa feita, de filhos de quadros superiores, porque a democratização é muito mais evidente. Entretanto, torna-se a encontrar o mesmo aumento contínuo de filhos de militares e o equivalente retraimento dos elementos saídos dos quadros superiores da função pública e da indústria: "apesar do indiscutível parentesco de características sociais, existente entre os dois recrutamentos, não se saberia como ratificar a opinião largamente difundida, segundo a qual o concurso de admissão para a (antiga) divisão corpo de tropa não constituiria... senão um meio "de enfeitar

Quadro dando a distribuição, segundo sua origem, dos Oficiais de 1950 a 1957

| ANOS | REC. DIRETO | RECRUTAMENTO INDIRETO | | | | |
|--|-------------------------|--------------------------------------|----------|----------|--|--|
| 1957 | 1,4 29 | 19 6 30 | 8 | 6,6 | | |
| 1956 | 0,8 39 | 22 3,9 25 | 11 | 6 | | |
| 1955 | 1,3 32 | 26 4,5 13 | 15 | 8,2 | | |
| 1954 | 0,9 29,5 | 26 4,7 15 | 16,5 | 7,4 | | |
| 1953 | 0,8 25 | 29 8,4 24 | 8,4 | 7 | | |
| 1952 | 0,59 17 | 41(1) 29 | 64 | 6 | | |
| 1951 | 1,5 26,5 | 23,5 39 | 6 | 6 | | |
| 1950 | 2,8 100 | 33,5 33,5 | 5 | 5 | | |
| TOTAL 1950 1957 | 1 27,5 | 28 3,5 25 | 8 | 7 | | |

 Politécnica  Saint-Cyr  I.A.  O.A.-E.A.
 Fileira  Reserva  Serviços

(1) Duas promoções são oriundas da divisão corpo de tropa do E.S.M.I.A., em 1952

com o casuar os preguiçosos de boas famílias" (general Malgre)" Ademais, o E.M.I.A. atual não leva mais o casuar, e pode-se falar de promoção social, afora o acesso à dragona.

Para a fileira e a reserva, a sociologia militar não dispõe de tantos meios de investigação: o emaranhado das instituições, a multiplicidade dos casos, a ambigüidade de certas exigências administrativas, acarretam problemas de uma complexidade desorientadora. Parece possível agrupar em uma mesma categoria as escolas de armas (O.A.E.A.) e a fileira (F), em razão de uma quase similitude de características sociológicas. (Constata-se aí, além disso, uma eliminação progressiva dos elementos oriundos da Resistência, entre 1947 e 1960). Nenhum estudo de conjunto, é preciso reconhecer-ló, jamais lhes foi consagrado. Condenados em sua imensa maioria a não ultrapassar as graduações subalternas, em certos anos não fornecem um terço das novas promoções de oficiais. Um estatuto especial lhes deve ser prontamente aplicado, do qual veremos as grandes linhas em nossa análise da situação atual.

A reserva constitui um outro conjunto de características diferentes, possuindo três fontes de recrutamento, em particular a regularização das situações adquiridas em 45 e a integração dos resistentes. Trata-se, enfim, da colocação na atividade dos O.R.S.A., oficiais de reserva em situação de emprégo, tendo-se tornado sua integração mais fácil durante o período que precedeu o fim da guerra da Argélia.

A impressão decorrente de um estudo do recrutamento é a da retração crescente do corpo militar sobre si mesmo. Agente poderoso de promoção social para um certo número, a carreira militar aparece como um fator não negligenciável de mobilidade social. Os autores são levados, em conclusão, a se perguntarem se a coesão do corpo militar não tenderia a ser abalada pela diversificação crescente dos modos de recrutamento. Estas tensões, variáveis segundo as unidades e as situações, foram acentuadas pelos acontecimentos. De fato, se há diferentes "espíritos", conforme pertença às diferentes subdivisões de armas (Legião, Caçadores, "Biffe-inté"), as tradições, a ação do comando, a adoção de uma ética comum continuam fatores de integração dominantes, continuando infinitamente variável o fator origem e escapando a toda sistematização. Resta, apesar de sua imprecisão, um critério apreciável no estudo do corpo social estranhamente complexo que é a sociedade militar.

Estrutura e gênero de vida

A estrutura do corpo dos oficiais só faz acentuar a disparidade e os contrastes do recrutamento. Há, logo de saída, um desequilíbrio de idade: os mesmos grupos de idade não se encontram em todas as armas, sendo algumas mais "jovens" do que outras. Os serviços, particularmente, são mais "velhos". Este critério é importante, já que a idade do acesso e de permanência nos diferentes níveis de responsabilidade (isto é, de graduação, no Exército), "parece definir o estilo e a eficácia de um grupo dirigente". Este não é o único fator de disparidade, já

que no plano da melhoria é quase possível afirmar "que cada arma apresenta um delineamento de carreira que lhe é próprio e que determina uma política particular de gestão".

Estes fatores de disparidade vêm se juntar às diferenças de recrutamento que, em consequência, se traduzem em diversidade de origem militar: a proporção de ex-alunos de Saint-Cyr, servindo em determinada arma, confere-lhe um caráter "mais ou menos nobre". É assim que a arma blindada-cavalaria vem em primeiro lugar (38,4%), seguida de perto pela infantaria metropolitana (37,5%), depois pelos fuzileiros navais (35,7%) e a engenharia. Paradoxalmente, as duas artilharias, chamadas "armas sábias", vêm muito mais à retaguarda. O que é confirmado pelo fato de que as armas técnicas oferecem maior possibilidade de acesso aos antigos suboficiais.

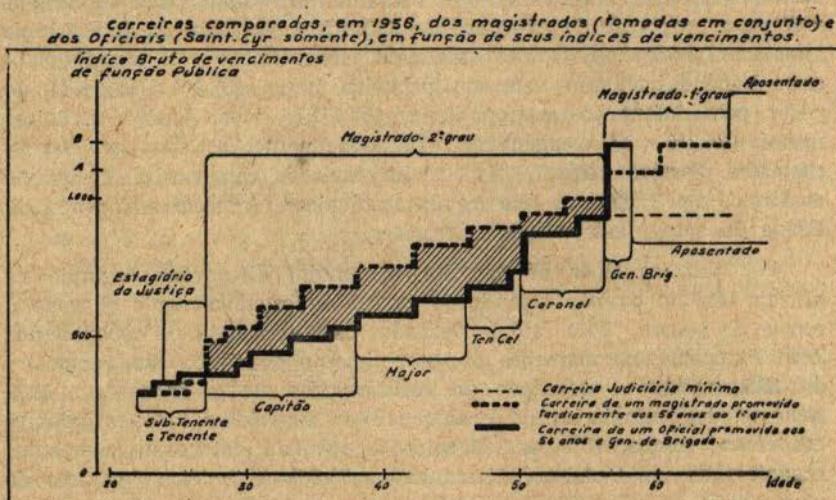
Por fim, os tipos de carreira são muito diferentes, segundo os oficiais tenham ou não seguido os cursos de estado-maior e chegado à escola de guerra. Este fato é realçado, com uma nota de espanto, por Jean Planchais, no momento do aparecimento do livro: numa amostra de 395 oficiais... os tipos de carreira são muito diferentes: 10% sómente dos estagiários do ensino militar superior foram enviados à Indochina, contra 41% pertencentes à segunda categoria (elementos orgânicos de um C.A. na Alemanha) e 38,5% à terceira (quadros de uma divisão de infantaria... o bloco maciço que o Exército oferece — ou oferecia — a muitos olhos não é sem fissuras). Sem falar de "aristocracia das armas", pode-se todavia admitir que se certos oficiais têm o mesmo passado (origem, graduação, antigüidade semelhantes) e os mesmos parâmetros de utilização (qualificação profissional, condições de emprégo), não têm o mesmo futuro.

Fôrça é, pois, concluem os autores, sublinhar que a tipologia dos oficiais não pode honestamente ser reduzida a alguns arquétipos simples. Cotejemos esta conclusão com a que fecha o capítulo do recrutamento, para afirmar que, em qualquer caso, a sociedade militar está longe da imagem sumária de uma sociedade monolítica, como a encara freqüentemente a opinião geral, não por malquerença, mas por simples ignorância do problema.

Quanto ao modo de vida, a principal conclusão que se tira para o período 45 a 62, é que o oficial francês não se implanta mais na coletividade nacional nas mesmas condições que sob a III República.

De um lado, a carreira militar, mais do que nunca caracterizada pelo risco, oferece também maior insegurança e instabilidade que os demais setores da função pública. Por questões de remuneração e de carreira, a profissão militar acha-se desvalorizada. Já entrevimos as consequências dos índices de classificação de 1947: as carreiras militares estão mais empanadas e menos favorecidas que a grande maioria das carreiras de funcionários civis. A melhor comparação possível é a representada no quadro abaixo, mostrando a distribuição comparada, em 1956,

dos magistrados (considerados em seu conjunto) e os oficiais do exército (sómente os oriundos de Saint-Cyr), em função de seus indubitáveis índices de vencimentos.



A este sentimento de desclassificação, que contribui para promover um certo descrédito social e desamor à profissão das armas, é preciso acrescentar certo fenômeno de nomadismo e de expatriação, brutalmente trazido à luz, numa *enquête* feita pela "Comissão de Sociologia" da Escola Superior de Guerra, em 1959. Ressalta daí não ser sómente no plano das estruturas, mas também quanto ao gênero de vida, que se deve encarar os diversos tipos de carreiras, entre as quais certas contradições são, às vezes, de primordial importância. Trata-se "de diferenças de experiências que podem também se traduzir por diferenças de atitudes", de mentalidade ou de comportamento...: (em comparação com os períodos precedentes), estes fatores de diversificação multiplicaram-se recentemente e tornaram-se consideravelmente ampliados".

Desta existência além fronteiras para a maioria do quadro de oficiais, fazem dezesseis anos, resultaram graves dificuldades familiares. Em 235 oficiais casados, tomados como referência, a duração média de separação é de perto de quarenta e oito meses, ou seja, 30,6% do tempo abrangido pela *enquête*. Tal situação acha-se ainda agravada pelas constantes dificuldades de moradia (o deficit de conjunto, em comparação com a necessidade dos quadros oficiais e suboficiais em janeiro de 60, era de 33.500). Enfim, o afastamento do pai devia criar, entre certas crianças da coletividade militar, problemas psico-educativos reais, próprios a este grupo, e reconhecidos pelos médicos de uma comissão oficial, criada em 1959.

Todos êstes fatores são resumidos na conclusão do dossier: "bloqueio de promoção a certos escalões da hierarquia, desclassificação da remuneração quanto à maior parte dos funcionários civis de categorias comparáveis, nomadismo e dificuldades materiais, transtornos para a vida familiar. Tantos fatores parecem levar o observador a concluir que se trata de uma crise social de uma excepcional gravidade, pela qual vem passando o Exército nestes dezessete anos... crise que não parece ter sido sentida com a mesma acuidade, segundo as gerações, a origem do recrutamento e os tipos de carreiras". Se bem que o autor apresente esta crise tanto como historiador quanto como sociólogo, e que dela fale como de uma experiência passada, um grande número de elementos relativos ao conhecimento do meio continua válido. Seja pelos recentes acontecimentos políticos ou pelo desejo de informação e de renovação pelo mais alto escalão da administração militar, ou por uma corrente de mudanças recíprocas, esta sociedade militar, que ficou por longo tempo congelada em seus estatutos de 1832, apelava, pois, por tal *enquête*. Mesmo conservando sua unidade, testemunhava uma diversidade cada vez maior e merecia um estudo sociológico, no que respeita ao corpo social propriamente dito.

Ocorre-nos agora, a partir dêsse estudo, distinguir quais são os elementos sempre válidos, os que não o são mais, enfim, qual a situação atual do Exército.

(Continua no próximo número)

NOSSO APÉLO

VOÇÊ, que tem idéias sobre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e nô-las remeta. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOÇÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo, assim, a todos.

VOÇÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOÇÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fêz algo nôvo, interessante, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO

DIREÇÃO DE UM HOSPITAL MILITAR

PROBLEMAS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS DO MÉDICO MILITAR QUE A EXERCE

Maj Méd

JOAO VELOSO

Aluno do 1º Ano da ECEME

Sabe-se que em uma organização onde a técnica é o elemento dominante, os problemas administrativos existem e, se não são devidamente equacionados e solucionados, a técnica nada produzirá. Sem dúvida o hospital é uma organização essencialmente técnica, onde a administração é essencial para o bom funcionamento. Se este problema apareceu nas fábricas, ele foi ampliado nos hospitais, onde o técnico, o médico, de um modo geral é um homem avesso às coisas formais. A escolha de um diretor-geral de um hospital é importante para o bom andamento da organização e pode ser feita por vários processos. No que diz respeito aos hospitais militares, vamos levar em consideração apenas os processos do acesso por antiguidade e o da escolha restrita, deixando sem comentário os demais, tais como: escolha por eleição, livre escolha e imposição natural, sem deixar de lembrar os inteiramente empíricos, como a escolha por simpatia, por amizade, etc. A escolha de um diretor deve ser encarada tendo em vista a autoridade no seu duplo aspecto: a autoridade legal ou funcional e a autoridade pessoal.

Na autoridade legal ou funcional, a qual é emanada do cargo exercido — um chefe pode facilmente substituir outro.

Na autoridade pessoal, que é formada por um conjunto de virtudes, tais como: inteligência, conhecimentos, experiência, valor moral, serviços prestados, etc., e é parte integrante de cada ser humano de modo inteiramente diferente um do outro — um chefe não é igual a outro.

Não podemos admitir um bom diretor hospitalar sem as duas condições: a segunda é um complemento indispensável da primeira.

A escolha, muito comum, de um diretor de hospital pelo simples processo do acesso, isto é, aquêle em que a chefia vem às mãos de um indivíduo por decorrência de sua elevação gradativa dentro do sistema a que pertence, apresenta algumas vantagens, tais como: o chefe tem que ser quase sempre um homem experimentado, pois já praticou por vários anos as atividades que vai dirigir. Isto não significa, no en-

tanto, que será um verdadeiro chefe, na expressão máxima da palavra. Pode ter sido um bom executor das atividades, mas não possuir as qualidades para a direção.

Este é um caso muito comum nas FA, se bem que a chefia em tais casos seja sempre em caráter transitório; na falta do diretor-geral, o mais antigo assume interinamente, até que seja nomeado o novo diretor efetivo.

No processo de escolha restrita, a autoridade superior pode escolher, porém dentro de um grupo restrito de indivíduos credenciados de um certo modo, para exercer a diretoria vaga. Vejamos o caso da direção de um hospital militar: a autoridade superior deverá escolher entre um grupo de oficiais, todos médicos, todos de um determinado posto na carreira militar; assim sendo, qualquer escolhido presumirá um mínimo de habilitação necessária para a direção do hospital. Mas nem todos os médicos dariam bons diretores de hospital; este processo só poderá dar bons resultados se o grupo restrito para a escolha dos futuros diretores dos hospitais for formado não só de indivíduos possuidores de um curso oficial de uma faculdade de medicina, terem atingido a um determinado posto de sua carreira militar; ainda mais, possuírem um curso de "Organização e Administração Hospitalar" feito em uma entidade oficial e ao qual sómente poderiam candidatar-se aqueles devidamente aprovados em um concurso de habilitação. Temos o exemplo da ECEME, cujo curso habilita os oficiais ao direito de exercerem certas funções pertencentes ao quadro de EM do Exército e certos postos só poderão ser atingidos na ativa pelos possuidores do referido curso.

Por que não tentar o mesmo na direção dos grandes hospitais do Exército?

A direção de uma organização altamente técnica como é um hospital, para produzir aquilo que é mais importante para o homem, a saúde, não poderá ser entregue a um médico que na maioria das vezes nada conhece de administração e, o que é mais grave, procura muitas vezes por uma injustificada vaidade profissional, não adquirir os conhecimentos administrativos indispensáveis para a direção de um hospital. Como todos nós sabemos, os problemas administrativos vão aumentando à medida que subimos nos escalões de chefia e ao mesmo tempo os problemas técnicos seguem a razão inversa. Fácil se torna prever qual será o resultado, na direção de um hospital, de um médico que não abra mão de suas atividades técnicas, em favor das administrativas.

Difícil é, sem dúvida, paulatinamente, transformar um elemento essencialmente técnico, um médico, em um administrador; uns adaptam-se bem, pois as qualidades inerentes do administrador, que até então estavam em estado latente, são despertadas.

Será justo deixar a eficiência de um serviço hospitalar entregue apenas ao acaso? Será lógico afastar um médico de renome técnico de suas funções de médico?

Surge daí o grande problema: a direção de um hospital deve ser entregue a um médico ou a um leigo em medicina, mas técnico em administração?

Para uma resposta às indagações devemos lembrar que, para ser um bom diretor de um hospital, é necessário um certo número de qualidades. Conhecer os problemas hospitalares no setor administrativo, possuir os predicados próprios dos líderes, possuir também conhecimentos técnicos que permitam conversar na mesma linguagem com o departamento técnico. Fácil é, portanto, concluir das considerações acima que é o médico *conhecedor de administração hospitalar e que tenha capacidade de chefia, o elemento indicado para exercer as funções de diretor de um hospital.*

Assim, em poucas palavras, demonstramos a importância de um curso de Organização e Administração Hospitalar para as Fôrças Armadas, o qual seria uma resposta da classe médica à intromissão leiga nos órgãos de direção dos organismos médicos. Já possuímos nas Fôrças Armadas alguns médicos com o curso de Administração Hospitalar, inclusive feito nos EUA. Não seria o caso da formação de um grupo de estudos para a solução do problema? Não sendo um problema só das FA, mas um problema nacional, não seria o caso de pedir a cooperação do Ministério da Saúde, que possui técnicos formados no assunto? Problema tão crucial para as FA e organizações hospitalares não pode ficar eternamente aguardando uma solução.

Necessitamos acabar com este caos que é produzido pela falta de elementos adequados de chefia, com um mínimo de conhecimentos das necessidades gerais das organizações hospitalares. Sem dúvida, uma das razões desse caos é o fato da seleção empírica para habilitar um indivíduo ao posto vago, em todos os escalões.

Assim é que cada cargo vago atualmente é preenchido por um elemento técnico (médico) que se tenha sobressaído dentre os demais no escalão imediatamente inferior, sem levar em conta a sua capacidade administrativa.

O elemento, às vezes, não se adapta, não abre mão de suas qualidades de médico altamente especializado em assuntos de sua profissão e de nenhum modo se prende às novas atividades administrativas.

BIBLIOGRAFIA

- Anais do 1º Congresso Nacional de Hospitais;
Técnica de Chefia e Comando (Celso Magalhães);
Aperfeiçoamento Técnico e Adm. Hosp. (T. Almeida).

SANTO ANTÔNIO! SANTO-SOLDADO...

2º Sgt
ADOLPHO AVÓGILIO HECHT

Passou à História como Santo Antônio de Pádua, ou de Lisboa. Teria vivido de 1195 a 1231. A Igreja Católica sagrou-o Santo, em 1232.

Tornou-se franciscano (Ordem de São Francisco de Assis), depois vestiu o hábito dos cônegos de Santo Agostinho.

No século XVII —, para alguns historiadores, em 1665 — Antônio ingressou no exército português, simbolicamente, por iniciativa de Afonso VI, "O Vitorioso" (1656-1683), que viu no Santo, de há muito desaparecido, a bandeira milagrosa da vitória contra os exércitos castelhanos (comandados pelo Marquês de Caracena, o "Marte de Espanha"). O milagre não se fêz esperar! Os exércitos de Afonso VI (comandados pelo Marquês de Marialva) esmagaram o inimigo, sob o comando simbólico de Antônio, o Soldado de Deus.

Ele, que havia sido alistado praça no 2º Regimento de Infantaria, de Lagos, sob Afonso VI, foi promovido ao posto de Capitão, já no reinado de D. Pedro II de Portugal (D. Pedro II, "O Pacífico" — 1683-1706).

Na segunda metade do século XVIII, Maria I ("A Piedosa", mais tarde "A Louca" — 1777-1816), rainha de Portugal, elevou-o a Tenente-General, pela vitória na Batalha de Bussaco, em 27 de Setembro de 1810 (onde foi derrotado o general Massena, do exército francês de Napoleão).

Em 1685, o Santo passou a fazer parte da milícia brasileira, por ocasião das Guerras dos Palmares (ou dos Quilombos, que eram aglomerados de cabanas levantadas no mato por negros escravos fugitivos).

João de Souto Junior, governador da capitania de Pernambuco, deu praça a Antônio, invocando o seu milagroso auxílio para as armas portuguesas. Em 1711, pela carta régia de 21 de março, El-Rei de Portugal promoveu-o a Capitão, no Brasil, pelos serviços prestados ao governador Francisco de Castro Moraes, na luta contra a esquadra francesa de Duclerc. Em 1814, D. João VI ("O Clemente"), na Bahia, conferiu-lhe a patente de Tenente-Coronel, com o sólido do posto (80\$000).

Mais tarde, o Marechal Floriano Peixoto, então Ministro da Guerra, declarou (Aviso de 15 Out 1890) que "enquanto não fôsse, e por ato especial, anulado o Decreto de 26 Jul 1814, se devia continuar a abonar o sólido do Santo".

O Marechal Hermes da Fonseca, na época em que era Presidente da República, mandou o General Dantas Barreto, seu ministro da Guerra, suspender o pagamento do sólido a Santo Antônio, conforme consta do Livro 486, fls. 31, da extinta Diretoria de Contabilidade do Ministério da Guerra.

O celebrado Santo Antônio era português, filho de Martinho de Bulhões e de Maria Teresa de Taveira. Descendia, pois, de nobres!

O FUNDO PORTUÁRIO NACIONAL E A SUA APLICAÇÃO EM 1966

É oportuno que se divulgue um estudo, tão completo quanto possível, sobre o "FUNDO PORTUÁRIO NACIONAL E SUA APLICAÇÃO EM 1966", segundo dados apresentados pelo DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS, ora sob a dinâmica direção do ALMIRANTE LUIZ CLÓVIS DE OLIVEIRA, estudioso e conhecedor profundo de todos esses problemas, fundamentais para tornar o BRASIL uma nação com poder no comércio marítimo internacional, e, consequentemente, possuidora de verdadeiro PODER MARÍTIMO — condição indispensável à transformação de um país em "potência".

Antecedendo esse estudo, apresentam-se, de autoria do Almirante Luiz Clóvis de Oliveira, oportunos "COMENTARIOS A MARGEM DO DECRETO-LEI N.º 5", uma análise que interessa a todos os que se dedicam ao estudo dos problemas nacionais.

A análise do Almirante Clóvis de Oliveira, muito sintética e extremamente objetiva, focaliza todos os pontos que sempre merecem a atenção e o estudo dos interessados no assunto.

COMENTARIOS A MARGEM DO DECRETO-LEI N. 5

No que diz respeito ao Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis considero o Decreto-lei em aprêço um instrumento de grande alcance, dadas as suas finalidades e a maneira objetiva com que foram considerados os diferentes assuntos que o mesmo disciplina. É fora de dúvida relevante o papel do sistema de transportes no campo econômico. Infelizmente, no Brasil o transporte aquaviário, com exceção da navegação de longo curso é, praticamente, inexistente, uma vez que as linhas de cabotagem e a navegação interior representam uma percentagem insignificante do referido transporte.

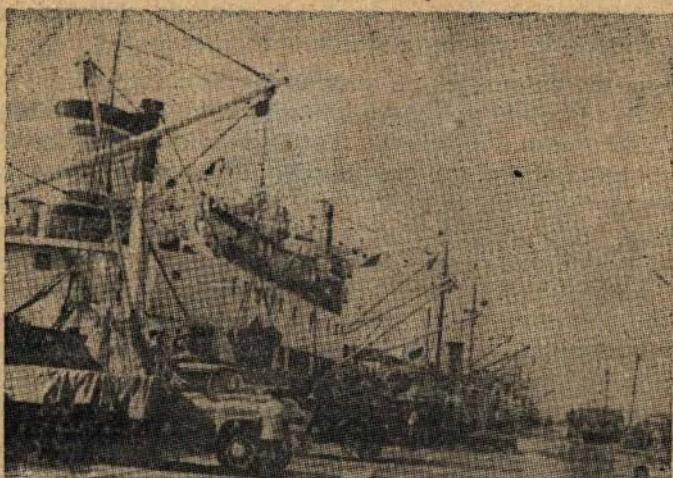
Conforme os "CONSIDERANDA" do próprio instrumento legal, ora divulgado, procura o Governo dar uma estrutura adequada ao sistema de transportes visando o fortalecimento do Poder Nacional, através da recuperação do poder econômico, seriamente enfraquecido mercê da inadequabilidade da estrutura dos sistemas de transportes, máxime os efetuados por via marítima, fluvial ou lacustre.

Não exageramos quando dizemos que a situação em que a Revolução encontrou êsses transportes era desoladora a ponto de, na realidade, inexistirem praticamente condições para se promover a sua recuperação com simples medidas de âmbito limitado a alguns órgãos e entidades diretamente interessadas no problema. Impunha-se um estudo profundo de todo o complexo de transportes da União. Até então as medidas que haviam sido tomadas visavam atender necessidades do momento atribuindo-se aos usuários dos meios de transportes todos os encargos decorrentes de uma estrutura não mais compatível com a situação nacional.

O Decreto-Lei manda reestruturar quadros visando reduzir os custos de operações; fazer com que os serviços apresentem aspectos rentáveis; premiar a produtividade e proporcionar ao trabalhador participação nos lucros das empresas de transportes. No que tange a participação de lucros o Diploma legal em tela vem tornar em realidade uma promessa que há vários anos governantes vêm fazendo ou acenando ao trabalhador brasileiro sem que tenha passado as suas ações de mera promessa. A navegação interior que até então não teve condições de ser explorada em benefício do país, exatamente agora vem ter a sua oportunidade e, assim, às regiões mais pobres e desprovidas de todo e qualquer meio de transporte, o Decreto-Lei oferece todas as condições para que sejam, em curto prazo, servidas por uma excelente rede de transporte fluvial. O recente instrumento legal do Presidente Castelo Branco possibilitará a exploração das nossas vias interiores de navegação praticamente nas mesmas condições em que são exploradas nossas rodovias. As restrições e os ônus que vinham prejudicando pequenos armadores que utilizavam nossos rios foram cancelados e hoje podemos dizer, graças ao novo Decreto-Lei, a pequena embarcação fluvial e lacustre trafegará nos mesmos moldes em que trafegam os nossos caminhões. As suas tripulações, a remuneração das mesmas e o seu serviço de carga e descarga de mercadorias estão disciplinados de modo a tornar este meio de transporte com condições de competir com vantagens com os transportes rodoviário e ferroviário.

Acreditamos que este Decreto-Lei virá possibilitar o aproveitamento, em curto prazo de cerca dos 50.000 quilômetros de vias interiores navegáveis do país e através dos quais o progresso irá a rincões distantes da nossa Pátria.

Quanto aos portos no que diz respeito à movimentação de mercadorias o Decreto-Lei, mediante regulamentação e observância das peculiaridades de cada pôrto, possibilitará tornar uniforme o fluxo dessa movimentação, evitando solução de continuidade, extravio ou roubo das mesmas o que redundará certamente, em prestação de um melhor serviço aos usuários dos portos. Reputamos, pois, de grande alcance, também neste particular, este Decreto-Lei, ainda mais, o fato desta movimentação vir a ser feita por trabalhadores reestruturados em uma única categoria profissional o que resultará em aumento subs-



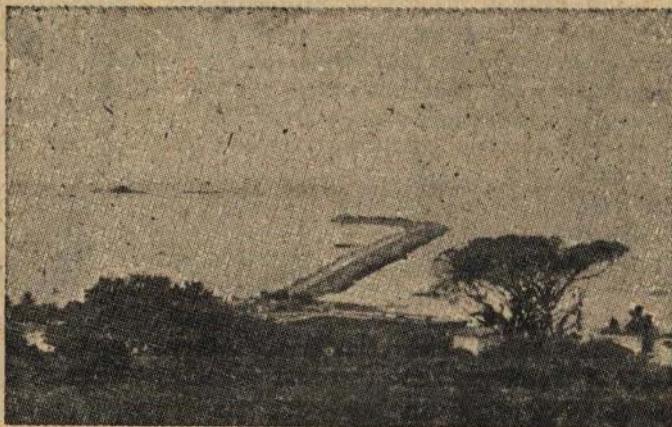
Pôrto de Mucuripe em operação.

tancial de rendimento dos trabalhos e consequentemente maior será a produtividade dos portos, além de ser uma medida de alta significação porque evita as distorções, ora existentes, dando-se o mesmo tratamento e as mesmas vantagens àqueles que executam o mesmo trabalho e manuseiam as mesmas mercadorias. Ainda nos portos encontramos o Artigo 27 dêste Decreto-Lei em que é facultada a locação e o arrendamento de terrenos, armazéns ou instalações portuárias que era uma medida que impunha ser usada no Brasil, uma vez que ao contrário de que alguns supõem não virá beneficiar os trustes internacionais, porém, na realidade, os principais beneficiados serão os usuários dos portos, especialmente embarcadores em geral empresas de navegação. Este procedimento é observado em muitos portos estrangeiros, não sendo inovação o que foi feito, nem aqui, portanto, será objeto de experiência para que seja consagrada. Diremos que já é uma prática consagrada e grandes os resultados alcançados, pois o rendimento econômico do conjunto pôrto-navio, é bem maior. Ainda é interessante citarmos o caso dos terminais marítimos previstos no art. 26 do Decreto-lei, pois, também neste caso não visa às grandes empresas, aos trustes internacionais, uma vez que o Decreto-lei n. 6.460, de 2 de maio de 1944, que já regulamentava o assunto, combinado com a Lei n. 3.108, de 10 de março de 1957, e com o Decreto n. 24.599, de 6 de junho de 1934, restringia a construção do terminal ao total de um milhão de cruzeiros e a um volume de 150.000 toneladas anuais. Essas cifras em cruzeiros, nos dias atuais não têm sentido, uma vez que não é possível construir-se uma instalação portuária rudimentar, por mais modesta que seja com uma tal importância. Assim sendo, o Decreto-lei nada mais fez do que

atualizar os valores previstos na legislação que disciplina a concessão de tais instalações e que na realidade não era observada em decorrência do valor da nossa moeda e nada mais.

E quanto aos quadros de pessoal das administrações de portos, quase todos já obedecem à Consolidação das Leis do Trabalho, em concordância com o estipulado no Decreto-lei. Para aquêles que escapam aos padrões ora preconizados foi previsto o seu aproveitamento mediante readaptação, sem nenhuma perda de vantagens e direitos. Tudo isso, naturalmente, está sujeito à regulamentação própria. O que foi recomendado, não visa em absoluto, e nem é esse o propósito, prejudicar ninguém ou suprimir os direitos adquiridos. Apenas, não se sobrecarregar o usuário do sistema de transportes do MVOP com os encargos elevadíssimos de uma estrutura e de uma organização de serviço que efetivamente não mais atendiam às suas reais necessidades e aos interesses nacionais.

Toda a reorganização desses serviços tem uma só finalidade, que é a de se proporcionarem meios de transportes eficientes, a baixo custo. Estamos certos, pois, de que essas medidas surtirão seus efeitos benéficos em curto prazo.



Molhe de proteção do novo Pôrto de Malhado, em Ilhéus.

O FUNDO PORTUÁRIO NACIONAL E A SUA APLICAÇÃO EM 1966

O Fundo Portuário Nacional, criado pela Lei n. 3.421, de 10 de julho de 1958, destina-se a propiciar recursos para o melhoramento dos portos e das vias interiores navegáveis do País de acordo com as diretrizes do Plano Portuário Nacional.

As receitas com que conta o Fundo Portuário Nacional são oriundas de diversas fontes, entre as quais podemos ressaltar as seguintes:

- a) sessenta por cento do produto da arrecadação da Taxa de Melhoramentos dos Portos, que é cobrada sobre todas as mercadorias movimentadas nos portos organizados;
- b) oito por cento do produto da arrecadação dos direitos de importação para consumo;
- c) o produto do aforamento dos acrescidos de marinha, quando resultantes de obras realizadas pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis;
- d) o reembolso dos serviços de dragagem executados por conta do Fundo.

Todos êsses recursos são recolhidos em depósito ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, em conta especial sob a denominação de Fundo Portuário Nacional, à ordem do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis.

O DNPVN substituiu o antigo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, em virtude da Lei n. 4.213, de 14 de fevereiro de 1963, constituindo-se em autarquia vinculada ao Ministério da Viação e Obras Públicas e tendo sob sua responsabilidade direta a superintendência, orientação, controle e fiscalização da política de portos e vias navegáveis da União. Para tanto conta com recursos orçamentários e os provenientes do Fundo Portuário Nacional.

Para o corrente exercício conta o FPN com um montante de 45,2 bilhões de cruzeiros que, como veremos a seguir, serão utilizados nas obras de expansão e melhoramentos dos vinte e um portos existentes, sendo utilizados para esse fim mais de 23 bilhões de cruzeiros. Para a construção de novos portos, em número de cinco, são previstos quase 4 bilhões de cruzeiros, enquanto os 13,3 bilhões de cruzeiros restantes serão aplicados no melhoramento em hidrovias interiores e na implantação do Plano Portuário Nacional.

Objetivando mostrar de forma precisa, a aplicação das verbas do Fundo Portuário Nacional, nos vários Estados da União e respectivos portos, bem como a discriminação na das obras, equipamentos e outras utilizações dos recursos do Fundo, iniciaremos com o Estado do Amazonas a nossa exposição no que se refere à expansão e melhorias dos portos existentes.

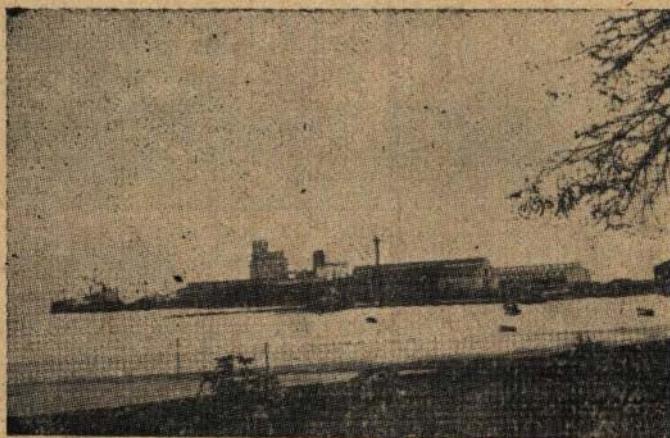
O pôrto de Manaus conta com um montante de 300 milhões de cruzeiros para obras de acostagem, que compreendem a pavimentação da faixa do cais, dos pátios, armazéns e pistas, bem como a recuperação e substituição de chapas, substituição total ou recuperação dos flutuantes e das bóias e perfilados da infra-estrutura do cais flutuante. Para equipamentos estão previstos 135 milhões de

cruzeiros que serão aplicados na compra de guindastes, empilhadeiras, tratores e carros reboques. Destinou-se ainda uma verba de 100 milhões de cruzeiros para atender aos estudos para a construção de novo pôrto ou modificação do atual sistema, elevando-se a 550 milhões de cruzeiros o total destinado pelo FPN ao Estado do Amazonas.

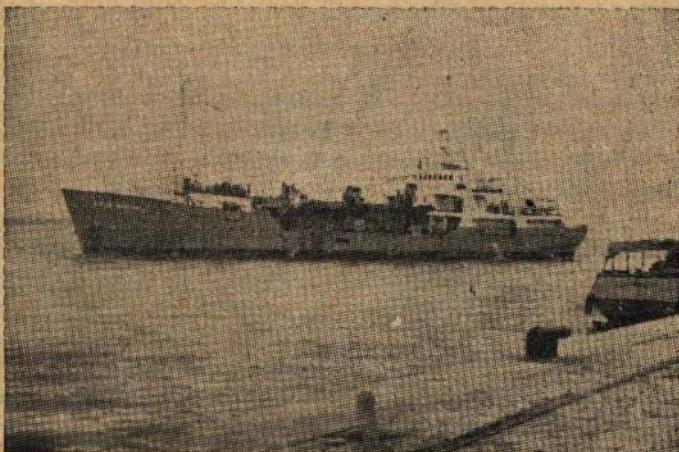
No Estado do Ceará, estão previstas inúmeras obras importantes, destacando-se a construção de 160 metros de cais, num total de 200 milhões de cruzeiros; a construção de armazéns de 1^a linha, bem como a aquisição e montagem de equipamentos pneumáticos para cereais num montante de 840 milhões de cruzeiros. Para a aquisição de equipamento para movimentação de cargas, incluindo-se guindaste, sobre pneus estão previstos 180 milhões de cruzeiros. Além das verbas citadas, outros 475 milhões de cruzeiros deverão ser gastos para a construção de linhas férreas, estação de tratamento de água, construção da rede de esgoto pluvial e drenagem e da rede de distribuição de energia elétrica, elevando-se assim, para um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros, em números redondos a aplicação do FPN, no pôrto de Mucuripe.

Em Natal serão gastos, no presente exercício, 500 milhões de cruzeiros, possibilitando a dragagem e a derrocagem para a cota de menos oito metros do canal de acesso e bacia de evolução.

Na Paraíba, o Fundo Portuário Nacional destinou um total de 170 milhões de cruzeiros para atender às obras de conclusão do frigorífico de Cabedelo, com capacidade para 500 toneladas, além da construção da casa de força, inclusive aquisição e instalação de transformador e da conclusão dos armazéns 1, 2, 4 e 6.



Vista parcial do pôrto de Angra dos Reis (RJ).



Draga "Rio de Janeiro", de propriedade do DNPVN em atividade no pôrto de Paranaguá.

Em Alagoas, no pôrto de Maceió, está prevista a construção de 250 metros de cais, bem como o enrocamento para contenção do atêrro de acesso ao cais, inclusive o atêrro de 100 mil toneladas. Para tais obras há um total de 350 milhões de cruzeiros em disponibilidade.

Em Aracaju deverão ser gastos, na reconstrução do cais e nos estudos para a implantação de um novo pôrto externo, 190 milhões de cruzeiros.

O pôrto de Salvador disporá de 400 milhões de cruzeiros para o prolongamento do quebra-mar Norte-Sul, numa extensão de 260 metros, bem como de 350 milhões para executar o atêrro e enrocamento de contenção da enseada de São Joaquim, dispondo ainda de 100 milhões de cruzeiros para a aquisição de equipamentos para movimentação de cargas, totalizando 850 milhões de cruzeiros. Outro pôrto da Bahia, o de Ilhéus receberá 70 milhões de cruzeiros para adquirir equipamentos de movimentação de cargas.

Em Vitória, no Espírito Santo, serão gastos 250 milhões de cruzeiros para que sejam adquiridos guindastes sobre pneus e empilhadeiras, havendo uma dotação de 150 milhões para o enrocamento de ligação entre as ilhas Sururu, Bode e Boi, prevendo-se com o referido montante a sua conclusão.

O pôrto do Rio de Janeiro receberá 4,8 bilhões de cruzeiros, sendo que 2,5 bilhões deverão ser gastos na dragagem de aprofundamento do canal de acesso e da bacia de evolução nos seus quatro cais e ainda no molhe Oscar Weinschenck. Nas instalações para

carvão e minério do Parque de Minério e Carvão, compreendendo obras civis, instalações mecânicas e elétricas, serviços e aquisições diversas serão gastos 1,2 bilhões de cruzeiros, aproximadamente. Em equipamentos para carga e descarga serão despendidos 300 milhões de cruzeiros, enquanto outros 240 milhões serão utilizados na aquisição de 15 vagões-gôndolas para bitola de 1,60 metros. A construção da nova Estação de Passageiros conta com 300 milhões de cruzeiros para sua execução.

Niterói terá recursos da ordem de 500 milhões de cruzeiros que possibilitarão a dragagem de restabelecimento para a profundidade de menos oito metros no Canal de Acesso e na bacia de evolução. Ainda no Estado do Rio, temos o pôrto de Angra dos Reis, que receberá 800 milhões de cruzeiros para a construção de 200 metros de cais, obras de enrocamento de complementação de armazéns. Prevê-se, ainda, a aquisição ou desapropriação do silo ali existente, além da aquisição de guindastes sobre pneus.

Na dragagem do canal de acesso ao pôrto de Santos, numa largura de 120 metros, no fundo, na cota de menos 13,5m, dragando-se um volume de 3 milhões de metros cúbicos, serão despendidos um bilhão de duzentos milhões de cruzeiros no serviço em tela. Outros 500 milhões estão destinados para instalações e equipamentos para descarga de sal.

Paranaguá receberá 2,7 bilhões de cruzeiros para aplicação em serviços de dragagem para aprofundamento para menos dez metros da barra e canais de acesso (1,3 bilhões), ampliação do cais comercial e obras complementares (400 milhões), ampliação das instalações para combustíveis (300 milhões), construção de armazéns internos (200 milhões) e 500 milhões destinados à construção de um silo para cereais, de 10 mil toneladas, de capacidade. Em Antonina serão despendidos 300 milhões para os serviços de dragagem do canal de acesso ao pôrto.

Os três portos de Santa Catarina receberão 1,6 bilhões de cruzeiros, distribuídos da seguinte maneira :

— em São Francisco, 100 milhões para a construção de armazém aberto para madeira, 100 milhões para aquisição e montagem de instalação pneumática para cereais e 250 milhões para instalação de equipamento destinado à movimentação de milho a granel; Itajaí terá 100 milhões para a dragagem da sua bacia de evolução, inclusive recuperação de draga e 350 milhões para a conclusão dos silos para cereais com 1.200 toneladas de capacidade, inclusive aparelhagem; em Imbituba serão construídos 168 metros de cais para menos dez metros, havendo para a obra 300 milhões de cruzeiros; para a construção do molhe de abrigo estão previstos 200 milhões, enquanto para a aquisição de equipamento para estocagem e carregamento de carvão com capacidade para 4.000 ton/hora, destinam-se 100 milhões de cruzciros.

O Rio Grande do Sul disporá de 2,3 bilhões de cruzeiros para os portos de Rio Grande e Pôrto Alegre. No primeiro, deverão ser aplicados 1,4 bilhões em serviços de dragagem do canal de acesso e da bacia de evolução; em obras de acostagem serão gastos 250 milhões e igual montante será aplicado para a instalação de equipamento para descarga de sal; 100 milhões serão gastos, ainda, para a aquisição de guindastes elétricos. Em Pôrto Alegre, a dragagem dos canais interiores da Lagoa dos Patos e aprofundamento dos canais do rio Guaíba para acesso à capital gaúcha deverá receber 450 milhões de cruzeiros, estando igual quantia destinada à dragagem e conservação dos canais interiores da Lagoa dos Patos.

Outros cinco novos portos estão sendo construídos pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, entre êles o de Málhado, em Ilhéus, com uma dotação de 2,6 bilhões de cruzeiros para este exercício, o que possibilitará à Bahia um pôrto à altura de suas reais necessidades econômicas. Ainda neste Estado temos o pôrto de Campinho, com uma verba de 300 milhões para o prosseguimento das suas obras. No Maranhão, o pôrto de Itaqui receberá 650 milhões de cruzeiros, enquanto no Estado do Rio de Janeiro, em Cabo Frio, poderão ser despendidos 350 milhões com as obras do pôrto do Forno.

De grande importância para a economia nacional, a solução dos problemas das vias interiores navegáveis vem recebendo da atual administração do DNPVN a atenção que lhe é devida. Verdadeiras estradas líquidas, numa extensão de mais de 50 mil quilômetros as nossas vias de navegação interior recebem este ano do DNPVN e mais especificamente do Fundo Portuário Nacional, um substancial apoio que permitirá iniciar os estudos, de modo objetivo, propiciando assim uma visão real do problema e enfrentá-lo com decisão. Assim é que os estudos sobre os rios da bacia amazônica deverão receber um montante de 300 milhões de cruzeiros para sua elaboração, enquanto que os rios da bacia do nordeste terão 150 milhões para o mesmo fim. Na bacia do rio Uruguai serão empregados 100 milhões de cruzeiros para a elaboração de um Plano Geral de ligação das bacias do Uruguai e Lagoa dos Patos, através os rios Ibicuí e Jacuí. No rio Parnaíba, onde se localiza a barragem da Boa Esperança, será iniciada a construção das eclusas para a referida barragem, estando para isso reservados 450 milhões de cruzeiros. Outros 500 milhões estão destinados a despesas de qualquer espécie, incluindo a melhoria das condições gerais de navegabilidade, coleta de dados, cartografia, perfis, etc, elevando-se a 1,5 milhões as disponibilidades do FPN para atender ao problema das vias interiores navegáveis.

Conta, assim, o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis com um excelente instrumento de apoio para executar a Política Portuária Nacional, de fundamental importância para a

economia do País. A correta aplicação dos recursos irá possibilitar ao Brasil melhora nas condições operacionais dos portos, afetados de maneira sensível pelas distorções e erros de administrações passadas, e que, agora, retoma de maneira firme e objetiva os caminhos naturais que sua expansão histórica determinou, tornando-o um verdadeiro continente. A utilização dos nossos caminhos marítimos, fluviais e lacustres em bases competitivas com os outros meios de transportes possibilitará a todos os brasileiros, em curto prazo, condições excelentes para a retomada do desenvolvimento do País, assegurando, com uma rede de transporte em pleno funcionamento, o progresso, a segurança e o bem-estar nacionais.

(Transcrito do "Boletim do Clube Naval", n. 186, de 1966.)

AGRADECIMENTO

A DEFESA NACIONAL vem recebendo inestimável cooperação do setor de Desenho da 2^a Div do Gabinete do Estado-Maior do Exército, no preparo de croquis. Através do diligente chefe daquela Divisão — o Maj Alfe Guimarães — a Revista agradece a prestimosidade dos seus subordinados.

A COMISSÃO COORDENADORA DA CRIAÇÃO DO CAVALO NACIONAL

(CCCCN)

criada pelas Leis 2.820, de 10 Jul 56,

e 4.096, de 18 Jul 62,

encarregada de coordenar as atividades dos
órgãos que cuidam do fomento da criação do

CAVALO NACIONAL,

realizará na

semana de 5 a 12 Nov 66

na cidade de Pôrto Alegre

II SEMANA DO CAVALO

em patriótico culto ao Cavalo,
como elemento contribuinte da
formação histórica do país,
através das heróicas tradições
a ele ligadas, e como fator do
desenvolvimento nacional, pelo
trabalho dado à nossa pecuária
e agricultura, no comêço do
século.

COMANDO AGREGADO DE INSTRUÇÃO



Preço d'este exemplar
CrS 200

S M G
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1966